



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA

**GRÃOS NA FLORESTA: ESTRATÉGIA EXPANSIONISTA DO
AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA**

Belém
2012

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA

**GRÃOS NA FLORESTA: ESTRATÉGIA EXPANSIONISTA DO
AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Co-orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Belém
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do NAEA/UFPA**

Costa, Solange Maria Gayoso da

Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia/ Solange Maria
Gayoso da Costa; orientadora Rosa Elizabeth Acevedo Marin. — 2012.

312 f. : il. ; 31 cm

Inclui Bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido, Belém, 2012.

1. Agroindústria – Amazônia. 2. Economia agrícola. 3. Soja – Amazônia. 4. Terras
agrícolas – Amazônia. I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth orientador. II. Título.

CDD - 22. ed.338.1733409811

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA

**GRÃOS NA FLORESTA: ESTRATÉGIA EXPANSIONISTA DO
AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Co-orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientador - NAEA/UFPA.

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Co-orientador- UEA

Prof. Dr. Fabio Carlos da Silva
Examinador interno - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Nírvia Ravena de Souza
Examinadorainterna – UFPA/ NAEA

Prof. Dr. Maria Elvira Rocha de Sá
Examinadora externa-UFPA/ICSA/ PPGSS

Prof. Dr. Gilberto de Souza Marques
Examinador externo – UFPA/ ICSA/ PPGE

Aos amores da minha vida Aurelino Junior,
Giordano Bruno e Luan pelas horas roubadas
e pela falta de atenção nestes anos em que
estive me dedicando à tese.

AGRADECIMENTO

A realização deste trabalho somente foi possível devido à colaboração e apoio de algumas pessoas que, carinhosamente, contribuíram para a sua realização. A elas meus agradecimentos.

Agradeço à Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, pela orientação e direcionamento, bem como pelas valiosas observações críticas e palavras de incentivo, sem as quais não teria sido possível a elaboração desta tese; ao Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, por sua co-orientação, ambos me ajudaram no aprendizado e na travessia desta tão importante fase de minha vida acadêmica.

Aos professores do NAEA pelas inestimáveis contribuições por ocasião das disciplinas ministradas. Especialmente, sou grata também, ao Grupo de Estudo de Sociologia Contemporânea, seus professores e alunos da pós-graduação do NAEA e do Museu Goeldi, no qual, mesmo com o pouco tempo disponível, tive a chance de aprofundar meus conhecimentos sobre a sociologia contemporânea.

Aos meus colegas da turma de 2008 do doutorado, pelas trocas de conhecimento e amizades, em especial à Mirleide pelo seu companheirismo durante esta jornada.

Aos amigos da querida Santarém, especialmente à Judith e Sabrina pela hospedagem e acolhida durante minhas viagens para o trabalho de campo, assim como pelas horas de intermináveis conversas e pelo especial carinho, muitíssimo obrigada.

Aos professores e colegas do Programa de Apoio a Reforma Urbana–PARU/UFPA, pelos imprescindíveis apoio e incentivo. Aproveito, ainda, para agradecer também a todo o quadro da Faculdade de Serviço Social, na qual desenvolvo atualmente minhas atividades profissionais, por permitirem melhor organizar meus horários na UFPA e como isso viabilizar a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas pesquisadores e aos movimentos sociais ligados ao Instituto Nova Cartografia Social, pelo intercâmbio de experiências e conhecimentos que muito contribuíram para a minha trajetória acadêmica, em especial, aos professores Judith Vieira, Bruno Mileo e Marcos Vinicius e ao bolsista Jefferson Vieira, que em alguns momentos estiveram juntos no trabalho de campo e ao professor Benjamin Alvino de Mesquita pela troca de informações.

Aos integrantes do Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (COMOVA), pelo diálogo e por possibilitarem o início de minha pesquisa no Baixo Amazonas.

Aos que me ajudaram nas tarefas de organização e formatação desta tese: ao Aurelino Jr., meu companheiro de vida e de muitas horas de debates sobre o assunto e acompanhamento na leitura conjunta dos capítulos. Ao Marcos Vinicius pela confecção do mapa dos conflitos que integra esta tese. À amiga Cláudia Zaidan, pela tradução do resumo para a língua inglesa.

À Associação dos Notários e Registradores do Brasil que, na figura de seus representantes estadual e regional, criou as condições para a pesquisa no cartório. E, em especial, à equipe de profissionais do Cartório do 1º Ofício de Santarém Nogueira Sirotheau que me recebeu e possibilitou a pesquisa em seus registros cartoriais.

Por fim, agradeço a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho, a eles minha mais profunda gratidão.

E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou [...] Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem. Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se estivesse à frente de um louco varrido, dos que têm a mania das navegações [...]. A ilha desconhecida, repetiu o homem. Disparate, já não há ilhas desconhecidas, estão todas nos mapas. Nos mapas só estão as ilhas conhecidas. E que ilha desconhecida é essa de queres ir a procurar. Seu to pudesse dizer, então não seria desconhecida [...].

José Saramago – O conto da ilha desconhecida.

RESUMO

A presente tese objetiva analisar as estruturas sociais do campo de produção de soja na Amazônia Legal, bem como as diversas estratégias utilizadas pelos principais agentes sociais. A constatação primeira deste trabalho é a de que o crescimento dos plantios de soja na Amazônia não configura mera expansão agrícola, mas fruto de uma planejada estratégia expansionista do agronegócio de grãos assentada em quatro elementos estruturais: a migração especializada, o mercado de terras, a infraestrutura logística de transporte e escoamento da produção e a influência do fator ambiental na organização da atividade produtiva. Para demonstrar tal estratégia, toma-se como referência teórico-metodológica a teoria de campo de Bourdieu e como empiria o campo de produção da soja na mesorregião do Baixo Amazonas, com a identificação da dinâmica social de cada um desses elementos e suas respectivas relações, assim como o posicionamento dos agentes sociais nesse campo econômico. Demonstra-se também que, no campo de produção da soja, os principais agentes envolvidos organizados em redes associativas de posições hierárquicas internas em determinadas conjunturas e momentos detêm interesses comuns. Assim, identifica-se a existência de duas grandes redes integradas pelos agentes sociais do agronegócio (a dos produtores e a da agroindústria) e uma terceira formada pelos agentes sociais que sofrem os efeitos do campo (agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais). Na terceira rede, os agentes têm em comum a “frágil” condição de impor seu modo de vida e manter seu território diante da agressiva estratégia expansionista do agronegócio, capitaneada por seus agentes e pelo próprio Estado. O estudo evidencia, ainda, que o campo de produção da soja é um território de luta entre formas antagônicas de apropriação e uso dos recursos naturais da Amazônia.

Palavras-Chave: Agronegócio. Soja. Amazônia. Agentes Sociais. Estratégias. Território.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the social structures of the field of soybean production in Amazon, as well as the various strategies used by the main actors in society. The primary findings of this study is that the growth of soybean plantations in the Amazon does not constitute mere agricultural expansion, but the result of a planned expansionist strategy of agribusiness grain established on four structural elements: the specialized migration, the land market, the logistical infrastructure of transport and disposal of production and the influence of environmental factors in the organization of productive activity. For demonstrate this strategy, taking as reference the theoretical-methodological of Bourdieu's fieldwork theory and empiricism as the field of soybean production in the middle region of the Lower Amazon, with the identification of the social dynamics of each element and their relationships, as well as the positioning of social actors in the economic field. Also this demonstrates that in the field of soybean production, key stakeholders are organized in associative networks equipped with internal hierarchical positions among themselves, that in certain situations and moments hold common interests. Thus, it identifies the existence of two large integrated networks by social agents of agribusiness (the producers and agribusiness) and a third formed by social workers who suffer the effects of the field (family farmers, peoples and traditional communities). In the third network agents have in common the "fragile" condition to impose their way of life and maintain their territory before the aggressive expansionist strategy of agribusiness, led by its agents and the State. The study evidences also that the field of production of soybeans is a territory of struggle between antagonistic forms of appropriation and use of natural resources in the Amazon.

Keywords: Agribusiness. Soy. Amazon. Social Agents. Strategies. Territory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Discursos dos comerciais da campanha para TV.....	54
Gráfico 1- Soja – os dez países com maior produção, 2009.	75
Gráfico 2- Soja - produção por países, 1990-2009.	76
Gráfico 3- Exportação da soja brasileira: 1995-2010.....	76
Gráfico 4- Crescimento da produção de soja na Amazônia Legal: 1976-2009	97
Quadro 2- Programas Agroindustriais da Soja no Pará.....	104
Esquema 1- Trajetórias dos migrantes da sojicultura.....	125
Esquema 2- Motivações à migração.	128
Quadro 3- Panfleto de propaganda.....	131
Fotografia 1- Modelo da arquitetura moderna em construção na BR 163.....	131
Fotografia 2- Placas e modelos de conjuntos habitacionais na BR 163.....	132
Quadro 4- Denúncias publicadas pela imprensa local de Santarém: 1997 a 2008.....	158
Mapa 1- Conflitos Socioambientais no Baixo Amazonas.....	160
Esquema 3- Agentes sociais envolvidos na Grilagem de terras no Baixo Amazonas.....	163
Esquema 4- Esquema da grilagem de terras no Baixo Amazonas.....	164
Esquema 5- Fluxo de negociações e produções de documentos de legalização de imóvel rural, segundo dados do cartório.....	178
Fotografia 3- Fazendas de soja: extensão do plantio	179
Esquema 6- Agentes do agronegócio vinculados aos produtores rurais.....	186
Esquema 7- Agentes que sofrem os efeitos do campo de produção da soja.....	187
Mapa 2- Desenho esquemático de escoamento da produção BR 163 e Hidrovia Tapajós/Teles Pires.....	202
Fotografia 4- Porto da CDP e Terminal Graneleiro da Cargill na cidade de Santarém.	210
Fotografia 5- Fechamento do Porto da Cargill pelo IBAMA.....	212
Fotografia 6- Audiência Pública EIA-RIMA Porto Cargill - Santarém, 14.07.2010.	222
Esquema 8 - Agentes do agronegócio vinculadas às empresas agroindústrias.....	228
Gráfico 5- Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal.....	242
Mapa 3- Municípios da Amazônia Legal com predominância da pecuária e agricultura mecanizada.....	245
Quadro 5- Rios Vivos.....	248
Quadro 6- Quadro- Comunicado.....	254
Esquema 9-Configuração do campo de produção da soja.....	271

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Produção e processamento da soja no Brasil: 1990-2009.....	84
Figura 2- Mapa ilustrativo de áreas de conflitos e novos deslocamentos dos agricultores familiares no Baixo Amazonas.....	133
Figura 3- Protocolo do INCRA utilizado como documento comprobatório da existência do imóvel rural na venda de terras.....	155
Figura 4- Localização e loteamento da Gleba Nova Olinda	167
Figura 5- Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Programa “Brasil em Açã	195
Figura 6-Rotas de escoamento da soja brasileira.....	198
Figura 7- Complexo Portuário de Santarém - CDP.....	204
Figura 8- Imagem da maquete Terminal de Granel Sólido de origem Vegetal do porto do Outeiro.....	206
Figura 9- Loteamento empresarial na área portuária de Miritituba/Itaituba.....	208
Figura 10- Adesivo de autorização de acesso à audiência pública do EIA-RIMA do porto Cargill - Santarém, 2010.....	221
Figura 11- Membros do Grupo de Trabalho da Moratória da Soja.....	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- USDA - Projeções da Exportação Mundial de Soja em grão - 2003/4 - 2014/15....	75
Tabela 2- Soja no Brasil - produção por unidade da federação safra 2010.....	79
Tabela 3- Evolução do Índice de Gini, segundo Unidades da Federação - 1985/2006.	81
Tabela 4- Capacidade de processamento da soja no Brasil por estado – 2010	88
Tabela 5- Área potencial à produção de soja por estado da Amazônia Legal.....	94
Tabela 6- Soja - área plantada por estados da Amazônia Legal e Brasil	98
Tabela 7- Número de estabelecimentos rurais por tamanho do imóvel nos Estados produtores de soja na Amazônia Legal.	99
Tabela 8- Área plantada e produção de soja por ano no Estado do Pará: 1997-2010.....	104
Tabela 9- Municípios do Baixo Amazonas produtores de soja: área plantada em hectare por município. (2003-2010).....	120
Tabela 10- Municípios do Baixo Amazonas produtores de soja: produção em tonelada por município. (2003-2010).....	120
Tabela 11- Processos de regularização fundiária de imóveis rurais acima de 100 hectares em andamento no INCRA/UA/Santarém - 1997 a 2004.	156
Tabela 12- Processos de regularização fundiária, concessão de uso e certidões em andamento no INCRA, por estrato de área: anos de 1997 a 2004.....	157
Tabela 13- Operações de registros cartoriais por ano: 1997-2009	173
Tabela 14- Número de negócios por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.....	173
Tabela 15- Área negociada por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.....	174
Tabela 16- Área negociada por extrato de área e produtor, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009- imóveis abaixo de 100ha.	175
Tabela 17- Preço da terra por tipo na região de Santarém: 2010-2011.....	182
Tabela 18- Comparativo de custos para escoamento da produção de soja no Corredor BR 163.....	200
Tabela 19- Capacidade de armazenamento de grãos por eixos de escoamento.	200
Tabela 20 - Áreas desmatadas nos municípios de Santarém e Belterra - 1999 a 2004.....	246
Tabela 21- Uso do solo em 2004 em 50% dos desmatamentos ocorridos nos municípios de Santarém e Belterra.	246

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agronegócio
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABEF	Associação Brasileira de Exportadores de Frango
ABIEC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ABMR&A	Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio
ABRAPA	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ABRASOJA	Associação Brasileira dos Produtores de Soja
ACCENTURE	Empresa Global de Consultoria de Gestão, Serviços de Tecnologia e Outsourcing
ADIPS	Autorizações de Detenção de Imóvel Público
ADM	Archer Daniels Midland Company
ADR	Alternative Dispute Resolution
AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
ANA	Agência Nacional de Água
ANFDE	Associação Nacional de Defesa Vegetal
ANEC	Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Transportes Agência Nacional de Terrestres
AP	Agricultura de Precisão
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja
APRUSAN	Associação dos Produtores Rurais de Santarém
ASPAS	Associação dos Produtores Agroindustriais de Santarém
BASA	Banco da Amazônia
BCSD – LA	Business Council for Sustainable Development – Latin America
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CAI	Complexo Agroindustrial
CAIS	Complexos Agroindustriais
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCAS	Conselho Científico para Agricultura Sustentável
CCIR	Certidões de Cadastro de Imóvel Rural

CDP	Companhia Docas do Pará
CITA	Conselho Indígena Tapajós Arapiuns
CMCV	Centro de Monitoramento de Cobertura Vegetal
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONIT	Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes Terrestres
COOEPA	Cooperativa do Oeste do Pará
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Agribusiness e Commodity System Approach
DI	Departamento de Máquinas e Insumos
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENIDS	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPCEN	Fundação de Apoio à Pesquisa no Corredor de Exportação Norte
FDA	Frente em Defesa da Amazônia
FEAUSP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIIPA	Federação da Indústria do Pará
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FITE	Faculdade Integrada de Tapajós
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FNP	Economics South American
FUNAGRI	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GCI	Grupo de Consciência Indígena
GEIPOT	Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes
GR	Grupos de Revenda
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minério S/A
IDEFLOR	Instituto de Florestas do Pará
IIAM	Investigação Agrária de Moçambique
IMAFLOA	Manejo e Certificação Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LDC	Louis Dreyfus Commodities
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento PA
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONGs	Organização não governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PCA	Plano de Controle Ambiental
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDZ	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
PENSA	Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Piloto de Investimentos
PPP	Parceria Público-Privada
PRIMAZ	Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia
PRODECER	Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados
PRODUSA	Produção Sustentável do Agronegócio
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
PROVARZEA	Programa de Apoio ao manejo dos recursos Naturais da Varzea
REDEAGRO	Rede de Conhecimento do Agro Brasil
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RTRS	Round Table on Responsible Soy
SBS	Sociedade Brasileira de Silvicultura
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio
SECTAM	Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia
SEMA/PA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINDIRAÇÕES	Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
SIRSAN	Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SR	Superintendência Regional

SRB	Sociedade Rural Brasileira
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCOs	Terras Comunitárias de Origem
TECONBEL	Terminal de Contêineres de Belém
TGVO	Terminal de Graneis Sólidos de Origem Vegetal de Outeiro
TGVSAN	Terminal de Granéis Sólidos de Origem Vegetal de Santarém
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
UICN	International Union for Conservation of Nature
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
USAID	Agência Americana de Cooperação
USDA	Agricultural Baseline Projections
WWF	Fundo para a Vida Selvagem
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 MUDANÇAS NA AGRICULTURA E FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: em busca de uma (re)leitura.....	33
2.1 PRINCIPAIS MUDANÇAS NO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO E OS ESTUDOS SOBRE OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (CAIS).....	34
2.2 A FORMULAÇÃO DO CONCEITO DE <i>AGRIBUSINESS</i>	38
2.3 O AGRONEGÓCIO NA INTERPRETAÇÃO DE SUAS AGÊNCIAS: O SENTIDO DADO PELA CNA E ABAG.	41
2.3.1 Agronegócio, sinônimo de inovação do modelo da produção agropecuária brasileira.....	43
2.3.2 Agronegócio, sinônimo de modernidade e progresso do latifúndio produtivo.....	44
2.3.3 Agronegócio, superação da questão agrária.....	46
2.3.4 Agronegócio, produção de riquezas.....	47
2.3.5 Agronegócio, resultado do avanço tecnológico e da pesquisa científica.....	50
2.4 O SENTIDO POLÍTICO DO AGRONEGÓCIO: REPENSANDO OS CONCEITOS ECONÔMICOS.....	56
2.5 AGRONEGÓCIO UM “CAMPO” EM DISPUTA: UMA PROPOSTA DE (RE)LEITURA SOBRE O AGRONEGÓCIO.....	63
2.5.1 Agentes sociais do campo da produção da soja no Baixo Amazonas.....	66
3 PRODUÇÃO DE SOJA NA AMAZÔNIA LEGAL: estratégia expansionista do território do agronegócio.....	72
3.1 A PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL.....	74
3.1.1 As estratégias empresariais de ampliação do território produtivo.....	82
3.1.2 A influência brasileira na produção de soja em outros países.....	89
3.2 PRODUÇÃO DE SOJA NA AMAZÔNIA: A PASSAGEM DO BIOMA CERRADO AO BIOMA FLORESTA.....	93
3.2.1 A soja a caminho do norte.....	96
3.2.2 Os Polos de desenvolvimento da soja no Pará.....	103
3.2.3 A estratégia expansionista da produção de grãos.....	106
4 DINÂMICAS TERRITORIAIS, MIGRAÇÕES E CIDADES: processos de territorialização e transformações sócio territoriais ocorridas no Baixo Amazonas.....	109
4.1 COLONIZAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS.....	112
4.2 TÊM SOJA NA FLORESTA: A CHEGADA DA SOJICULTURA NO BAIXO AMAZONAS.....	117

4.3	TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÕES DOS “NOVOS” MIGRANTES – “OS GAÚCHOS”.	123
4.4	O ENCONTRO ENTRE OS “GAÚCHOS” E OS REGIONAIS: (DES)TERRITORIALIZAÇÃO, CONFLITOS SOCIAIS E DESLOCAMENTOS.	129
4.5	SOJICULTURA, MIGRAÇÃO E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO.	138
5	MERCADO DE TERRAS E SOJICULTURA: estratégias de incorporação de “novas” terras à produção de soja.	143
5.1	MERCADO DE TERRAS COMO UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL EM PERMANENTE DISPUTA.	145
5.2	ENTRE A “TERRA PROMETIDA” E A TERRA ADQUIRIDA: NEGOCIAÇÕES DE COMPRA, GRILAGEM E CONFLITOS SOCIAIS NA DISPUTA PELA TERRA.	147
5.2.1	Os primeiros encontros e as negociações de compra de terras.	149
5.2.2	Invasões, expropriações, grilagem e conflitos.	152
5.2.2.1	O Caso da Gleba Nova Olinda.	164
5.2.3	Os registros cartoriais	172
5.2.4	Outras formas “acordadas” e/ou “sutis” de ampliação das terras para o plantio de soja.	178
5.3	A PRODUÇÃO DE SOJA E O MERCADO DE TERRAS.	181
6	ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS E EMPRESARIAS NA AMPLIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CIRCULAÇÃO DA SOJA.	191
6.1	AGRONEGÓCIO DE GRÃOS E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DESENVOLVIMENTISTAS NA ATUALIDADE.....	193
6.1.1	O corredor de escoamento de grãos da BR 163.	199
6.1.1.1	Principais portos do Corredor da BR 163 com investimentos em planejamento e execução para instalação de terminais graneleiros.	202
6.1.1.1.1	<i>Porto de Santarém (PA).</i>	202
6.1.1.1.2	<i>Porto do Outeiro (PA).</i>	204
6.1.1.1.3	<i>Porto de Miritituba/Itaituba (PA).</i>	206
6.1.1.1.4	<i>Porto de Santana (AP).</i>	208
6.2	UM PORTO EM DISPUTA: A CARGILL EM SANTARÉM.....	209
6.2.1	Os conflitos entre os movimentos sociais, ONGs ambientalistas e a Cargill.	212
6.2.2	“Terminal de Portas Abertas”, “Comitê de Ação Social”: redefinindo os programas de responsabilidade social da empresa diante dos conflitos.	217
6.2.3	Audiências Públicas: parceiros e antagonistas no debate.	220
6.3	A LÓGICA TERRITORIAL DO GOVERNO E DAS EMPRESAS NO CAMPO DE PRODUÇÃO DA SOJA.....	224

7 A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA QUESTÃO AMBIENTAL NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO: (re)significando discursos e práticas na organização da produção de soja.....	229
7.1 A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL E SUAS APLICAÇÕES NO AMBIENTALISMO EMPRESARIAL.....	229
7.1.1 O ambientalismo empresarial.....	234
7.2 MORATÓRIA DA SOJA E NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS.....	236
7.2.1 Arranjos institucionais no mercado de soja.....	237
7.2.2 Soja e desmatamento.....	241
7.2.3 As pressões das redes sociais ambientalistas sobre o mercado de soja.....	247
7.2.4 Regras de um novo arranjo institucional e produtivo: a moratória e seus efeitos na organização da produção de soja.....	253
7.2.4.1 Efeitos da Moratória na organização dos produtores de soja do Baixo Amazonas. ..	259
7.2.4.2 A Moratória da Soja sob a perspectiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR).....	263
7.3 O AMBIENTAL INCORPORADO AO AGRONEGÓCIO.....	266
8 CONCLUSÕES.....	272
REFERÊNCIAS.....	278
APÊNDICE.....	299
ANEXOS.....	306

1INTRODUÇÃO

O acentuado e contínuo crescimento do agronegócio de grãos, destinados à exportação, tem favorecido o saldo da balança comercial brasileira, sobretudo, pela elevação dos preços das principais *commodities* no mercado internacional, com aumento de sua participação na pauta do comércio exterior, conferindo ao Brasil o *status* de um dos principais exportadores de produtos e tecnologias de produção de grãos.

Os números da exportação brasileira expressam bem essa posição. No ano de 2011, as expectativas do governo foram superadas com as exportações do agronegócio atingindo US\$ 94,59 bilhões, contra US\$ 17,08 bilhões de importações, num *superávit* de US\$ 77,51 bilhões. Esse resultado cambial positivo do agronegócio superou em quase três vezes o saldo global da balança comercial brasileira que, no mesmo ano, foi de US\$ 29,8 bilhões.(BRASIL, 2011).

Os produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo) foram os que mais contribuíram para o aumento do valor das exportações do agronegócio. Na comparação com 2010, as exportações de soja em grãos cresceram 47,8% em valor (US\$ 11,03 bilhões para US\$ 16,31 bilhões), devido ao crescimento de 30,3% no preço médio de venda. Em volume, o aumento foi de 13,5%. As exportações de farelo e óleo de soja somaram, respectivamente, US\$ 5,69 bilhões e US\$ 2,13 bilhões em 2011. (BRASIL, 2011).

Esse crescimento exponencial, nas duas últimas décadas, gerou expectativas de que o Brasil possa vir a ser um dos mais competitivos países ofertantes de bens agropecuários do mundo, desde que supere as dificuldades da logística que oneram os custos do escoamento da produção de grãos. Constitui, ainda, fator decisivo para que esse crescimento se mantenha, a área disponível à expansão agrícola no país, estimada pelo Ministério da Agricultura entre 90 a 106 milhões de hectares.

As projeções oficiais indicam que a área plantada de soja deve abranger 30,0 milhões de hectares em 2020/2021, representando um acréscimo de 5,3 milhões de hectares em relação à 2010/2011, com estimativa de crescimento de 1,9% ao ano. A soja deve manter essa tendência por meio de uma combinação de expansão de fronteira em regiões onde ainda há terras disponíveis, ocupação de terras de pastagens e pela substituição de lavouras. (BRASIL, 2011, p. 20).

A Amazônia, em decorrência do volume de terras aráveis– que, segundo o GEIPOT (2009), tem 22 milhões de hectares - e sua estratégica posição para o escoamento da produção, tem sido considerada uma fronteira agrícola imprescindível para o crescimento do

agronegócio de grãos. Esta demanda representa fator de pressão na região e provoca diversos efeitos territoriais pela reprodução do sistema de latifúndio, pela intensidade e velocidade de mudança na paisagem, pelos intensos conflitos entre os grandes produtores e os povos e comunidades tradicionais, assim como, pelos potenciais impactos nos ecossistemas naturais ainda intactos.

Este novo padrão de ocupação e uso da terra na região é objeto de reflexão em uma vasta literatura sobre o assunto com diferenciadas visões. Os debates têm ocorrido nos diversos campos do conhecimento, com a incorporação de aspectos como: i) econômicos e produtivos (HASSE, 1996; IPEA, 2004a, 2004b; BRUM, 2005; RAMOS et al., 2007, PUTY, 2007); ii) de políticas públicas (LIMA, 2008); iii) de transformações urbanas (ARRUDA, 2007); iv) ambientais (FEARNSIDE, 2000 e 2001; BICKEL, 2004; FBOMS, 2004; GREENPEACE, 2006; ASSIS, et al., 2006); v) de violação de direitos fundiários (SCHLESINGER, 2006a e 2006b); vi) de desenvolvimento de tecnologias agropecuárias (EMBRAPA, 2004); vii) relacionados à questão fundiária (GAMA, et al., 2007); viii) geopolíticos (GOELDI, 2004); ix) e sociais/econômicos (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007).

O tema que, até então, pertencera quase que exclusivamente ao mundo acadêmico e institucional agrônomo – tanto como material de investigação empírica nas escolas de agronomia e nos centros de pesquisa aplicada (como a EMBRAPA), quer como discussões sobre o comércio internacional - passou a ser objeto de amplas discussões no campo político, envolvendo, também, diversos setores da sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho constitui uma análise sobre as estruturas sociais do campo de produção de soja na Amazônia Legal. Na busca desse entendimento, colocam-se as seguintes questões: i) Quais as estruturas sociais que organizam a produção de soja na Amazônia? ii) Quais os agentes sociais que atuam nesse processo? iii) Que estratégias são construídas por esses agentes? iv) Que relações sociais e territoriais são estabelecidas entre eles? E, por último, quais transformações resultaram dessas relações?

A primeira hipótese é a de que a produção de soja na Amazônia está assentada em uma base estrutural que tem como elementos centrais o mercado de terras, o conflito e a expropriação de territórios dos povos tradicionais da região. Tal base, longe de ser recente, é fruto da construção social sobre a terra na sociedade brasileira e evidencia a luta pelo uso dos recursos naturais, em que se articulam inúmeras estratégias de apropriação e expropriação de territórios, que vão desde atos violentos até a imposição de regras de conduta.

A segunda hipótese pressupõe que esses agentes adotam práticas e procedimentos seguindo a estratégia e a lógica dos respectivos campos sociais aos quais pertencem. No entanto, mesmo pertencendo a distintos campos sociais, todos recorrem ao sistema de direitos de propriedade existente como forma de garantir o reconhecimento de seu direito à terra. Entende-se ainda que os diferentes campos sociais definem o modelo de propriedade da terra a ser reivindicado. Assim, os produtores rurais (sojicultores) priorizam o uso da terra e dos recursos naturais, como apropriação privada, enquanto que os povos e comunidades tradicionais tendem, em suas estratégias, garantir uma forma compartilhada de propriedade, com o uso coletivo da terra e dos recursos naturais.

A terceira hipótese pressupõe que, na dinâmica atual do mercado de terras, a legislação ambiental, conjugada com os procedimentos administrativos adotados - tanto pelos órgãos de controle ambiental, quanto pelos de regularização fundiária - tem contribuído para manter aquecido o mercado de terras na região do Baixo Amazonas.

A quarta hipótese pressupõe que, embora a proposta da “Moratória da Soja” tenha se originado do movimento ambientalista, como forma de combate ao desenfreado desmatamento na Amazônia, constituiu-se numa estratégia de legalização que viabilizou mais controle na produção da soja, pelas organizações empresariais.

O objetivo principal desta tese é analisar as estruturas sociais que organizam o processo de implantação da soja na região Amazônica, tendo como referência as transformações socioterritoriais ocorridas no Baixo Amazonas.

Desse objetivo principal derivam os específicos: a) Identificar as disposições dos agentes sociais e a dinâmica por eles estabelecidas na implantação do cultivo da soja na região; b) Conhecer as principais estratégias utilizadas pelos agentes sociais durante a inserção e consolidação do cultivo da soja; e c) Entender como se organiza a dinâmica do mercado de terras na região do Baixo Amazonas frente ao agronegócio de grãos.

A abordagem descritivo-analítica do trabalho está baseada nos marcos teórico-metodológicos da sociologia econômica que tomando como referência a teoria de campo de Bourdieu estabelece relação com as discussões sobre território da antropologia e da geografia. Na análise sobre a relação estabelecida entre o agronegócio de grãos e a questão ambiental, tomam-se como referência as reflexões sobre o ambientalismo empresarial para entender a movimentação das corporações diante das novas exigências do mercado consumidor à produção da soja na Amazônia. Procurou-se, com isso, estruturar um estudo interdisciplinar baseado nesses conhecimentos.

Dentro dessa linha, estuda-se a noção de campo de Bourdieu como um instrumento de direcionamento da pesquisa e da árdua tarefa de identificar as relações entre os agentes sociais, nesse campo de lutas, o agronegócio – um espaço social de relações objetivas construídas para a manutenção de determinados interesses e poderes. Bourdieu (2000, p. 69) enfatiza que compreender “a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram”, é explicar os atos dos agentes sociais que nele jogam.

O campo pode ser apreendido como espaço estruturado de postos, cujas propriedades dependem de sua posição nesse lugar, definindo-se, entre outras coisas, por meio da classificação dos objetos de disputas e pela relação de forças entre os agentes.

A análise descreve a estrutura do campo e os mecanismos que determinam o seu funcionamento, assim como a estrutura da disposição dos agentes, estabelecendo ainda, por uma linha histórica, as condições sociais da produção deste campo particular. Nesse sentido, entende-se o agronegócio de grãos como um campo econômico com estruturas e mecanismos de funcionamento próprios que agrega diferentes agentes sociais: empresas, instituições governamentais, agências privadas, associações e entidades representativas, grupos sociais e produtores rurais.

Para entender a dinâmica desse campo e as relações nele estabelecidas, toma-se como fragmento de análise a produção da soja na região do Baixo Amazonas, pois se entende que as situações sociais ali desencadeadas são representativas da dinâmica do agronegócio na Amazônia. Este fragmento delimita o nosso espaço de análise sobre os agentes mais expressivos que se colocam no jogo das relações de poder nesse campo. A dinâmica estabelecida pelos agentes sociais abrange um conjunto de relações e estratégias para fazer frente às pressões em torno da produção de soja na Amazônia, tanto do mercado mundial quanto de organizações locais. Nesse sentido, buscou-se analisar suas ações tendo como base as mudanças processadas a partir da relação entre a produção da soja, a migração, o mercado de terras, a logística destinada à circulação da produção e o meio ambiente.

Não se toma aqui a noção de campo como uma “camisa de força teórica” em que se pretende enquadrar a realidade, pois esta opção teórico/metodológica servirá como orientação à identificação das agências/agentes do agronegócio e à análise de suas estratégias. A noção de campo permite pensar de forma relacional a “sociedade do agronegócio”, identificando os principais agentes envolvidos e sua forma de atuação no jogo de interesses diversos.

a) Processo de obtenção de dados: levantamento de fontes secundárias e documentais.

A pesquisa dos dados nas fontes secundárias, durante os anos de 2009 a 2011, consistiu-se num trabalho de consulta nas referências bibliográficas em diversas bibliotecas e nas bases de dados disponíveis nos acervos digitais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de universidades, das agências de pesquisa e desenvolvimento como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), da Organização não governamentais (ONGs) The Nature Conservancy (TNC), Greenpeace, Fundo para a Vida Selvagem (WWF) e FASE. Também foram realizados levantamentos nas bases de dados digitais das agências do agronegócio, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), ABAG Ribeirão Preto e Confederação Nacional de Agricultura (CNA), assim como nos sítios na *web* das empresas agroindustriais Cargill, Archer Daniels Midland Company (ADM), Louis Dreyfus Commodities (LDC), Bunge, AMAGGI e Caramuru Alimentos. Foram usadas ainda como fontes, vídeos documentários e reportagens disponíveis em redes digitais.

A pesquisa nas bibliotecas e bases de dados digitais de trabalhos científicos compreendeu um levantamento sistemático da produção científica (monografias, dissertações, teses, relatórios, *papers*, cadernos de debates e pesquisas) a respeito da produção de soja no Brasil e na Amazônia. A leitura das fontes secundárias possibilitou uma visão geral do crescimento da produção da soja no Brasil e na Amazônia e a delimitação do objeto de pesquisa e da linha teórica. Conduziu, ainda, para seleção dos estudos econômicos de Kageyama (1990) e Graziano da Silva (1981, 1991, 1982, 1996, 2003) e o trabalho de Zylberstzaj (1995) que analisa a formulação do conceito de *Agribusiness* e de *Commodity System Approach (CSA)* por Davis; Goldberg (1957) e de Goldberg (1968).

A partir das primeiras apreensões, considerou-se relevante discutir o sentido político do agronegócio reproduzido por suas agências. Foram identificadas a existência de várias organizações representativas do setor, o que permitiu a seleção arbitrária baseada na representatividade política, da ABAG e da CNA. A ABAG agrega organizações e entidades representativas de todos os segmentos do agronegócio, dos insumos à agricultura animal até a distribuição ao consumidor final (pesquisa, produção rural, agroindústria, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização, exportação e serviços). Atualmente, conta com associados mantenedores e assessoria de um Conselho Consultivo com 34 entidades.

Por sua vez, a CNA agrega 27 federações de agriculturas e pecuária, organizadas por unidades da federação que compõem a estrutura sindical dos produtores rurais, organizados em 2.142 sindicatos rurais espalhados pelo país, com aproximadamente 1 milhão de produtores sindicalizados. Esta entidade exerce grande influência no legislativo federal, pois coordena a bancada ruralista.

Foram consultados os documentos disponíveis nos bancos digitais das referidas agências: projetos, relatórios, folders, material de divulgação e 32 discursos, entre os anos de 2007 a 2010 (1 no sítio da CNA e 31 do Senado Federal), da senadora e Presidente da CNA Kátia Abreu.

Para o conhecimento mais detalhado sobre os acontecimentos no Baixo Amazonas, foi realizada a pesquisa nos jornais de Santarém, no período de 1997 a 2009. Nela foram identificadas 494 matérias relacionadas à produção de soja, assim distribuídas: O Estado do Tapajós (106), Jornal O Impacto (119), Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (186) e Jornal Gazeta de Santarém (83).

O acompanhamento cotidiano dos acontecimentos, pelos referidos jornais, longe de significar apenas um entendimento do passado como somatório de fatos miúdos permitiu captar os eventos ao longo de sua duração, bem como, a relevância das ocorrências ali narradas. Isso se mostrou importante para identificar as mobilizações e estratégias dos agentes envolvidos no processo de instalação da soja na região.

Como pesquisa documental e arquivista foi efetuado o levantamento de informações sobre as operações com imóveis rurais, contidas nos Livros de Registro de Imóveis do Cartório do 1º Ofício de Santarém Nogueira Sirotheau. Inicialmente, a intenção era a de consultar os registros desde a década de 1970, a fim de verificar o comportamento do mercado de terras no decorrer das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, trabalhando com uma amostra estatística. Entretanto, a falta de informatização dos registros e de um banco de dados impossibilitou as consultas iniciais que permitiriam estabelecer os critérios de uma amostragem estatística, bem como a seleção dos registros a serem verificados. Diante disso, levando em consideração a implantação da soja na região do Baixo Amazonas, optou-se por fazer o levantamento nas décadas de 1990 (ano que iniciam os primeiros experimentos com soja na região) e 2000. Para isso, adotou-se como procedimento inicial consultar os livros de registros partindo dos mais recentes para os mais antigos. Nesse sentido, iniciou-se a pesquisa pelos livros abertos no ano de 2009. Esta estratégia permitiu a definição do período da pesquisa com segurança, destacando os anos de maior movimentação das operações e sua relação com a sojicultura na região.

Com a vigência da Lei nº 6.015/73 a partir de 01.01.1976, o sistema registral brasileiro substituiu o fôlio pessoal (onde o cadastro das pessoas era o foco) pelo fôlio registral (onde o imóvel é a base). A partir daí a lei permitiu o encerramento gradual dos antigos livrões, levando essas informações para as fichas abertas e numeradas indefinidamente, as quais formariam os livros de folhas “soltas”. O principal livro passou a ser o Livro de Registro Geral (também chamado livro 2). Nas fichas são registradas a Matrícula do imóvel que segue ordem crescente, a primeira, o nº 1, a segunda, o nº 2, e assim sucessivamente e todas as operações realizadas com o respectivo imóvel.

Definido o período da pesquisa foi procedida a análise do conteúdo da ficha, a partir das seguintes informações: matrícula, descrição do imóvel, instrumento de regulação fundiária, área do imóvel, valor e data da operação. Depois foi elaborado um formulário de registro das informações (apêndice A) para facilitar a organização de um pequeno banco de dados. A Matrícula identificava o imóvel, o que possibilitou encontrar todas as operações realizadas com o mesmo imóvel fossem elas processadas em anos diferentes ou arquivadas em livros separados.

Durante sete meses (julho/2010 a fevereiro/2011) foram consultados 44 livros de folhas soltas agrupadas em conjuntos de 149, 180 e 200 fichas por livro assim identificados: Livro Registro Geral (LRG) 11.851-12.000, LRG 12.201-12.150, LRG 12.151-12.300, LRG 12.301-12.450, LRG 12.451-12.600, LRG 12.601-12.750, LRG 12.751-12.900, LRG 12.901-13.000, LRG 13.001-13.150, LRG 13.000-13.150, LRG 13.151-13.300, LRG 13.301-13.450, LRG 13.451-13.600, LRG 13.601-13.800, LRG 13.801-13.950, Livro 2 Registro Geral (L2RG) 13.951-14.100, L2RG 14.101-14.250, L2RG 14.251-14.400, L2RG 14.401-14.550, L2RG 14.551-14.700, L2RG 14.701-14.850, L2RG 14.851-15.000, L2RG 15.001-15.150, L2RG 15.151-15.300, L2RG 15.301-15.450, L2RG 15.451-15.600, L2RG 15.601-15.750, L2RG 15.751-15.900, L2RG 15.901-16.081, L2RG “A”, L2RG “B”, L2RG “C”, L2RG “D”, L2RG “E”, L2RG “F”, L2RG “G”, L2RG “H”, L2RG “I”, L2RG “J”, L2RG “K”, L2RG “L”, R2RG “M”, R2LG “N” e R2RG “O”. Nesses livros constavam fichas correspondentes a 7.352 matrículas, das quais 992 eram de imóveis rurais que passaram a constar do banco de dados organizado. Considerando o número total de matrículas, um reduzido número de registros de imóveis rurais foi encontrado.

Foi feita ainda pesquisa documental no Poder Judiciário-Justiça Federal/Seção Judiciária do Estado do Pará-Subseção Judiciária de Santarém, especificamente nos Processos nº 20043902000285-8 (Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal), nº 20092004092-6 (Prisão preventiva referente aos autos do IPL nº 302/2009000187-5, contra

lideranças sociais do Movimento em Defesa da Vida do rio Arapiuns) e nº 20091007124-6 (Ação Ordinária de Desobstrução de Rio requerida pela Rondobel e outros).

b) Processo de obtenção de dados: levantamento das fontes primárias.

Os primeiros trabalhos de campo na mesorregião do Baixo Amazonas foram realizados nos anos de 2004 e 2005, quando participei de duas atividades de pesquisa: a primeira em parceria com Maria Elvira Sá e Luciana Tavares, realizada no âmbito do Observatório de Políticas Públicas Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (COMOVA) organizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e FASE, cujo objeto foi a Feira do Produtor em Santarém, publicados os resultados em DUARTE (2006). No trabalho em referência, identificam-se algumas transformações, na área do planalto santareno, provocadas pela implantação da soja. Alguns agricultores familiares e lideranças sindicais apontavam tais mudanças, durante entrevistas. Na segunda atividade, realizada no ano de 2005, como pesquisadora/membro da equipe socioeconômica do Zoneamento Ecológico e Econômico da BR-163, realizei pesquisa de campo nos municípios da área de influência dessa rodovia, e fiz entrevistas com algumas lideranças dos agricultores familiares, sindicais, movimentos sociais, representantes de associações de madeireiros, entidades de comerciantes, pecuaristas, produtores de grãos, autoridades governamentais, dentre outros, dais quais foi possível extrair novas informações sobre a produção da soja na região.

Com base nessas novas informações, foi elaborado um projeto de pesquisa para a seleção do doutorado (turma 2008) cujo objeto foi o de pesquisar a migração dos sojicultores para a região, mas foi modificado após as leituras das fontes secundárias e levantamento dos jornais.

O trabalho de campo direcionado à produção da tese foi realizado em várias etapas em decorrência de minha indisponibilidade para dedicação exclusiva ao doutorado por conta do cumprimento de estágio probatório na UFPA, o que me obrigou a conciliar aulas, avaliações e idas a campo.

A primeira etapa do trabalho de campo ocorreu no início do ano de 2010, quando foram realizadas conversas e entrevistas com lideranças e representantes de movimentos sociais (FANCOS e STTR Santarém), com técnicos e pesquisadores de instituições governamentais EMBRAPA, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e outras organizações como Comissão Pastoral da

Terra(CPT) e TERRA DE DIREITOS). Também participei de três reuniões organizadas, no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social, com quilombolas, sindicatos dos trabalhadores rurais e indígenas. O trabalho inicial permitiu retomar antigos contatos com lideranças dos movimentos que ajudaram a atualizar informações e a identificar novos sujeitos e questões importantes à pesquisa.

A segunda etapa do trabalho de campo foi realizada entre julho e agosto de 2010, momento em que dividi o tempo entre o levantamento no cartório e as várias tentativas de entrevistar sojicultores e representantes locais da empresa Cargill. A visita à Cargill ocorreu no mês de agosto, oportunidade em que conversei com um diretor, uma assessora de ações sociais e ainda com um técnico da ONG, TNC, responsável pelo trabalho de cadastramento e monitoramento dos sojicultores fornecedores da Cargill. Como não tive autorização para uso do gravador foram feitas anotações no caderno de campo.

O primeiro contato com os sojicultores foi por meio do Sindicato de Produtores Rurais (SIRSAN), após diversas visitas e insistências. Fui recebida por um dos diretores e, em agosto de 2010, realizei a primeira entrevista, fazendo anotações no caderno de campo. Na oportunidade, solicitei indicação de outros produtores para entrevistas, pois me fora informado que em razão da ocorrência de muitos conflitos e embates, os sojicultores haviam deliberado que somente com ordem do sindicato é que dariam entrevistas. Insisti, então foram mencionados dois nomes que poderiam aceitar fazer a entrevista ali mesmo na sede do sindicato, ficando o secretário do sindicato encarregado de marcar os horários, o que acabou não acontecendo naquela oportunidade, sob a alegação de que os sojicultores estavam sem tempo disponível. Nos meses que se seguiram, novas tentativas de entrevistas, mas infrutíferas.

Por conta de atividades do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, participei ainda, de visitas e oficinas em algumas comunidades/aldeias localizadas na Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns (especificamente nas comunidades de Aminã e Aningalzinho) e na região do Planalto Santareno a comunidade de Açaizal. Durante a oficina na comunidade/aldeia de Açaizal, os depoimentos dos presentes indicaram a existência de conflitos e impactos ambientais provocados pela sojicultura em Açaizal e na comunidade/aldeia vizinha Ipaupixuna. O que me possibilitou a realizar trabalho de campo com entrevistas direcionadas ao objeto de pesquisa.

Visando superar a dificuldade de contato com os sojicultores, modifiquei a estratégia e, em maio de 2011, em Belém, entrevistei o presidente da Federação de Agricultura do Pará (FAEPA) e participei do Encontro dos Ruralistas do Pará realizado no intervalo de 30 de maio

a 02 de junho. Tanto a entrevista quanto minha participação no encontro possibilitaram novas conversas e contatos que foram aproveitados na terceira etapa do trabalho de campo realizada em julho e agosto de 2011.

Conversei e entrevistei produtores rurais (pecuarista e sojicultores) e visitei quatro fazendas de soja no município de Belterra, entrevistei alguns trabalhadores. Participei ainda da Festa do Produtor e Caminhoneiro, organizada pelos produtores de soja. Com isso, consegui o seguinte número de entrevistados: 04 produtores de soja, 02 pecuaristas, 02 trabalhadores das fazendas de soja, 01 corretora imobiliária Catarinense que chegou à região em 2006.

Nesse mesmo ano realizei ainda trabalho de campo na comunidade/aldeia de Ipaupixuna e na região de Mojuí dos Campos. As visitas a essa duas localidades foram feitas conciliando atividades de reunião e oficina do Projeto Nova Cartografia Social e o trabalho de campo direcionado à tese, na companhia dos professores e pesquisadores Bruno Mileo e Judith Vieira UFOPA e do bolsista Jeferson Vieira (INCS). Na comunidade/aldeia Ipaupixuna entrevistei algumas lideranças comunitárias. Em Mojuí dos Campos conversei com lideranças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), realizando também um trabalho de campo na rodovia estadual 431, na qual constatei a existência de várias placas de venda de pequenos sítios, momento em que aproveitei para conversar com os moradores sobre as proposta de vendas. Tal visita confirmou as informações anteriormente já levantadas de que haveria um arrefecimento da venda de terras na região.

Uma quarta e última etapa do trabalho de campo foi realizada, em setembro de 2011, na região do Planalto Santareno nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos. Novamente, atividade conciliada com um levantamento de dados para o Projeto Nova Cartografia Social, no qual também se encontravam os professores e pesquisadores Bruno Mileo UFOPA, Marcos Vinicius C. Lima (INCS) e do bolsista Jefferson Vieira (INCS). Nesta etapa percorri parte das rodovias Curuá-Una e Santarém-Jabuti para observação das fazendas de soja e realizei novas conversas e entrevistas com lideranças sindicais do STTR de Mojuí dos Campos.

O trabalho de campo foi imprescindível e esclarecedor. Apesar das dificuldades e do breve tempo não foi possível, por exemplo, um trabalho etnográfico em uma comunidade afetada pela soja. Mas foi possível identificar os agentes envolvidos no processo de instalação da produção de soja na região, assim como, as principais estratégias por eles utilizadas.

a) Estrutura da tese

A tese está organizada em oito seções. A primeira e a oitava seção correspondem à introdução e à conclusão respectivamente. As seções 2 e 3 apresentam uma reflexão sobre as transformações ocorridas na agricultura brasileira e a emergência e “triumfalismo” do agronegócio no Brasil e na Amazônia.

A segunda seção apresenta uma discussão crítica com alguns autores, que desenvolveram estudos sobre o processo de transformação da agricultura brasileira, cujas abordagens teóricas foram importantes na formulação do conceito sobre o agronegócio e de suas agências/agentes, que com suas ações, sistematicamente organizadas e articuladas, lapidaram um movimento rumo a um “ideário” daquilo que já se pode denominar de um “mundo do agronegócio” no Brasil. A partir dessa reflexão inicial propõe-se uma leitura política sobre o significado do agronegócio, bem como o estabelecimento do marco teórico e metodológico a ser usado como ferramenta analítica da presente tese.

A terceira seção apresenta os efeitos provocados pelo agronegócio de grãos no Brasil e na Amazônia, trabalhando os dados da produção de soja na Amazônia Legal, com destaque ao seu avanço no território brasileiro e às condições estruturantes de sua implantação na região. As reflexões dessa primeira parte constataram que o crescimento dos plantios de soja na Amazônia é fruto de uma estratégia expansionista do agronegócio assentada em quatro elementos: a migração especializada; o mercado de terras; a infraestrutura logística de transporte para o escoamento da produção e a influência do fator ambiental na organização da atividade produtiva.

As seções 4,5, 6 e 7 apresentam de forma detalhada como ocorreu o processo de implantação e desenvolvimento da produção da soja no Baixo Amazonas, com a identificação da dinâmica social de cada um dos elementos estruturantes da estratégia expansionista do agronegócio.

A quarta seção é destinada à reflexão sobre a migração dos produtores de soja e às transformações sócio territoriais provocadas no território do Baixo Amazonas. Parte-se do pressuposto de que os fluxos migratórios podem ser classificados como uma forma particular de migração – especializada e organizada a partir de uma atividade produtiva específica. Seus protagonistas, um grupo especial de migrantes com *habitus* próprios, que diferem da região para qual se dirigem, organizam-se em estratégias individuais e coletivas que visam garantir a sua reprodução social e sua permanência na sociedade de destino.

A quinta seção apresenta a dinâmica do mercado de terras e sua relação com a produção da soja no Baixo Amazonas, destacando as estratégias adotadas pelos principais agentes envolvidos com a negociação de terras na região. Para isso a seção foi organizada de forma a evidenciar as práticas e estratégias de negociação e aquisição de terras destinadas à produção de soja. Num primeiro momento, discute-se o conceito do mercado de terras como uma instituição social em que as relações não se processam tão-somente como simples atos de compra e venda. Posteriormente, apresentam-se as práticas exercidas pelos interessados na terra para possuí-la e os conflitos daí decorridos.

Na sexta seção discutem-se os investimentos governamentais e empresariais na implantação e melhoria das condições de logística para o escoamento da produção de grãos, enfatizando-se, também, o fato de que tais investimentos se completam criando as condições objetivas à manutenção e expansão da produção de grãos na Amazônia. Apresentam-se ainda, as estratégias empresariais na ampliação de seu território de atuação, tomando como referencial o processo de instalação da Cargill em Santarém.

A sétima seção busca demonstrar como o fator ambiental passou a ser um elemento fundamental e estratégico na manutenção da produção de soja na Amazônia, com a utilização das certificações “verdes” e a assinatura de acordos multilaterais, como a Moratória da soja. Complementando as discussões apresentadas nas mencionadas seções, na conclusão do trabalho tecemos ainda algumas reflexões sobre o agronegócio na Amazônia.

2 MUNDANÇAS NA AGRICULTURA E FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: em busca de uma (re)leitura

O Brasil vive a era da euforia econômica e os números e discursos centram-se nos resultados do agronegócio, em especial, nas exportações de soja. Entre os recordes de produção e as oscilações do preço dessa *commoditie* no mercado mundial, crescem os investimentos dos produtores, empresas e de governos.

Na presente seção, objetiva-se uma discussão crítica com alguns autores, que produziram estudos sobre o processo de transformação da agricultura brasileira, cujas formulações teóricas contribuíram para a construção do conceito sobre o agronegócio; e com as agências/agentes, cujas ações, sistematicamente organizadas e articuladas com os processos de produção, lapidaram um movimento rumo a um “ideário” daquilo que já se pode denominar de um “mundo do agronegócio” no Brasil. No entanto não há nesta abordagem, a intenção de se fazer uma revisão ampla e exaustiva das diferentes perspectivas teóricas e institucionais sobre as transformações ocorridas na atividade agropecuária, mas tão-somente, enfocar alguns elementos que melhor explicitem os fundamentos utilizados pelos agentes do agronegócio.

Na literatura acadêmica sobre as transformações da atividade agrícola, os trabalhos de alguns economistas têm maior evidência. De acordo com Soto (2002), os estudos de Kageyama(1990) e Graziano da Silva (1981, 1982, 1992, 1996, 2003) são considerados emblemáticos porque demonstram a transformação da agricultura tradicional na agricultura moderna baseada, fundamentalmente, nas modificações tecnológicas. Para esses autores, a tecnologia é a expressão da hegemonia e do desenvolvimento das relações sociais capitalistas na área rural. Suas análises teóricas indicam que o avanço e a modernização da agricultura brasileira estariam resumidos na transformação do complexo rural em complexo agroindustrial.

Outros autores referem-se à teoria econômica dos Sistemas Agroindustriais que enfoca as diversas etapas do processo produtivo, com ênfase na estrutura de “governança” da cadeia de produção, objetivando mais eficiência. Dentre os estudos, destacam-se os trabalhos de Davis; Goldberg (1957) e de Goldberg (1968) que formulam os conceitos de CSA, nos quais estudiosos brasileiros se fundamentaram para conceituar o agronegócio no Brasil, não apenas como setor econômico, mas também como grupos, segmentos políticos e organizações/agrupamentos de interesses.

Dentre as agências representativas do agronegócio, a CNA e a ABAG apresentam um discurso ideológico no qual essa atividade seria sinônimo de dinamismo, progresso e avanço tecnológico, na construção da base estrutural e estruturante do tão sonhado desenvolvimento brasileiro. Essas agências articulam-se com empresas de consultoria e instituições de pesquisas que fornecem os argumentos científicos à difusão do agronegócio, como um “ideário” que, pela sua “capital importância”, deveria mobilizar e engajar toda a sociedade (do urbano ao rural), na defesa daquilo que, segundo sua concepção, representaria o único caminho para o desenvolvimento nacional.

2.1 PRINCIPAIS MUDANÇAS NO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO E OS ESTUDOS SOBRE OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (CAIS).

A agricultura brasileira, a partir dos anos 1950, passou por um processo de mudança estrutural nos sistemas produtivos, com a intensificação da industrialização nas regiões Sul e Sudeste e a abertura de novas fronteiras para o desenvolvimento do capital.

Esse quadro de transformação foi objeto de formulações analíticas, dentre as quais a do complexo agroindustrial. Silva (2003 p. 90) aponta a década de 1970, como marco da evolução do setor rural, uma nova dinâmica que não pode mais ser entendida, apenas pelos mecanismos internos da própria atividade (propriedade da terra, base técnica da produção e a fronteira agrícola) e nem somente pela conjugação mercado interno e externo. Trata-se, pois, de uma dinâmica na qual se articula de forma conjunta o tripé “indústria para a agricultura – agroindústria que envolve o domínio do capital industrial e financeiro e o processo global de acumulação”.

O conceito chave dessa dinâmica é a integração de capitais industriais, bancários (ou financeiros) e agrários, que aplicados em distintos mercados induziram a formação de grupos econômicos e financeiros, por meio de fusões e *holdings*. Silva (2003, p. 90-91) afirma que um dos principais mercados, nesse processo, é o de terras: “a propriedade da terra, ao permitir ganhos especulativos e ganhos de função (nas novas áreas de fronteira incorporadas ao mercado) tornou-se um ativo alternativo para o grande capital”. Delgado (1985) e Kageyama (1986) já apontavam a participação desse capital na atividade agrícola e no mercado de terras, identificando a existência de grandes extensões de terras concentradas nas mãos de empresas industriais de grande porte.

No estudo de Kageyama et al. (1990), o processo de transformação da agricultura brasileira está dividido em duas grandes etapas: o desenvolvimento e crise do complexo rural

(1850-1945) e o processo de desenvolvimento da modernização da agricultura, a partir da década de 1950. O conceito de modernização da agricultura, usado pela autora e seus colaboradores (dentre eles José Graziano da Silva), foi descrito como “o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade” (KAGEYAMA, et al., 1990, p. 119). A mudança na base técnica da produção transformou a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva e mecanizada. (KAGEYAMA, et al., 1990p. 113).

Segundo a autora, a história da agricultura passou por uma “evolução” desde a crise do complexo rural e sua dissolução até a fase de industrialização, ou seja, a substituição da “economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria”. (KAGEYAMA, et al., 1990, p. 116 – 117).

A transição para o trabalho livre, a partir da suspensão efetiva do tráfico negreiro pós-1850, foi o fator decisivo à crise do complexo rural¹. Com a substituição gradativa do trabalho escravo houve a emergência do complexo cafeeiro baseado no trabalho livre. A produção de equipamentos e outros produtos manufaturados ainda permaneceram nas fazendas de café, contudo, algumas atividades produtivas começaram a se tornar independentes do complexo cafeeiro que induziram a ampliação da produção de setores artesanais voltados para o maquinário e equipamentos agrícolas (secadoras, despoldadoras, enxadas, arados). Surgiram, então, as primeiras agroindústrias e a indústria têxtil tornou-se a primeira indústria nacional, iniciando-se a substituição de importações de bens de consumo “leves”. (KAGEYAMA, et al., 1990, p. 118). Uma vez que a indústria nacional consolidou-se com a formação dos mercados nacionais para a produção agrícola, a agricultura iniciou seu processo de industrialização.

Na linha de interpretação de Kageyama, et al. (1990), nos anos 30, o processo de industrialização ganhou um dinamismo próprio, induzido pela integração dos mercados de trabalho, alimentos e matérias primas e o setor agrícola alcançou o *status* de “polo dinâmico da economia”. A partir dos meados da década de 1960, o processo de modernização da agricultura atingiu sua fase mais avançada – a da industrialização, que não se resumia apenas à utilização de insumos industriais na produção agrícola. “Foi o momento da modernização, a partir do qual a indústria passou a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola” (KAGEYAMA, et al., 1990, p. 122), ocorrendo também a integração de

¹Outros autores como Prado Junior (1963) e Silva (1996) enfatizam a importância do trabalho livre para o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, por marcar uma ruptura com a sociedade escravista.

capitais. O conceito de “complexos agroindustriais”, segundo Kageyama, chamou atenção para configuração da industrialização da agricultura, para quem,

A industrialização da agricultura supõe além da existência do DI (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna. Pelo aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converte num ramo de produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. [...]. A produção agrícola passou então a constituir um **elo de cadeia** negando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo e em grande parte as do complexo agro comercial prevaiente até os anos 60. Esse processo desemboca na constituição dos complexos agroindustriais, que também se efetivam a partir da implantação da ‘indústria para a agricultura’ e da estruturação da agroindústria processadora. (KAGEYAMA et al., 1990, p. 122, grifo nosso)

Nesta conceituação, a agricultura não pode mais ser considerada um setor independente, passa a depender da dinâmica da indústria. Observa-se que a partir dessa análise, o termo “elo da cadeia”, em referência a uma cadeia produtiva industrial, passou a ser utilizado nos estudos sobre agropecuária.

Kageyama, et al. (1990, p. 186) descreve o setor agrícola formado por quatro segmentos diferenciados: i) um segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por complexos agroindustriais completos: a indústria à montante, a produção agrícola (ou pecuária) e a agroindústria processada; ii) um segmento plenamente integrado à frente, ou seja, a agroindústria processadora, diferente do primeiro segmento, pois não mantém vínculos específicos com as indústrias à montante. É um dos setores com maior demanda de maquinários e insumos agrícolas, em geral, mas sem se integrar verticalmente com essas indústrias; iii) um conjunto de atividades modernizadas que dependem do fornecimento de máquinas e insumos, sem tomar a forma de complexos, como exemplo as frutas de mesa, hortaliças, o feijão em São Paulo, o arroz no Centro Oeste. Como atividades fundamentais, nesse segmento, entram as classificações e embalagens que passam a desempenhar papel semelhante ao da agroindústria; iv) conjunto de atividades agrícolas que ainda permanecem com produção em base quase artesanal, ou seja, todo o restante da agricultura ainda não modernizado, a exemplo da mandioca.

Diante dessas transformações da agricultura brasileira um dos principais fenômenos a ser destacado, na fase comumente conhecido como “modernização da agricultura” é a consolidação de uma relação intensa entre o grande capital e a agricultura. Delgado (2001, p. 164) denominou esse processo de “integração técnica-agricultura-indústria”, caracterizado, de um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, com

a presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros). De outro lado, pela integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosas, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil e bebidas). Ou seja, há um aprofundamento das relações econômicas e suas consequências políticas e sociais, sejam elas mercantis e/ou tecnológicas entre o setor agrícola e os setores industriais, financeiros e de serviços, com forte subsídio e financiamento do setor estatal.

Nesse sentido, a mudança na base técnica na agricultura, com a incorporação do DI (departamento de máquinas e insumos), foi acompanhada por uma nova composição de capital, de acordo com (SILVA, 1996, p. 31, grifo do autor)

A constituição dos CAIS pode ser localizada na década de 70, a partir da *integração técnica* Inter setorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, *integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura*. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro, basicamente através do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e das políticas de agroindustrialização específicas instituídas a partir dos chamados fundos de financiamento. O ponto fundamental que qualifica a existência de um complexo é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem.

Na concepção de CAIS, no processo de industrialização da agricultura, destaca-se a especialização da produção, do trabalho e a interdependência, ou integração. Em sua formulação, o autor baseia-se na teoria dos mercados de Lenin em que “os mercados vão sendo criados à medida que o próprio capitalismo se desenvolve, pela ampliação da divisão do trabalho na sociedade” (SILVA, 1996, p. 85). Em síntese, os mercados criados se desenvolvem na medida em que se processa a especialização da produção e da divisão social do trabalho, criando a interdependência entre esses três setores.

2.2 A FORMULAÇÃO DO CONCEITO DE *AGRIBUSINESS*

Outra teoria muito utilizada em estudos sobre a produção agropecuária é a dos Sistemas Agroindustriais. Sua abordagem enfatiza os diferentes momentos do processo produtivo, privilegiando a análise sobre as estruturas de “governança” da cadeia produtiva a fim de verificar os arranjos institucionais mais adequados à elevação da produção e à distribuição, servindo ainda como subsídio à formulação de estratégias empresariais e políticas públicas.

Os estudos que versam sobre o sistema agroindustrial (agronegócio) têm como base conceitual, segundo Zylberstztaj (1995), dois conjuntos de ideias, com metodologias diferentes, mas que guardam pontos em comum: o primeiro teve origem nos Estados Unidos, com os trabalhos dos pesquisadores economistas de Harvard Davis e Goldberg (1957) e Goldberg (1968), que apresentam pela primeira vez os conceitos de *CSA*. O segundo é derivado do conceito de *filière* da escola industrial francesa nos anos 1960.

Davis e Goldberg (apud ZYLBERSTZTAJ, 1995, p. 107) definem *Agribusiness* como

[...] a soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, e também dos produtos derivados.

De acordo com Zylberstztaj, Goldberg realizando outras pesquisas agregou novos conceitos, dentre os quais destaca,

[...] primeiro o autor define o Sistema de *Agribusiness* de Commodities (*Agribusiness Commodity System*), que é ainda a base das análises desenvolvidas em Harvard. Segundo, o autor utiliza os termos complexo sistema e indústria de maneira indiscriminada. Assim denomina complexo trigo, sistema soja e indústria cítrica, criando assim uma indefinição nesta literatura que ainda persiste nos trabalhos dos anos 80 e 90. Terceiro, o autor discute o conceito de coordenação do sistema de *agribusiness*. Para fazê-lo, Goldberg estuda as relações contratuais, as instituições de coordenação e aquilo que ele definiu como sendo integração vertical e contratual nos três sistemas estudados. (ZYLBERSTZTAJ, 1995, p. 107).

Na teoria do *CSA*, os autores enfatizam as relações contratuais e institucionais que afetam a dinâmica dos fluxos, destacando os agentes envolvidos com a produção, o processamento e a distribuição do produto. “O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições

governamentais, mercados futuros e associações de comércio”. (GOLDBERG apud ZYLBERSTZTAJ, 1995, p. 118).

De acordo com o conceito de CSA, a agricultura assume a dimensão de *agribusiness*, integrando vários Complexos Agroindustriais e atividades com menor grau de desenvolvimento tecnológico e organizacional, de um determinado produto. Com isso, ela adquire uma estrutura organizacional que envolve um conjunto de negócios e atividades vinculadas às suas respectivas cadeias produtivas, nos setores primários, industrial e de serviços, públicos ou privados (financeiros, logística, classificação, marketing, pesquisa e assistência técnica).

Zylberstztaj (1995, p. 109) chama atenção para a importância do estudo de Goldberg que evidencia uma dicotomia “entre os estudos típicos de economia agrícola, com base na teoria neoclássica da firma e toda a literatura de cunho aplicado desenvolvida desde então, definitivamente, com orientação para o sistema agroindustrial, ou seja, orientação para o *agribusiness*”. O citado autor destaca, ainda, a atração que o Programa de Agribusiness de Harvard exerceu e ainda exerce sobre empresários e acadêmicos de todo o mundo, inclusive brasileiros, por conta de sua metodologia baseada em estudos de caso que permite a aplicação aos problemas corporativos e novos experimentos de esquemas teóricos analíticos.

O conceito de *filière* foi estabelecido por Morvan (1985, apud ZYLBERSTZTAJ, 1995, p. 107) assim descrito,

Cadeia (“*filière*”) é uma sequência de operações que conduzem à produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação.

Desenvolvidos na década de 1960, pela escola industrial francesa, ganhou ênfase entre os economistas agrícolas e pesquisadores ligados aos setores rural e agroindustrial. No Brasil, o termo *filière*² foi traduzido como cadeia de produção e, na área agropecuária, como cadeia de produção agroindustrial.

²“Segundo Lauret a gênese do conceito de cadeias é baseada nas relações intersetoriais presentes na literatura francesa desde o clássico “Tableau Economique” de Quesnais, também em autores marxistas, em especial Marx e Kautsky, refletidos na preocupação distributiva e, mais recentemente, na teoria geral dos sistemas”. (ZILBERSZTAJN, 1995, p. 125)

Esses dois conjuntos de conceitos têm sido bastante utilizados na discussão sobre a formulação de ferramentas gerenciais e conceituais aplicadas à busca de eficiência das cadeias produtivas. Estruturados com bases em estudos de realidades empíricas distintas, guardam semelhanças e diferenças nas suas concepções, Zylberstzaj (1995, p. 125-127) aponta algumas delas: a) tanto o conceito de cadeia como o CSA focalizam o processo produtivo como uma sequência dependente de operações; b) a variável tecnologia recebe tratamento especial, mas com enfoques diferentes, mas na literatura sobre cadeias, predomina uma análise schumpeteriana enquanto, no modelo de Harvard, uma visão neoclássica; c) ambos os enfoques partem da análise da matriz insumo-produto. Entretanto as cadeias enfatizam a hierarquização e poder de mercado, acentuando seus aspectos distributivos; d) o enfoque de cadeias analisa a dependência dentro do sistema como um resultado da estrutura de mercado ou de forças externas, tais como ações governamentais ou de ações estratégicas das corporações associadas ao domínio de um nó estratégico da cadeia; e) ambos os enfoques tratam de estratégia, na literatura de cadeias voltada para ações governamentais e, no enfoque de Harvard, predominantemente, mas não exclusivamente, as estratégias das corporações; f) os conceitos diferem quanto ao entendimento sobre o grau de coordenação, a literatura de cadeia considera as variáveis típicas da organização industrial, como barreiras à entrada, mas introduz complementarmente o conceito de controle estratégico de nós da cadeia; e h) ambos os modelos consideram a integração vertical importante para explicar o mecanismo de coordenação sistêmica.

Na formulação desses dois conceitos, a agricultura aparece como uma atividade dependente dos setores de insumos, máquinas e equipamentos, capital (bancários e financeiros), serviços (públicos e privados) e governamentais. A relação de dependência é elevada à condição de sistema, num ambiente que se realimenta permanentemente. Qualquer mudança em um de seus componentes afetará os outros setores automaticamente. Nesse sentido, é importante conhecer o funcionamento da cadeia, focalizando as estruturas de organização e estratégias entre as firmas, objetivando a sofisticação das engrenagens e a dinâmica do próprio sistema. Daí o enfoque nas análises, das formas de organização e dos dispositivos contratuais entre os diversos setores.

Não é de nosso interesse desenvolver uma análise mais detalhada sobre esses dois conceitos, apenas apresentá-los como os conceitos que serviram de base aos diversos estudos sobre os setores do agronegócio brasileiro. Nesse momento, é importante destacar que foi no Programa de Agribusiness de Harvard que os intelectuais/empresários nacionais foram buscar

a base para suas proposições de estruturação do agronegócio brasileiro, inclusive na formulação de políticas.

Um trabalho considerado como pioneiro sobre o agronegócio brasileiro foi o “Complexo Agroindustrial: o *agribusiness* brasileiro” de Ney Bittencourt de Araújo, Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza (1990). Traz como base os conceitos norte-americanos de *agribusiness* estruturados por Davis e Goldberg. Nesse trabalho, o Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro já é entendido como uma atividade que se desenvolve para além dos limites tradicionais de uma cadeia produtiva; incorporam-se na noção de CAI as características atribuídas ao *agribusiness* americano.

A partir da década de 1990, a maioria das análises econômicas consolida a formulação dos sistemas agroindustriais que envolvem as operações de produção realizadas em três planos diferentes: i) “antes da porteira”, composta pelos suprimentos à produção: indústria, fornecedores de insumos e máquinas/equipamentos, pesquisa e assistência técnica; ii) “dentro da porteira”, plano da produção agropecuária: produção dos bens vegetais e animais; iii) “depois da porteira”, fases para além da produção agropecuária: processamento, armazenamento, distribuição, operações de estocagem, comercialização e atendimento ao consumidor final.

Neste sentido, o termo agronegócio apresenta a dimensão ampla abrangendo as etapas anteriores, durante e após a produção agropecuária propriamente dita, o que aponta para uma complexidade, quanto à articulação entre os agentes e agências envolvidos. A partir do entendimento geral sobre o *agribusiness*, surgiram diversas concepções sobre o chamado agronegócio que, de um lado, enfatizam suas características econômicas e produtivas, com ênfase à sua contribuição para o PIB e, de outro lado, práticas gerenciais modernas que dão novo dinamismo à produção agropecuária e novo sentido ao latifúndio, deixando a sua condição de “improdutivo”, passando a ser “produtivo”, superando, com isso, segundo os autores trabalhados, um dos maiores entraves para o crescimento da economia do país.

2.3 O AGRONEGÓCIO NA INTERPRETAÇÃO DE SUAS AGÊNCIAS: O SENTIDO DADO PELA CNA E ABAG

Dado como resultado do processo de transformações da agricultura e da sociedade brasileira, o termo agronegócio destacou-se como “palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (BRUNO, 2009, p. 114).

Nesse sentido, o fortalecimento dos agentes rurais e agroindustriais, em espaços institucionais, políticos e sociais da vida cotidiana, tornou-se imprescindível, sendo constante a preocupação com a construção de um discurso legitimador de suas práticas e de sua hegemonia.

O objetivo deste tópico é refletir sobre o sentido dado ao agronegócio, por suas agências, partindo do pressuposto de que há um discurso de pretensões hegemônicas e deterministas que o coloca como a “única alternativa” para que o Brasil alcance o *status* de país desenvolvido. Os argumentos giram em torno da representação do agronegócio como “geração de riqueza”, “expressão da modernidade”, “novo modelo de desenvolvimento que atende toda a sociedade”, “única alternativa”, “superação do latifúndio improdutivo”, dentre outros.

São inúmeras as agências denominadas como representativas do setor, cujas formas organizativas seguem, de alguma maneira, os elos das diversas cadeias produtivas do agronegócio. Relacionam-se algumas, como forma ilustrativa dessa diversidade e ampla organização política e institucional: Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), ABIOVE, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF), Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA-MT), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB), dentre outras.

No caso brasileiro, dentre aquelas mais representativas e atuantes, na ação política, destaca-se a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)³ e a ABAG⁴. Alguns argumentos e representações sobre o agronegócio encontram-se nos discursos dos dirigentes das referidas entidades que procuram fundamentar a construção política ideológica da palavra agronegócio.

³ A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) surgiram em janeiro de 1964, em decorrência da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e das pressões pela criação de estruturas sindicais representativas do patronato e trabalhadores rurais. A CNA se organiza através de um sistema – o Sistema CNA. O Sistema CNA abrange quatro entidades: o Canal do Produtor (informações e serviços), a CNA (representação e defesa dos interesses dos produtores rurais), o Instituto CNA (programas sociais) e o SENAR (aprendizado rural). Agrega 27 federações de agriculturas e pecuária organizadas por unidades da federação que compõem a estrutura sindical dos produtores rurais organizados em 2.142 sindicatos rurais espalhados pelo país, com aproximadamente 1 milhão de produtores sindicalizados.

⁴ Agrega organizações e entidades representativas de todos os segmentos do agronegócio, desde os insumos a agricultura animal até a distribuição ao consumidor final (pesquisa, produção rural, agroindústria, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização, exportação e serviços). Atualmente, conta com 62 associados mantenedores.

Desde sua fundação, em 1993, a ABAG tem enfatizado a importância do agronegócio no PIB brasileiro e identificado os impactos do chamado “custo Brasil” (transporte, tributos, logística), além de criticar o protecionismo e os volumosos subsídios ofertados, pelos países desenvolvidos, aos seus agronegócios. Tem forte atuação política, influenciando as políticas governamentais.

No discurso de posse de seu primeiro presidente, Ney Bitencourt de Araújo (mandato no período de março 1993 a janeiro de 1996), são apontados os quatro grandes problemas do país que o *agribusiness* pode ajudar a solucionar: organização do processo de desenvolvimento sustentado; integração à economia internacional; eliminação das profundas desigualdades de renda e bolsões de miséria; e respeito ao meio ambiente. Das possíveis soluções, consagraram-se os argumentos que fundamentam a construção político ideológica da palavra agronegócio: a) sinônimo de inovação do modelo da produção agropecuária brasileira; b) sinônimo de modernidade e de progresso do latifúndio produtivo; c) superação da questão agrária; d) produção de riquezas; e) resultado do avanço tecnológico e da pesquisa científica.

2.3.1 Agronegócio, sinônimo de inovação do modelo da produção agropecuária brasileira.

Em entrevista à revista Panorama Rural (maio de 1999), o então presidente da ABAG, define o agronegócio como uma “revolução silenciosa”, pela qual passou a agropecuária brasileira, protagonizada por um grupo de produtores rurais, livres de dívidas, que se capitalizaram, investiram em tecnologia e aumentaram a sua produtividade. Essa revolução está assentada em três vertentes: a tecnológica, a gerencial e a do modelo.

Esta revolução tem 3 vertentes: a mais visível é a tecnológica. Nas modernas fazendas brasileiras encontramos hoje tratores, implementos e colheitadeiras de última geração; plantio direto e agricultura de precisão já estão dominados; novas fórmulas de adubos, defensivos e novas variedades de sementes vão se multiplicando; práticas culturais inovadoras são introduzidas. É o estado da arte da agricultura mundial. Mas esta é a vertente mais óbvia. A segunda, muito mais complexa, é a gerencial: já não basta ser bom técnico em ciências agrárias, é preciso ser um bom gerente. Assim, os novos empresários rurais são excelentes gerentes comerciais, financeiros e de recursos humanos. Conhecem questões fiscais e tributárias e entendem de meio-ambiente. São bem informados e articulados com associações, cooperativas e agroindústrias. Fazem parte de uma revolução silenciosa. E a terceira vertente é a do modelo. Como já aconteceu em outros países, está mudando o modelo de formação da renda no campo. (RODRIGUES, 1999, p. 7, grifo nosso).

Evidencia-se na fala de Rodrigues, a vinculação do agronegócio à transformação ocorrida no meio rural, de caráter inovador, tanto nas etapas dos sistemas produtivos, com a incorporação de novas tecnologias, quanto na organização gerencial; conduzindo a um novo modelo agropecuário de formação de renda.

Pode-se ainda destacar de seu discurso, pelo menos duas afirmativas implícitas: a de que esse novo modelo requer um produtor “empresário” com conhecimento e domínio sobre administração gerencial e comercial. Esse perfil define por inclusão e exclusão quem pode e não pode pertencer a “esse mundo social do agronegócio”, uma vez que este requer novas habilidades e *habitus* (BOURDIEU, 1983). A segunda distingue o setor do agronegócio dos setores “atrasados”, ineficientes e incapazes de acompanhar as inovações tecnológicas, gerenciais e comerciais.

Para Sauer (2008, p. 30), a questão central do agronegócio está no uso de novas tecnologias. Segundo o autor, o aparato tecnológico da “Revolução Verde” e na atual implantação desse modelo agropecuário, que privilegia a adoção de técnicas por um pequeno segmento altamente capitalizado (pelo Estado), não é adequado às pequenas propriedades. Grandes maquinários (tratores e colhedoras) que não podem ser utilizados nas pequenas propriedades da agricultura de subsistência, por exemplo. Enfatiza que essa dinâmica não é fruto somente da ação ou da lógica do mercado, além do apoio de políticas públicas (subsídios, incentivos fiscais e assistência técnica) é resultado também de imposições ideológicas e simbólicas sobre a esmagadora maioria da “população rural”.

2.3.2 Agronegócio, sinônimo de modernidade e progresso do latifúndio produtivo.

O discurso das agências sobre o agronegócio o coloca em contraposição a três outros “modelos”⁵ de uso da terra e dos recursos florestais: o detentor de grandes extensões de terras usadas apenas como reserva de valor, a produção de subsistência e o extrativismo.

Agronegócio é sinônimo do desenvolvimento para o país, conjugando a imagem do “progresso” e da “modernidade” e se coloca como o futuro alternativo ao “arcaico” e ao “conservadorismo”, como expressa o discurso da associação.

⁵O termo “modelo” aqui utilizado se refere a um ideário, um modo de ação, a práticas culturais, um modo de vida.

O agronegócio, pela sua magnitude e importância, é um dos caminhos para o país conseguir progressos de maneira favorável. O passado serve como orientador porque reflete no presente. Há uma convivência entre o arcaico e o inovador, o saudosismo e o eterno devir. “Olhar o futuro é ter a visão crítica do passado e da contemporaneidade”. (ASSOCIAÇÃO..., 2010, p.7)

Os elementos discursivos, recorrentemente enfatizados e reiterados pela ABAG, reforçam uma representação do “agronegócio” ligada ao progresso, ao desenvolvimento e à inovação - elementos da modernidade - em contraposição ao arcaico, atrasado por isso conservador – elementos do tradicional (na concepção mais recorrente do termo). No discurso da presidente da CNA, também senadora da república, Kátia Abreu⁶, o agronegócio brasileiro moderno também é sinônimo de competitividade e produtividade no setor de alimentos. São milhões de hectares (de pequenas, médias e grandes propriedades) utilizados na produção agropecuária, o que coloca o país em destaque frente à concorrência mundial.

Entre os emergentes, o País mais promissor do mundo; um País que tem um agronegócio invejado nos quatros cantos do mundo; um País que tem a melhor eficiência, a melhor competitividade de seus produtores em comparação aos outros do mundo afora. Sem sombra de dúvida, o agronegócio brasileiro é o campeão do mundo. Nós podemos nos orgulhar de que a produção agropecuária brasileira é a campeã. Nós conquistamos essa bandeira, nós conquistamos essa posição por meio de muito trabalho, de muita persistência, de muita dedicação dos produtores do País, de todos os tamanhos: pequenos, médios e grandes. (pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2009).

[...] aumentou a competitividade, aumentou a produtividade, que aumentou a qualidade no mesmo espaço de terra, que conseguimos produzir mais, com preço mais barato, dando oportunidade a que a sociedade pudesse comer e ter um abastecimento com mais qualidade e com preços razoáveis. Não estamos querendo fazer bonito. Os trabalhadores comem por que também trabalham, vão ao supermercado ou ao armazém e, com seu salário, compram sua cesta. Nós só estamos aqui destacando nossa contribuição, pela nossa eficiência e competitividade. (Pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2009).

Outro aspecto a ser observado é o agronegócio como sinônimo de uma atividade que deu certo e que colocou o País em evidência, contribuiu para tornar a cesta básica mais acessível, configurando uma atividade que, ao agregar a tecnologia à produção tornou-a mais eficiente – produziu mais e “aumentou a qualidade no mesmo espaço de terra”.

⁶Primeira mulher a assumir a presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, a Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) tem uma trajetória política de cargos representativos de classes e cargos do legislativo. Foi líder no Sindicato Rural de Gurupi (TO), sua cidade; depois presidente da Federação da Agricultura do Tocantins. Entre os anos de 2000 e 2006 exerceu o cargo de deputada; foi eleita em 2006 Senadora da República cargo que ocupa atualmente. E em 2008, na eleição foi eleita como presidente da CNA, tendo seu mandato renovado até 2014.

2.3.3 Agronegócio, superação da questão agrária.

Agregada à superação do latifúndio improdutivo está a representação do agronegócio, como atividade que possibilitou a “resolução da questão agrária” no País. Como afirma a presidente da CNA, em seu discurso de posse.

O falso conflito, que colocava proprietários e trabalhadores como adversários e concorrentes não subsiste, a não ser para enriquecer aproveitadores. Proclamam-se revolucionários leninistas, mas operam no mercado negro da chantagem política. [...]. O vácuo da injustiça e incerteza que perdurou por tanto tempo, está desfeito. A questão foi superada quando a terra, que se bastava, desde que alguém a semeasse, com se dizia, tornou-se apenas um item da produção rural. As culturas, qualquer cultura agrícola, qualquer criação, o próprio manejo realizado com rigores da austeridade ecológica, reclama tecnologia, máquinas, mão de obra treinada, numerosos insumos, uma operação cuja economicidade quase sempre exige operações extensivas, incompatíveis com espaços exíguos. As disposições legais que regem os contratos entre empresas e empregados, tanto no campo como na cidade, desfazem os mitos, preconceitos e anacronismos. O pragmatismo do agronegócio definiu a nova realidade. [...]. Devemos ao agronegócio, um conceito que ninguém inventou, mas foi imposto pelas relações de produção, o fim da mística patrimonialista da agricultura. (Kátia Abreu, discurso de posse da presidência da CNA, 2008, grifo nosso).

O agronegócio é, antes de tudo, aquele que resolve, na sociedade moderna, a questão fundiária. Ou seja, aquele que supera a improdutividade da terra e coloca o latifúndio a serviço da produção e da economia do país, superando a modernização conservadora da agricultura brasileira que manteve a estrutura agrária herdada do período colonial. Sob essa representação da fazenda moderna que requer uma *“operação cuja economicidade quase sempre exige operações extensivas, incompatíveis com espaços exíguos”*, assegura-se a manutenção do latifúndio.

As provas dessa superação são apresentadas de forma bastante objetiva: “representa um terço do PIB, dos empregos, das exportações”. Agrega-se ao discurso da eficiência, da superação, da capacidade em contraposição a realidade brasileira da desigualdade social imposta pelo modelo de propriedade da terra baseado em grandes propriedades e na prática histórica do uso da violência. E como nos fala Bourdieu (1983, p. 17) “o dominante é que possui os meios de impor ao dominado que o perceba como ele quer ser percebido”.

2.3.4 Agronegócio, produção de riquezas.

O agronegócio como produção de riqueza e sucesso é fruto do processo de transformação da agricultura, do investimento em tecnologia utilizada na produção agrícola que conduziu este setor da economia ao *status* de sustentação da balança comercial e dos “três índices mais importantes da economia”: “[...] é um setor que representa um terço do PIB, dos empregos e das exportações [...]”. (Pronunciamento da presidente da CNA, Katia Abreu na condição de senadora, no Congresso Nacional, 10.06. 2008).

Concebido como expressão de riqueza, estrutura-se a partir da noção da cadeia produtiva, uma vez que só é possível uma atividade gerar riqueza se ela for produzida através de uma cadeia.

[...] O extrativismo pregado e decantado, por muitos nessa Casa, o extrativismo, Sr. Presidente, só funciona quando não dá certo, porque quando o extrativismo dá certo passa a ser uma cadeia produtiva, ele passa a fazer parte, Sr. Presidente, da atividade econômica do País. Assim foi com a borracha, assim está sendo com o açaí [...]. (Pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2008).

Observa-se também no discurso a desqualificação do extrativismo como atividade econômica capaz de gerar riqueza. Seguindo o trecho do mesmo discurso, essa desqualificação incorpora ainda a imagem do extrativismo ao trabalho escravo:

[...] Eu não vou, Sr. Presidente, trabalhar para que o nosso povo da Amazônia e meu Estado, o Tocantins, está incluído na Amazônia, se submeta a escravidão. Aquilo sim é trabalho escravo no meio da mata, sujeito à falta de conforto e a todo tipo de doenças e intempéries [...]. (Pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2008)

Encontra-se aí um princípio de valorização da atividade do agronegócio e a reafirmação de uma imagem positiva do setor; uma bandeira de luta assumida pela presidente da CNA em seu discurso de posse.

Estamos aqui para remover os preconceitos que isolaram, pelos séculos dos séculos, os produtores rurais. Odiosamente lhes foi atribuída não como indivíduos, mas como classe, não apenas o poder, mas toda a sorte de culpas e anedotas pelo atraso econômico, social, cultural, tecnológico e principalmente político deste País. [...]. É falso que sejam os empresários rurais, por se dedicarem a atividade econômica da agricultura, protótipos do atraso, da fortuna injusta da propriedade usurpada e do poder feudal. É absurdo que sejam comparados a escravos, dependentes ou trabalhadores de segunda categoria, os empregados das empresas agrícolas. Eles são desde os

peões que mourejam no campo aos operadores de máquinas, da informática, os técnicos e engenheiros nas variadas disciplinas, da biologia à química, das operações econômico-financeiras e de comércio internacional, sem os quais não é possível atuar hoje nesse setor produtivo. (Kátia Abreu, discurso de posse da presidência da CNA, 2008).

A imagem criada é do produtor como “empresário rural”; da produção agrícola como atividade econômica rentável; da fazenda como empresa agrícola moderna que emprega trabalhadores de diversas categorias e competências técnicas, contrapondo-se à imagem do latifúndio improdutivo, da grilagem de terras e da prática de trabalho escravo. “Preferimos ser recompensados dignamente pelos nossos produtos, como empresários que plantaram, cuidaram e colheram visando auferir lucros legítimos” (Kátia Abreu, discurso de posse da presidência da CNA, 2008).

Ao sentido de riqueza é acrescido o de potência e de partilha, como se a riqueza produzida pelo agronegócio fosse partilhada por todos.

Eu não me canso, com orgulho, de repetir que o agronegócio brasileiro responde por mais de 40% das exportações do País, ajudando e sustentando a balança comercial brasileira, fazendo com que o País, o Brasil, pudesse sair da crise que todos os países enfrentam ainda. E nós pudemos sair da crise com mais pressa, porque tínhamos um colchão de reserva das nossas exportações. Nós tínhamos US\$ 250 milhões de reservas cambiais, que deram sustentação ao País para sair da crise. E o balanço das exportações e importações brasileiras é positivo nos últimos dez anos, graças ao agronegócio brasileiro, que é superavitário em US\$ 25 milhões por ano. [...] O pilar mais importante que sustentou a balança comercial brasileira, que fez com que o País pudesse controlar a inflação, foi o setor agropecuário. [...] Esta casa é sabedora que o agronegócio responde por um terço dos empregos de carteira assinada neste País, daqueles empregos formais. Desde o setor primário, desde a roça, desde o campo, desde o plantio da soja, da criação dos animais, do plantio de eucalipto, de café, de frutas até a indústria brasileira do agronegócio, é um terço de brasileiros trabalhando todos os dias na sustentação da cadeia. (Pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2011).

Toma-se como pressuposto que a “importância ímpar” do agronegócio como única alternativa ao desenvolvimento do País seria a grande oportunidade que o Brasil teria de se tornar um país do primeiro mundo.

A ABAG Ribeirão Preto-SP desenvolve o “Programa Educacional Agronegócio na Escola” que, mediante a orientação pedagógica, trabalha a formação e informações dos/aos professores, de escolas urbanas, capacitando-os para que disseminem junto à comunidade escolar uma ideia positiva sobre a “importância” do agronegócio para a vida cotidiana. Na ocasião da comemoração dos 10 anos da ABAG Ribeirão Preto, foi realizado um concurso de

frases e desenhos sobre o agronegócio, envolvendo 14 cidades da região com a participação de 4.500 alunos. As frases publicadas no boletim da ABAG expressam o processo de formação de uma sociedade promocional do agronegócio:

Apague com a borracha de látex toda a ideia que você tinha do agronegócio. Escreva em um papel de celulose as palavras progresso e sustentabilidade. (Ana Paula Davi de Souza, Sertãozinho).

Se no passado a agricultura não preservava, o agronegócio trouxe tecnologia aliada à conscientização ambiental. (Lucas da Silva Ramos, Ituverava).

Agronegócio: trabalho, ação, desenvolvimento, preservação. (Ana Paula R. Lima, Ribeirão Preto). (ASSOCIAÇÃO...; RP, 2010, p. 2).

De acordo com Romão (2006), a ABAG Ribeirão Preto firmou convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, onde incluiu a matéria agronegócio no currículo de 106 escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio da região, cuja ementa propõe o estudo do agronegócio, com ênfase para a sua importância no dia-a-dia das cidades, incluindo, ainda, visitas experimentais a empresas do ramo.

Diferentes estratégias são usadas para reforçar o agronegócio, como o modelo mais adequado ao desenvolvimento do país, a exemplo do reiterado esforço da ABAG e da CNA em demonstrar a importância do setor no PIB brasileiro. Mais do que reforçar essa importância, o uso da “noção” agronegócio e sua intensa difusão, junto às organizações empresarias, tem o sentido de criar uma “unidade de classe” entre todos os agentes que compõem o setor e estabelecem um convencimento de que todas (ou pelos menos a maioria) as atividades econômicas, desenvolvidas na sociedade brasileira, integram as cadeias produtivas do agronegócio.

Trabalha-se, pois, na construção de uma representação social do agronegócio, como uma atividade presente na vida cotidiana brasileira, no campo ou na cidade, da qual não se pode abrir mão. Assume no discurso de seus agentes a dimensão de um verdadeiro “patrimônio nacional”: “[...] a agropecuária não é dos produtores rurais, o agronegócio é do Brasil, é dos brasileiros, um patrimônio nacional, é questão de Estado [...]”. (pronunciamento da presidente da CNA, Katia Abreu na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2011).

2.3.5 Agronegócio, resultado do avanço tecnológico e da pesquisa científica.

O tripé agronegócio, avanço tecnológico e pesquisa científica serve de âncora à expansão e positividade do agronegócio. Nos discursos sobre o setor, as referências à tecnologia e à pesquisa científica são constantes.

O Brasil vem obtendo safras recordes em seus principais cultivos e criações. O saldo comercial do agronegócio segue na mesma marcha. Esse cenário é resultado da combinação de uma série de fatores positivos e dos investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de insumos, máquinas e equipamentos. Soma-se a esses fatores, a aplicação mais elevada de gestão técnica e econômica do campo, garantindo maior competência na produção de alimentos, fibras e energia [...]. (ASSOCIAÇÃO..., não paginado, 2010).

A tecnologia é entendida como um dos eixos estruturantes do agronegócio. Sem ela, a competitividade e produtividade ficariam comprometidas. A fala da CNA chama atenção para o lugar da pesquisa científica no agronegócio, sempre relacionada com outras atividades da vida cotidiana.

A falta de conhecimento sobre a biotecnologia gera confusão e preconceito, sem levar à população os esclarecimentos sobre influência direta da pesquisa na vida das pessoas. As possibilidades que se abrem com o uso da biotecnologia na medicina, no setor farmacêutico, nas indústrias de saneantes e alimentos são numerosas [...]. Na produção agropecuária, a engenharia genética tem elevado poder econômico, pois abre portas para novos mercados. Isso porque a biotecnologia aplicada no campo não apenas melhora a qualidade dos alimentos, como também reduz os custos de produção e facilita o manejo. [...]. (Pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2011).

A tecnologia é fundamental à modernização das cadeias produtivas, ao aumento da qualidade, à quantidade de alimentos (tão necessária considerando o aumento populacional e a fome mundial) e aos novos alimentos capazes de superar os entraves naturais (exp.: as pragas agrícolas); e condição básica para que o “Brasil continue no caminho do desenvolvimento”, conforme expressa em seu discurso a senadora Kátia Abreu,

Sras. e Srs. Senadores venho falar de uma área que é estratégica para o Brasil: o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica. Mas especificamente do desenvolvimento e inovação no campo da biotecnologia moderna ou engenharia genética, setor que, por força de uma conspiração ainda em curso, chegou perto da aniquilação. [...] se um país pretende trilhar os caminhos que atualmente levam ao que é definido como desenvolvimento, consolidar uma economia moderna e participar ativamente

de um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, será necessário superar a grande distância que separa sua ciência e tecnologia daquelas praticadas nos países industrializados mais avançados. [...] Esse segmento das ciências da vida, da tecnologia é, reconhecidamente, ao lado da tecnologia da informação, um novo e promissor campo da economia baseada no conhecimento que deverá abrir novas oportunidades para as nossas sociedades e economias. [...] na produção agropecuária, a engenharia genética tem elevado poder econômico, pois abre as portas para novos mercados [...] o entrave na liberação comercial dos transgênicos é uma das razões que levam à queda na renda dos produtores rurais e conseqüente perda da competitividade do País, o que torna impossível oferecermos alimentos mais baratos à sociedade”. (pronunciamento da presidente da CNA, na condição de senadora, no Congresso Nacional, 2011).

Para ampla propagação dessas representações e da visão triunfalista do agronegócio na sociedade brasileira, a ABAG e CNA, assim como as demais entidades patronais representativas do setor, recorrem a uma série de estratégias com o apoio de empresas de consultoria e instituições de pesquisa⁷, que lhes fornecem o suporte técnico-científico na produção de dados, estatísticas e de informações que reforçam as imagens construídas em torno do agronegócio. Agrupam-se a essas instituições, jornalistas, editorialistas e colunistas que escrevem para o público em geral, “escandindo os efeitos da estrutura fundiária, exaltando as possibilidades do mercado de *commodities* e relativizando os efeitos das mudanças climáticas” (ALMEIDA, 2010, p. 103). Têm-se ainda, corpos docentes universitários, economistas, gestores, ONGs, dentre outros, que convergem para uma coalizão de interesses em torno do agronegócio. De acordo com Almeida, atuam como verdadeiros *think tanks*⁸.

Paralelo à criação da ABAG, surge o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA), articulado por Ney Bittencourt junto a um grupo de acadêmicos da FEA-USP, que objetivam promover estudos sobre *agribusiness*, desenvolve conhecimentos aplicados aos negócios agroindustriais dirigidos às estratégias privadas e às políticas públicas. A ABAG articula duas estratégias de ação para a consolidação do pensamento sobre o agronegócio: difundir sua importância para o crescimento da oferta de alimentos e da produção científica, bem como a formação qualificada de mão-de-obra para o setor. Coube

⁷As produções mais conhecidas são as revistas especializadas *Conjuntura Econômica* e *Agroanalysis*, da Fundação Getúlio Vargas. Dentre os grupos de docentes universitários destacam-se o PENSA da USP e o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Roberto Rodrigues, antigo presidente da OCB e da ABAG (1999- 2002) e ex-Ministro da Agricultura (2003-2006) do Governo Lula. Engenheiro agrônomo com carreira universitária, Rodrigues era proprietário rural com prestígio no setor do agronegócio, tendo sido também Secretário de Agricultura de São Paulo.

⁸Almeida toma como referência para essa afirmativa a definição de Bourdieu (2001, p. 39) “grupos de *experts* escolhidos pelos poderosos”.

aos intelectuais do PENSA a construção e difusão do “escopo teórico e metodológico às ações do *agribusiness* brasileiro”. (PINTO, 2010a, 2010b)⁹.

O PENSA é o braço acadêmico da ABAG, que se tornou referência para formação sobre o agronegócio. Uma de suas iniciativas, nesse sentido, foi a realização de Cursos de Especialização em *Agribusiness* ministrados junto à EMBRAPA e ao Banco do Brasil. (PINTO, 2010b). Dessa forma, a ABAG vem consolidando sua autoridade sobre o setor sobre as instituições/entidades a ela vinculadas, assim como, a sua representação junto à sociedade brasileira.

De maneira resumida, pode-se observar que as expressões discursivas das agências reforçam a já referida visão triunfalista de um agronegócio moderno, eficiente, produtor de riqueza, agregador de valor e integrado ao mercado mundial. Pregam também um “ideário” de sociedade moderna no qual não cabem outras práticas econômicas como aquelas do extrativismo e da agricultura camponesa, taxadas de atrasadas, ineficientes, improdutivas e destinadas somente à subsistência sem contribuir com o desenvolvimento do país.

Bourdieu (2008) afirma que a linguagem e as representações possuem uma eficácia simbólica na construção da realidade. Chama atenção para os processos sociais, especialmente aos de oficialização, que dão poder de nomeação, classificação e divisão dos agentes - o “ato mágico” das palavras. O termo “agronegócio” em sua construção política busca a (re)qualificação da dominação e dos espaços de poder, indicando que o que está em jogo é a hegemonia de um “ideário” social – a sociedade do agronegócio.

Uma demonstração dessa mobilização, na difusão desse “ideário”, encontra significativa expressão no “Movimento Sou Agro”, que objetiva valorizar o setor em uma ação de comunicação institucional coordenada por um conjunto de empresas e entidades representativas dos produtores¹⁰:

O Movimento Sou Agro é uma iniciativa multisetorial de empresas e entidades representativas do agro brasileiro. Será um canal permanente entre o agro e seus diversos públicos de interesse, especialmente, o cidadão urbano. (SOUAGRO, 2012, não paginado)

⁹ De acordo com Pinto (2010b) dentre as organizações e instituições que sistematicamente interagem com o PENSA estão: ABAG, Jari Celulose, Illy Café (empresa torrefadora italiana), FAO, Governo do Estado do Maranhão, EMBRAPA, IAMA (International Agribusiness Management Association), ISNIE (International Society of New Institutional Economics), as Universidades Federais de São Carlos (UFSCAR) e do Rio Grande do Sul (URGS).

¹⁰ Coordenam o movimento: APROSOJA, ABAG, ANDEF, ABCZ, UNICA, OCB, CARGILL, ABRAPA, BRACELPA, BUNGE, VALE, INPEV, MONSANTO, NESTLÊ, ACCENTURE, SINDIRAÇÕES, ABMR&A e FIESP.

As empresas e entidades coordenadoras do movimento estipularam um investimento inicial de 12 milhões de reais num projeto a ser executado em duas etapas: a primeira, uma campanha de aproximação ao tema agronegócio com peças em emissoras de TV, rádios, jornais, revistas, sítios e redes sociais. As peças da campanha de TV têm como protagonistas os atores Lima Duarte e Giovana Antonelli¹¹. A segunda, com a disseminação de informações do setor por meio de dois portais: Sou Agro (SOUAGRO, 2012, não paginado) cujo objetivo é levar informações aos diversos públicos; e Redeagro (Rede de Conhecimento do Agro Brasileiro (SOUAGRO, 2012, não paginado) voltado para a divulgação de análises e estudos científicos, destinados ao público acadêmico.

As campanhas televisivas apresentam um discurso em que o agronegócio tem lugar de prestígio, enunciando uma suposta potência e criando um imaginário de vínculo com a vida cotidiana do cidadão urbano. Os conteúdos das mensagens procuram apresentar essa ideia como evidente e natural sob um efeito ideológico de uma representação de cidade “completamente dependente do agronegócio”. Os efeitos danosos do agronegócio são ocultados, por exemplo, a expropriação de terras de pequenos produtores; o deslocamento de famílias inteiras para áreas periféricas das cidades, que se instalam em moradias precárias; as péssimas condições de moradia dos trabalhadores; a falta de condições dignas de trabalho nas fazendas; a exaustão física a que são submetidos os boias-frias em sua tarefa diária de cortar cana; o uso intensivo de agrotóxicos na produção; a contaminação de rios e fontes de água, dentre outros.

O discurso do agronegócio constrói uma tessitura de representações de potência e riqueza, passando um sentido de que esta é distribuída igualmente a todos, gerando um bem estar coletivo. Estes elementos são marcados na textualização da campanha “Sou Agro” com comerciais televisivos, amplamente divulgados também nas redes sociais. Todos os comerciais apresentam a mesma chamada “Sou Agro”, colocando um elo imaginário entre o agronegócio e o expectador, no qual todos são chamados a assumir tal identidade. Na outra esfera desse imaginário, o agronegócio é apresentado como aquele que provê todas as necessidades da vida cotidiana: alimentos, roupa, combustível, o papel, o lápis, as revistas, etc. Há na campanha a combinação de uma imagem de saber e de poder, dando voz ao agronegócio como força absoluta, óbvia e natural na construção da vida cotidiana.

Além do *slogan* chamam atenção composições de imagens, apresentadas em sequências rápidas, de terras produtivas, áreas coloridas pelas plantações, maquinários em

¹¹ O lançamento da campanha na TV aconteceu em julho de 2011, com a divulgação dos comerciais nas redes de comunicação.

ação, dentre outras, associadas a produtos industrializados vindos do agronegócio e embaladas pela voz do narrador que vai enfatizando a intensa relação dessa atividade com a vida urbana moderna.

Este conjunto de recursos áudio visuais aliados ao *slogan* da campanha, cultiva uma dependência do expectador frente à “grandiosa” produção do agronegócio – no final das contas a mensagem é “não vivemos sem ele”. Para sustentar essa dependência, o termo “agro” vem adjetivado pelos conceitos: cidadania (“agrocidadão”) e nacionalidade (“agrobrasileiro”). Os comerciais finalizam com a afirmativa “AGRO UM BRASIL QUE CRESCE FORTE E SAUDÁVEL”, reafirmando o agronegócio como a atividade que gera desenvolvimento ao país.

Quadro1-Discursos dos comerciais da campanha para TV

<p><u>Sou Agro Bendita Terra – apresentada pelo ator Lima Duarte</u> Bendita Terra, onde a gente brasileira fincou suas raízes. Bendita Terra, que a todos premia com frutos que nela trabalha com respeito e dedicação. Bendita Terra, que alimenta todo um país, que alimenta o mundo. Bendita Terra, que é uma das maiores agronações do planeta. Bendita Terra, que me dá orgulho de dizer “sou agro”, “sou agrocidadão”, “sou agroator”, “sou agrobrasileiro”. <u>Agro um Brasil que cresce forte e saudável.</u></p> <p><u>Sou Agro Gente - apresentada pelo ator Lima Duarte</u> A gente não se dá conta, mas, o agro está presente na nossa vida. O arroz e o feijão de todo o dia, como é que foram parar aí? Teve alguém que colheu, que transportou. Agro dá trabalho, mas dá gosto vê. Como o agro, o Brasil planta qualidade e colhe riqueza. Eu tenho orgulho de ser um “agrocidadão”. <u>Agro um Brasil que cresce forte e saudável.</u></p> <p><u>Sou Agro Dia a Dia – apresentada por Giovana Antonelli</u> Você nunca deve ter notado, mas da hora que você acorda até dormir de novo tudo é agro. O lençol, o pijama, a toalha do café da manhã é agro. O leite, o queijo, a margarina, o suco, o pãozinho, o caderno e as revistas que você lê, tudo é agro. O etanol do carro que te leva para cima e para baixo, tudo é agro. E o Brasil pra frente, tudo é agro. Sou agro, “agrocidadã”. <u>Agro um Brasil que cresce forte e saudável.</u></p> <p><u>Sou Agro Fazenda – apresentada por Giovana Antonelli</u> Você sabia que no Brasil todo mundo têm uma fazenda. A minha fica bem aqui na cidade, no meio da minha cozinha é só abrir a geladeira. Lá eu tenho meu pomar, o meu gado de corte, a minha soja. Aqui eu tenho minha floresta plantada. Até a roupa que eu visto vem da minha fazenda, da minha plantação de algodão. Na minha fazenda tem até canavial. Eu amo essa fazenda chamada Brasil. Sou “agrobrasileira”. <u>Agro um Brasil que cresce forte e saudável.</u></p>
--

Fonte: SOUAGRO (2001).

Merece destaque o fato das campanhas não serem protagonizada pelos representantes do agronegócio, nem pelos políticos defensores do setor, nem por fazendeiros, mas por atores de destaque nacional, conhecidos, aplaudidos e respeitados pelos brasileiros, que transmitem a mensagem do “BRASIL AGRONAÇÃO”.

Ao apresentarem a ligação entre os elementos da vida urbana cotidiana e as atividades da área rural vinculadas à indústria (destacando os produtos consumidos nas cidades), costuram a dependência entre o agro e a cidade, deixando o expectador sem saída; não há como não achar que o agronegócio faz parte da vida por isso “sou agrocidadão”, “sou agrobrasileiro(a)”, marcando uma repetição que completa o *slogan* “Eu sou Agro”. A repetição é uma das armas dos discursos hegemônicos, “repete-se o sentido único até que ele se cristalize como marca da verdade e tradução fidedigna da realidade”. (ROMÃO, 2006, p. 3).

Faz parte ainda, dessa repetição, a afirmativa do Brasil como uma “agronação” poderosa, uma “bendita terra, que alimenta todo um país, que alimenta o mundo”. A suposta potência econômica do agronegócio procura imprimir a marca de que o país é produtor de uma riqueza para todos.

Fortalecendo a estratégia de difusão desse “ideário”, em 18 de outubro de 2011, o Movimento Agro fundou o Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), que tem como proposta servir de referência para discussões econômicas, sociais e ambientais, relativas à sustentabilidade da agricultura. É formado por 13 conselheiros vinculados ao agronegócio, às instituições de pesquisa científica e a setores governamentais (apêndice B). Idealizado pelos próprios conselheiros, o CCAS prevê uma atuação ampla com produção de trabalhos científicos, participação e organização de fóruns, palestras, entrevistas e geração de conteúdo.

A recorrência ao aparato científico é um dos muitos instrumentos usados pelas agências/agentes do agronegócio com vistas a garantir o efeito da verdade, que com a apresentação de números, cifras, experiências e experimentos, evidenciam que a realidade foi pesquisada e documentada, sob o manto de uma pretendida imparcialidade.

Observadas as diversas representações sobre o agronegócio, propagadas pelo próprio setor, denota-se a construção de uma imagem poderosa e triunfalista para/do agronegócio, com fortes vinculações à vida e ao cotidiano do homem citadino e à prática da agropecuária monopolista. Há, com isso, flagrante tentativa de construção de um consenso em torno de que a dependência mútua entre urbano, rural e a indústria faz emergir uma forma de identidade harmônica entre todos aqueles que moram na cidade e no campo: a identidade do “eu sou

agro”. O agronegócio, que geraria trabalho, prazer, desenvolvimento, riqueza, tecnologia, saúde e ascensão representa a construção e difusão de um “ideário” de pretensões hegemônicas.

2.4 O SENTIDO POLÍTICO DO AGRONEGÓCIO: Repensando os Conceitos Econômicos.

Pretende-se destacar, neste tópico, os limites dos elementos explicativos sobre o conceito de complexo agroindustrial e *agribusiness*/agronegócio, comumente utilizados para indicar as mudanças ocorridas na agricultura brasileira. Observa-se que tanto as definições de complexo industrial quanto as de *agribusiness* têm como base teórica um sistema econômico autônomo, sem relações com a realidade da vida social. A abordagem dos Complexos Agroindustriais enfatiza a especialização da produção e a divisão social do trabalho, combinado com novos arranjos que levam à transformação do setor agrícola para a agroindústria. No conceito de *agribusiness*, há ênfase aos processos de gestão dos elos da cadeia produtiva (*filière*) na busca do aperfeiçoamento dos processos, de forma a garantir redução de custos de transação para uma constante ampliação dos lucros e dos negócios. Essas duas abordagens, apesar de suas especificidades, têm em comum a análise de que os fatores de transação econômica são determinantes na configuração de um modelo de agroindústria homogêneo e unificado, com poucas divergências entre os elos da cadeia produtiva, dando um sentido harmônico ao seu funcionamento.

GOODMAN et al. (1985, p. 37) numa análise crítica, afirma que o conceito de complexo agroindustrial supõe a existência de uma produção unificada, baseada em capitais homogêneos e não contraditórios. Os autores trabalham com a hipótese de uma dupla aliança entre “capitais agroindustriais, tal como expressa na noção de ‘complexo’ agroindustrial, e entre esse complexo e a estrutura agrária, aliança que determinaria um processo de ‘industrialização’ da agricultura”, oposto à ideia de “complexo” por se tratar de uma tentativa equivocada de generalizar um modelo que é “conjuntural e particular”. Os diferentes ramos “agroindustriais fazem incidir exigências diferenciais sobre o setor agrícola” e distintos capitais apresentam diversificadas probabilidades de crescimento. Por consequência não se pode dizer que as políticas do Estado representam ou fomentam uniformemente o complexo agroindustrial.

A emergência e a unificação conjuntural de diferentes capitais agroindustriais é um processo irregular e está sempre se redefinindo, dependendo do ritmo dos avanços científicos e das inovações tecnológicas. (GOODMAN, et al., 1985, p. 37)

Uma segunda limitação desse conceito compreende a concepção de uma produção unificada, em que se pressupõe, na conceituação do “camponês” ou do produtor familiar moderno, o trabalhador para o capital agroindustrial. Nesta visão dos autores, a emergência desses capitais tem demonstrado que não é possível se obter um “processo unificado de trabalho capitalista” na esfera da produção rural, uma vez que frações de capital agroindustrial assumem apenas parcialmente aspectos da produção rural. Aqueles elementos que ainda não foram incorporados ao processo industrial, ficam sob a responsabilidade direta do produtor rural que deve “gerir uma série de apropriações industriais parciais, representadas pelos insumos agrícolas: equipamentos, fertilizantes, etc” (GOODMAN, et al., 1985 p. 38).

No conceito de complexo agroindustrial, a agricultura está inserida na dimensão da especialização, da divisão social do trabalho e no surgimento de novos mercados, passando a ser considerada com uma atividade propriamente capitalista, por isso, atrelada às condições de reprodução do capital. Nesse sentido, Kageyama et al. (1990, p. 122) afirma que a agricultura só pode “ser apreendida a partir da dinâmica conjunta da indústria para a agricultura/agricultura/agroindústria, o que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação”. Do ponto de vista teórico, esta observação é importante, pois “determina” um único tipo de análise possível para entender o processo de transformação pelo qual passa a atividade agropecuária. A análise econômica, baseada num modelo teórico, que toma como ponto central a especialização da produção e as transformações sociais daí decorrentes, admite que a vida social encontra-se subordinada às estruturas econômicas do mercado. Ou seja, as relações econômicas determinam as relações sociais.

Polany (1980), ao discutir a passagem da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial, ou a sociedade de “mercado”, onde se processou “a redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado”, chama atenção para o fato de que na sociedade de mercado “em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas na economia”. Segundo ele, essa é a grande transformação que caracteriza o processo pelo qual a sociedade passa à economia de mercado, na qual a sociedade é modelada de forma a possibilitar que o sistema econômico funcione de acordo com as suas próprias leis. Há uma inversão da relação da economia com a vida social. Isso ocorre quando as práticas econômicas são dissociadas das práticas sociais. E essa dissociação encontra-se expressa no próprio conceito de complexo industrial.

Construído por oposição ao complexo rural – “economia natural” onde o “homem produz em interação com a natureza” – no complexo agroindustrial, as atividades agrícolas integram-se à indústria, afastam-se da fazenda tradicional onde eram desenvolvidas diversas atividades voltadas à produção dos bens de consumo e dos meios de produção. A produção é atividade principal; o trabalho especializado substituiu o trabalho artesanal; a fazenda perde a sua autonomia transformando-se num elo da cadeia, numa relação de interdependência com outros setores, que por sua vez configuram-se também como complexos. A produção agropecuária insere-se numa economia formal, cujo modelo teórico considera que as estruturas sociais são determinadas pela racionalidade das estruturas econômicas do capitalismo.

Nesse caso, a economia é trabalhada como uma unidade autônoma e autossuficiente. As transformações tecnológicas, ocorridas na agricultura, são apresentadas como um momento inato à competitividade do capital, cabendo ao indivíduo econômico a sua permanência no setor. Ou seja, a permanência no sistema agroindustrial depende da condição do agente em proceder às inovações necessárias no processo da produção e na sua capacidade de formalização de transações que contribuam para a redução de custos, aumento da produção e eficiência na gestão.

A transformação da agricultura é analisada, portanto, sob essa perspectiva de subordinação das relações sociais à lógica de reprodução do capital, desconsiderando as relações institucionais de poder e estratégias utilizadas pelos agentes sociais no processo de produção agropecuária. O que caracteriza a análise econômica mais usual são a abstração dos fatores econômicos da vida social e a ênfase à sua autorregulação.

CASTRILLON FERNÁNDEZ (2007, p. 47-49) aponta três princípios aplicados à análise econômica sobre o desenvolvimento da agricultura, mediante os quais é possível conceber a economia na sua dimensão autônoma: o primeiro, refere-se à relação entre estrutura e ação, a qual apresenta especificidades nas abordagens econômicas mas, de um modo geral, a ação fica condicionada à lógica de funcionamento do próprio sistema, de forma que todas as ações ou práticas sociais são elevadas ao *status* de econômicas; o segundo princípio refere-se à natureza estática da análise, “condição necessária e fundamental para que o objeto possa ser apreendido fora do contexto social em que foi produzido”. A forma de apreender o objeto ocorre em um ponto determinado da fase de transformação da agricultura, eliminando o efeito de processo como elemento explicativo; o terceiro princípio considera que “os conceitos e teorias econômicas não se apresentam apenas como instrumentos de análise, como recurso de formulação de pensamento e de construção de formas explicativas, mas são

tratados, no próprio corpo científico, como enunciados capazes de prover práticas sociais, racionalidades e formulações de políticas públicas”.

Para o referido autor, a passagem da “agricultura tradicional” ao “agronegócio” implica também na maneira como a ciência econômica expressa esses conceitos. Nas abordagens dos Complexos Agroindustriais e Agronegócio, a agricultura está associada a uma “despersonalização da ação econômica, o que representa o afastamento de vínculos sociais, políticos e culturais dos agentes”.

Os autores (GOODMAN, et al., 1985; CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007) apontam para os limites das abordagens econômicas que concebem a agroindústria como uma atividade autônoma, homogênea e unificada. Esses limites ficam evidentes quando as análises econômicas não levam em conta as relações de poder das forças políticas exercidas pelos setores do agronegócio, na defesa de seus interesses, tais como no direcionamento das políticas de crédito, nas alterações das legislações ambientais, na formulação de políticas públicas, dentre outras.

No trabalho, “Da lavoura às biotecnologias”, apresentado por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990, p. 1) os autores argumentam que “a agricultura confronta o capitalismo com um *processo de produção natural*”. Partem da concepção de que, diferentemente dos setores de atividade artesanal, a agricultura “não poderia ser transformada num ramo de produção industrial”. Há uma impossibilidade da produção agrícola, desde a origem dos alimentos até o consumo final ser objeto de um sistema unificado, em decorrência da especificidade da natureza, a qual determina um tempo biológico para o crescimento das plantas, para a gestação dos animais e impõe um espaço específico para as atividades rurais baseadas na terra. Nesse sentido, as condições materiais à industrialização agrícola encontram seus limites nos processos biológicos, contrariando o argumento explicativo da teoria dos Complexos Agroindustriais.

E é justamente a superação desses limites que mobiliza a indústria agrícola, com a utilização da tecnologia, que embora já tendo havido avanços significativos, resultam, tão-somente, na sua ampliação para novos limites que surgem como desafios à própria tecnologia.

Dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria – a semeadura à mão pela máquina de semear, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos. Assim diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial. (GOODMAN, et al., 1990, p. 1)

Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) afirmam que as mudanças tecnológicas nessa área são parciais, descontínuas, porém permanentes. Nesse processo, de um lado o capital industrial se apropria de partes da atividade agrícola, induzindo sua transformação em atividades industriais, para reincorporá-las na agricultura, sob forma de insumos ou meios de produção. De outro lado, para superar a produção de alimentos ainda dependente da natureza, além de reduzir o produto agrícola a insumo industrial, incorpora, cada vez mais, por substituição, componentes não agrícolas. Então, o surgimento da indústria alimentícia representa um “processo igualmente descontínuo, mas permanente, para alcançar a produção industrial dos alimentos” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON 1990, p. 2)¹². São dois processos paralelos que caracterizam a industrialização do produto rural e do produto agrícola final; representados pela emergência dos “setores agroindustriais que fornecem insumos agrícolas e pela diversificação para além dos portões da fazenda do processamento e da distribuição dos alimentos e fibras” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 6).

Observam, ainda, esses autores que os capitais formados por apropriações parciais sucessivas do processo de trabalho rural e produção biológica (representados pelo complexo agroindustrial), caracterizam-se, também, pela dependência às atividades rurais baseadas na terra. Mesmo o avanço da biotecnologia, os processos biológicos subjacentes à produção rural, continuam sendo determinados pelas condições ambientais.

Nós sugerimos que o desenvolvimento da agroindústria representa uma série de apropriações parciais das atividades de produção rural por parte do capital industrial, que são reincorporadas como *inputs* ou meios de produção. Estas apropriações discretas têm como premissa a manutenção da produção rural, onde a natureza é o gene responsável pelo processamento e a terra sua “máquina” principal. Para dizê-lo em termos ligeiramente distintos, tanto a base quanto os limites da acumulação por parte dos capitais agroindustriais são determinados pelas características rurais ou naturais deste processo. As mesmas limitações que inibiram a transformação capitalista unificada da produção rural, simultaneamente ditaram e consolidaram as estratégias de apropriação industrial parcial. (GOODMAN, et al., 1990, p. 7).

As tecnologias destinadas à agricultura têm criado um paradoxo ao capital, pois quanto mais desenvolvidas maior a reafirmação da sua base rural, a exemplo do avanço na indústria de sementes que levou a uma maior “consideração dos sistemas com base na terra e não à sua perda de importância” (idem). Os efeitos das inovações tecnológicas foram

¹² Os autores vão denominar tal processo de *apropriacionismo* e *substitucionismo*. “A tese central é a incapacidade histórica do capital industrial em transformar o sistema agroalimentício, da produção agrícola até o consumo final do alimento, como um todo unificado. Os capitais apropriacionistas estão associados principalmente com o processo de produção rural e com a transformação primária das safras, enquanto os capitais substitucionais estão envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos. (GOODMAN, et al., 1990, p. 6)

induzidos e acentuados pela intervenção estatal no funcionamento dos mercados de produtos agrícolas, que aliado aos *lobbies* agrários asseguraram as estratégias de acumulação nas cadeias agroalimentares. Um dos maiores exemplos é o sistema agroalimentar, baseado na produção de cereais, que induziu a reorganização da produção de animais domésticos e a difusão de um padrão alimentar baseado na proteína animal.

Uma tendência forte desse sistema, nos países industrializados, é a especialização da produção, o declínio do número de fazendas e aumento do seu tamanho médio. Goodman et al. (1990, p. 146) identificou que o tamanho médio das fazendas nos Estados Unidos, entre 1950 e 1970, mais do que dobrou elevando-se de 175 para 374 acres. Halweil (2000, p. 4-5) em seu artigo denominado “Que fim levaram os fazendeiros?” constata que as inovações tecnológicas, introduzidas após a Segunda Guerra Mundial, causaram mudanças significativas no estilo da agricultura e um declínio vertiginoso no número de fazendeiros. Desde 1950, o número de pessoas empregadas na agricultura despencou em todos os países industrializados, chegando a quase 80% em algumas regiões: no Japão mais da metade dos fazendeiros têm mais de 65 anos; nos EUA, a proporção entre os fazendeiros com 65 anos para os que estão abaixo de 35 é de três por um; na Nova Zelândia, cerca de 6.000 fazendas deverão desaparecer em 10 a 15 anos; nas Filipinas, a Oxfam calcula que nos próximos anos o número de famílias agrícolas em Mindanao, região produtora de milho, perderá 50% de produtores; nos estados norte-americanos de Nebraska e Iowa, entre um quinto e um terço dos fazendeiros estarão falidos em dois anos. Esse declínio do número de fazendeiros não significou a redução da importância do setor agrícola, ao contrário, o agronegócio se valoriza diante do crescimento da população mundial.

O declínio do número de fazendeiros significa maiores fazendas e maior concentração de posses. De um lado, o declínio é decorrente do processo de mecanização da agricultura que levou a difusão da prática de “terceirizar” tarefas antes feitas pelos fazendeiros, desde a produção do próprio adubo à embalagem da sua colheita. Inicialmente, isso permitiu aumento na produção e nos lucros. Contudo, observa Halweil, quando todos os fazendeiros acompanharam essa prática, os preços começaram a cair: “logo a atividade de processamento e embalagem estava agregando mais ‘valor’ ao produto adquirido do que o fazendeiro”.

A lucratividade nas fazendas ficou comprometida pelas concentrações intensas em cada setor/elo do sistema agroalimentar, desde as sementes até o crédito. Uma das formas mais perversas foi a formação de grupos de empresas que, através de fusões, aquisições e alianças com outros setores/elos do sistema, assumiram o controle, “incontestável”, da rede de alimentos, formando uma “teia” que vai desde a origem das sementes aos produtos

distribuídos nas prateleiras dos supermercados. Como exemplo, a parceria entre a Cargill e a Monsanto que controla sementes, fertilizantes, pesticidas, crédito agrícola, colheita e processamento de grãos, processamento de ração animal, pecuária e abate, como também marcas famosas de alimentos processados. (HALWEIL, 2000). Na medida em que essas relações se consolidam não sobra espaço para os fazendeiros independentes. Há uma coerção à utilização de contratos multilaterais entre as empresas e os produtores. “As fazendas então ficaram maiores, mais intensivas em capital e mais especializadas.” (GOODMAN, et al., 1990, p. 145).

Goodman, et al. (1990, p. 140), em sua análise sobre a agroindústria, resgata a participação do Estado como precondição indutiva da produção rural aos ritmos da apropriação industrial. Além do papel exercido pela natureza na definição do modelo de modernização agrícola, a intervenção estatal, da mesma forma, é crucial à consolidação desse modelo. Três esferas da atividade estatal podem ser distinguidas: “I) provisão da capacidade financeira e organizacional para a modernização agrícola- crédito e cooperativismo; II) desenvolvimento de sistemas de pesquisas e de extensão para avançar os conhecimentos sobre os determinantes biológicos da produção agrícola não sujeitos à produção industrial; e III) organização dos fluxos de produção, utilizando-se de políticas fiscais, creditícias e de comercialização”. Essas atividades, em países com estruturas rurais diferentes, apontam o papel do Estado que viabiliza as condições favoráveis à reprodução do agronegócio.

A análise desses autores aponta para uma complexidade nas relações produtivas estabelecidas no agronegócio. Com o rápido progresso técnico introduzido na atividade agrícola e níveis de preços estabelecidos, a partir de critérios de custos “médios”, os produtores são forçados a acompanhar a tendência da inovação tecnológica, sob pena de não conseguirem continuar na atividade. Com maior valorização do capital ocorrendo nos setores agroindustriais, fornecedores de insumos agrícolas e com a diversificação dos produtos, o produtor, para se manter no negócio, não encontra alternativa, adota o padrão de produção em que se têm a presença de oligopólios constituídos pelas empresas de industrialização, processamento e distribuição de produtos alimentares.

Os autores acima referidos relativizam as afirmações das teorias econômicas e das agências sobre o agronegócio. Nos diferentes textos e discursos, a justificativa de base para expansão do agronegócio é o desenvolvimento. No entanto, essa justificativa mostra-se extremamente problemática, tanto em virtude de sua polissemia, quanto pela sua generalidade. Os objetivos invocados em nome do desenvolvimento, em que se justifica tanto

o “avanço” do agronegócio, quanto o crescimento da sua importância no PIB do país, pouco têm a ver com as necessidades, por exemplo, do pequeno agricultor e do consumidor, basta conferir o aumento do custo da cesta básica.

Na “moderna agricultura”, o discurso das agências foca na figura do agroprodutor, na sua capacidade de superação dos limites tecnológicos e de gestão da agricultura, na sua capacidade de inovação adquirida nos últimos anos. A fazenda passa a ser administrada como empresa e o agricultor se transforma no empresário da agroindústria, mais do que isso, torna-se o próprio agente do desenvolvimento.

Observa-se ainda, no discurso das agências, a negação dos conflitos sociais com os outros agentes do campo do agronegócio. Comunga-se com a visão homogênea e unificada da agroindústria construída pelas teorias econômicas.

O que importa aqui evidenciar é que a análise, exclusivamente econômica, não leva em conta as especificidades das relações sociais estabelecidas no campo do agronegócio. Quando os elementos próprios não são conhecidos, torna-se impossível reconhecer a especificidade das estratégias adotadas pelos diferentes agentes sociais, sua condição de existência e seu universo simbólico. Embora a estrutura da agricultura moderna ou agronegócio esteja assentada em bases capitalistas de produção, não se pode negar a existência de outras dimensões sociais em que foram produzidas.

2.5 AGRONEGÓCIO UM “CAMPO” EM DISPUTA: UMA PROPOSTA DE (RE)LEITURA SOBRE O AGRONEGÓCIO

Ao questionar as abordagens essencialmente produtivistas e/ou triunfalistas que versam, fundamentalmente, sobre as transformações ocorridas na esfera da produção agropecuária, em regiões ditas “modernas” ou de “fronteira agrícola” do país, o presente trabalho busca uma melhor compreensão sobre as relações estabelecidas entre os agentes sociais que compõem o agronegócio procurando identificar as práticas sociais e estratégias utilizadas. É necessário compreender o agronegócio como um campo de relações que envolve múltiplos interesses e que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade.

Dos setores do agronegócio, o agroalimentar se destaca, mundialmente, como um dos mais estruturados. Dentre as diversas transformações, a da reestruturação da produção alimentar, via integração vertical transnacional das cadeias produtivas, provoca aumento na oferta de produtos, viabilizada pelas estratégias da especialização produtiva de regiões em diversos países, do consórcio de empresas e da integração dos produtores ao mercado global.

Os argumentos explicativos para a ampliação do sistema agroalimentar baseiam-se numa propalada “crise do setor de alimentos”, pela qual se justificam as diversas estratégias usadas pelos agentes/agências do setor. O aumento da demanda mundial de alimentos tem induzido o crescimento, por exemplo, da produção de soja em larga escala.

Estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que o número de pessoas que padecem de fome crônica no mundo alcançou, em 2009, o montante de 1 bilhão de pessoas, podendo chegar a 9,2 bilhões em 2050. A FAO afirma que o desenvolvimento agrícola garante a segurança alimentar mundial e a demanda tem sido atendida, em parte, pela produção comercial de grãos, um dos setores mais evoluídos. (FAO, 2009, p. 10-11).

Para baratear os custos da produção e atender a demanda por alimentos, introduz-se a soja na alimentação dos animais, estimulada pelas empresas agroalimentares, que dominam o comércio mundial. Ligada, então, à expansão comercial da produção animal, intensiva e industrial, a soja passou a ser o investimento prioritário da agricultura de grãos.

A produção da soja começou a desenvolver-se nos Estados Unidos, na metade dos anos 1930, incentivada pela corporação dos produtores americanos de soja (*American Soybean Association*), para conter a crise de superprodução do algodão e do milho. Foi, inicialmente, utilizada na produção de óleo e, posteriormente, na alimentação animal, tornando-se imprescindível nessa atividade. A produção mundial de soja envolve uma rede complexa de agentes que agrega empresas multinacionais, agências estatais e não estatais, agroindústrias e produtores, dentre outros, distribuídos por diversos países.

No agronegócio brasileiro, dois setores destacam-se pelo seu crescimento e por receberem, cada vez mais investimentos: o da soja e do gado. O da soja cresceu mais no país nos últimos vinte anos, em parte pela forte demanda mundial por carne e produtos industrializados, além disso, por participar das cadeias produtivas animais e vegetais em diversas áreas.

De acordo com ALENCAR et. al. (2004), seis fatores contribuem para a consolidação da expansão da soja no Brasil: i) o surto da doença da “vaca louca” na Europa; ii) o desenvolvimento econômico da China que, pelo consumo de carne suína e de frango, aumentou a demanda da soja para a produção de ração; iii) a redução do custo do transporte da soja produzida no norte do Mato Grosso, por meio do escoamento da produção pelo Rio Madeira; iv) os ganhos na produtividade da soja no cerrado e o desenvolvimento de variedades de soja adaptadas às condições climáticas da Amazônia; v) a instalação de

unidades de armazenamento de grandes empresas (Cargill, Maggi, Bunge e Archer Daniels Midland Company-ADM); e vi) a baixa produção de soja nos EUA em 2003.

Ana Célia Castro (2005) aponta que o sistema agroalimentar da soja agrega um conjunto de setores, dentre os quais a produção e o comércio de grãos, a produção de óleos vegetais e a produção de farelo. A produção de grãos e de farelo depende da base produtora de *commodities* em larga escala, cuja eficiência em custos é o principal fator da concorrência. Afirma a autora que a produção de soja é, claramente, um empreendimento de grandes grupos, e há, tanto no plano mundial, como no caso brasileiro, tendência à concentração de capitais.

Nesses termos, não se pode restringir a análise do crescimento da produção da soja ao aspecto econômico, pois a expansão da produção dessa *commoditie*, especialmente, nos países sul-americanos e seus efeitos sociais apontam a complexidade do tema em razão da existência de inúmeras questões como a expropriação de terras com a expulsão de pequenos produtores; a criação de regiões especializadas na produção; a pressão sobre áreas de florestas, principalmente na região Amazônica; a substituição de sistemas produtivos tradicionais pela monocultura; os impactos ambientais pelos usos de herbicidas e fungicidas, como poluição de rios; o assoreamento nos fluxos de água e nas nascentes de rios; a extinção de comunidades rurais, dentre outras.

A produção da soja, na Amazônia, tem sido descrita por observadores – pesquisadores de diferentes formações, movimentos sociais, instituições públicas, dentre outros – cada um com seu “olhar” específico. Dentre os olhares, têm-se destacado aqueles voltados para o estudo do desenvolvimento das atividades agrícolas na região, principalmente as relacionadas à perda da biodiversidade, na mudança de uso da terra e na modificação da paisagem. Outros apontam para os impactos causados na agricultura familiar e para os conflitos pela apropriação da terra na fronteira agrícola amazônica.

Heredia, et al. (2010) observa que os diversos estudos sobre o agronegócio apresentam poucos elementos sobre o tipo de sociedade que se está “produzindo dentro e em torno do agronegócio”. Diante disso, se enfoca neste trabalho um estudo sobre o conjunto de posições e oposições sociais dos diferentes agentes envolvidos no campo de produção da soja na Amazônia, com a identificação das estruturas do agronegócio na região.

2.5.1 Agentes sociais do campo da produção da soja no Baixo Amazonas

Assentando-se na noção de campo de Bourdieu, a pesquisa toma a tarefa de identificar as relações estabelecidas entre os agentes sociais nesse campo de lutas, o agronegócio – um espaço social de relações objetivas construídas para a manutenção de determinados interesses e poderes.

Bourdieu (2006, p. 269) utiliza a noção de campo como oposição à “visão atomista e mecanicista” que superestima o efeito do preço e reduz o agente econômico (empresas, sócios, gerentes...) a “pontos materiais intercambiáveis”, cujas ações ocorrem de forma mecânica. Opõe-se, ainda, à visão interacionista que reduz a ordem econômica a uma multidão de indivíduos, interagindo entre si na maioria das vezes de forma contratual, assim também, reduzindo a “estrutura da relação de forças constitutivas do campo a um conjunto de interações desprovidas de qualquer importância, relativamente aos que estão envolvidos no momento”.

O campo pode ser apreendido como espaço de relação de forças entre os agentes definindo-se, entre outras coisas, por meio da classificação dos objetos de disputas:

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, de distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura que está na origem estratégica destinada a transformá-lo, também está sempre em jogo [...]. (BOURDIEU, 2000, p. 90)

Bourdieu (2005, p. 17- 22) afirma que o campo econômico diz respeito às relações ligadas à produção econômica e, por isso, fruto de construções sociais. Dessa forma, tudo aquilo que a economia ortodoxa considera como puro dado - a oferta, a demanda, o mercado - é o produto de uma construção social, que somente a história pode dar conta. O econômico distingue-se de outros campos pelo fato de que “as sanções são especialmente brutais e que as condutas podem se atribuir publicamente como fim a busca aberta da maximização do lucro material individual”.

No estudo sobre a cadeia produtiva da soja, coordenado por Luiz Antonio Pinazza feito para o MAPA¹³ (BRASIL 2007, p. 65-66), a estrutura do “Sistema Agroindustrial da

¹³ O referido estudo foi desenvolvido no âmbito da cooperação técnica promovida entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil (IICA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/04/005 “Fortalecimento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para o “Planejamento Estratégico

Soja” é composta pelos seguintes segmentos: a) Indústria de insumos agrícolas; b) Produção, representada pelo segmento agrícola propriamente dito; c) Originadores, papel exercido pelas *tradings*, cooperativas, corretores e armazenadores, que mantêm contato direto com os produtores, no processo de aquisição e distribuição de matérias primas; d) Indústria esmagadora, refinadoras e produtores de derivados de óleo; e) Distribuidores, compostos pelos segmentos dos atacadistas e varejistas; f) Consumidores finais de produtos derivados de oleaginosas e carnes no mercado interno, além de compradores industriais, nas vendas externas de *tradings* e indústrias processadoras.

Desses segmentos destacam-se três grupos de agentes: 1) as empresas vinculadas à agroindústria, 2) os produtores e 3) os consumidores finais.

Para esta pesquisa, no primeiro grupo de agentes selecionou-se a empresa Cargill, que atua diretamente na região, tendo uma ação dominante na organização da produção local. Vinculada às empresas, a ABAG e a ABIOVE. A ABIOVE que têm a representação de 9 empresas associadas¹⁴, por sua vez, também exerce forte influência no setor, sendo importante articuladora dos acordos empresariais destinados à organização e aprimoramento do agronegócio.

Os produtores selecionados chegaram à região do Baixo Amazonas no final da década de 1990, mobilizados pela oferta de terras férteis e “disponíveis” à produção de soja. Pela vinculação aos produtores, incluíram-se a CNA que agrega 27 federações de agriculturas e pecuária organizadas por unidades da federação que compõem a estrutura sindical dos produtores rurais organizados em 2.142 sindicatos rurais espalhados pelo país, com aproximadamente 1 milhão de produtores sindicalizados; a FAEPA uma organização de afiliados por núcleos regionais, assim distribuídos: Altamira/Região Transamazônica; Belém/Região Marajó; Capanema/Região Bragantina; Castanhal/Região Guajarina; Itaituba/Região Tapajós; Marabá/Região Carajás; Paragominas/Região Nordeste Paraense; Santarém/Região Baixo Amazonas; Redenção/Região Sul do Pará; e Tucuruí/Região Tocantins; e o SIRSAN filiado a FAEPA e a CNA, que se organiza também por núcleos: Belterra, Mojuí/Planalto Santareno e Boa Esperança.

do Agronegócio”. Segundo o relatório a Série Agronegócios foi elaborada na gestão do Ministro Roberto Rodrigues e do Secretário de Política Agrícola Ivan Wedekin. A gestão de Roberto Rodrigues vai até o ano de 2006, por conta da Lei eleitoral as publicações somente foram divulgadas no ano de 2007. Tal informação corrobora com afirmativa do uso intenso dos especialistas, do investimento em pesquisas inclusive para o planejamento das políticas governamentais destinadas ao setor.

¹⁴Empresa associadas da ABIOVE: ALGAR AGRO S.A; ADM BRASIL LTDA; AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, BALDO S/A -COMÉRCIO INDÚSTRIA EXPORTAÇÃO, BUNGE BRASIL, CARGILL AGRÍCOLA S/A, IMCOPA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE ÓLEOS LTDA, LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A, ÓLEOS MENU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Na produção de soja, os consumidores finais poderiam ter sua posição reduzida ao “mero” efeito, caso não tivessem uma certa interação com o campo. Nas campanhas da ABAG os consumidores são constantemente lembrados de sua interação com o agronegócio, pela dependência aos produtos que consomem no seu cotidiano. Num outro extremo, os consumidores foram chamados a desempenhar um papel “decisivo” no combate ao desmatamento, apoiando a campanha mundial, organizada pelo Greenpeace, em 2006, contra a produção de soja na Amazônia, que resultou na moratória da soja. Dependendo da sua ação no campo, o consumidor tem influência nas ações dos outros agentes. E como afirma Bourdieu (2005, p. 24) “o peso associado a um agente depende de todos os outros pontos e das relações entre todos os pontos, isto é, de todo o espaço compreendido como uma constelação relacional”.

O estudo realizado pelo MAPA sobre a cadeia produtiva da soja considera apenas a agroindústria e desconsidera a participação do Estado, no entanto, como diz Goodman, et al. (1990, p. 140), essa participação constitui pré-condição indutiva da produção agroindustrial, pelo menos com três esferas de atividades: o crédito, a pesquisa e a organização dos fluxos de produção.

Bourdieu (2006, p. 28), ao analisar a estrutura do “campo econômico”, destaca que esse campo encontra-se “habitado pelo Estado que contribui, em cada momento, para a sua existência e sua persistência, mas também para a estrutura de forças que o caracteriza¹⁵”. Sua participação dá-se por meio da execução das políticas e utiliza todo o seu capital (de força física, econômico, cultural ou informacional, simbólico) para concretizar sua interferência. Trata-se de um agente detentor de grande poder, por isso dominar suas estruturas organizacionais, administrativas e jurídicas torna-se determinante para a permanência de outros agentes sociais no campo do agronegócio.

Tendo em conta que a região Amazônica é considerada estratégica pelas áreas governamental e empresarial, tanto para o escoamento da produção, quanto para a oferta de

¹⁵O Estado é o fim e o produto de um lento processo de acumulação e de concentração de diferentes espécies de capital: capital de força física, policial ou militar (que evoca a definição weberiana pelo ‘monopólio da violência-física-legítima’); capital econômico, necessário entre outras coisas para assegurar o financiamento da força física; capital cultural ou informacional, acumulado por exemplo, sob a forma de estatísticas, mas também por instrumentos de conhecimentos dotados de validade universal no domínio seu âmbito, como os pesos, as medidas, os mapas ou os cadastros; e, enfim, o capital simbólico. Encontram-se, assim, em condições para exercer uma influência determinante sobre o funcionamento do campo econômico (como também, mas em menor grau, sobre os outros campos). Isto nomeadamente porque a unificação do mercado de bens econômicos (e também dos bens simbólicos – de que o mercado das trocas matrimoniais é uma dimensão) acompanhou a construção do Estado e a concentração das diferentes espécies de capital com que operou. O que corresponde a dizer que, mais que qualquer outro campo, o campo econômico se encontra habitado pelo Estado que contribui, em cada momento, para a sua existência e sua persistência, mas também para a estrutura de forças que o caracteriza. Isto nomeadamente através das diferentes “políticas” mais ou menos circunstanciais a que recorre conjuntamente [...] (BOURDIEU, 2006, p. 28)

terras ao mercado, a pesquisa concentra sua análise nas “políticas” de implantação de infraestrutura e logística para a circulação e comercialização dos grãos, implementadas pelo governo executivo federal e pela Empresa Pública Federal Companhia Docas do Pará (CDP). A interação entre a produção da soja e o mercado de terras aráveis impõe a necessidade de focar a pesquisa, também, nas políticas relacionadas à questão agrária, com destaque para as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), especificamente, na gleba pacoval, objeto de grilagem e conflitos entre produtores de soja e agricultores familiares; as ações do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e do Instituto de Florestas do Pará (IDEFLOR) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA–Pa) na Gleba Estadual Nova Olinda, cujo território está sendo reivindicado por madeireiras, produtores e indígenas.

Dentre as instituições governamentais, o Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE) têm atuação decisiva na defesa dos direitos dos agricultores familiares, dos povos e comunidades tradicionais afetados pelos conflitos decorrentes das disputas por terra e território, assim como, no embate jurídico sobre a instalação do Porto da Cargill em Santarém.

A estrutura do campo define-se pela abrangência de seus efeitos - “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo, na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (BOURDIEU, 2000, p. 31). Por isso, defende-se que na análise do agronegócio da soja, há outros agentes sociais importantes a considerar, os agricultores familiares¹⁶, que têm sofrido mais diretamente os efeitos das atividades empreendidas desse setor, principalmente naquelas que envolvem a disputa pela apropriação e uso dos recursos naturais. Duas são as instituições representativas dos agricultores familiares, atuantes na região do Baixo Amazonas, com ações no campo da produção de soja STTR, com cerca de 2.000 filiados e a Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN) que, em 2005, tinha 1.153 produtores familiares associados. Considera-se, ainda, na pesquisa, o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA) que agrega 52 comunidades que reivindicam o reconhecimento pelo Estado de sua identidade indígena.

Não constitui objeto da presente pesquisa, a busca de uma representação unidimensional do “campo de produção da soja” e sim uma representação pluridimensional que evidencie as relações sociais estabelecidas entre os agentes pertencentes a esse campo.

¹⁶ Para efeito desse trabalho utiliza-se a definição usada pelas lideranças sindicais para denominar a atividade realizada em pequenas unidades de produção agrícola nos municípios pesquisados. Ao referir-se a essa atividade é utilizada a expressão agricultura familiar.

No caso da produção da soja, na região do Baixo Amazonas, o debate sobre a questão ambiental possibilitou a atuação de um novo agente – o segmento ambientalista, representado pelas ONGs Greenpeace, Amigos da Terra, TNC e WWF cuja relação estabelecida com as empresas, via ABIOVE, assegurou o acordo denominado moratória da soja.

Com objetivo de superar as dicotomias analíticas, comumente usuais nas ciências sociais, como objetividade/subjetividade, individualidade/estrutura, Bourdieu recorre a um conjunto de conceitos que permite apreender a ação dos agentes frente às diversas coações que a estrutura do campo impõe, ou seja, pensar relacionalmente as interações, historicamente, construídas entre os agentes (seus interesses e estratégias) e as estruturas do campo.

Imbricado ao conceito de campo, Bourdieu (2006) relaciona o conceito de *habitus*, que rompe com a alternativa analítica que oscila entre os mecanicismos e finalismos, ou seja, “entre a determinação pelas causas e a determinação pelos objetivos”. Todo agente social é detentor de um *habitus*. O *habitus* é a subjetividade socializada, na qual os esquemas de percepção e apreciação são resultado da história individual e coletiva. O agente social, “na medida em que é dotado de um *habitus*, é um individual coletivo ou um coletivo individualizado pela incorporação das estruturas objetivas”, ou seja, suas características, preferências, gostos, subjetividades são resultado de sua posição e de seus deslocamentos no espaço social, “como tal da história coletiva e individual”¹⁷.

O *habitus* não é mecânico, é, espontaneamente, condicionado e limitado. Esse princípio lhe confere autonomia e regularidade e deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação, constantemente, experimentado e posto em prática, observadas as conjunturas e especificidades de um campo que o estimula.

Há uma nítida relação entre o conceito de *habitus* e campo, ou seja, uma relação dialética entre o sujeito e a estrutura de um campo. Nesse sentido, as ações, comportamentos, escolhas e desejos não derivam de um cálculo individual e isolado, são produtos da relação existente entre um *habitus* e os estímulos de uma estrutura (ou conjuntura). No caso, as noções de “*illusio*”, no sentido de “investimentos” “interesse” e estratégias são fundamentais.

¹⁷[...] Resultado de experiências passadas, e de todo um acervo coletivo e individual, não pode adequadamente compreendido a não ser através de uma análise genética que se aplica tanto à história coletiva – por exemplo com a história dos gostos, que Sidney Mintz ilustrou mostrando como o gosto pelo açúcar, inicialmente exótico de luxo reservado às classes privilegiadas, se tornou paulatinamente um elemento indispensável da alimentação ordinária das classes populares -, como à história individual – com análise das condições econômicas e sociais da gênese dos individuais em matéria de alimentação, de decoração [...], e mais geralmente, às disposições (no duplo sentido de capacidades e tendências) para concretizar ações econômicas ajustadas a uma ordem econômica [...]”. (BOURDIEU, 2006, p. 292).

O interesse “em sua especificação histórica é uma instituição arbitrária”, inerente a todo indivíduo dotado de um *habitus*. Isso é válido, inclusive, para o campo econômico, que mesmo com sua autonomia relativa e suas leis próprias, produz uma forma particular de interesse, isto é, “um caso particular das formas de interesses possíveis”, (BOURDIEU, 2004, p. 126-127). Dessa forma, o agronegócio foi forjado e é impulsionado pelos interesses a si inerentes.

A noção de estratégia visa apreender as práticas como produtos dos *habitus* ajustados ao sentido do jogo que se joga no campo. “Ela é produto do senso prático como sentido do jogo social particular, historicamente definido [...] uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas” (Bourdieu, 2004, p. 81). Constitui, pois, o repertório das ações dos agentes sociais, fruto do encontro entre um *habitus* e um campo (conjuntura). Assim, as estratégias surgem como ações práticas, inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica, que se ajustam de acordo com as movimentações dos agentes sociais no campo.

3 PRODUÇÃO DE SOJA NA AMAZÔNIA LEGAL: estratégia expansionista do território do agronegócio

Nesse capítulo aborda-se a complexa rede de agentes, a articulação de interesses e as estratégias que convergem para a expansão da soja na Amazônia destacando-se as bases em que esse processo ocorreu.

A imagem construída sobre a Amazônia está relacionada ao vazio demográfico, à reserva mineral e à rica biodiversidade. Essa imagem vem, desde a década de 1950, direcionando as intervenções governamentais na região: ocupação do vazio demográfico e integração às regiões industrializadas como viabilidade de seu desenvolvimento. Das políticas formuladas, com base nessa vertente, a construção da nova capital (Brasília) e a abertura da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) foram fundamentais ao avanço da fronteira econômica na Amazônia, pelo acesso aos recursos naturais, economicamente exploráveis, impondo um novo ciclo de acumulação do capital, que se renova até os dias atuais, numa eterna reconquista pelos seus descobridores.

Francisco de Oliveira (2009, p. 83-84) chama atenção para o significado da reconquista, na qual reincidentem os pressupostos da conquista original: “descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos”. O conquistador arvora-se em todos os direitos sobre aquilo que descobre e a reconquista conduz à geopolítica - “uma forma própria do mercantilismo, ao mesmo tempo estruturador dos Estados-Nacionais e das grandes navegações” - que aliada à “segurança nacional”, possibilitou ao estado autoritário a formulação de uma doutrina de intervenção específica para a Amazônia, traduzida pelo autor como “tamponar fronteiras vulneráveis, tanto pela sua rarefação, quanto por estarem habitadas por indígenas” (os **incapazes** – menores de idade - segundo a Constituição Federal).

A abertura de estradas e a ocupação do vazio demográfico eram as condições necessárias para o controle das fronteiras – “integrar para não entregar”. Oliveira (2009) afirma que, independente do regime político, a ação do Estado na Amazônia é mediatamente autoritária pelo caráter da “intervenção-reconquista”. A grande questão, segundo o referido autor, é se o Estado Brasileiro “quer renunciar à exploração das riquezas da Amazônia, que lhe fornece os meios de uma nova inserção na expansão capitalista contemporânea” (Oliveira, 2009). Ao que parece, a resposta a essa indagação é negativa. Na verdade, o Estado e as elites brasileiras têm mantido e renovado, até os dias atuais, o modelo da “intervenção-reconquista”.

O nacionalismo e o desenvolvimentismo, bases dos governos brasileiros dos anos 1930 a 1960, de Vargas, com o “Estado Novo” a Juscelino Kubitschek, com sua ação

desenvolvimentista “50 anos em 5”, continuaram presentes nos governos seguintes o que é observado nas suas macropolíticas para a Amazônia.

A nova capital permitiu a ocupação do Centro-Oeste do País e a BR-010 constituiu o marco da integração do Norte ao mercado nacional e internacional. Nessa mesma perspectiva, seguiram os governos autoritários pós-1964, com a abertura da Transamazônica (BR-230), da Cuiabá-Santarém (BR-163), Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e da Manaus-Porto-Velho (BR-396), eixos rodoviários ligando o Norte ao Centro Oeste e às regiões Sudeste e Sul do país. As obras infraestruturais, principalmente, as de engenharia de transportes ainda são tidas como vitais ao avanço das fronteiras agrícola e econômica.

As demais ações governamentais seguem a mesma diretriz da “intervenção-reconquista”. Programas como o Projeto Rondon (1967), a Zona Franca de Manaus - ZFM (1967), o Programa de Integração Nacional (PIN) I (1970), o Programa de Redistribuição de Terras - PROTERRA (1971), PIN II (1974), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (1976) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) (1986), bem como os incentivos fiscais e financeiros da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e as atividades produtivas (agropecuária, madeira e mineração), completariam o elenco das ações governamentais destinadas à reconquista da região.

Paralelamente a esse processo, consolidou-se a ocupação via implantação dos grandes projetos. Neste contexto, surgiu o Programa Grande Carajás (PGC), um dos mais marcantes da região, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, com propaganda industrialização mineral. A região abrangida pelo PGC (Decreto-lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980) revestiu-se de interesse para os órgãos de planejamento, para empresas transacionais e para as agências multilaterais. Nela, concentraram-se múltiplos programas florestais, siderúrgicos e agrícolas, projetos agroindustriais, agropecuários, madeireiros, mineradores e macroprojetos: ALBRÁS, ALUNORTE, em Barcarena (PA); ALUMAR (ALCOA), em São Luis (MA); Projeto Ferro Carajás (CVRD) e o Projeto Energético da Barragem de Tucuruí. (ALMEIDA, 1995, p. 37). Essa região abriga a infraestrutura para o escoamento da produção mineral, pelos corredores de exportação: ferrovia Serra de Carajás-São Luiz e os sistemas portuários em Barcarena (PA) e São Luiz (MA).

Todas as intervenções públicas e privadas compõem a rede de integração (físico-geográfica e econômica da região) ao mercado nacional e internacional, atraindo e subsidiando o capital e induzindo os fluxos migratórios.

Nas duas últimas décadas (século XXI) a intervenção governamental continuou o processo de ocupação da região, via implantação de eixos de integração, dirigida ao aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e da produção de energia para os parques industriais do país. Castro (2001, p. 16) afirma que, a partir dessas décadas, o Estado nacional, ao contrário dos programas anteriores, apresentou propostas de desenvolvimento baseadas em um novo paradigma que se fundamenta na “concepção de alargamento de fronteiras nacionais, de aumento da capacidade competitiva, com vistas a funcionar uma equação favorável à maximização do valor dos produtos nacionais”.

A prioridade, inicialmente, voltada à conquista de novas fronteiras com os países da América do Sul, agora concentra-se no “via norte”, com os projetos hidroferroviários da Ferrovia Norte-Sul e Hidrovias do Tocantins, Madeira e Tapajós-Teles Pires, que reduzem o custo logístico da exportação de grãos, num cenário de acirrada competitividade internacional das *commodities* agrícolas.

Atualmente há previsão de investimentos das instâncias governamentais na manutenção, recuperação e na ampliação da infraestrutura portuária na região, pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2¹⁸ mediante arrendamentos com licitações à iniciativa privada.

O avanço da sojicultura no território brasileiro e as condições estruturantes de um modelo de produção agrícola, com base na produção em larga escala, se desenvolveu no Estado do Mato Grosso, no bioma do cerrado e a partir da década de 1990 se deslocou para o bioma da floresta.

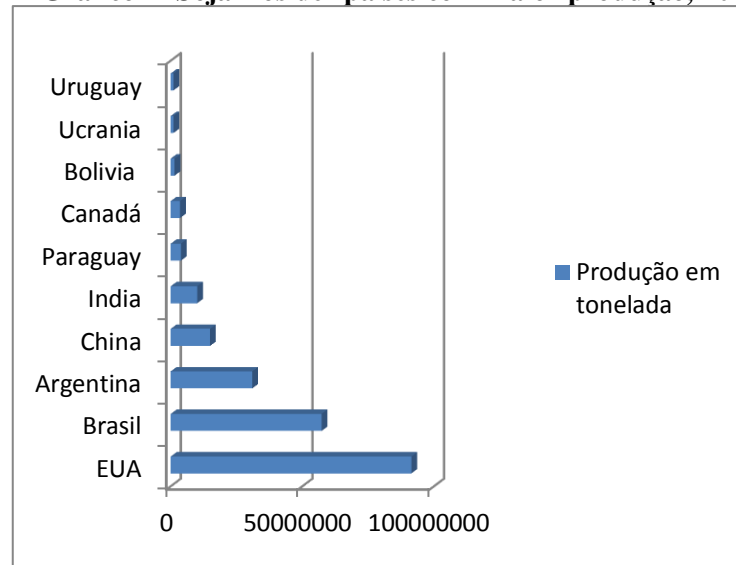
3.1A PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL

A soja produzida atende duas grandes finalidades, 90% atende a demanda de produção de óleo e ração animal e os 10% restante é utilizado na semeadura ou processado em forma de grãos. Tradicionalmente, a soja é produzida em regiões temperadas e subtropicais, em diversos países, hoje é cultivada em regiões tropicais. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, cerca de 58 milhões/t em 2009, atrás dos EUA que produziu 91 milhões/t em 2009.

¹⁸Os investimentos previstos pelo Governo Federal são de cerca de R\$ 7,5 bilhões em portos em todo território nacional. No âmbito do PAC 1, o Governo Federal previu recursos da ordem R\$1,6 bilhão para o Programa Nacional de Dragagem (PND), R\$1,8 bilhão em obras de melhoria da infraestrutura portuária e R\$ 50 milhões para ações de inteligência logística. Já no âmbito do PAC 2, os investimentos previstos para o período de 2011 a 2014 são de aproximadamente R\$1 bilhão para o Programa Nacional de Dragagem, R\$ 2,8 bilhões na infraestrutura portuária e R\$ 350 milhões em inteligência logística. Na região Amazônica os investimentos serão feitos nos portos de Itaqui no Maranhão (MA) e Vila do Conde em Barcarena (PA) e Santarém (PA).

Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai ocupam, respectivamente, a terceira, sexta, oitava e décima posições. Outros grandes produtores são China e Índia, mas com safras inteiramente voltadas para consumos internos.

Gráfico 1- Soja – os dez países com maior produção, 2009



Fonte: FaoStat(2009).

Os EUA, o Brasil e a Argentina são os principais fornecedores de soja para o mercado mundial. As projeções do USDA *Baseline Projections*, sobre a comercialização mundial da soja em grãos, sinalizam que o Brasil apresentará crescimento exponencial, 54% das exportações mundiais em 2014/15. Tanto os EUA quanto a Argentina apresentam perda de fatia desse mercado conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1- USDA - Projeções da Exportação Mundial de Soja em grão - 2003/4 - 2014/15.

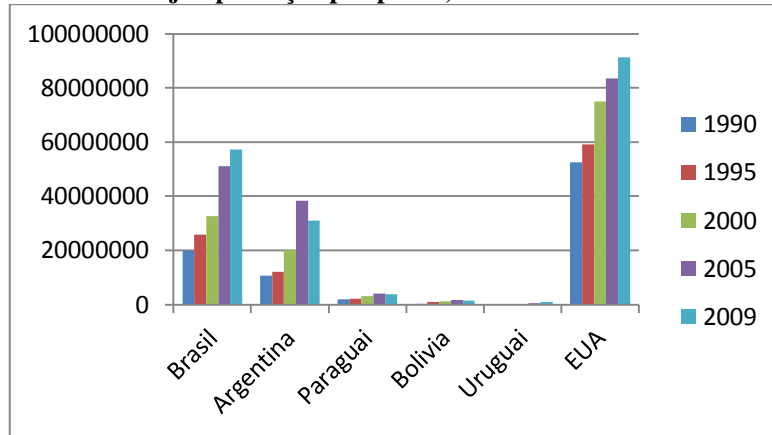
	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015
Arg	6,8	7,7	7,1	7,2	7,3	7,3	7,2	7,2	7,2	7,1	6,9	6,7
Br	19,8	22,3	23,1	25,9	29,2	33,7	37,7	40,5	43,2	45,3	47,4	49,4
EUA	24,1	27,5	29,9	30,1	29,9	28,7	28,0	28,0	28,0	27,9	27,9	28,0
China	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Outros	3,2	3,8	4,0	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,2	6,5
América Sul												
Outros	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Total	55,3	62,7	65,6	69,0	72,4	75,9	79,4	82,4	85,3	87,6	89,9	92,0

Fonte: USDA Agricultural Baseline Projections, a apresentado em BORGES (2005).

Os três maiores produtores de soja – Estados Unidos, Brasil e Argentina – respondem hoje por 80% de toda a produção mundial, com acelerada taxa exponencial, que em dez anos apresentou crescimento de 60%. “Nos anos 1990, a produção norte-americana cresceu, em média, 4,15% ao ano, enquanto que na América do Sul o ritmo de expansão foi de 17,45% ao

ano”. (LIMA, 2008, p. 54). Podemos verificar no gráfico 2 o crescimento acelerado da produção de soja na América do Sul, especialmente, no Brasil e na Argentina.

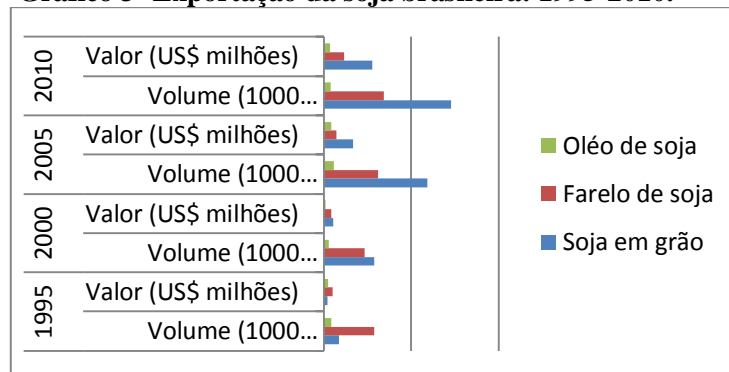
Gráfico 2- Soja - produção por países, 1990-2009.



Fonte: FaoStat, (1990-2009).

Dados da Organização Mundial do Comércio, em 2010, indicaram que o Brasil exportou “US\$ 61,4 bilhões em produtos agropecuários em 2008, comparados com US\$ 54 bilhões do Canadá. Em 2007, os canadenses mantinham estreita vantagem, com vendas de US\$ 48,7 bilhões, ante US\$ 48,3 bilhões do Brasil” (LANDIM, 2010). A soja contribuiu para o aumento das exportações. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio (SECEX), a soja e derivados apresentaram expressivos crescimentos nas exportações na primeira década do século XXI, conforme gráfico 3. Pode-se observar que a exportação de produtos derivados da soja, como o óleo, é bem menor que o da soja em grão. Ou seja, os maiores índices de exportação são da soja não beneficiada ou com pouco beneficiamento.

Gráfico 3- Exportação da soja brasileira: 1995-2010.



Fonte: SECEX (2012)

A introdução da soja no Brasil deu-se por volta do final do século XIX e início do século XX pela aquisição de material genético proveniente dos Estados Unidos da América

(EUA). O plantio mais antigo, que se tem registro, data de 1882, na Bahia. O professor Gustavo D'Utra, da escola de Agronomia da Bahia, realizou o primeiro estudo sobre o cultivo da soja, publicado no Boletim do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Com objetivo de difundir o uso da leguminosa entre os agricultores da região, eram mantidos canteiros de produção de sementes no IAC. Também no início do século XX, migrantes japoneses, com grãos trazidos em sua bagagem, iniciaram o cultivo em hortas domésticas no Estado de São Paulo para a produção de derivados, como o tofu, missô e o shoyu (HASSE, 1996; EMBRAPA, 2004b, CASTRILON FERNANDEZ, 2007).

A terceira região de inserção da soja foi o Estado do Rio Grande do Sul, base de difusão da produção no Brasil (HASSE, 1996). Até início da década de 1940, a soja servia para produção de forrageira na alimentação de bovinos e suínos, mas a partir do final da Segunda Guerra Mundial e o início da industrialização intensiva no Brasil, aumentou a demanda de óleos vegetais, o que impulsionou o crescimento da produção. A área cultivada no estado do Rio Grande do Sul passou de 650 hectares, no começo da década de 1940, para 600 mil na década de 1960, com ampliação para 8 milhões de hectares na década de 1980, mudando as características da agricultura na região. (CHISTENSEN apud CASTRILLON FERNANDEZ, 2007, p. 18). Nesses períodos a maior parte da produção nacional esteve concentrada no estado do Rio Grande do Sul, atingindo 99% em 1950, mantendo-se elevada nas décadas seguintes. (CASTRILON FERNANDEZ, 2007, p. 18).

Entre as décadas de 1940 e 1970, a produção de soja foi amplamente experimentada em pequenas e médias propriedades familiares de até 50 hectares na região sul do país. Com a adaptação da produção em áreas tropicais e com a inserção da região centro-oeste, ainda na década de 1960, passou para o cultivo em larga escala com a mecanização em propriedades que variam entre 300 a 10.000 hectares. Atualmente, no estado do Mato Grosso, há cultivos em propriedades acima de 10.000 hectares.

Alguns fatores contribuíram, substancialmente, para o desenvolvimento da produção da soja brasileira, dentre os quais, a semelhança entre os ecossistemas do sul do Brasil e dos Estados Unidos que favoreceu a transferência e a adaptação de variedades da oleaginosa; os investimentos na adaptação do solo, via o programa “operação tatu”, de calagem para correção de sua acidez implementada na década de 1960; os incentivos governamentais/fiscais ao cultivo do trigo que refletiram favoravelmente no cultivo da soja, que passou a ser semeada no verão, intercalada ao trigo, com aproveitamento do mesmo maquinário e mão-de-obra; as alterações no mercado internacional, com o aumento dos preços na década de 1970, provocado pela perda de safra na Rússia e China e pela crescente demanda por óleos vegetais.

Contribuíram, ainda, os investimentos na instalação de um parque industrial de máquinas, de insumos agrícolas e de processamento de oleaginosas, facilitados pelos incentivos fiscais destinados à agroindústria, assim como, o estabelecimento de uma rede de pesquisa (EMBRAPA – SOJA) num sistema consorciado entre o poder público federal, estadual e indústria privada. (BICKEL, 2004, p. 18). Outro fator importante para o desenvolvimento da produção de soja no sul foi a experiência dos colonos com o trabalho agrícola mecanizado.

Apesar de todo o investimento e da exitosa adaptação e aceitação da produção dessa oleaginosa, outros fatores como a abertura para a introdução de novos conhecimentos e necessidade de alternativas econômicas impuseram barreiras para maior expansão no estado do Rio Grande do Sul, sendo determinante, também, a estrutura fundiária existente. Essa estrutura mostrou-se inflexível à assimilação do crescimento do núcleo familiar e à absorção das possibilidades produtivas que se apresentavam com a mudança na base técnica. Como alternativa a essa impossibilidade, surgiram as novas fronteiras agrícolas, inicialmente nos estados do Paraná, Santa Catarina e posteriormente, nos demais estados (DROSS, 2004; CASTRILLON FERNANDEZ, 2007). Atualmente, dezessete estados brasileiros aparecem nas estatísticas oficiais como produtores de soja.

Do total da produção, 46% concentra-se na região Centro-Oeste, com destaque para o Estado do Mato Grosso onde a safra 2009/2010 obteve 18.766,90 toneladas de soja; na região Sul 37,3% da produção, na região Nordeste e Sudeste, respectivamente, 7,8%, 6,5% da produção brasileira e na região Norte 2,4%. Observa-se na tabela 2, que as regiões Centro-Sul agregam juntas 89,8%, enquanto Norte/Nordeste figuram com percentual bem menor de 10,2%. As áreas de cerrado e Amazônica são apontadas como espaços de expansão futura da monocultura da soja. Vale observar que embora não apareça nas estatísticas da CONAB, há produção de soja no Estado do Amazonas¹⁹.

¹⁹ Para maiores aprofundamentos ver Lima (2008).

Tabela 2- Soja no Brasil - produção por unidade da federação safra 2010

REGIÃO/UF	Área Plantada	% Área	Produção em mil toneladas	% Produção
NORTE	574,9	2,5	1.691,7	2,4
RR	1,4	-	6,7	-
RO	122,3	-	398,6	-
PA	86,9	-	249,8	-
TO	364,3	-	1.206,5	-
NORDESTE	1.861,7	8	5.309,5	7,8
MA	502,1	-	1.330,6	-
PI	343,1	-	868,4	-
BA	1.016,5	-	3.110,5	-
CENTRO-OESTE	10.539,2	45	31.586,7	46
MT	6.224,50	-	18.766,90	-
MS	1.712,2	-	5.307,8	-
GO	2.549,5	-	7.342,6	-
DF	53,00	-	169,40	-
SUDESTE	1.591,2	6,5	4.457,6	6,5
MG	1.019,0	-	2.871,5	-
SP	572,2	-	1.586,1	-
SUL	8.900,9	38	25.642,7	37,3
PR	4.485,1	-	14.078,7	-
SC	439,6	-	1.345,2	-
RS	3.976,2	-	10.218,8	-
NORTE/NORDESTE	2.436,6	10,38	7.001,2	10,2
CENTRO-SUL	21.031,3	89,62	61.687,0	89,8
BRASIL	23.467,9	100	68.688,2	100

Fonte: CONAB (2010).

O processo de expansão da soja, no Brasil, é heterogêneo, apresentando maiores diferenças, principalmente, entre as regiões sul e norte do país. De um lado, a soja aparece atrelada à cultura de outros grãos, e de outro lado, vincula-se a um processo de exploração da madeira e da pecuária. Ao longo da década de 1980, a soja ocupava as áreas de cerrado, tanto na região Centro-Oeste, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, como nos estados de Minas Gerais e Bahia. Já na metade da década de 1990, verificou-se uma expansão da denominada “fronteira” agrícola, passando a desenvolver a produção nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, região de “Mapito”, e nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Roraima.

Segundo Castrillon Fernández (2007, p. 108), a produção brasileira de soja pode ser estratificada em três períodos: o primeiro, com a introdução da espécie no Brasil, estende-se até o final da década de 1960, concentrada na região Sul do país. O segundo, entre os anos de 1970 a 1985, período da modernização da agricultura e da formação dos “complexos industriais”, com investimentos em pesquisa, na infraestrutura e na implementação de

programas de colonização que induziram os fluxos migratórios da região Sul para a Amazônia. O terceiro período, da metade da década de 1980 até os dias atuais, é caracterizado pelo desenvolvimento da agricultura mecanizada na região dos cerrados e o seu deslocamento para as áreas de floresta Amazônica.

O crescimento da produção brasileira de soja e sua expansão geográfica reforçou a concentração de terras. Os dados dos censos agropecuários, de 1985, 1995 e 2006 (IBGE, 2006), revelam que enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos rurais, com menos de 10 hectares, é menor que 2,7%, da área total, a ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1000 hectares, concentra mais de 43,0%. Em números de estabelecimentos, a proporção altera-se radicalmente, maior percentual acima de 47,0% de número de imóveis, com menos de 10 hectares, enquanto os imóveis acima de 1000 hectares ficam em torno de 0,91%.

A concentração de terras pode ser ainda verificada pelo Índice de Gini, que demonstra que, no período de 1995-96 a 2006, o Brasil apresenta alto grau de concentração, expresso por 0,856, em 1995, e 0,872, em 2006. (IBGE, 2006). No próprio relatório do Censo Agropecuário é mencionada a relação direta entre o crescimento do agronegócio e a concentração de terras.

Pode-se afirmar que a monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, reforçou a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária ultra extensiva. Assim, ao contrário das áreas do Rio Grande do Sul e do Paraná, precursoras da introdução e consolidação da agroindústria da soja no Sul do País a partir dos anos de 1970, na Região Centro-Oeste a lavoura de soja alcançou uma escala de tecnificação que influenciou a concentração fundiária nestes recortes. (IBGE, 2006, p. 111).

A desigualdade na distribuição das terras tem sido a tônica no processo de modernização agrícola e na inserção do país no mercado mundial da soja.

Observa-se, pelo Índice de Gini, na tabela 3, que os Estados da Região Nordeste e Centro Oeste são os que apresentam as mais altas concentrações de terras e é, neles, que se encontra o bioma cerrado, onde há maior produção de soja.

Tabela 3- Evolução do Índice de Gini, segundo Unidades da Federação - 1985/2006.

Brasil/Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,840
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1985-2006), apresentado em IBGE (2006).

Nesse cenário de concentração de terras, o censo populacional feito pelo IBGE aponta para a queda da população rural: em 2000 de 31.835.143, caí, em 2010, para 29.852.986. O número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais também é ilustrativo dessa queda. O pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, em 2006, foi de 16,5 milhões de pessoas, cerca de 1,3 milhão inferior ao registrado em 1996. Mesmo com menor percentual de áreas, os lotes inferiores a 200 hectares responderam por 84% das pessoas ocupadas nas propriedades rurais. Quase 12 milhões tiveram empregos temporários em 2006 de até 180 dias no ano. Esses dados reforçam afirmativa de que esse “modelo” de agronegócio é concentrador de terras e de rendas, em contraposição ao que apregoam as agências do agronegócio quando afirmam terem contribuído para a resolução da questão fundiária do país ao superar a estrutura agrária herdada do período colonial e a improdutividade da terra, ao colocar o latifúndio a serviço da produção gerando distribuição de riquezas e rendas.

3.1.1 As estratégias empresariais de ampliação do território produtivo

Um considerável conjunto de empresas internacionais e nacionais atua na produção, beneficiamento e industrialização da soja brasileira. O anuário do agronegócio 2010 do Globo Rural, Editora Globo, apresentou o *ranking* das 500 maiores empresas do setor agropecuário, organizadas em 30 segmentos. Dentre o segmento classificado como indústria de soja e óleo e produção de soja, estão listadas 27 empresas (multinacionais e nacionais). Na produção de soja, por exemplo, entre as 10 com melhores desempenhos do setor aparecem: SLC Agrícola, Vale, Strobel, Camnpal, Sementes Jotabasso, Kummel Agropecuária, Coasul, Agropan, Mutum Agropecuária, Ijonasa Sementes Jona. No segmento da Indústria de Soja e Óleos, entre as dez melhores estão: Cargill, Coamo, LDC Brasil, AMAGGI, Bunge Alimentos, Oleoplan, Clarion, Granol, Bsbios e Caramuru Alimentos.

Apesar de um número ampliado de empresas multinacionais e nacionais, a comercialização e o processamento mundial da produção de soja estão sob o domínio de apenas quatro empresas multinacionais: as empresas ADM, Bunge, Cargill nos EUA, e LDC na França, que controlam 43% da capacidade de processamento no Brasil, e quase 80% na União Europeia. As três empresas norte americanas controlam 75% do mercado de soja dos EUA. (DROS, 2004). Junto com Monsanto (EUA) produtora de soja transgênica, com atuação intensiva na Argentina, essas empresas de processamento comercializam o óleo e o farelo de soja, para um grande grupo de produtores de alimentos para consumo humano e de animais, assim como para as indústrias de substâncias químicas e detergentes. Dentre as empresas nacionais que têm apresentado potencial de crescimento na produção, escoamento e processamento da soja, destacam-se o Grupo AMAGGI e Caramuru Alimentos.

Esse conjunto de empresas tem utilizado estratégias diversas para garantir a sua participação no mercado mundial da comercialização de soja, que envolve pelo menos três setores: a produção, a comercialização e a prestação de serviços. As estratégias são estabelecidas em uma complexa rede de relações comerciais e institucionais voltadas à ampliação de seus territórios de atuação. A rigor, observa-se uma disputa entre as empresas pela conquista de novos territórios, delimitados ou marcados fisicamente pelo número de unidades produtivas, de vias de escoamento da produção sob o domínio da empresa, da instalação de portos próprios, de armazéns e de relações institucionais com outros agentes sociais. Essas empresas reposicionam suas instalações físicas conforme a produção de soja se espalha pelos estados brasileiros.

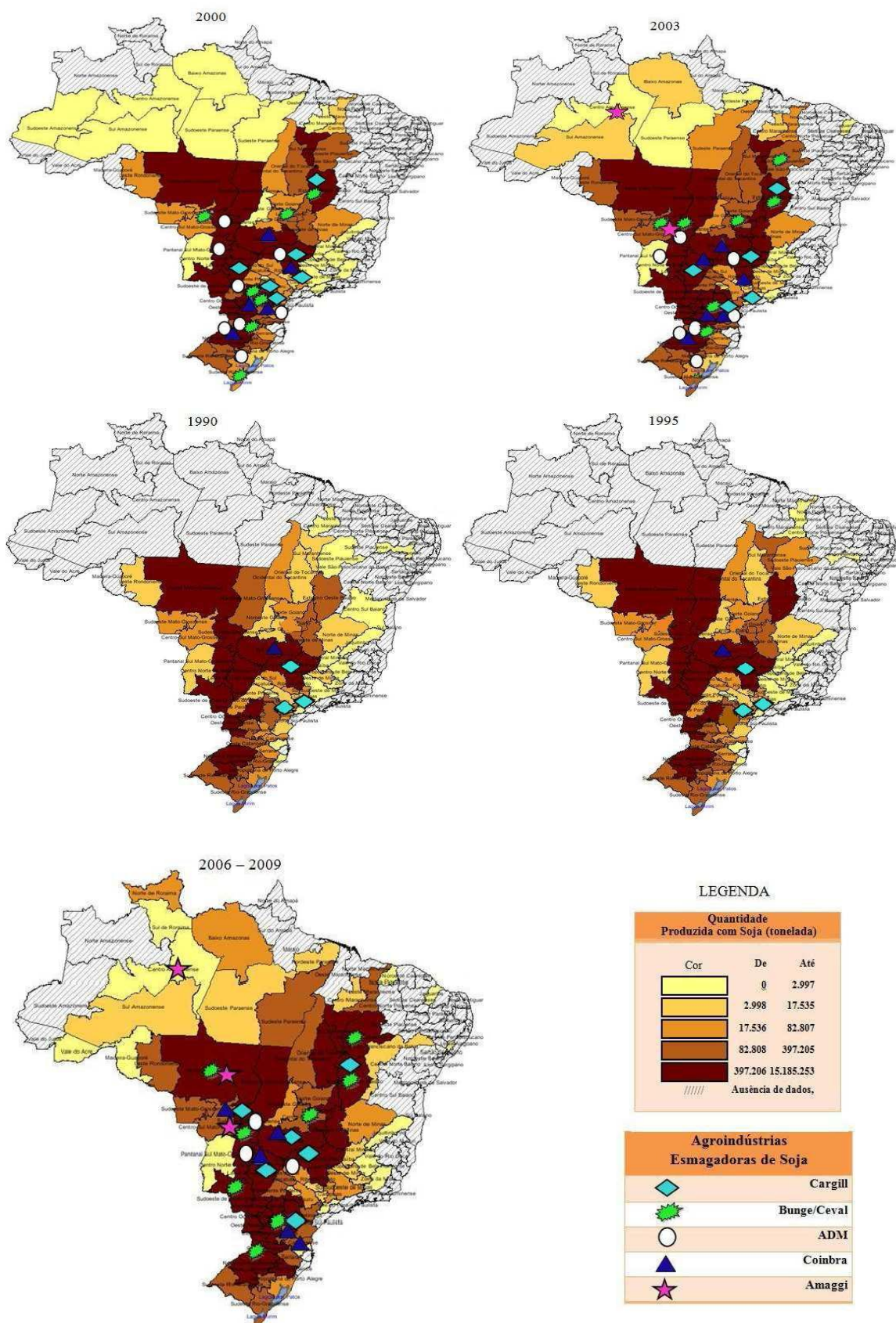
No período entre 1990 e 2009, observa-se o intenso deslocamento da produção de soja e das instalações empresariais para as áreas de cerrado e, posteriormente, à região norte, principalmente, para os Estados do Amazonas e Pará, expandindo-se pela região de floresta tropical, conforme figura 1.

Na referida figura, destaca-se a presença das diferentes agroindústrias de esmagamento da soja para produção de farelo, óleo, ração e outros produtos derivados. É possível observar que as localizações das empresas multinacionais (*tradings*), em particular, as do grupo A, B, C, D (ADM, Bunge, Cargill, LDC) acompanham o deslocamento da produção. “A participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão que era de 16% em 1995 sobe violentamente para 57% em 2005, caracterizando um forte processo de concentração econômica e desnacionalização do setor. No caso desse último período, as primeiras posições são ocupadas pelo grupo supra referido” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2009, p. 11).

Pode-se observar ainda que o deslocamento geográfico das empresas do grupo AMAGGI, (conforme figura 1) indica uma mudança de estratégia anterior de compra de antigas unidades de grupos empresariais nacionais, situadas na região Centro-Sul até o final dos anos 1990, para a construção de novas plantas industriais na área dos cerrados na década de 2000. (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2009, p. 11). A expansão do grupo chega até a Argentina. Em 2010, a AMAGGI abriu um escritório e iniciou sua operação como exportadora de grãos, para depois plantar soja naquele país, para isso arrendou, inicialmente, 5 mil hectares, mas com pretensão de chegar a 30 mil hectares nos próximos anos. (JORNAL ESTADÃO, 2011). Em 2003, a Cargill inaugurou seu Porto no município de Santarém, após processo licitatório de arrendamento de área pertencente à CDP.

As demarcações dos territórios das empresas compreendem a distribuição de suas fábricas, armazéns, ferrovias, terminais portuários e hidroviários em todas as regiões do país. A implantação de infraestrutura própria de logística, tanto para armazenamento quanto para o escoamento da produção, parece ser sua principal estratégia.

Figura 1- Produção e processamento da soja no Brasil: 1990-2009.



Fonte: PAM;IBGE; ABIOVE, Exame. Apresentado em HEREDIA et al.(2009)

Para escoar toda a sua produção, a ADM utiliza sua rede logística para transportar mais de 15 milhões de toneladas de produtos, todos os anos, por estradas, ferrovias e hidrovias. Por meio da subsidiária SARTCO, oferece transporte fluvial nas hidrovias Tietê-Paraná e Paraguai-Paraná, e opera nos portos de Santos (SP), Tubarão (ES), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS), Ponta da Madeira (MA) e Aratu (BA). Utiliza para isso 23 rebocadores, 73 barcaças, 140 vagões e 180 caminhões. Conta, ainda, com uma rede de fábricas instaladas em Rondonópolis (MT), Campo Grande (MS), Joaçaba (SC) e Uberlândia (MG), que processam aproximadamente 4 milhões de toneladas de soja por ano. Para armazenamento, a empresa utiliza um sistema de silos com uma rede de 80 unidades, com capacidade de 2,2 milhões de grãos processados nas suas usinas instaladas na América do Sul, Europa e Ásia. Na área de insumos, opera com fábricas misturadoras de fertilizantes, cuja capacidade de produção anual atinge 13.500 toneladas, estrategicamente instaladas nas regiões de maior produção: Catalão (GO), Paranaguá (PR), Uberaba (MG), Rondonópolis (MT) e Rio Grande (RS)²⁰.

A empresa Cargill atua na comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas e alimentícios, além de desenvolver atividades financeiras e industriais. O complexo soja é integrado por terminais portuários com instalações próprias, armazéns e unidades processadoras. Para isso, conta com 7 fábricas nas seguintes localidades: Mairinque (SP), Uberlândia (MG), Ponta Grossa (PR), Três Lagoas (MS), Barreiras (BA), Rio Verde (GO) e Primavera do Leste (MT). Para o armazenamento dos grãos possui armazéns em Sorriso (MT), Edéia (GO), Lucas do Rio Verde (MT), Ouro Verde (BA), Roda Velha (BA), Sonora (MS), Planura (MG), Tibagi (PR), SINOP (MT) e Santarém (PA). Para o escoamento da produção utiliza terminais portuários localizados em Guarujá (SP), Paranaguá (PR), Santarém (PA) e Porto Velho (RO). Nos terminais de Paranaguá (PR) e Santarém (PA), a Cargill opera por arrendamento de área portuária²¹.

A Bunge, por sua vez, atua desde a origem dos grãos, no processamento de soja e trigo, na produção de fertilizantes, na fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários. Mantém presença em 16 estados de todas as regiões do País, operando 150 estabelecimentos, entre indústrias, centros de distribuição, silos e instalações portuárias. Para o escoamento da soja, conta com estruturas portuárias em Ilhéus (BA), Vitória (ES), São Luiz (MA), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), São Francisco do Sul (SC) e Santos (SP). Suas

²⁰ Dados disponíveis no site empresa.

²¹ Dados disponíveis no site da empresa. Sobre a obtenção da concessão e construção das instalações do porto da Cargill, em Santarém, abordaremos mais a frente.

unidades industriais, destinadas ao processamento de soja, estão localizadas em Luiz Eduardo Magalhães (BA), Luziânia (GO), Dourados (MS), Rondonópolis (MT), Uruçuí (PI), Ponta Grossa (PR), Passo Fundo (RS) e Rio Grande (RS)²².

Completando o elenco das “gigantes” internacionais, a LDC atua na “originação²³”, produção, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas nos mercados de açúcar e etanol, algodão, arroz, café, fertilizantes, grãos, oleaginosas e sucos cítricos. Conta com 05 fábricas processadoras de oleaginosas nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. No complexo soja, possui 25 armazéns assim distribuídos: 12 no estado do Mato Grosso, 10 em Goiás, 02 no Paraná e 01 na Bahia. Conta, ainda, com 02 terminais hidroviários, um em São Paulo e outro no Paraná²⁴.

Dentre as maiores empresas nacionais, na produção e processamento de soja, o Grupo AMAGGI configura uma organização econômica que reúne mais de 10 empresas ligadas ao setor de insumos, produção de grãos, algodão, sementes certificadas, comercialização, processamento de soja, transporte fluvial e marítimo. Atualmente, concentra suas atividades nos setores/empresas: a) AMAGGI Exportação e Importação Ltda (que inclui a AMAGGI Internacional, MAGGI Armazéns, TGG – Terminais de Granéis de Guarujá); b) Divisão Agro (Agropecuária Maggi Ltda., Agrícola e Pecuária Morro Azul, Agro SAM); c) HERMASA NAVEGAÇÃO da Amazônia S/A; d) MAGGI ENERGIA Ltda. As áreas de atuação da empresa são as regiões Norte, Meio Norte e Centro-Oeste, esta última a principal área produtora. Aponta, ainda, como próxima expansão territorial o Nordeste, tanto na expansão da produção como na logística do escoamento pelo Porto de Itaqui (MA). Tem seis fazendas na região sul do Mato Grosso, totalizando 13 mil hectares cultivados e três outras, no município de Campo Novo do Parecis (MT) com 156 mil hectares cultivados. Possui, também, uma fazenda no município de Querência (MT), a Tanguro, com 24 mil hectares.

A AMAGGI Exportação e Importação possui mais de 500 funcionários, 35 armazéns, dos quais 14 são próprios, com capacidade para armazenagem para grãos e derivados, duas fábricas de esmagamento de soja, uma localizada em Itacoatiara (AM) e a outra em Cuiabá/MT – arrendada, com capacidade anual de esmagamento de 1 milhão de toneladas de soja. Possui capacidade de processamento de 3,5 toneladas/dia. A empresa possui, ainda,

²² Dados disponíveis no site da empresa

²³ Termo corrente do linguajar do agronegócio que refere um sistema de controle de qualidade na obtenção e produção de sementes.

²⁴ Dados disponíveis no site da empresa

armazéns anexos aos terminais portuários de Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM) somando em capacidade 235.000 toneladas²⁵.

Outra empresa brasileira que se destaca no setor é a Caramuru Alimentos, com atuação no processamento de soja, milho, girassol e canola. Dedicar-se à industrialização de grãos, extração e refino de óleos, exportação de soja em grãos, farelo, óleo e lecitina e produção de biodiesel. Destaca-se pela logística de movimentação de produtos do “complexo soja”, com fortes investimentos no Porto de Santos (SP), em ferrovias e na Hidrovia Tietê-Paraná, utiliza de transportes intermodais, possui terminais portuários em Santos (SP) e Porto Tubarão em Vitória (ES); terminal hidroviário na hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná; terminal hidro ferroviário em Pederneiras (SP) e hidro rodoviário às margens do Tietê – Anhembi (SP). Possui, ainda, cinco locomotivas “GE C-30” e 120 vagões graneleiros “Hopper”, com 100 m³ e 125 m³ de capacidade, para operar no trecho ferroviário entre o terminal da Caramuru em Pederneiras (SP) e o Porto de Santos (SP). Para armazenamento de grãos, conta com 76 armazéns gerais distribuídos em Goiás, Mato Grosso e Paraná, com capacidade total de 2.379.000 toneladas. Possui unidades industriais de processamento de soja e milho, extração de óleos especiais e usinas de produção de biodiesel em São Simão e Ipameri em Goiás²⁶.

A Caramuru destaca-se, também, pela produção de farelo de soja hi-pro (alta proteína), em sua fábrica de São Simão (GO) e é pioneira na região em capacidade de cogeração de energia. Sua planta fabril está localizada às margens do Rio Paranaíba, com capacidade de processamento de 1.800 toneladas/dia de soja, 500 t/mês de lecitina de soja e 2.100 KW de geração de energia elétrica por hora. Sua produção de farelo distribuída pela hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná destina-se à exportação para diversos países europeus e asiáticos. Sua produção de óleo bruto segue para Itumbiara (GO) onde é refinado.

Com base na figura 1 e nos dados acima apresentados, observa-se que toda essa infraestrutura e logística implantada pelas empresas multinacionais e nacionais estão concentradas nas regiões de alta produção de soja, os investimentos na região norte do país, com destaque para o Grupo AMAGGI e a multinacional Cargill, voltam-se para a infraestrutura destinada ao escoamento da produção: terminais hidroviários e portuários. Seguindo essa tendência, as regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do país, são as mais aptas aos investimentos de industrialização da soja, enquanto que a região norte, a mais estratégica ao escoamento da produção. A concentração regional das indústrias esmagadoras ratifica tal afirmativa. Em 2010, a capacidade de processamento da indústria esmagadora foi

²⁵ Dados disponíveis no site da empresa.

²⁶ Dados disponíveis no site da empresa.

de 176.834 toneladas/dia, distribuída, geograficamente, em 14 unidades da Federação, conforme tabela 4.

Tabela 4 - Capacidade de processamento da soja no Brasil por estado – 2010

ESTADO	TONELADA/DIA	%
Mato Grosso	36.600	20,7
Paraná	35.645	20,2
Rio Grande do Sul	30.400	17,2
Goiás	20.950	11,8
São Paulo	16.880	9,5
Mato Grosso do Sul	10.225	5,8
Minas Gerais	9.100	5,1
Bahia	5.500	3,1
Santa Catarina	4.334	2,5
Piauí	2.600	1,5
Amazonas	2.000	1,1
Maranhão	1.500	0,8
Rondônia	700	0,4
Pernambuco	400	0,2
TOTAL	176.834	100

Fonte: AMBIOVE (2012).

De acordo com a ABIOVE, as quatro principais empresas esmagadoras estabelecidas no país ADM, CARGILL, BUNGE, LDC – concentram 52,2% de toda a capacidade instalada.

A fim de garantir o volume da matéria-prima (a soja em grãos) à indústria, as empresas comumente acionam dois mecanismos: o primeiro, à produção própria desenvolvida em fazendas, adquirem grandes áreas de terras como fez o Grupo AMAGGI, na década de 1980, ou arrendam terras.

O segundo mecanismo é a produção adquirida de produtores rurais, pactuada nas seguintes modalidades: i) compra antecipada da produção: “às vezes há a compra antecipada da produção. O contrato é feito com o produtor. Muitas vezes ele vende no mercado futuro e aí ele pega o recurso para capital de giro” (Informação verbal).²⁷ As empresas estabelecem uma modalidade de relação em que substituem as instituições financeiras no fornecimento de capital de custeio. Definem regras próprias para o financiamento e estabelecem como “moeda” de pagamento, o próprio produto, ou seja, a soja. O cálculo do financiamento tem como base a capacidade produtiva da fazenda e o imóvel e suas benfeitorias entram como garantia hipotecária. Da mesma forma, os juros de mora incidem sobre o volume da produção a ser entregue; e ii) contratos de parceria: os custos e as etapas da produção são divididos

²⁷ Entrevista realizada em 23/08/2010 com G.T. funcionário da empresa Cargill, escritório de Santarém. Retomaremos a discussão sobre a relação entre a Cargill e os produtores da mesorregião do Baixo Amazonas nas seções 6 e 7.

entre a empresa e o produtor. Cabem às empresas o fornecimento dos insumos (sementes, agrotóxicos e adubos), em alguns casos o preparo do solo e a colheita e aos produtores o fornecimento da terra e da mão-de-obra. O resultado da comercialização da produção é dividido “à meia” (50% para a empresa e 50% para o produtor)²⁸.

3.1.2 A influência brasileira na produção de soja em outros países

Desde a década de 1970, observa-se a presença de produtores brasileiros, com domínio da tecnologia da produção agrícola mecanizada, em outros países da América Latina. Sojicultores migrantes, principalmente, os oriundos da região sul, foram responsáveis, por exemplo, pela ampliação das áreas de plantio de soja no Paraguai e na Bolívia.

No Paraguai, o agronegócio ganhou força na exportação sob o comando de empresas multinacionais, no final da década de 1960 e durante a década de 1970, com a migração de brasileiros sulistas sojicultores. Dentre esses brasileiros, está o agricultor Tranquilo Favero (70 anos de idade), um catarinense que chegou ao Paraguai há 40 anos, conhecido como o maior produtor individual de soja. Possui 45mil hectares de terras mecanizadas: "o Paraguai tem 17 departamentos e em 13 deles eu tenho propriedades com soja, milho, trigo, canola, girassol, sorgo, com gado e com silos, 18 silos no total." Além de vender o que planta, o Grupo Favero (do qual Tranquilo é presidente), com 9 empresas, comercializa soja que compra de outros produtores. Segundo ele, entre 90% a 95% da soja no país está nas mãos de brasileiros. (SOUZA, 2008).

Os resultados da expansão da sojicultura nos departamentos de Alto Paraná, norte de Itapúa e na parte oriental de Canindeyú, foi a expulsão dos agricultores paraguaios, a maior parte substituídos por brasileiros. O cultivo da soja, nas décadas de 1980 e 1990, atingiu cerca de 800 mil hectares. (VILADESAU 2008, p. 18-19).

Na Bolívia, a soja, apesar de cultivada desde o ano de 1967, sua produção foi inexpressiva até o final da década de 1980, quando o Banco Mundial financiou o Projeto de

²⁸ Os contratos de parcerias têm sido experimentados também entre empresas e povos indígenas (produtores de soja). Entre os anos de 2004 e 2006, três povos indígenas da região sudeste do Mato Grosso, implementaram um projeto de parceria para a produção de soja com fazendeiros locais. *Paresis*, *Manoki* e *Nambikwaras* das Terras Indígenas (TIs) Paresi, Rio Formoso, *Utiariti* (*Paresis*), *Tirekatinga* (*Nambikwara*) e *Manoki* (*Irantxe*) firmaram 19 contratos de parceria, envolvendo 41 aldeias. Os plantios foram realizados em áreas de 50 a 1000 hectares no interior das TIs, com validade até a safra de 2011/2012. Outro exemplo de contrato de parceria é o estabelecido entre as usinas produtoras de biodiesel e os agricultores assistidos pelo INCRA, inscritos no Programa do Governo Federal de incentivo a produção de biocombustível, o chamado Selo Combustível Social, em que as empresas inscritas para receber tratamento diferenciado (incentivos) devem atender a condicionante de 15% dos seus gastos com a agricultura familiar. (REPORTER BRASIL, 2009).

Desenvolvimento das Planícies (*Lowlands Development Project*). Em decorrência desse programa, houve uma contínua expansão da agricultura mecanizada na região de Santa Cruz, alcançando uma área de cerca de 700.000/ha até o ano de 2006. Produtores da região falam atualmente em 1 milhão de hectares: “quando nós chegamos à área de soja na Bolívia era de 250 mil, 300 mil hectares. Hoje está em torno de 1 milhão de hectares”²⁹. Atualmente, o agronegócio disputa terras inclusive com as denominadas Terras Comunitárias de Origem (TCOs), demarcações de áreas indígenas oriundas de uma lei agrária de 1996. (GIMENEZ, 2010).

Os produtores brasileiros, naqueles países, são responsáveis pela migração de tecnologia de produção, de variedades e pela implantação da infraestrutura. No Paraguai, construíram cidades como Naranjal, San Alberto e Naranjito e na Bolívia, a maioria mora na zona urbana de Santa Cruz de La Sierra, tem fazendas na região, implantaram estradas, construíram pontes e armazéns de grãos. (CORRÊA, 2008).

O fluxo de produtores e empresas entre os países latino-americanos se intensificou. Assim como empresas brasileiras se instalam na Argentina, como o grupo AMAGGI, grupos empresariais argentinos também vieram para o Brasil, dentre os quais, o El Tejar, fundado em 1987 por produtores do interior da província de Bueno Aires, se estabeleceu no Mato Grosso há oito anos e produziu 673 mil toneladas de soja, na safra de 2010. Esse grupo possui 150 mil hectares de terras e arrenda um volume equivalente. O grupo atua ainda na Argentina, Uruguai e Bolívia. (HENNEMANN, 2011).

Outro grupo, Los Grobo, chegou ao Brasil em 2008 para cultivar terras no "Mapito", agora avança no Centro-Oeste. E um terceiro grupo é a MSU, empresa familiar com origem na Província de Santa Fé, chegou ao Brasil em 2007 e já produz 73 mil toneladas de soja na Bahia e em Mato Grosso do Sul. (HENNEMANN, 2011).

A exportação de tecnologia brasileira na produção de soja é iniciativa do governo brasileiro. Em documento elaborado pela EMBRAPA sobre as perspectivas de parceria Brasil/Venezuela fica claro essa posição:

Neste marco, um país como o Brasil tem importante contribuição a aportar, tanto pelas afinidades culturais, como pela disponibilidade de tecnologias desenvolvidas para ambientes tropicais e socioeconômicos semelhantes aos da Venezuela. Um bom exemplo é o cultivo da soja, onde o Brasil detém a mais avançada tecnologia do mundo para regiões de baixa latitude. Com tais credenciais, o nosso país poderá ser agente ativo na reconfiguração do poder

²⁹ Fala de Nilson Medina, paranaense que foi para Santa Cruz de La Sierra no início dos anos 90 e hoje é um dos maiores produtores de soja da Bolívia. (CORREA, 2008)

mundial em curso, principalmente no contexto do projeto de integração sul-americana. (GIANLUPPI, 2009).

A colaboração entre os países ocorre pelo intercâmbio de tecnologia para manejo e conservação do solo, controle biológico de pragas, inoculação de sementes, tecnologias para produção de sementes, plantio direto. A parceria incluiu ainda a capacitação de técnicos e produtores em tecnologias de produção e gestão em soja.

Assim como no Brasil, em outros países latinos americanos, observou-se a relação estreita entre o crescimento da produção de soja e a concentração de terras. A produção de soja na Argentina passou de 3,7 milhões de toneladas na safra de 1980-1981, para 10,8 milhões nos anos de 1990-1991 e 35 milhões em 2002-2003, ou seja, em cada dez anos a produção cresceu três vezes mais. Com o crescimento da soja, diminuiu a produção do girassol, do arroz, do algodão e de frutas, do número de cabeças do rebanho bovino e aumentou os impactos dos agrotóxicos para a fauna e flora. Identificou-se ainda, que o crescimento da sojicultura está relacionado ao desaparecimento das unidades de trabalho familiar, no período ente 1960-1988 fecharam 51 mil unidades agropecuárias e entre 1988 e 2002, 87 mil unidades, quase todas com menos de 200 hectares. Aqueles que ainda permanecem estão se submetendo às relações contratuais que o agronegócio impõe. (GIARRACCA; TEUBAL, 2008, p. 154-155).

As empresas multinacionais dominam a organização do agronegócio argentino e juntas formam os chamados “*pools de siembra*” que transformam o setor agrícola num grande negócio (GIARRACCA; TEUBAL, 2008). Operam em todo o processo de produção, também induzindo a (re)organização do mercado de terras. Algumas compram terras, outras com “*contratistas*” arrendam as terras e provêm os maquinários, equipe e agrotóxicos. As empresas com seu poder econômico determinam a organização dos complexos agroindustriais em suas atividades antes da porteira, depois da porteira e induzem relações contratuais e sociais estabelecidas dentro da porteira.

A projeção do Brasil como referência em tecnologia de produção da soja ampliou-se até o continente africano. Em 2010, o grupo mato-grossense Pinesso começou a plantar algodão e soja no Sudão em parceria com uma empresa sudanesa. A expectativa é plantar 100 mil hectares nos próximos quatro anos. O Sudão também recebeu, nesse mesmo ano, uma comitiva de produtores brasileiros de soja, depois das conversas iniciais com o governo local, segundo a APROSOJA. Na mesma época, outra comitiva foi à Etiópia e à Mauritânia, também a convite dos governos locais, para negociar o cultivo de milho. Empresas brasileiras

já estão em pelo menos outros seis países da África, cultivando cana-de-açúcar e arroz. Outras investem em tecnologia agrícola, como a Irriger, que implanta sistemas de irrigação no Sudão desde 2008. Convidada pelo governo, a companhia desenvolve projetos em fazendas de milho, soja, algodão e cana. Os governos locais oferecem incentivos como isenção tributária e boas condições de financiamento para atrair investimentos estrangeiros. (CARAZZAI; BANDEIRA; BRITO, 2010).

No ano de 2010, o governo brasileiro assinou o termo de cooperação técnica para desenvolvimento do Projeto de Apoio à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique, envolvendo a EMBRAPA em parceria com Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e a Agência Americana de Cooperação (USAID) e prevê o investimento de cerca de R\$ 12,10 milhões por um período de quatro anos. A USAID aplicará US\$ 8,4 milhões no financiamento de cinco centros internacionais privados de pesquisa agropecuária que atuam em Moçambique. Esses recursos também serão usados na manutenção de uma unidade de gestão do programa de inovação agropecuária de Moçambique, denominada UGP – formada por representantes do IIAM, da EMBRAPA e dos organismos internacionais financiados pela USAID. O apoio técnico inclui o desenvolvimento de sistemas de gestão territorial, levantamentos de solos, mapeamentos de uso e cobertura das terras, zoneamentos agroecológicos, avaliações de impactos ambientais, melhoria de processos produtivos, monitoramento da intensificação agropecuária e degradação de terras, entre outras. Para a pesquisa foi selecionada a área correspondente ao Corredor de Nacala, entre os paralelos 13°S e 17°S, em decorrência da similaridade com o bioma do cerrado brasileiro. A justificativa para tais investimentos é a busca da autossuficiência na produção de alimentos no país africano³⁰.

Em 2011 circulou a notícia de que o Governo de Moçambique estaria cedendo o uso de 6 milhões de hectares para agricultores brasileiros plantarem soja e milho no norte do país. As aquisições de terra serão mediante o regime de concessão – os produtores brasileiros poderão utilizá-las por 50 anos, renováveis por outros 50 anos, pagando um imposto módico de 37,50 meticais (R\$ 21,00) por ha/ano. (MELLO, 2011).

O governo moçambicano prevê que os investimentos estrangeiros possam resultar em melhoria de infraestrutura, atração de tecnologia, incremento na produtividade agrícola e aproveitamento da mão-de-obra local. A perspectiva da abertura dessa nova fronteira agrícola aos produtores brasileiros é estratégica,

³⁰ Dados obtidos no site da EMBRAPA

Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China. Hoje, além da terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter a licença de desmate e limpeza de área. [...] Quem vai tomar conta da África? Chinês, europeu ou americano? O brasileiro, que tem conhecimento do cerrado. (MELLO, 2011).

É importante ressaltar que, tanto na América Latina quanto no continente Africano, a referência é a produção de soja mecanizada, em grande escala, desenvolvida no bioma do cerrado brasileiro. Uma produção baseada na utilização de grandes extensões de terras, com uso de alta tecnologia, volume alto de agrotóxicos e pouca mão-de-obra. Essa forma produtiva também tem se mostrado com alto grau de concentração de terras, o que implica na expropriação de pequenos produtores.

3.2 PRODUÇÃO DE SOJA NA AMAZÔNIA: A Passagem do Bioma Cerrado ao Bioma Floresta

Se tomarmos como referência os biomas naturais, a produção da soja na região Amazônica segue do cerrado, passa pela parte de transição (cerrado amazônico) indo para as áreas de florestas semidecíduais (ainda bastante secas), seguindo sua marcha pelo Mato Grosso, Maranhão e Rondônia. Em 1996, abre novas fronteiras com expansão para ecossistemas específicos: campinarana no estado do Amazonas, lavrados ou cerrados no estado de Roraima (figura 1).

A possibilidade de produção da soja nesses novos ecossistemas decorreu de vários fatores: aumento da demanda mundial de soja; saturação do estoque de terras na região Sul do país; o desenvolvimento da pesquisa nas regiões Sul e Centro-Oeste (bioma cerrado), com experimentos na década de 1980 no estado de Rondônia, e na década de 1990 nos estados do Pará e Amazonas; a implantação e recuperação da infraestrutura e logística, pelo governo federal e pelas empresas do setor.

Outro fator utilizado como justificativa pelos governos e setores do agronegócio para ampliar o cultivo de soja na Amazônia é a existência de estoque de terras classificadas como áreas desmatadas e áreas degradadas pela pecuária, que estariam disponíveis à produção. No Plano Amazônia Sustentável (PAS), há 6,9 milhões de hectares de terras consideradas produtivas não utilizadas. A diretriz para uso dessas áreas é “promover a recuperação das áreas desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal” (PROGRAMA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, 2008, p. 5). No Âmbito da Política Agrícola, o Governo

Federal implementa o Programa “Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio(PRODUSA)” (Plano Agrícola Pecuária 2010/2011) destinado à recuperação de áreas degradadas, em que se prevê o cultivo de grãos.

Almeida (2008, p. 17-18) ao discutir como os agrônomos, biólogos, ecólogos e engenheiros florestais entendem a degradação, identifica que eles a definem objetivamente como “diminuição ou como perda: perda de intensidade e perda de qualidade com seus efeitos referindo-se a fatores de destruição da cobertura vegetal, de ‘esgotamento do solo’ e de alterações dos cursos d’água”. Modificações na natureza medidas por “modelos teóricos” que informam métodos quantitativos que podem ser medidos e controlados: “pode-se prever como reagirá mediante um de seus componentes”. Por isso, o termo degradação é entendido como uma “norma operacional que utiliza uma lógica no seu ‘estado prático’ que serve basicamente para fins operacionais imediatos ou e aplicação genérica e direta”. Almeida (2008) chama atenção para o fato dessa forma objetiva e quantitativa de definir, que aparenta extremo rigor e exatidão, se restringir a uma função prática e elide o sujeito da ação.

Nesse sentido, a utilização do termo degradação para classificação de terras na Amazônia, permite de forma indiscriminada a mudança, de certa forma, acelerada do uso da terra, estimulando o crescimento do volume de terras destinadas ao plantio de grãos, especialmente o da soja. Segundo os estudos realizados pelo Grupo Executivo de Integração... (1999) existem mais de 22 milhões de hectares de áreas potenciais à produção de soja na região da Amazônia Legal, conforme tabela 5.

Tabela 5- Área potencial à produção de soja por estado da Amazônia Legal.

Estado	Área potencial de soja (ha)	%
MT	12.200.000	53,8
RO	1.100.000	5,0
TO	2.000.000	9,0
MA	1.500.000	6,7
RR	1.500.000	6,7
PA	4.000.000	18,0
AM*	-	-
AC*	-	-
AP*	-	-
TOTAL	22.300.000	99,2

Fonte: GEIPOT (1999). * Não informado.

Destes, 52% está no estado do Mato Grosso e, aproximadamente, 18% no Pará. Nestes 22 milhões de hectares encontram-se os 6,9 milhões considerados pelo PAS como áreas

desmatadas, degradadas e abandonadas, por isso, “disponíveis” a serem imediatamente utilizadas pelo programa do Governo Federal de recuperação de áreas degradadas, através do agronegócio sustentável.

Para recuperação das áreas degradadas, a EMBRAPA desenvolveu em 2008 uma tecnologia que consiste na integração lavoura, pecuária e floresta, o chamado Sistema Integrado de Produção³¹.

Falam que o plantio de grãos pode destruir a Amazônia. Mas o grão pode salvá-la. Acredita-se hoje que grande parte das áreas de pastagens da Amazônia estão degradadas. Estas áreas passam a não suportar mais os animais, o que é um incentivo à abertura de novas áreas na floresta" (Paulo Fernandes, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. (FREIRE, p.1).

Em nossa pesquisa de campo constatamos que alguns produtores de soja nos municípios de Santarém e Belterra utilizam essa tecnologia, estimulando os pecuaristas também a usarem: “estamos em cima do pecuarista para fazer o consórcio pecuária e agricultura”³². Considerando as expectativas, tanto dos produtores como das agências de pesquisa a produção de soja na Amazônia manterá sua tendência de crescimento na incorporação de novas terras. Um dos efeitos provocados por tal crescimento é a expropriação de terras dos pequenos produtores, como veremos mais adiante.

Lima (2008, p. 79) destaca três fases do cultivo da soja na Amazônia Legal. A primeira fase, entre 1970 e 1990, a produção cresceu 557%, concentrando-se nas áreas de cerrado localizadas no Estado do Mato Grosso; com experimento no Estado de Rondônia nos anos 1980. Na segunda fase, entre 1991 e 2000, a produção de soja obteve um crescimento de 258%, com a instalação da produção em localidades situados na bacia do rio Madeira/Amazonas, nas áreas de influências da BR-230 e BR-319 no Amazonas; e em áreas na Chapada do Parecis e na bacia do Rio Teles Pires, ao longo da BR-163 no Mato Grosso em ecossistemas de cerrado e áreas de transição. Chega à porção sul/sudeste dos cerrados maranhenses no polo de Balsas e nos lavrados do centro-norte de Roraima. Nesse período também chega ao Pará, principalmente nos polos produtores localizados nas regiões ao longo da BR-163, Sudeste e Sudoeste do Estado e no Baixo Amazonas. A fase atual, iniciada nos

³¹ As etapas do Sistema Integrado de Produção são cumpridas em três anos. No primeiro ano, o produtor faz o cultivo de grãos e intercala com o plantio de linhas de árvores, voltadas ao reflorestamento. No segundo ano, volta a produzir grãos. No terceiro, com as árvores já maiores e sem risco de serem derrubadas pelos bois, o produtor substitui o grão pelo capim. A área de agricultura vira pastagem e recebe novamente o gado. As árvores vão produzir sombra, o que aumenta o conforto térmico do animal e, conseqüentemente, sua produtividade. (FREIRE, 2008, p. 1)

³² A. N. produtor de soja. Entrevista realizada em Santarém, em: 27 ago.2010.

anos de 2000, muito mais dinâmica se espraia sobre as áreas dos domínios amazônicos distribuída nas porções mais ao norte do estado do Mato Grosso, leste de Rondônia, no sul do Pará ao longo da Rodovia BR-163, no Amazonas e em Roraima.

3.2.1 A soja a caminho do norte

A expansão geográfica da soja para os estados nortistas da Amazônia Legal toma como referência o “modelo” adotado na Região do Centro Oeste, mas especificamente no Estado do Mato Grosso. A soja produzida na região do Centro-Oeste se desenvolveu em médias e grandes propriedades e com a utilização de técnicas modernas de produção; diferente da região sul do país, em que pequenos produtores participam da cadeia produtiva. Até os anos de 1970, as terras da região Centro-Oeste, hoje campos de soja, eram ocupadas por povos indígenas, pequenos agricultores e poucos pecuaristas, espalhados por um vasto território. A intervenção do Estado Brasileiro, com os programas de ocupação, foi importante para as mudanças no território. Nesse sentido, ao analisar a produção da soja no Mato Grosso Castrillon Fernández observa que sua expansão é um processo de longa duração que foi e vem sendo definido por,

[...] movimentos migratórios de colonos e empresas, atraídos por incentivos de políticas públicas e/ou pressionados pela estrutura fundiária local, deslocando-se para regiões de cerrados e de floresta Amazônica; pela formação de comunidades, vilas, distritos e cidades; pela desterritorialização e reagrupamento de povos indígenas e populações tradicionais, redefinindo formas de apropriação e uso de recursos naturais; pela estruturação de novas configurações de relações sociais, políticas e econômicas [...]. (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 124).

Observa ainda o autor, que não existe uma relação causal direta entre a expansão da ocupação territorial, pelos colonos do sul com a incorporação de terras ao plantio de soja. Ou seja, os produtores quando migraram para o Mato Grosso experimentaram outras culturas antes de optarem pelo plantio de soja. Isso se deu de forma gradativa, na medida em que os migrantes se estabeleciam no território, e criavam condições para isso, e desenvolviam novas tecnologias para o cultivo de lavouras extensivas. (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 176-177).

O processo de expansão dessa atividade na região do cerrado em direção à floresta amazônica, segundo o referido autor, foi desencadeado a partir da relação entre o movimento de concentração fundiária na região sul do Brasil e as ações desenvolvidas pelo Governo Federal ao longo de várias décadas com objetivo de tornar disponíveis terras para reocupação

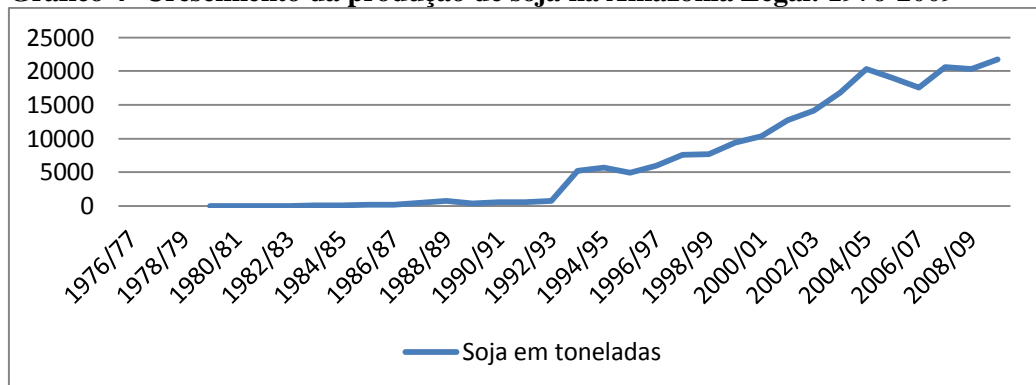
da Amazônia, por meio da implantação de grandes empresas agropecuárias e dos projetos de colonização. Um movimento protagonizado pelas famílias de colonos da região sul se dirigiu para o Mato Grosso com a perspectiva de melhoria das suas condições econômicas. Como garantia de vencer as dificuldades de adaptação na nova região, apoiou-se nas estruturas de relações sociais construídas tanto na sua região de origem, quanto na região de destino.

Como demonstrado por Castrillon Fernández (2007), a migração, a escolha da área, o início dos plantios e, posteriormente, a aquisição de novas terras são ações assentadas nos vínculos familiares e de pertencimento³³.

Heredia; Palmeira, Leite (2009) apontam ainda que a intervenção do Estado, a partir da década de 1970 induziu de forma decisiva a base do processo de transformação da região do cerrado: programas governamentais como o Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1974-1979), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO 1975), o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI 1972), todos contribuíram para a consolidação da base estrutural de desenvolvimento do cultivo da soja e à atração de produtores de outras regiões do país.

A produção da soja na Amazônia Legal apresenta um crescimento exponencial a partir da década de 1990, conforme pode ser observado no gráfico de número 4.

Gráfico 4- Crescimento da produção de soja na Amazônia Legal: 1976-2009



Fonte: CONAB (2012).

³³ Segundo Castrillon Fernandez (2007) o crescimento da área plantada de soja, que tem sido acompanhada de transformações na base técnica, nas diversas formas de inserção no mercado e de concentração de capital e de ativos fundiários, não aponta para uma maior autonomização da esfera econômica em relação à esfera política e cultural. Isso por que a produção de soja depende das políticas governamentais e da experiência dos produtores. Então, procuram-se converter esses outros tipos de recursos em fatores de produção. Assim, a maior eficiência financeira será resultado da capacidade de conversão de diferentes tipos de recursos (político, cultural, ambiental) em recursos de produção. O ganho econômico, então, terá sua medida balizada pela eficiência da conversão desses recursos (político, cultural, ambiental) em recursos indutivos da produção. Quanto mais eficiente for essa conversão, mas eficiente também será o crescimento econômico dos produtores de soja.

Os dados da tabela 6 indicam que até 1990 apenas quatro estados da Amazônia Legal possuíam áreas de plantio de soja: Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Rondônia, sua produção se concentrava no bioma cerrado. Nos anos 2000, acrescenta-se a essa lista mais dois estados: o Amazonas e o Pará; em 2010, oito estados da Amazônia Legal contavam com plantio de soja. O Amapá é o único estado que não produz soja.

Tabela 6- Soja - área plantada (em hectares) por estados da Amazônia Legal e Brasil

	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	11.584.734	11.702.919	13.693.677	23.426.756	23.339.620
Amz.	1.602.975	2.451.353	3.158.368	7.008.094	7.285.548
Legal					
AC	-	-	-	55	100
AP	-	-	-	-	-
AM	-	-	1.060	2.256	180
MA	15.305	87.690	178.716	372.074	495.756
MT	1.552.910	2.338.926	2.906.648	6.121.724	6.227.044
PA	-	-	2.225	68.410	85.450
RO	4.640	4.500	11.800	75.275	122.743
RR	-	-	-	13.000	1.400
TO	30.120	20.237	57.919	355.300	352.875

Fonte: IBGE (1990 - 2010).

Em vinte anos, o estado do Maranhão incorporou em trinta e duas vezes mais o volume de terras destinadas à produção de soja, passando de 15.305ha, em 1990, para 495.756ha em 2010. No mesmo movimento seguem o estado do Tocantins que cresceu em cerca de doze vezes o volume de terras para a soja, com 30.120ha em 1990, para 352.875ha em 2010; o estado de Mato Grosso quadruplica o quantitativo de terras com 1.552.910ha em 1990, para 6.227.044ha em 2010; e Rondônia que aumentou em três vezes o volume de terras chegando ao ano de 2010 com 122.743ha. Interessante observar que nesses estados, com exceção do Maranhão, os dados do Censo Agropecuário indicam um aumento no número de estabelecimentos rurais entre 1996 e 2006 (conforme tabela 7) coincidindo com o crescimento da área de terras direcionadas ao plantio de soja.

A primeira década do século XXI foi um período de crescimento das áreas de plantios nos estados. Em 2000, o total de áreas plantadas com soja na Amazônia Legal era de 3.158.368ha, já em 2005 esse crescimento é superior a 100%, com uma área de 7.008.094ha. A tendência de crescimento permaneceu nos cinco anos subsequentes, embora com menor intensidade, chegando a ter em 2010 uma área de 7.285.548ha com plantações de soja.

No ano de 2005, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins apresentaram maior percentual de área plantada de soja: 87,35%, 5,3% e 5,06% respectivamente. Enquanto isso, os demais estados (AC, AM, PA, RO, RR) correspondem à apenas 2,29% da área plantada. Essa

distribuição percentual permanece até a atualidade. Em suma, o maior percentual de áreas incorporadas ao plantio de soja na Amazônia Legal está localizado no cerrado e nas áreas de transição para a floresta.

Indiferentemente do bioma em que a soja esteja sendo cultivada, é importante observar que em todos os estados da Amazônia Legal, nessa mesma década, há um decréscimo do número de imóveis rurais menores que 100 hectares e um crescimento de imóveis entre 100 e 1000 hectares, conforme tabela 7, o que pode indicar uma estratégia de composição de uma propriedade rural a partir da aquisição de vários imóveis com áreas menores de 100 ha (ou pela compra, ou pela grilagem de terras) por um único proprietário³⁴.

Tabela 7- Número de estabelecimentos rurais por tamanho do imóvel nos Estados produtores de soja na Amazônia Legal.

	Total de imóveis		>100 (ha) %		100 >1000 (ha) %		>1000 (ha) %	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
AC	23.788	29.4822	21,16	19,2	39,2	47,77	39,64	33,03
AM	83.289	66.784	34,42	24,61	29,38	33,00	36,20	42,38
MA	368.191	287.037	22,24	21,50	41,41	42,38	36,35	36,12
MT	78.762	112.978	3,28	5,52	14,52	16,96	82,20	77,51
PA	206.404	222.028	19,22	18,38	29,91	32,48	50,87	49,14
RO	76.956	87.077	21,46	26,84	31,20	39,29	47,34	33,87
RR	7.476	10.310	6,0	22,78	20,3	31,76	73,7	45,46
TO	44.913	56.567	5,41	9,21	37,49	33,53	57,09	57,27

Fonte: IBGE (2007).

Mato Grosso é um dos estados de maior concentração de soja. Na safra 2009/2010 alcançou o volume de 28.389,1 toneladas (CONAB³⁵), produzidas em grandes propriedades. Um modelo que potencializa a concentração de terras, em 1980, 37% da produção vinham de propriedades com 100 hectares ou menos, enquanto 25% de propriedades superiores a 1.000 hectares. Já em 1985, apenas 20% da produção pertenciam ao primeiro grupo e 45% ficavam com as grandes propriedades (COSTA, 2000, p. 22).

O Maranhão concentra sua maior produção de soja em sua área sul, destacando-se o município de Balsas onde se encontram as principais atividades empresariais ligadas ao agronegócio. A soja começa a ser plantada em Balsas ainda na década de 1970 por pequenos agricultores até o ano de 1988, quando se instala na região o grupo empresarial SLC³⁶. Na

³⁴ Tal estratégia foi utilizada por produtores de soja nos municípios do Baixo Amazonas, sendo identificada quando examinamos os registros do Cartório do 1º Ofício Nogueira Sirotheau em Santarém.

³⁵ CONAB/Série Históricas.

³⁶ O Grupo SLC (Schneider Logemann Ltda.) foi fundado em 1945, na Cidade de Horizontina (RS), por três famílias de imigrantes alemães. A SLC Agrícola inicia suas atividades, em Horizontina, com o cultivo de soja e trigo, mas, atualmente todas as 11 fazendas da companhia se localizam no Cerrado, nos Estados de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Maranhão, da Bahia e do Piauí. (MIRANDA, 2010)

década de 1990, a produção de soja ganha impulso com os investimentos em pesquisa realizados pela EMBRAPA e pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Corredor de Exportação Norte (FAPCEN); de investimentos estaduais em infraestrutura, através do Corredor Exportação Norte; da chegada das empresas Bunge e Cargill. (ROCHA, 2008, MIRANDA, 2010).

Segundo Miranda (2010), os anos de 1990 foram marcados por intenso processo de concentração de terras e de violentos conflitos entre especuladores de terras, sojicultores, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das Igrejas Católica e Luterana. Os pequenos agricultores foram expulsos de suas terras, ou pela grilagem ou por um processo de aliciamento via “compra” da terra e até pela impossibilidade de continuar em suas terras por conta dos impactos ambientais ocasionados pelos agrotóxicos.

Miranda identificou, pelo menos, dez situações de conflitos pela posse da terra nos povoados da região, Tanque, Extrema, Ásia, Cabeceira do Rio Tem Medo, Mandacaru/Caracol/Tem Medo, Buritirana/Boqueirão/Porto Isidoro, Rio Peixe até Rio Sucurijú, Limpeza, Salto, que resultaram na expulsão de pequenos agricultores. O autor cita também os exemplos de Caracol e Sucupira em que na década de 1980 eram habitados por 120 e 60 famílias respectivamente. Em 1995, restavam apenas 74 famílias no primeiro e 40 no segundo. No povoado de Ferreira, 30 famílias foram constantemente ameaçadas para deixarem suas terras, suas barracas eram queimadas e as famílias proibidas de botarem as roças. (MIRANDA, 2010, p. 12-13). De fato, como mencionado anteriormente, o Maranhão foi o estado da Amazônia Legal em que houve uma queda de cerca de 20% do número de imóveis rurais que passaram de 368.191 em 1996 para 287.037 em 2006.

Embora no Tocantins, assim como noutros estados da Amazônia Legal, tenha ocorrido aumento no número dos imóveis rurais, ocorreu também significativa concentração de terras com a expulsão de pequenos agricultores nos municípios em que a produção de soja se instalou. A maior incorporação de áreas na produção de soja também pode ser observada no estado, a área plantada passou de 30.120ha, no ano de 1990, para 329.508ha no ano de 2008 (tabela 6). As áreas de expansão instaladas ao norte do estado, na região do Bico do Papagaio (Projeto Sampaio-Araguatins); ao leste, em Campos Lindos (Projeto Prodecer); na região mais central em Pedro Afonso, Itacajá e Aparecida do Rio Negro; e sudoeste, na região de Formoso do Araguaia, Duerê e Cristalândia. Os conflitos pela terra, após a chegada da soja, são intensos no Tocantins, principalmente, com povos indígenas e comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu. (BICKEL, 2004).

No município tocantinense de Campos Lindos, o processo de expropriação de terras de pequenos agricultores que deu lugar ao plantio de soja, foi significativo. A área que hoje abriga o Projeto Agrícola Campos Lindos passou pela primeira "titulação" na década de 1980, na qual foram beneficiados, com áreas superiores a 2 mil hectares, 27 "proprietários" de outras regiões do país, parte produtores de grãos, parte especuladores imobiliários interessados no futuro valor de venda de grandes áreas de terra. Em 1997, com a criação do Projeto Agrícola Campos Lindos, foi feita uma segunda "titulação" da mesma área (Decreto 438/97, de 08 de maio de 1997). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos, a ação indenizatória, fruto da desapropriação, contemplou apenas 27 "favorecidos", deixando de fora 80 pequenos agricultores com média de 40 anos de posse. As famílias dos pequenos agricultores tiveram que sair, pressionados pelo fato de que suas terras "havam sido 'convertidas' na área de Reserva Legal" dos grandes produtores de soja. (HASHIZUME, 2009).

Castilho e Castro (2005) identificaram um processo intenso de deslocamento de pequenos agricultores para a periferia da área urbana de Campos Lindos, com a chegada dos produtores de soja e a instalação das empresas multinacionais Cargill, Bunge, Multigreen e Agrenco, que fornecem crédito aos produtores de soja, usando a forma de compra antecipada.

No estado do Amazonas, o cultivo de grãos concentra-se nas áreas de influência da BR-319 e BR-230 (Transamazônica), abrangendo os municípios de Humaitá, Manicoré, Canutama e Lábrea; áreas de fronteira agropecuária, foco, na última década do século XX, de várias políticas estaduais e federais e de investimentos privados. Segundo Lima (2008), os primeiros experimentos com a produção de soja, nesse estado, ocorreram nos anos de 1970 realizados por pesquisadores do INPA com agricultores de origem japonesa. No entanto, foi na década de 1990 que a produção de soja ganhou impulso com os investimentos, em pesquisa, da EMBRAPA Amazônia Ocidental - Manaus e Rondônia que desenvolveram experimentos para variedades de grãos (soja, arroz, milho e feijão) em áreas de campos naturais, várzea e terra preta de índio. Houve também investimentos da iniciativa privada, através da CAMPO Consultoria e Agronegócios e da Fundação Mato Grosso. Agregado a esses investimentos em pesquisas, a produção de soja foi estimulada por políticas governamentais, desde os anos de 1995: "Entre 1995 e 2006, o cultivo de arroz e soja em escala comercial ocorreu nos seguintes municípios amazonenses: Beruri, Canutama, Fonte Boa, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manicoré, Parintins, Pauini e Urucurituba". (LIMA, 2008, p. 147). Na tabela 6, é possível observar uma queda acentuada no volume de áreas

plantadas de soja no Amazonas, passando de 2.256 hectares em 2005 para 180 hectares em 2010.

Em seu trabalho, Lima (2008) menciona os efeitos trazidos pela produção de soja no Amazonas: concentração fundiária, aumento das taxas de desmatamento, a exclusão de pequenos proprietários e posseiros, “erosão das fronteiras” entre o público e o privado (clientelismo, *lobby*). Essa autora diz que apesar do processo de concentração fundiária não ser recente na região, no período da década de 1990, e na década seguinte apresentou trajetória ascendente. Na região sul do estado, os dados do INCRA apresentados pela autora “mostraram que 17% do número dos imóveis rurais desse território são de médias e grandes propriedades que representam 96% dos imóveis cadastrados” (LIMA, 2008, p. 284).

Em Roraima, cerca de 1 milhão de hectares de “lavrado” (savana tipo cerrado) são considerados pela EMBRAPA aptos à mecanização e à produção da soja, sobretudo em nove municípios: Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Amajari, Alto Alegre, Mucajaí, Pacaraima e Caracarái. A isso se somam ainda mais 300 mil hectares para o cultivo irrigado de arroz (BICKEL, 2004). A chapada dos Parecis (RO) é uma das regiões com intensa dinâmica, tendo apresentado um aumento, cerca de oito vezes, em áreas usadas para o cultivo da soja na década de 1990, passando de 4.640ha para 122.743ha em 2010 (conforme tabela 6).

Em 2011, a EMBRAPA (RO) lançou o Programa Soja Livre, com a implantação de unidades demonstrativas em Porto Velho, Vilhena, Cerejeiras, Ariquemes, Colorado do Oeste e Castanheiras, cujo objetivo foi avaliar o potencial produtivo de 23 cultivares convencionais. O projeto é fruto da parceria entre Embrapa, Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange) e Associação dos Produtores de Soja de Rondônia (APROSOJA/RO). A Boa Safra Produtos Agropecuários, o Grupo AMAGGI, a Sementes Quati e o Instituto Federal de Rondônia. A meta é transformar a região numa área de produção especializada em soja convencional (não transgênica): “o mercado para a soja não geneticamente modificada é específico e Rondônia tem potencial para conquistá-lo. Além disso, o estado conta com uma vantagem logística para a exportação da soja convencional, que é o Porto Graneleiro do Rio Madeira, em Porto Velho” (SILVA, 2012, não paginado).

No estado do Acre já existem pequenos experimentos, realizados pela EMBRAPA que apontam dois elementos favoráveis à produção de soja, a construção do porto fluvial de Porto Velho, a 500km de Rio Branco por onde a soja poderia ser escoada e a existência de cerca de 200 mil hectares de áreas de pastagens degradadas passíveis de mecanização e propícias ao cultivo da soja. (SHARMA, 2001). Na tabela 6, é possível verificar que as áreas plantadas de soja dobram no tempo de cinco anos (entre 2005 e 2010). São fortes as expectativas de

umentar a produção, tanto que em 2010 e 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou as Portarias nº 227 (14.07.10) e 266 (28.07.11), de aprovação do Zoneamento Agrícola para a cultura de soja no Estado do Acre, anos-safra 2010/2011 e 2011/2012, respectivamente. Em ambas as portarias, no anexo 1, consta a lista dos 21 municípios aptos à produção de soja: Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Walter, Rio Branco, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Senador Guimard, Tarauacá, Xapuri.

3.2.2 Os Polos de desenvolvimento da soja no Pará

A introdução da monocultura da soja no Pará ocorreu na década de 1990, como um dos projetos específicos do Plano Operacional de Política Agrícola “Pará Rural”. O governo adotou a concepção de Polos de Desenvolvimento, três deles envolvendo a produção de grãos, mais especificamente a da soja: o Polo Agroindustrial do Sudeste Paraense; o Polo Agroindustrial e Agroflorestral do Oeste Paraense; o Polo Agroindustrial do Nordeste Paraense. Foram estruturadas três áreas de produção: inicialmente nas áreas de cerrado localizadas ao sul do estado, no município de Redenção e, posteriormente, nas regiões de Santarém e na Belém-Brasília, no município de Paragominas³⁷.

Em atendimento a essa demanda, a Embrapa Amazônia Oriental passou a fazer experimentos visando à adaptação às condições ambientais locais de cultivares de soja e os componentes tecnológicos já desenvolvidos. Os resultados das pesquisas feitas pela Embrapa foram considerados muitos bons em todos os três Polos. A produtividade alcançada, por exemplo, nos três anos de experimentos (1997-1999) em Paragominas teve um rendimento de cerca de 3,0t/ha e Santarém 3,4t/ha de soja. A alta produtividade aliada à aceleração do ciclo produtivo e aos incentivos governamentais representaram fortes atrativos que serviram de impulso para a expansão da soja na região Santarém.

³⁷ Como estratégia para atração de investidores e produtores o Governo do Estado do Pará à época fez o lançamento oficial dos Polos de Desenvolvimento também fora do estado. O Polo Agroindustrial da Soja do sudeste Paraense foi lançado em São Paulo (SP) e em Foz do Iguaçu (PR) foram lançados o Polo Agroindustrial e Agroflorestral do Oeste paraense. (Governo do Estado do Pará, 1994).

Quadro 2- Programas Agroindustriais da Soja no Pará

Polo Agroindustrial	Municípios envolvidos	Área total do Polo (ha)	Estimativa de áreas degradadas com proposta para produção de grãos
Programa de produção de soja do nordeste paraense	Capitão Poço, Dom Eliseu, Irituia, Ipixuna, Mãe do Rio, Paragominas, Rondon do Pará, São Miguel do Guamá, Tomé Açu e Ulianópolis.	5,37 milhões de hectares	500 mil hectares
Programa de produção de soja do oeste paraense	Alenquer, Itaituba, Monte Alegre, Novo Progresso, Rurópolis, Santarém e Trairão.	15, 3 milhões de hectares	500 mil hectares
Programa de produção de soja do sudeste paraense	Bannach, Conceição do Araguaia, Floresta, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Xinguara.	4,58 milhões de hectares	850 mil hectares

Fontes: SAGRI (1994a, 1994b, 1994c); EMBRAPA (2000), PUTY (2007).

Observando os dados do levantamento de produção agrícola do IBGE, entre os anos de 1997 a 2010, tabela 8, é possível verificar o crescimento do cultivo da soja no Estado do Pará tanto pela incorporação de novas áreas, quanto em volume de produção.

Tabela 8- Área plantada e produção de soja por ano no Estado do Pará: 1997-2010.

Ano	Nº Municípios	Área Plantada (ha)	Produção (t)
1997	04	575	1.353
1998	06	1.843	2.438
1999	06	1.915	2.630
2000	07	2.225	2.602
2001	07	1.005	2.291
2002	08	2.648	7.535
2003	14	15.310	43.251
2004	20	35.219	99.437
2005	20	68.410	204.302
2006	20	72.335	209.864
2007	17	53.538	154.015
2008	18	70.760	201.111
2009	17	71.410	206.456
2010	17	85.450	243.616

Fonte: IBGE(1997 a 2010).

Examinando os dados da tabela 8 fica claro que o número de municípios paraenses com produção de soja aumentou ao longo dos anos. Inicialmente, no ano de 1997, somente quatro municípios tinham plantios dessa planta oleaginosa: Paragominas, Ulianópolis, Santarém e Redenção. Atualmente, treze anos depois das primeiras experiências, dezessete municípios já possuem plantios, ocupando uma área total de 85.450 hectares, com uma produção de 243.616 toneladas. Dentre eles, Santarém, Belterra, Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis e Santana do Araguaia estiveram entre os seis maiores produtores em 2010, responsáveis por cerca de 90% de toda a produção do estado do Pará. (apêndice C).

À exceção de Santana do Araguaia, que sofre influência direta da expansão da infraestrutura de armazenagem do Mato Grosso que se intensificará com o asfaltamento da BR-158 e Paragominas com os municípios adjacentes, que detêm estratégica proximidade com a ferrovia Carajás-Itaqui e a BR 010, favorecendo a exportação do grão pelo porto de Itaqui (MA). A expansão do cultivo da soja nos demais municípios está vinculada à ampliação dos investimentos em infraestrutura de transporte. No caso de Santarém e Belterra no Baixo-Amazonas, com a inauguração do Porto da Cargill, em 2003, e a possibilidade de pavimentação da BR163, as condições tornaram-se apropriadas à expansão da cultura nas áreas onde a mecanização é permitida pela topografia.

Os investimentos previstos para a transformação do porto da CDP, localizado na Ilha de Caratateua, Distrito de Outeiro no município de Belém, em um terminal de exportação de grãos com capacidade de armazenamento para até 18 milhões de toneladas, somados aos previstos para o porto de Miritituba, no município de Itaituba, poderão ser fortes indutores para uma reorganização das áreas produtivas no Estado do Pará, com possibilidade do surgimento de novas áreas de cultivo, nas mesorregiões sob a influência desses investimentos.

No Pará, embora inicialmente a soja tenha sido plantada em áreas degradadas, na região do Baixo Amazonas observam-se casos de plantios processados em cima de áreas de florestas derrubadas ou queimadas. Aliás, nessa região, a soja atingiu, também, áreas ocupadas tradicionalmente por agricultores familiares, nas quais ocorreram aquisições e expulsões das terras, num processo de substituição das culturas originárias, como milho, feijão, macaxeira, frutas e hortaliças.

Estudo realizado por Venturieri et al. (2006)³⁸ sobre as mudanças na cobertura florestal dos municípios de Santarém e Belterra comprova este fenômeno. Os autores chegam

³⁸O estudo se baseou nas imagens de satélite 227/62, MSS e TM, nos anos de 1975, 1986, 1997, 1999, 2004 e 2005. A área estudada (a escolha da cena) cobriu a área produtiva dos municípios de Santarém e Belterra, de acordo com os dados obtidos no ZEE BR-163. (VENTURIERI et al., 2006).

à conclusão de que “92% das áreas plantadas até o ano de 2004 eram provenientes de áreas antropizadas até o ano de 1999, porém no mesmo período ocorreu uma perda de 8% de floresta devido à introdução do agronegócio”. A pesquisa identificou, também, a redução de propriedades familiares próximas às cidades e a formação de uma nova “paisagem”, composta por grandes áreas mecanizadas e modernas instalações para beneficiamento e armazenamento de grãos.

Em decorrência desse processo, deflagraram-se conflitos entre sojicultores, grileiros, madeireiros e agricultores familiares, indígenas, povos e comunidades tradicionais, iniciados no final da década de 1990, intensificando-se a partir dos anos 2002/2003, quando cresceu o movimento migratório vinculado ao cultivo da soja.

3.2.3A estratégia expansionista da produção de grãos

Na Amazônia Legal, os argumentos explicativos das agências governamentais à introdução da soja, principalmente, nos estados da região Norte, apontaram para a possibilidade de utilização das áreas de cerrado e para a recuperação de áreas consideradas degradadas. A introdução dessa cultura, no entanto, estimulou um ciclo de atividades produtivas que iniciou num processo de apropriação ilegal de áreas para extração madeireira que, após a exaustão das florestas, cedeu lugar à ocupação por pastos para a pecuária de corte, sucedido pelo plantio de milho e arroz e finalmente pela sojicultura.

Do processo de expansão da soja na região Amazônica, é possível observar, pelo menos, cinco estratégias utilizadas pelos agentes do agronegócio para viabilizar a produção: a primeira, a soja começa a ser produzida em áreas desmatadas por conta da pecuária, em pastagens ativas ou abandonadas, ou em capoeiras. Este processo, desenvolveu-se em áreas tituladas e com financiamento, a exemplo do que ocorre no município de Paragominas no Pará. Os perfis do produtor são de médio e grande porte com experiências na produção. Ocorre, principalmente, no eixo Belém-Brasília, no Pará, Maranhão e Tocantins. (FERREIRA, 2004)

A segunda estratégia, a conversão de áreas primárias para a produção de soja, da seguinte maneira: exploração vegetal com a derrubada da floresta e a venda da madeira, visando à capitalização para posterior investimento na produção da soja. Como exemplo do processo desencadeado na Gleba Estadual Nova Olinda na região do Baixo Amazonas no Pará. Nesse caso, a grilagem de terras foi frequente. (FERREIRA, 2004).

A terceira estratégia, a interferência direta das grandes empresas nacionais e transnacionais e de médios e grandes produtores, que envolve a aquisição de novas terras para o cultivo da soja, mediante contratos de arrendamento e de parceria. A estratégia de número quatro compreende a teia de relações das empresas nacionais e transnacionais com os produtores de soja, na execução de um modelo de financiamento por compra antecipada da produção. Como no caso da Cargill e os produtores do Baixo Amazonas. Finalmente, pode-se considerar como quinta estratégia, a classificação, pelos organismos oficiais nos zoneamentos ecológicos econômicos, de áreas desmatadas de cerrados e campos naturais como áreas “degradadas”, justificando assim, a substituição dos ecossistemas naturais pela monocultura da soja.

Percebe-se nesse universo do agronegócio de grãos, que a terra precisa ser assegurada de qualquer forma, não importando se as estratégias adotadas são ilegais, legais, falsas, violentas. Para garantir a efetividade da terra é preciso a eliminação de todos os obstáculos, incluindo outros agentes sociais como os agricultores familiares e as comunidades tradicionais, expulsos de suas terras ou incorporando-os na atividade produtiva, provocando intenso processo de desterritorialização.

Para este trabalho, utiliza-se o conceito de desterritorialização definido por Almeida e Acevedo Marin (2010, p. 141) “o conjunto de medidas designadas como ‘agroestratégias’ que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras”. As agroestratégias compreendem ainda um conjunto “heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras”, dentre os quais, os estudos de projeção sobre as oscilações de mercado e suas tendências, ajustes na carga tributária dos produtos e insumos usados no setor; versam ainda sobre as “medidas regulamentadas e atos perpetrados por diferentes agências financeiras (bolsas de valores, fundos de investimentos, bancos) e por entidades representativas de grandes empreendimentos agropecuários”. (ALMEIDA, 2011, p. 102). Pode-se acrescentar às formulações de Acevedo Marin e Almeida, a incorporação do fator ambiental à atividade produtiva como uma agroestratégia.

Na busca por novas terras e pela sua manutenção do negócio, a migração funciona como alternativa aos produtores de soja, tanto para sua reprodução social, quanto para aumento de sua lucratividade. Com esta dupla motivação os produtores deslocam-se pelo “território das terras aráveis” em qualquer lugar do mundo, seja na Amazônia, no Brasil, na América Latina ou na África. Nessa mesma direção, estão as empresas que ampliam sua rede de negócios conquistando novos territórios, delimitados por seus armazéns, indústrias, usinas,

rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Ampliando dessa forma, o “território de circulação da soja”.

Delineia-se, portanto, uma complexa rede de agentes na articulação de interesses para a ampliação da produção da soja, logo, não se trata apenas da expansão da produção agrícola, mas de uma **estratégia expansionista do agronegócio**, com bases estruturadas na aquisição de novas terras aráveis; na migração; na implantação de infraestrutura e logística para o escoamento da produção e na incorporação da questão ambiental na dinâmica produtiva.

As estratégias para obtenção de terras envolvem os produtores migrantes, a agroindústria e o Estado, numa articulação de interesses conduzida de forma a criar um ambiente receptivo à implantação da produção de soja na região, seguindo geralmente, uma mobilização sequencial, em que: o primeiro movimento é a elaboração de estudos científicos sobre as condições do solo e potencialidades agrícolas da região, o zoneamento das áreas agrícolas e a “contagem” das áreas degradadas aptas à produção de grãos. O segundo, a realização dos experimentos com as variedades da oleaginosa objetivando encontrar aquela que melhor se adapta às condições do solo e em maior capacidade produtiva. De posse dessas informações, passa-se ao terceiro movimento, a mobilização propagandista visando à atração de produtores capitalizados (tecnicamente e financeiramente).

Essa mobilização, como primeira fase da estratégia expansionista, tem como propósito principal a reedição da oferta da Amazônia como “terra prometida”, mas agora com novo sentido e resignificação – não mais, “terras sem homens para homens sem terras”, mas sim, “terras disponíveis para os agentes do desenvolvimento”. Os agentes do desenvolvimento são o produtor capitalizado e a empresa agroindustrial.

A segunda fase desse processo se constituiria na chegada desses dois agentes em uma localidade nova provocando transformações sociais e territoriais cujos efeitos são de um lado, um processo de desterritorialização de agricultores familiares e povos tradicionais e de outro, sua territorialização com base no “potencial de uso mercantil dos recursos naturais que passa a abranger inclusive a floresta em pé” (ALMEIDA, 2012, p. 20).

Partindo dessa constatação, o processo de instalação da soja na mesorregião do Baixo Amazonas é por nós entendido como fruto dessa estratégia expansionista, que passaremos a apresentá-la nas seções 4, 5, 6 e 7 deste trabalho.

4 DINÂMICAS TERRITORIAIS, MIGRAÇÕES E CIDADES: processos de territorialização e transformações sócio territoriais ocorridas no Baixo Amazonas

Nessa seção, objetiva-se refletir sobre as mudanças ocorridas no Baixo Amazonas após a instalação da produção de soja na região, compreendendo-as como um processo de transformações territoriais em que há uma disputa entre os agentes sociais do agronegócio (sojicultores e empresas) e os povos tradicionais da região.

A formação dos territórios é sempre um processo no qual os agentes sociais, dotados de uma intencionalidade, deliberam, planejam, projetam, dirigem e propõem um significado, cuja interpretação realiza-se nas relações sociais estabelecidas no processo de produção desse território. A intencionalidade expressa uma ação política de criação e organização, sendo também um ato de poder, tanto no sentido da dominação quanto, no sentido mais simbólico de apropriação.

Souza (1995) nos fornece uma definição de território na qual as relações sociais projetadas num determinado “espaço concreto” explicitam o que seja um território - “o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 1995, p.86).

Pensado no plano das relações sociais, o território não pode ser delimitado pelas suas condições naturais. Suas fronteiras ultrapassam essas delimitações e podem estender-se para além das linhas, paredes e muros arbitrariamente delimitados e construídos. O território definido, a partir das relações sociais, também pode ser entendido como um conjunto de representações dos agentes que o qualificam. Desta forma, o território possui uma dimensão simbólica e cultural, não se restringe, a uma área física da natureza que apenas permite aos agentes sociais o acesso, o controle e o uso dos recursos naturais. Mais, do que isso, como afirma Godelier (1984), o território implica uma apropriação tanto material quanto simbólica, entretanto, para o efetivo exercício dessa propriedade torna-se necessário que os membros desse grupo social, utilizem suas próprias regras para organizar suas condutas concretas de apropriação nas quais constroem valores e normas próprias ao grupo.

Oliveira (1998), em sua discussão sobre a distinção usual entre terra e território, fala de territorialidade e territorialização para diferenciar da distinção usual entre terra e território, argumentando que a “atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando

profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais”. Nesse sentido, para esse autor, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social. (OLIVEIRA, 1998, p. 56, grifo nosso). O sentido de processo de territorialização é o de movimento pelo qual um objeto político-administrativo como “comunidades indígenas” se transformam em uma coletividade organizada, “formulando uma identidade própria”. (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Nesse sentido, a definição conceitual aqui adotada, para compreender as novas dinâmicas territoriais no Baixo Amazonas, pressupõe o abandono da perspectiva reducionista de “espaço concreto”, projetando-a para além dos limites físico-naturais e político-administrativos. Essa reflexão nos remete às proposições de Bourdieu ao tratar do conceito de região.

Cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produtos de uma classificação arbitrária, quer dizer de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [...]. (BOURDIEU, 2000, p.115).

A adoção do conceito de processo de territorialização permite-nos alcançar o seu entendimento a partir dos sistemas de relação sociais que constroem territorialidades. Almeida (2006, p. 24) afirma que a territorialidade funciona como fator de “identificação, defesa e força”, encontrando-se também associada a uma identidade específica. O embate entre identidades específicas e suas territorialidades pode ser observado no Baixo Amazonas, a partir da implantação da soja na região com a chegada dos sojicultores migrantes. Almeida (2006) qualifica o termo territorialidade como específica – “territorialidade específica”, para “nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados”. (ALMEIDA, 2006, p.25). Entende-se que os conceitos de “processo de territorialização” e “territorialidades específicas” contribuem para pensar as dinâmicas e transformações territoriais da região.

No Baixo Amazonas, o processo histórico indica que o que impulsiona os fluxos migratórios para o município é a atividade agrícola, que, desde 1997, se renova com a implantação da produção de soja. O cultivo da soja na região altera significativamente a forma

de apropriação do território, bem como, introduz, de maneira mais intensa, um modelo de produção mais capitalizado que se opõe aos modelos tradicionalmente vigentes na região.

As formas de organização dos sojicultores migrantes são diferenciadas e obedecem a uma racionalidade própria. As referências de organização trazidas na bagagem repercutem na forma como eles se apropriam de um novo território. Nesse sentido, as aglomerações e povoados, situados na região do planalto santareno, às margens da rodovia da BR 163, sofreram mudanças estruturais que introduziram novas dinâmicas no modo de vida dos moradores locais.

Junto com a instalação de áreas de plantio de soja são introduzidas novas atividades econômicas, como os serviços comerciais de materiais de construção, venda de produtos agrícolas e alimentícios, supermercados, centrais de cópias, boates, motéis, dentre outros. Essas atividades são, em geral, desenvolvidas pela rede de parentesco, vizinhança e amizade construída na região pelos migrantes. Esse processo de mudança na organização territorial das vilas indica tendência de transformação nos bairros periféricos da cidade de Santarém. Outra atividade que alterou a dinâmica social e territorial nas aglomerações e povoados, ao longo da BR 163, foi a instalação de loteamentos urbanos, construídos tanto pelas famílias migrantes ligadas ao agronegócio, quanto por agricultores que tiveram que vender suas terras.

Essas mudanças provocaram novos deslocamentos dos agricultores familiares que se instalaram na região no período da colonização e contribuíram também para que as comunidades, que se encontram ameaçadas por essa dinâmica, se transformem em novas unidades de mobilização³⁹, a exemplo daquelas que sob a orientação do (CITA), estão reivindicando junto ao Estado o reconhecimento de sua identidade indígena e demarcação da Terra Indígena (TI).

³⁹ Entendida como definido por Almeida (2006), forma de mobilização, expressa nas diversas identidades coletivas, objetivadas em movimentos sociais, que se organizam em torno de questões próprias do grupo e determinam suas formas de atuação e de territorialidades. São territorialidades próprias, nas quais a identidade constitui elemento mobilizador do próprio grupo, tanto em torno da luta pelo atendimento de suas reivindicações, quanto na relação com outros agentes sociais.

4.1 COLONIZAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS

A mesorregião do Baixo Amazonas - PA abrange uma área de 317.273,50 Km² e é composta por 13 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Mojuí dos Campos e Terra Santa. A população total do território é de 678.936 habitantes, dos quais 271.161 vivem na área rural, o que corresponde a 39,94% do total. Possui 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas⁴⁰. A maioria de seus municípios é fruto da antiga colonização portuguesa⁴¹.

A geografia física dessa região tem como referências os rios Amazonas, Tapajós, Arapiuns e Curuá-Uma, ligados a duas realidades distintas: o Amazonas formando a área de “várzea” e os outros rios cortando a área de “terra firme”. A várzea⁴² é a aquela área submetida às enchentes do Amazonas, enquanto a terra-firme, em oposição à várzea, é toda área não atingida pela inundação. O relevo da área de terra-firme é do tipo plano, começa na beira dos rios, eleva-se, progressivamente, a partir do Tapajós e abruptamente na altura e ao leste de Santarém, onde se ergue o platô santareno mais conhecido como planalto. (LEROY, 1991, p. 21).

Em 2005, por ocasião de outra pesquisa na região, L. N. (membro do então Conselho Nacional dos Seringueiros) dividiu a região em três realidades distintas: planalto santareno, localizado no eixo da rodovia Santarém-Cuiabá, ocupado por pessoas oriundas de outras regiões do país; a várzea – área alagada; e terra-firme, a área dos ribeirinhos do Tapajós, onde habita uma população nativa que guarda os costumes da região. (SÁ, et al., 2006, p. 122). Essa definição é importante, pois, relaciona a estrutura física geográfica da região com o seu processo de ocupação, apropriação e uso do território.

⁴⁰Sistema de Informações Territoriais

⁴¹A origem do município de Santarém está ligada à expedição de Pedro Teixeira que atingiu a foz do Rio Tapajós em 1626, mas o povoado que ali se formou somente foi elevado à condição de vila e sede municipal em 1758, juntamente com outros povoados que deram origem aos municípios de Alenquer, Almeirim, Monte Alegre e Óbidos. Faro tornou-se município em 1768 e Juruti, Oriximiná e Prainha tornaram-se municípios no século XIX, chegando a ser extintos posteriormente para recuperar sua autonomia política somente na década de 1930 do século XX. Na década de 1990 novos municípios surgiram na região, é o caso de Terra Santa (1991) e Belterra e Curuá (1995).

⁴² “As várzeas são áreas úmidas (florestas e campos) periodicamente inundadas que ocorrem principalmente ao longo da calha principal do rio Solimões-Amazonas (3.500 km de extensão). A largura da várzea varia de algumas centenas de metros em trechos do Alto Solimões, passando por larguras médias de 50 km ao longo do Médio e Baixo Amazonas até 200 km na foz do Amazonas. Em termos territoriais, a várzea tem uma área de aproximadamente 250 mil km², ou 5% da superfície da Amazônia Legal”. (PNUD; PROVARZEA, 2000, p. 4).

As estratégias de ocupação do Baixo Amazonas seguiram a estrutura espacial herdada do período colonial, expandindo-se no período mais intenso da exploração da borracha e consolidando-se até meados da década de 1960. Esse período compreende o início da colonização portuguesa no Vale do Amazonas e seus afluentes, com a implantação de fortificações militares e missões religiosas, alicerçado na exploração extrativa com base no sistema de aviamento atrelado a uma rede de pequenos núcleos articulados pela via fluvial.

A partir da década de 1970, com as construções das rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém, a estrutura anterior foi redefinida e as estradas induzem um novo fluxo de circulação, de uso, e de apropriação do território, com a introdução da pecuária, da colonização oficial e da interiorização do povoamento por meio de uma ocupação planejada. Nesse período, houve o agravamento dos conflitos de terras e o surgimento da organização dos trabalhadores rurais.

Os movimentos migratórios na região do Baixo Amazonas foram constante, mesmo antes da construção da rodovia BR 163, via os caminhos dos rios. Os primeiros migrantes são, em sua maioria, nordestinos que se deslocaram para a região, desde o fim do século XIX, atraídos pela ilusória vantagem que o extrativismo vegetal – principalmente o látex - pudesse trazer. Essa migração de nordestinos para o norte foi impulsionada pelas grandes secas dos anos de 1919, 1931/32, 1958/59. Eles trouxeram na bagagem seus conhecimentos de atividade agrícola apoiada na força de trabalho familiar (ALMEIDA, 1974)

Com a abertura da rodovia Santarém/Cuiabá (BR-163), na década de 1970, esse fluxo se renovou, primeiro, pelas frentes de construção das rodovias e depois pelos movimentos migratórios “espontâneos”, que pela facilidade de locomoção via a estrada tornou mais fácil o acesso à região. Almeida (1974) registra que desde os primeiros meses de 1973 circulavam ônibus ligando Marabá a Altamira, a Itaituba e a Santarém. Era comum, na região, ônibus e caminhões fretados carregados de migrantes vindos principalmente do Paraná e do Rio Grande do Sul. Esses migrantes instalaram-se ao longo da rodovia e desenvolveram principalmente a denominada agricultura familiar. (ALMEIDA, 1974, p. 15). Tratava-se de um contingente populacional significativo, trazido em sua maioria pelo Projeto Integrado de Colonização (PIC) implantado pelo INCRA. Segundo Leroy (1991), em 1973, havia 571 famílias no PIC de Itaituba, em 1976, esse número chegou a 1.554, em 1977-79, mais 2.457 famílias assentadas.

De acordo com o Leroy, a maioria desses migrantes era descendente de colonos de origem alemã, italiana, polonesa, estabelecidos no sul em pequenas propriedades, no século XIX, esses descendentes não tiveram mais como sobreviver naquela região, em decorrência

do processo de transformação das pequenas propriedades em minifúndios e o elevado preço da terra, sistematicamente impulsionado pelo crescimento da produção de soja no sul. A necessidade de mecanizar a produção da oleaginosa levou muitos ao endividamento e sem condições de pagar as dívidas perderam suas terras, por isso foram obrigados a migrar. (LEROY, 1991).

Além dos colonos do sul selecionados e assentados pelo INCRA, houve a migração vinda, principalmente, do Maranhão, que em uma ou duas gerações percorreram o itinerário: Ceará, Vale do Mearim (MA), Vale do Pindaré (MA), sul do Pará, Transamazônica. (idem, 1991, p. 37). Paralelo à colonização dirigida pelo INCRA, houve fluxos migratórios espontâneos, responsabilizados, à época, pelo governo autoritário de acarretar problemas à colonização dirigida. Contudo, como faz lembrar Leroy (1991, p. 39) ao citar Lucio Flávio Pinto, que “sem a migração espontânea o fracasso da migração seria ainda maior”. As desistências foram mais acentuadas nos colonos trazidos pelo INCRA, do que naqueles vindos espontaneamente. Além disso, sem os migrantes espontâneos “a colonização oficial dirigida já teria sido substituída pela colonização empresarial”. O incentivo à entrada do capital empresarial na região foi o meio utilizado pelo governo para acelerar a reestruturação do vínculo ao capital internacional. Em 1975, por exemplo, a SUDAM já havia aprovada a concessão de incentivos fiscais a 89 projetos agropecuários na Amazônia. (LEROY, 1991, p. 40).

Hébette; Acevedo Marin (2004) em seu estudo sobre colonização “espontânea”, chamam atenção para a diferença, que não é tão grande, entre colonização dirigida e a “espontânea”, pois ambas sofrem, direta ou indiretamente, a interferência do Estado, com diferentes intensidades.

Com o Programa POLAMAZÔNIA (de 1974), a interferência do Estado direcionou-se à ocupação empresarial da região. No Polo Tapajós que abarcava Santarém, Aveiro e Itaituba, por exemplo, através dos incentivos e favores fiscais e creditícios foram implantados ou expandidos “empreendimentos de extrativismo, mineração, agricultura, pecuária e agroindústria, de modo a aumentar a capacidade de produção mercantil, em geral, e a exportação em particular” (IANNI apud LEROY, 1991, p. 41).

A principal condição para que os empreendimentos pudessem ser implantados era a regularização fundiária das terras por eles ocupadas. A partir daí, priorizava-se então, a ocupação privada da região, via empresas particulares de colonização. Com a prioridade para consolidar a ocupação empresarial, os poucos recursos destinados aos colonos ficaram cada

vez mais minguados, assim o governo os abandonou a própria sorte, nas beiras das estradas e ramais.

No relatório sobre agricultura familiar do documento diagnóstico do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (FUNAGRI; EMBRAPA - ZEE BR-163, 2006), são listadas seis diferentes “categorias” de migrantes ligadas à pequena produção: o *colono sitiante* (clássico) vindo com a colonização e assentados ao longo da rodovia com estruturas familiares e comunitárias sólidas; o *migrante dos garimpos* geralmente, do sexo masculino que após o declínio do garimpo na Bacia do Tapajós tentaram se estabelecer na agricultura, principalmente nas vicinais; *assentados pelo INCRA*, pequenos produtores incluídos em Projetos de Assentamentos (PAs)⁴³; os *Brasiguaios* – pequenos produtores que migraram a partir da construção de Itaipu vindas do Paraná em busca de terras mais baratas com objetivo de se estabelecerem como pecuaristas; *colonos retornantes* – antigos sítiantes que se foram devido às más condições de tráfego da rodovia, que dificultava o escoamento da produção, e agora na expectativa do asfaltamento da BR-163 retornam; *posseiros* (aspirantes a produtores) que chegam do Maranhão, do Tocantins e do Mato Grosso em busca de terra e emprego (FUNAGRI; EMBRAPA, 2006, p. 262). Observa-se na classificação usada no ZEE que os povos tradicionais da região não aparecem. Indígenas, quilombolas e ribeirinhos que se deslocam internamente no Baixo Amazonas não são identificados nesse estudo de fluxos migratórios.

Durante o governo autoritário, a Amazônia foi integrada à política de superexploração num processo, também, de aparelhamento do mundo rural, usando para isso meios como a criação de instituições de crédito e financiamento Banco da Amazônia (BASA) de planejamento regional e incentivos financeiros SUDAM, de colonização INCRA, a abertura de estradas (Belém Brasília, Transamazônica, Cuiabá Santarém, dentre outras) e a federalização das terras, que no entendimento de Martins (1984) foi a condição para que o desenvolvimento regional saísse das mãos da oligarquia local e passasse para as mãos dos grandes grupos econômicos.

As mudanças ocorridas a partir de 1974, de redirecionamento das ações para a ocupação da região via empreendimentos industriais, projetos agropecuários com a atração de grandes grupos econômicos, provocaram mudanças na estrutura regional: “as áreas prioritariamente destinadas à ocupação por pequenos produtores foram ampliadas; a espontaneidade da ocupação extravasou os travessões, as estradas vicinais, ampliando a área

⁴³ O modelo utilizado nos PAs é conhecido na Amazônia como “Quadrado de Burro” – os lotes de 100ha linearmente situados, sem condições de viabilidade (FUNAGRI; EMBRAPA, ZEE BR-163, 2006, p. 262).

do projeto de colonização. Ao lado das agrovilas e agrópolis planejadas surgiram novos núcleos, agora de caráter espontâneo”. (FUNAGRI; EMBRAPA, 2006, p.21).

Nesta dinâmica, iniciou-se um processo de concentração de terras com a expulsão/expropriação de colonos assentados no início dos anos 1970, principalmente, com a liberação de glebas para lotes de 500 a 3000ha dentro das áreas destinadas à colonização, contrariando os objetivos iniciais para a demarcação das terras em lotes menores. Decorrentes dessa política surgem conflitos por terras na região e pelas condições de exploração a que foram submetidos os colonos migrantes, iniciou-se, também, o processo de organização dos trabalhadores rurais.

Leroy (1991) relaciona a organização dos trabalhadores rurais a duas novidades ocorridas entre os anos de 1974 e 1977. A primeira diz respeito à organização dos Grupos de Revenda (GR) – grupos de moradores das localidades que se organizavam em torno de uma proposta de adquirir conjuntamente produtos não produzidos por eles, mas necessários a sua sobrevivência, a fim de revendê-los às famílias. Esta experiência possibilitou que os trabalhadores rurais pudessem, de um lado, sair de algumas situações de exploração. De outro lado, trouxe a percepção sobre a condição a que estavam submetidos e a possibilidade de que unidos pudessem dela sair. Como diz Leroy (1991, p. 65) “no plano político os GR significavam a perda de poder da rede política tradicional, que passava geralmente pelos comerciantes, e surgimento de uma nova força social, embora os sinais dessa emergência fossem, por sua pequenez, quase apenas simbólicos”.

Entre esses mesmos anos (1974-77), ocorreu a primeira luta coletiva pela terra, travada numa região próxima a várzea no Itaquí, em que cerca de 200 famílias, residentes nos povoados de Patos, Pau d’Arco, Cabaceira do Marajá, Serra Grande, Limão Grande de Paricá, organizaram-se com apoio do sindicato e da FASE, para enfrentar a empresa Soboí, que havia comprado terras nessa região e estava impedindo que os moradores fizessem suas roças. Da luta das famílias do Itaquí, o processo de organização dos trabalhadores cresceu e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais STTR tornou-se a principal referência na luta pela terra. Esse mesmo sindicato, atuante até hoje, fez as primeiras mobilizações e lutas contra as situações de expropriação de terras ocorridas a partir da chegada da produção de soja, na região na década de 1990 e nas seguintes.

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 os fluxos migratórios para a região continuaram significativos. Em 1980 foi de 49.580 migrantes; em 1991 chega-se ao número de 33.505; e em 2000, 28.436 migrantes chegando à região. O fluxo migratório interestadual para a região foi composto por migrantes vindos do Ceará, Maranhão, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul,

Piauí e Amazonas. (FUNAGRI; EMBRAPA, 2006). Em 2010, o Censo do IBGE indicou, por exemplo, que em Santarém 56.977 habitantes vieram de fora do município. Nas duas últimas décadas um novo fluxo migratório trouxe os produtores de soja, de origem sulista, muitos dos quais passaram por Mato Grosso antes de chegarem ao Baixo Amazonas. A introdução da produção de soja vem, novamente, provocar a reorganização do território nas aglomerações, povoados e cidades nos municípios da região.

4.2 TÊM SOJA NA FLORESTA: a chegada da sojicultura no Baixo Amazonas

A produção da soja na região do Baixo Amazonas ocorreu a partir de investimentos privados estimulados pela ação interventiva e programática da esfera estatal. Considerando a ação prevista no Polo Agroindustrial para a região Oeste do estado, o governo do Pará, em 1996, antecipando um possível asfaltamento da BR-163, contratou a Agrária Engenharia Consultoria S.A. para estudar a viabilidade da agricultura empresarial no polo Santarém. Seguindo as recomendações desta consultoria, implantou um projeto piloto de cultivo de soja na área do cerealista e pecuarista Francisco Quincó, na PA-370, a Santarém-Curuá-Una (CPT, 2004; PUTY, 2007).

Após os primeiros resultados⁴⁴ e munidos dos estudos do zoneamento agroecológico, técnicos do governo e empresários de Santarém viajaram para Mato Grosso, a fim de divulgar o potencial agrícola da região para atrair os grandes produtores de grãos. Como bem informou o então Prefeito de Santarém Lira Maia em sua mensagem anual à Câmara de Vereadores:

[...] A única solução era atrair produtores de outras regiões para investir no município. A conclusão dos estudos do PRIMAZ realizado numa parceria entre a Prefeitura e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e também, da primeira etapa do nosso zoneamento agroecológico, feito em parceria com a EMBRAPA, nos forneceu os subsídios necessários para divulgar as potencialidades do município. De posse desses valiosos estudos, realizamos várias visitas ao Estado do Mato Grosso bem como a outros centros produtores do país, para divulgação do potencial agrícola do município. Logo após a visita passamos a receber diversas caravanas de produtores desses locais [...]⁴⁵.

⁴⁴O relatório preliminar da Agrária Engenharia e Consultoria S.A., de julho de 1997, atestou que todas as variedades de soja plantadas tiveram um encurtamento do ciclo quando comparadas ao seu desenvolvimento no Maranhão; indicou ainda “é perfeitamente possível se produzir soja na região de Santarém, com níveis de produtividade e lucratividade iguais ou superiores às regiões tradicionais de cultivo no país” (AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A., 1997).

⁴⁵ Trecho do discurso do prefeito Lira Mais feito na Câmara Municipal na ocasião da abertura dos trabalhos, publicado no Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, Santarém, em 21 -27 fevereiro 2004.

Visitas sempre noticiadas pela imprensa local.

Fiquei impressionado com o que vi, os produtores do Mato Grosso não têm dúvidas de que Santarém será o maior exportador de grãos do Pará, da região Norte e do Brasil”. A afirmação é do gerente do Banco do Brasil em Santarém, César Carneiro, que participou de 18 a 22 deste mês, de uma série de reuniões nos municípios de Sorriso, Sinop, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Ele voltou do Mato Grosso entusiasmado com o interesse demonstrado pelos grandes produtores de vir para Santarém investir na produção de soja. “Eles já mostraram que a soja é uma cultura promissora, tanto que a cidade de Sorriso é uma organização e um desenvolvimento econômico exemplar. Lá não se vê gente pedindo esmola, as casas são verdadeiras mansões, quase todo mundo tem carro novo. Então, penso que Santarém pode muito bem ficar desse jeito, desenvolvida e próspera”, enfatiza César Carneiro. (JORNAL IMPACTO, 1999, grifo nosso).

Em 1997, começaram a chegar sojicultores à região, primeiros os pequenos e médios produtores, que migraram do Sul do país, do Estado de Mato Grosso e de Roraima. Foram arrendadas terras do próprio Francisco Quincó, além de aquisições de agricultores familiares. Naquele ano, o preço da terra na PA 370 e no município de Santarém e Belterra variava entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 o hectare. As primeiras plantações foram de milho e arroz e após o período de dois anos, foi iniciado o plantio da soja, em regime de rotação com aqueles grãos, além do sorgo e do milheto⁴⁶.

De acordo com as estimativas da prefeitura de Santarém, em 2004, o município tinha entre 500 a 600 mil hectares de floresta antropizada, apta para uso agrícola (PUTY, 2007). Em 2005, Almeida, et al. (2006) numa pesquisa sobre arranjos produtivos locais identificou a existência de 340 produtores. Atualmente, cadastrados no programa de monitoramento da Cargill, somam 205. No trabalho de campo os relatos de lideranças sindicais apontaram para esta queda e suas diferentes causas. Os sindicalistas vinculados ao STTR estabelecem uma relação direta entre o processo e o resultado das pressões internacionais contra o desmatamento causado pelo plantio da soja na região, que resultou na assinatura da “moratória da soja”, prejudicando o financiamento da produção e estimulou a partida de muitos da região: “eram carretas e carretas com máquinas na Santarém-Cuiabá, saindo de Santarém” (E. M. liderança sindical).

⁴⁶ A introdução do milho e do arroz, como uma etapa anterior, permite a preparação total do solo para o cultivo mecanizado em terrenos que ainda não estejam totalmente limpos dos restos das florestas. Ambas essas culturas, apresentam um custo menor de produção, assim como, requerem uma menor extensão de terra. Dessa forma, o milho e o arroz acabam financiando também o cultivo da soja, uma vez que essas culturas “amansam” o solo através do aplainamento exigido pelo tipo de mecanização associadas “às reduzidas proporções da própria planta de soja, quando garantem a capitalização para o investimento em maior escala por parte dos médios produtores” (PUTY, 2007, p. 242).

Já os sindicalistas vinculados ao SIRSAN acrescentam a essa causa anterior, o prejuízo financeiro dos pecuaristas, donos de grandes extensões de terras, que se “aventuraram” no plantio de soja, quando da queda dos preços ocorrida durante a safra de 2004/2005⁴⁷. A crise no preço afetou também, produtores que vieram do Mato Grosso, conforme depoimento abaixo.

Eu arrendo de alguns proprietários que desistiram de plantar por questão financeira, estão ainda aqui na região, alguns foram desenvolver outras atividades, outros tinham sua terra entraram na agricultura, eram comerciantes entraram na agricultura [...] a agricultura não é uma atividade que você entre assim, tem que ter um pouco de *felling*, tem que gostar por que não é um ramo que você ganhe todos os anos, às vezes você passa o ano inteiro e o resultado é zero. Tanto que o agricultor profissional, se você perguntar sobre o seu resultado ele vai te dar a média dos últimos cinco anos, tem ano que ele ganha bem e tem ano que não ganha nada, então alguém que está no comércio, por exemplo, e entrou na agricultura, todo o dia ele fecha a registradora e tira o caixa e tem o dinheiro, esse cidadão não acostuma de ter ganho semestral, anual, e as vezes, por exemplo, você planta num preço o produto, apesar de o país ter melhorado muito mas não é estável, quem trabalha com *commodities* que é dólar, um dia o dólar está lá em baixo [...] têm alguns que não assimilaram isso quem tem a tradição pra outro tipo de ramo, não quis se desfazer do patrimônio acabou arrendando a terra, alguns por questão financeira (T. F. produtor e liderança sindical⁴⁸).

Observa-se que nem todos os produtores vindos para a região com objetivo de produzir soja retornaram aos seus lugares de origem. Muitos abandonaram a atividade por questões financeiras, ou por falta de competências técnicas, mas continuam desenvolvendo outra atividade como ocorreu com o produtor M.A.⁴⁹, morador no município de Belterra, que plantou arroz e soja por dois anos e não conseguiu manter a produção. Mudou sua atividade para a criação de porcos, por “ser um serviço mais tranquilo, corre menos risco”.

Entrevistas com lideranças sindicais em Santarém indicaram que os plantios da soja, na região do Baixo Amazonas, foram feitos nos municípios de Santarém e Belterra, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Prainha. Contudo, no levantamento sistemático da produção agrícola feito pelo IBGE, não constam informações sobre produção no município de Prainha e Óbidos.

Os dados sobre a produção agrícola nos municípios do Baixo Amazonas sinalizam, também, a diminuição tanto em área plantada como em produção nos anos de 2006 e 2007.

⁴⁷ Depois de seis anos de alta nos preços em novembro de 2005, no Estado do Paraná, a cotação era de R\$ 27,90, o mais baixo nível desde maio de 2003. O processo de queda nos preços foi deflagrado em junho de 2004, quando a média ficou em R\$ 44,00. Desde lá, o preço médio nunca mais rompeu a barreira dos R\$ 40,00. Ao contrário, caiu abaixo dos R\$ 30,00 a partir de setembro de 2005.

⁴⁸ Entrevista realizada em Santarém, 19 julho 2011.

⁴⁹ Entrevista realizada em Belterra, 15 julho 2011.

Observa-se que nos anos posteriores, a recuperação da produção e o aumento da área plantada, como podem ser observados nas tabelas 9 e 10. Isso nos leva a afirmar que os produtores, que ficaram na região, superaram a crise desencadeada pela queda dos preços da soja nos anos de 2004/2005, ao se adequarem às exigências ambientais sugeridas pela Moratória da Soja, com isso continuaram vendendo a sua produção à Cargill, mantendo nos anos seguintes uma estabilidade na produção.

O ano de 2005 foi aquele em que se obteve maior produção nos municípios produtores de soja: **105.540t** de soja plantadas em **36.600ha** de áreas de terras. Em 2006, uma queda de 25% em área plantada e 24% na produção, que permanece ainda no ano de 2007. O ano de 2008 é de recuperação, contudo, no ano seguinte (2009) houve queda novamente da produção, embora não significativa. No ano de 2010 têm-se um incremento com relação a 2009, chegando-se a **80.166t** de produção de soja.

Tabela 9- Municípios do Baixo Amazonas produtores de soja: área plantada em hectare por município. (2003-2010)

Ano / Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alenquer	0	475	600	600	(-)	(-)	(-)	(-)
Belterra	1.400	5.000	13.500	8.000	10.000	15.000	10.150	11.400
Curuá	400	400	400	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Monte Alegre	(-)	100	100	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Placas	(-)	(-)	(-)	35	(-)	160	80	80
Santarém	4.600	11.000	22.000	19.500	15.000	17.250	18.000	17.100
TOTAL	6.400	16.975	36.600	28.135	25.000	32.410	28.230	28.580

Fonte: IBGE (2003- 2010)

(-) Sem registro no banco de dados.

Tabela 10- Municípios do Baixo Amazonas produtores de soja: produção em tonelada por município. (2003-2010)

Ano / Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alenquer	(-)	1.283	1.620	1.620	(-)	(-)	(-)	(-)
Belterra	3.780	13.500	36.450	19.200	27.000	40.500	27.405	30.780
Curuá	1.200	1.200	1.200	(-)	(-)	(-)	(-)	3.000
Monte Alegre	(-)	270	270	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Placas	(-)	(-)	(-)	105	(-)	432	216	216
Santarém	12.420	29.700	66.000	58.500	36.000	46.575	48.600	46.170
TOTAL	17.400	45.953	105.540	79.425	63.000	87.507	76.221	80.166

Fonte: IBGE (2003 a 2010).

(-) Sem registro no banco de dados.

Santarém e Belterra são os dois municípios com maior produção da mesorregião do Baixo Amazonas, juntos respondem por 96% da produção. Os primeiros produtores de grãos

tiveram apoio da esfera estatal, principalmente, da prefeitura de Santarém, bem como da Associação Comercial. Os custos dessas primeiras plantações foram cobertos pelos próprios produtores. Segundo PUTY (2007, p. 243), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) só financiou a produção de grãos, no município, a partir da safra 1999/2000. Coincidentemente, ou melhor, estrategicamente, foi nesse período que teve início a construção do porto da empresa exportadora de grãos Cargill, o que atraiu o interesse de grandes produtores de grãos do Mato Grosso.

Em 2003, tem-se o que se convencionou chamar de “segunda onda de invasão da soja” na região santarena, quando chegaram grandes produtores ocupando áreas de terras devolutas ao leste, na gleba Pacoval, e ao sul, no Projeto de Assentamento Mojuí I e II, do planalto santareno. Parte dessas áreas era de floresta primária e demarcada em lotes maiores que a média, acima de 2.500 hectares (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2004). Simultaneamente, iniciou-se um intenso comércio ilegal de vendas de terras, acompanhado de ações violentas contra pequenos agricultores familiares, nas áreas de maior especulação.

O processo de especulação fundiária provocou o deslocamento de muitas famílias para a área urbana da cidade de Santarém, como também, a fuga para áreas de terras devolutas ou para regiões mais afastadas do planalto, como o Projeto de Assentamento Cota Corda, onde, posteriormente, também, foram atingidas pelos conflitos na disputa de terras.

No mesmo período, final da década de 1990, a agricultura mecanizada começou a ser difundida em outros municípios da calha norte do rio Amazonas, causando impacto semelhante àqueles identificados em Belterra e Santarém. O eixo inicial da expansão é a rodovia PA 254, que vai do município de Faro, passando por Prainha e Almeirim. Na localidade de Cacoal Grande, no município de Alenquer, em 1998, iniciou-se um projeto experimental de aproveitamento de áreas “abandonadas” por pequenos agricultores, objetivando viabilizar uma alternativa “sustentável” de fixação de agricultores na terra e como forma de evitar o êxodo rural. Em Monte Alegre, a produção encontra-se nas áreas arenosas do município, na zona norte e em Serra Azul, onde se identificou o processo de grilagem de terra protagonizado por madeireiros que abriram áreas para pastos e, possivelmente no futuro, para o cultivo de grãos (PUTY, 2007).

Em Alenquer, em 2003, chegam de produtores do Estado do Mato Grosso que compraram fazendas com amplas áreas de pastagem entre o Km-30 e Km-50 da PA-254, e introduziram o arroz, como forma de preparação do cultivo da soja. Esses mesmos produtores compraram áreas de matas primárias para a venda da madeira, para a qual tiveram apoio da prefeitura local que construiu as estradas de acesso, financiadas pelos próprios produtores ou

através de crédito privado. A chegada desses produtores ao município de Alenquer contou com o apoio e articulação de uma cooperativa denominada Cooper-Curuá, criada em 2001, com o objetivo de articular os produtores que chegassem à região e necessitassem de informações e apoio ao desenvolvimento da agricultura mecanizada (PUTY, 2007). As terras no município de Alenquer são bastante valorizadas pelo tipo de solo – a chamada terra roxa – muito propício à produção, como afirma o fundador da cooperativa.

O município de Alenquer tem grande potencial para expansão da soja, devido à presença da terra roxa no município, que permitirá até três safras de grãos por ano – soja, milho, algodão. Os produtores da Cooper-Curuá transportam a soja que produzem em balsas até o porto da Cargill em Santarém, que garantem a compra total da produção da região (MARTINI apud COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2004, não paginado).

Monteiro (2008) identifica que a economia agrária das regiões Sul e Sudeste do país é fortemente marcada pela ação de cooperativas na estruturação produtiva de base capitalista empresarial. E que o movimento cooperativista para obtenção de terras é uma prática que tem sido observada no processo de ocupação recente da Amazônia, reeditando métodos consagrados, como o uso da violência e ações voltadas à abertura de uma nova fronteira (como a abertura de estradas).

Segundo Monteiro (2008), no Pará, as Associações de Produtores para ocupação de novas áreas são encontradas em todas as frentes recentes de ocupação no Oeste do estado: Gleba Estadual Nova Olinda, Gleba Federal Pacoval, nos Municípios de Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná, Itaituba, Aveiro e Jacareacanga. Também no Estado do Amazonas, principalmente no município de Lábrea, foi identificada a ação dessas cooperativas⁵⁰.

No município de Prainha, há registros de produção de soja desde 2002, com a chegada do grupo empresarial Mato Grosso, que se instalou no perímetro localizado ao redor do Km-07 da localidade de Jatuarã. Observa-se que produtores vindos de Monte Alegre estão indo em direção a áreas de antiga extração madeireira mais ao norte da sede do município. Há também registros de grilagem na região do Cupim. De acordo com Puty (2007), também foram identificadas compras de terras por sojicultores nos municípios de Oriximiná, Juruti e Óbidos.

⁵⁰ As associações seguem geralmente o mesmo padrão: “formadas nos estados de origem dos ocupantes reúnem familiares e pessoas próximas das famílias empreendedoras; se caracterizam como um empreendimento voltado à aquisição de terras; adotam a divisão do trabalho entre os que fazem a frente na fronteira, os que fazem a parte legal e os que representam os associados junto aos órgãos públicos; são profissionais urbanos de diversos ofícios (advogados, médicos, contabilistas, pequenos madeireiros); entram na terra com projeto de colonização definido, plotado no mapa e negociado politicamente com autoridades que avalizam a ocupação; assumem a frente da construção da infraestrutura de acesso às terras.” (MONTEIRO, 2008, p. 225).

Contudo, não achamos registros nos órgãos oficiais que monitoram a produção agrícola, de informações sobre produção de soja nesses municípios.

Os conflitos ocorridos entre os sojicultores e agricultores familiares já instalados na região, as ações proativas do STTR de Santarém em defesa da terra, a moratória da soja e os efeitos dela decorrentes, de fato, impuseram certos limites ao crescimento indiscriminado do cultivo da soja na região. Entretanto, não impediram que essa atividade produtiva se consolidasse graças a um conjunto de produtores, que na luta pela sua permanência na localidade acionam diferentes estratégias que garantem a sua reprodução social e reforçam a manutenção dessa atividade na região.

4.3 TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÕES DOS “NOVOS” MIGRANTES: “Os Gaúchos”.

A migração⁵¹ realizada por esses produtores originou-se de diferentes municípios e estados com produção de soja, localizados nas regiões Sul e Centro Oeste do país. Em alguns casos tais trajetórias passaram primeiramente por outros estados da Amazônia até a chegada à Santarém.

A vinda para a região do Baixo Amazonas, geralmente, não representou o primeiro deslocamento de muitos produtores. A migração parece estar incorporada na vida das famílias como a do produtor A.N.⁵², nascido no Rio Grande do Sul, sua família migrou para o Paraná, onde se inseriu na lavoura de soja. Em 1958, após a morte do pai, seus irmãos mais velhos migraram para o sudeste em busca de trabalho, ficando os três mais novos e a mãe no Paraná. Em 1979, inscreveu-se no programa do governo federal destinado à colonização do Mato Grosso. Comprou um pedaço de terra e ainda, em 1980, realizou seu primeiro plantio de soja no município de Nova Mutum. Logo depois chama os irmãos. Relata que teve que mudar a lavoura para Ponta Grossa, mas permaneceu morando em Nova Mutum, até o ano de 2005 quando novamente migrou para Santarém.

Trajetória semelhante foi a de P.S⁵³. De origem italiana, sua família instalou-se no Rio Grande do Sul, sempre trabalhando com a lavoura de grãos. Parte da família migrou para o Mato Grosso, onde ainda mantém propriedades. P. S., já casado, saiu do Mato Grosso e

⁵¹ Almeida e Palmeira (1977, p. 69-70), em seu estudo sobre a categoria migração, chegam a conclusão que a migração constitui um processo dado, empiricamente reconhecível, a que somente se pode indagar sobre suas causas e consequências sociais, mas nunca sobre ele próprio. A natureza desse processo é inquestionável – migração é migração. Por isso, as tentativas de conceituação apontam para um deslocamento físico natural de uma população, de determinado ponto para outro, que será “qualificado” socialmente. Pretende-se demonstrar aqui essa qualificação.

⁵² Entrevista realizada em 27 ago.2010.

⁵³ Entrevista realizada em 14 jul.2011.

dirigiu-se a Roraima, trabalhando na produção de arroz. Em 1997, foi para Santarém, inicialmente sozinho. No ano de 1999, instala-se de vez com a família em Santarém.

A família M.A.⁵⁴ veio de Assis Chateaubriand no Paraná em 2003. Pai, mãe e três filhos, entre doze e um ano de idade. Seu pai comprou a terra em sociedade com os irmãos. Plantou soja e arroz por dois anos, mas em 2004 com a crise do preço do arroz faliu e não teve mais como manter o plantio de grãos. Mudou então de atividade passando para a criação de frangos e porcos comercializados no mercado local de Santarém e Belterra. Os irmãos e sócios permaneceram na lavoura no Paraná até 2006, ano em que um deles também veio para Santarém, seguindo do outro em 2010. M.A., para garantir o seu sustento e ajudar nas despesas da família, hoje é funcionário de uma fazenda de lavoura de grãos. O tio paterno de M. A. que chegou a Belterra em 2006 também está na criação de frangos.

Seguindo o mesmo trajeto T.F.⁵⁵, nascido no Rio Grande do Sul na cidade de Santo Anjo quase fronteira com a Argentina, migrou para o Mato Grosso. Filho de mecânico e enfermeira, mas neto de colono iniciou suas atividades na lavoura no Mato Grosso: “sou engenheiro agrimensor e logo depois de formado eu fui pro Mato Grosso onde trabalhei na área da engenharia por vários anos e comecei na agricultura lá no Mato Grosso, onde com o tempo eu me dediquei somente à agricultura”. Em 2005, transferiu-se para Santarém onde mantém a produção de soja.

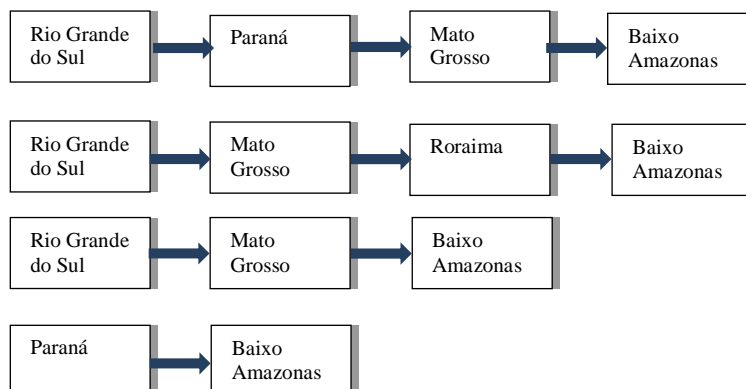
O movimento migratório também foi constituído por trabalhadores com qualificação para atividades na lavoura mecanizada, como R.D.⁵⁶. Técnico agrícola com especialidade em sementes veio do Rio Grande do Sul, em 2010. Antes estagiou na fazenda do irmão de P.S. no Mato Grosso, quando foi convidado para trabalhar na fazenda em Belterra após sua formatura em técnico agrícola. Filho de produtores com tradição na lavoura de grãos migrou em busca de trabalho, pois, a lavoura no Rio Grande do Sul não mais dava para o sustento de sua família. Outros trabalhadores têm vindo, principalmente, do Mato Grosso para trabalhar na lavoura de soja. T.F. informa que na sua fazenda de soja encontram-se trabalhadores de diferentes origens: “Eu tenho na minha fazenda paraibano, cuiabano, paranaense, paraenses descendentes de nordestinos”.

⁵⁴ Entrevista realizada, em 15 julho 2011.

⁵⁵ Entrevista realizada, em 19 julho 2011.

⁵⁶ Entrevista realizada, em 15 julho 2011.

Esquema 1- Trajetórias dos migrantes da sojicultura.



Fonte: Pesquisa de campo, Santarém (2010-2011).

As motivações para a migração são semelhantes. O relato de T.F., produtor de 2000 hectares de soja, deixa claro que seu principal motivo para migrar foi a possibilidade de ampliar sua produção, o que não seria possível no Mato Grosso devido a terra escassa e cara.

Sou de família humilde, prosperei vindo para uma fronteira agrícola e com o crescimento da região acabei crescendo junto, sou produtor de soja aqui, tenho um pouco de pecuária. [...] Eu fui muito pobre para o Mato Grosso absolutamente sem nada e não tenho nada de família pra herdar. Então o nosso crescimento lá, em função do gigantismo que é a produção no Mato Grosso, a gente via que não teria mais chance. Uma parte das terras que a gente plantava eram arrendadas, as chances de ampliar eram muitas pequenas. Lá tem produtor vizinhos de 40 mil hectares, 25 mil hectares e então a gente via a dificuldade da chance de crescer e não crescer. A gente deu o primeiro passo em Santarém e depois resolveu concentrar aqui pela chance de crescimento pelo nosso conhecimento de tecnologia. A gente usa as mais modernas técnicas aqui em Santarém: agricultura de precisão, plantio direto; e a gente vem lutando pra conseguir ampliar um pouco a área.

A manutenção da sua atividade agropecuária, também motivou a vinda de P.S. para Santarém. Morou em Roraima entre os anos de 1997 e 1999, plantando arroz e criando gado. Em 1997, iniciou suas atividades em Santarém, e, em 1999, vendeu tudo o que tinha em Roraima para se instalar definitivamente em Santarém. Ainda que não esteja explícito no depoimento de P.S., os conflitos ocorridos, desde os anos de 1990, com os habitantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, inviabilizaram a permanência dos produtores de arroz na região. Em 1998, o Ministério da Justiça publicou a Portaria nº 820, de 11/12, que declarou como de posse permanente indígena a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com

superfície aproximada de 1.678.800 hectares e perímetro de 1.000 km. A partir de então, teve início o processo de retirada dos ocupantes da Terra Indígena, incluindo os arroteiros⁵⁷.

Para A.N. a sua saída do Mato Grosso teve pelo menos, três importantes motivos: o crescimento da família e a necessidade de garantir o seu sustento: “a produção não dava mais para sustentar”, a educação das filhas, que já estavam concluindo o segundo grau e para cursar o nível superior teriam “que ir estudar longe de casa”; ainda a impossibilidade de ampliação de sua produção: “no Mato Grosso não têm possibilidades de crescimento para a pequena propriedade. Só se tem lucratividade se você tiver uma grande propriedade, uma grande produção. Lá só vale a pena se você tiver de 3000 hectares para cima”. A.N. possui atualmente 500 hectares de produção de soja em Mojuí dos Campos.

Mas, antes de se decidir por Santarém A.N. fez uma pesquisa em diferentes polos de produção de soja. Primeiro foi para o polo de Balsas no Estado do Maranhão. Depois passou pelas regiões de produção de soja no Piauí. Em 2002, visitou o polo de Santarém, lugar que considerou mais apropriado para se instalar. Posteriormente, A.N. trouxe a esposa e as filhas para conhecerem Santarém: - “eu disse vocês vão lá conhecer, se vocês gostarem a gente muda”. A decisão de mudar foi da família. Três fatores foram decisivos na escolha de Santarém: i) a instalação do Porto da Cargill, que diminui os custos com o frete da produção: “eu queria uma região mais perto do porto, o frete impacta muito nos preços e nos custos; ii) a terra fértil e barata, como apta para o desenvolvimento de outras atividades: “aqui se não der mais para plantar soja, a gente planta *hortifruti*, cria boi [...] e o preço da terra era mais barato aqui”; iii) a universidade: “minhas filhas precisavam fazer a universidade, se ficássemos elas teriam que sair de Nova Mutum, ficar longe da gente, aqui não”.

Sua instalação definitiva em Santarém deu-se por etapas. No ano de 2005 ele arrendou uma propriedade em Santarém de outro produtor para plantar soja. Por três anos utilizou esse sistema, mantendo sua propriedade no Estado do Mato Grosso com produção de soja que ficou sob a responsabilidade do sócio (seu irmão). A propriedade do Mato Grosso estava devidamente legalizada, pois possuía o título de propriedade adquirido no programa de colonização, enquanto que a de Santarém, utilizava o regime contratual de arrendamento, mantido até o ano de 2008, quando logrou adquirir a terra do arrendante: “em 2005 eu arrendei a propriedade, fiquei três anos arrendando; continuei plantando no Mato Grosso com meu irmão. Depois não deu mais, ai eu comprei aqui em 2008, 500 hectares eu comprei”.

⁵⁷ Outros arroteiros se dirigem para a Ilha do Marajó no Pará e estão se apropriando de grandes áreas de terras na região destinadas a essa cultura. Tal ação vem ocasionando conflitos com moradores locais.

Nos depoimentos, a pressão da estrutura fundiária apresenta-se como maior motivação à migração. A concentração fundiária no Mato Grosso levou a “indisponibilidades” de terras o que impossibilitou aos médios produtores ampliar suas propriedades, tanto por conta do esgotamento do estoque de terras, quanto pelo alto preço para sua aquisição. O Índice de Gini do Mato Grosso no ano de 2006, de 0,865, indica tal grau de concentração. Contudo, outros fatores também contribuíram para essa decisão como no caso de A.N. e da família de M.A.

A família de M.A., decidiu sair do Paraná por conta das dificuldades de manutenção da lavoura. As más condições climáticas que levaram a perda da safra em anos seguidos, ocasionando a descapitalização financeira da família o que levou a procura de outras áreas com melhores condições para desenvolvimento de sua atividade: “no sul o verão forte com falta de chuva e das geadas na época do inverno, isso vem trazendo mais dificuldades. Aqui o clima (refere-se a Santarém/Belterra) é muito propício à agricultura tem calor o tempo todo e chuva também”.

Em 2002, o pai de M.A. participou de uma excursão que saiu do Paraná, organizada por uma cooperativa sulista, cujo objetivo era visitar os polos de produção de soja no Centro-Oeste e no Norte. Foi quando conheceu os municípios de Santarém e Belterra⁵⁸. Os irmãos decidem vender uma parte da terra no Paraná e comprar uma área em Belterra. Em 2003 compraram 700 hectares, de uma só vez, de floresta nativa. A compra foi intermediada por uma imobiliária local.

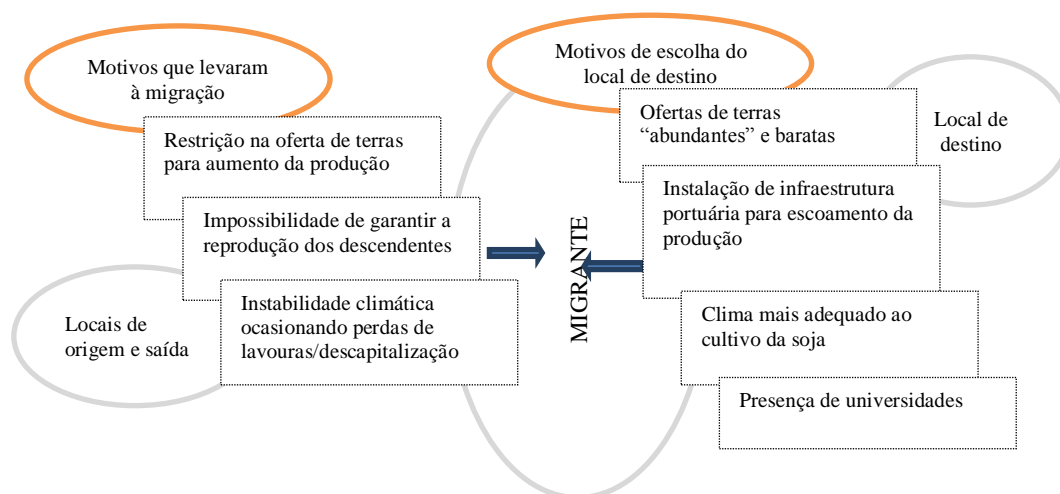
Para a família de M.A. a variável ambiental teve um peso considerável para sua migração. Impossível continuar no sul com tantas interferências climáticas, a escolha do novo lugar levou em consideração, além dos outros fatores como o preço da terra, a estabilidade climática para desenvolver a atividade agrícola. Por mais que detivesse o domínio da técnica, a manutenção da atividade de produção de grãos dependia também de outros capitais. O mesmo deve ter ocorrido com aqueles que, no relato das lideranças sindicais, aparecem retornando via BR 163.

⁵⁸ As excursões organizadas para produtores de grãos visitarem a região do Baixo Amazonas, como essa em que o pai de A.M. participa é bastante comum. O tamanho e os participantes desse tipo de excursões são diversos. Em trabalho de campo outros dois relatos informam sobre elas: um primeiro feito pelo técnico da EMBRAPA que no ano de 2001/2002 acompanhou uma equipe de executivos da Bunge Argentina, interessados em comprar terras. Segundo ele chegaram a comprar “um pouquinho de terra”, mas depois venderam; um segundo relato foi de R. funcionário de fazenda de soja, o qual informa que “todo ano vem turma de excursão de gringo, conhecer a região. Tens uns que vem pela Cargill, mas são poucos ainda”. Em novembro de 2010 estavam hospedados no Hotel Alter do Chão um grupo de grandes produtores que tinham vindo à região para examinar a infraestrutura portuária e a logística visando o escoamento da produção do Mato Grosso. As excursões e as visitas são indicativos de que o interesse pela região está bastante aquecido.

Convergem para a escolha do lugar de destino tanto as condições estruturais a que o produtor e sua família estão vivenciando no lugar de origem, quanto as possibilidades ofertadas pelo lugar de destino. Assim como, também, as necessidades específicas de cada família.

A migração dos produtores de soja na região do Baixo Amazonas pode ser considerada como a que possui uma forma particular (como define Sayad, 2008). Ou seja, um grupo particular de migrantes com culturas e subjetividades próprias, que diferem da cultura do local para onde se dirige e que por isso num segundo momento constituem um grupo específico de migrantes, os “gaúchos”. A fim de garantir a sua permanência no lugar de destino criaram mecanismos e estratégias próprios para relativizar a sua condição de provisoriedade. Tais estratégias provocaram mudanças estruturais nessa mesma sociedade para qual se deslocaram, afetando outros grupos sociais.

Esquema 2- Motivações à migração.



Fonte: Pesquisa de campo, Santarém (2010-2011).

A migração também se traduz numa relação de disputa pelo território entre encontros e desencontros com outros povos e grupos sociais já estabelecidos na região. Nessa disputa, novas territorialidades vão sendo desconstruídas e reconstruídas, muitas vezes marcadas pelo conflito e violência.

4.4 O ENCONTRO ENTRE OS “GAÚCHOS” E OS REGIONAIS: (Des)Territorialização, Conflitos Sociais e Deslocamentos

Com a chegada à região do movimento migratório dos sojicultores, a área do planalto santareno teve sua organização territorial drasticamente alterada, com a substituição, em grande parte, do “modelo” de colonização nordestina. Até a década de 1990, a ocupação territorial da área do planalto santareno teve como elemento estruturante a formação de vilas rurais⁵⁹ e novas aglomerações periféricas expandindo a cidade. De acordo com Monteiro (2004), a rede de vilas no interior tem densidade populacional média de 500 a 5 mil habitantes. As vilas maiores, com média entre 2 a 5 mil habitantes, são expressivas: Mojuí dos Campos, Curuai, Boa Esperança, Mararu, Alter do Chão, São José, Boim, Perema, entre outras. São classificadas como Vilas menores, com cerca de 500 habitantes: Jacamin, Tipizal, Secretaria, Amapá, entre outras. Todas integradas na mesma dinâmica de uma economia de base agrícola, extrativista e pesqueira, que incorporava todos os membros do grupo familiar, inclusive na oferta de novos serviços.

Famílias novas adotaram o trabalho agrícola e atividades urbanas ou semiurbanas. Filhos (as) de agricultores formaram-se na cidade e voltaram para ser professores, pequenos comerciantes, manicures, cabeleireiros, entre outras profissões que podiam ser exercidas a partir das moradias nas vilas. (MONTEIRO, 2004, p. 6).

As vilas mais próximas à cidade de Santarém, como Perema, Jacamin, Boa Esperança, São José, Amapá, Tabocal e Alter-do-Chão tiveram um adensamento populacional maior, com conseqüente urbanização mais intensa. Os sojicultores, que se estabeleceram no município, preferiram morar nessas vilas, devido ao clima mais favorável e a proximidade com o local de suas atividades. Seus filhos estudam nas escolas das vilas e da cidade, como os dos outros moradores. (MONTEIRO, 2004, p. 6).

Quando os sojicultores começaram a se instalar na região, para atender aos seus padrões de consumo, uma rede de atividades comerciais surgiu, principalmente, a de materiais de construção, de produtos agrícolas e alimentícios. Atividades tipicamente urbanas, pensões, supermercados, boates, oficinas, fotocopiadoras dentre outras passaram a ser encontradas nas vilas do Planalto.

Nesse processo de transformação, o mercado de terras influenciou e foi determinante para a (re)organização do território. A Vila de São José constitui expressão dessa

⁵⁹ Nucleações de determinado número de famílias num pequeno território com afinidades de laços familiares e de compadrio; de atividades culturais e religiosas; por práticas econômicas similares e uso dos recursos naturais e da terra na agricultura de subsistência.

transformação. Uma das mais antigas do município, distante cerca de 20 km da cidade, a partir de 1997, tornou-se uma das mais procuradas pelos produtores de soja. Na Vila São José observou-se a dinâmica da chegada e instalação de uma família de sojicultores, sua adaptação e os impactos causados nos moradores da vila. Em Monteiro, encontramos a referência da família Bonanza.

A família Bonanza expressa a nova racionalidade da ocupação do espaço urbano da vila. A família foi pecuarista e produtora de soja em Nova Mutum (M. T), por 24 anos, após migrar do Rio Grande do Sul. Em 2001 se mudou para Santarém, atraída pelas oportunidades da nova fronteira. Adquiriu um pedaço de terra por cerca de 20 mil reais. Loteou num condomínio de 40 unidades e está vendendo cada lote por R\$ 8 mil. Instalou o maior supermercado da vila, o qual “rouba a freguesia” das dezenas de “tabernas” e “botecos” da vila. [...] A família Bonanza ocupa sua própria mão-de-obra, nas diversas atividades. Porém, as condições “modernas” com que explora a atividade comercial e a visão de valor de troca que atribui à terra, abala relações e meios de vida e a concepção de mundo dos moradores locais. Já são comuns as placas de loteamento das chácaras de moradores tradicionais da vila. O valor de troca da terra preside as decisões, porém sem uma base de reprodução de capital que assegure outros meios de vida. O chefe Bonanza afirma que “aqui é o melhor lugar do Brasil hoje. Conheço gente que comprou terra de R\$80 mil e hoje essa terra vale R\$ 8 a 10 milhões. Onde é que o dinheiro se valoriza assim no país? (MONTEIRO, 2004, p. 7-8).

Um dos exemplos de loteamentos encontrados na Vila São José (Rodovia BR 163, Km 16) é o Loteamento Planalto. Um grande empreendimento de lotes urbanos disponíveis para venda, numa reprodução de condomínios de grandes cidades, as casas já construídas também trazem uma arquitetura urbana moderna.

Os lotes são padronizados 18X40 (720m²), com oferta de infraestrutura de luz, água e arreamento (ver anexo A). As vendas são de responsabilidade de uma família de paranaense, que morava em Nova Mutum no Mato Grosso e veio para Santarém há cerca de nove anos, trazendo com ela sua atividade de perfuração de poços artesianos. Há seis anos ingressou também na atividade imobiliária. A maioria dos adquirentes são famílias de origem paranaense, mas oriundas de municípios mato-grossenses. No grupo de adquirentes estão pecuaristas tradicionais da região e professores universitários que chegaram à cidade de Santarém com a instalação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Os lotes custam cerca de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), pagos em parcelas. A propaganda imobiliária chama atenção para o “alto” padrão das construções, com amplo espaço reservado para o lazer; padrão elevado de construções; ruas com 14 a 20 metros de largura, terrenos de 720m² (18 X 40m²).

Quadro 3- Panfleto de propaganda

um novo conceito de moradia em Santarém-PA, projetado e executado, desde a fase inicial, por profissionais destacados nas áreas de Arquitetura e Engenharia. Atendendo aos mais altos padrões de qualidade e infraestrutura, tudo para garantir o bem estar, a segurança e a tranquilidade dos futuros moradores. O Loteamento Planalto, veio para mudar os conceitos de moradia na cidade de Santarém... não fique de fora dessa... visite-nos!!!

Fonte: Panfleto de propaganda

De fato, no loteamento, as casas já construídas seguem um alto padrão, avaliadas acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), como anúncio encontrado na Imobiliária Coimbra de Santarém, foto 1.

Fotografia 1- Modelo da arquitetura moderna em construção na BR 163.



Código do Imóvel 177550 Cidade /
Bairro Santarém-PA /
Cipoal Local LOTEAMENTO
PLANALTO, N° 19 E 20 (dois
lotes). Condições
Venda Tipo Casa, sistema de ar,
central de ar, Piso Lajota N° de
quartos 3 suítes, M2 1440 Tempo
construção 2.

Fonte: Coimbra Imobiliária (2012).

Ao longo da BR 163, nas Vilas São José e Tabocal, outros loteamentos estão sendo construídos, o que pode ser constatado na foto 2.

Fotografia 2- Placas e modelos de conjuntos habitacionais na BR 163



Fonte: Solange Gayoso (2011).

Essas alterações também provocam deslocamentos internos, uma vez que áreas rurais localizadas mais próximas à área urbana do município de Santarém passam por mudanças radicais transformando-se em áreas urbanizadas, com isso desalojando as atividades da pequena agricultura antes lá desenvolvidas. Não se tem ainda dados mais precisos sobre o número de pessoas que tiveram que sair das vilas rurais por conta da chegada da soja. Um levantamento feito pelo STTR de Santarém, em 2003, identificou que cerca de 500 famílias tiveram que se deslocar.

A soja chegou em 2003/2004 no município (refere-se ao município de Mojuí dos Campos). Uma comunidade, a do Paca, quase foi extinta. Só têm agora umas dez famílias. O pessoal foi embora para outros assentamentos, para Santarém, pra Manaus, para Alenquer [...]. (J.H. lideranças sindical do STTR⁶⁰).

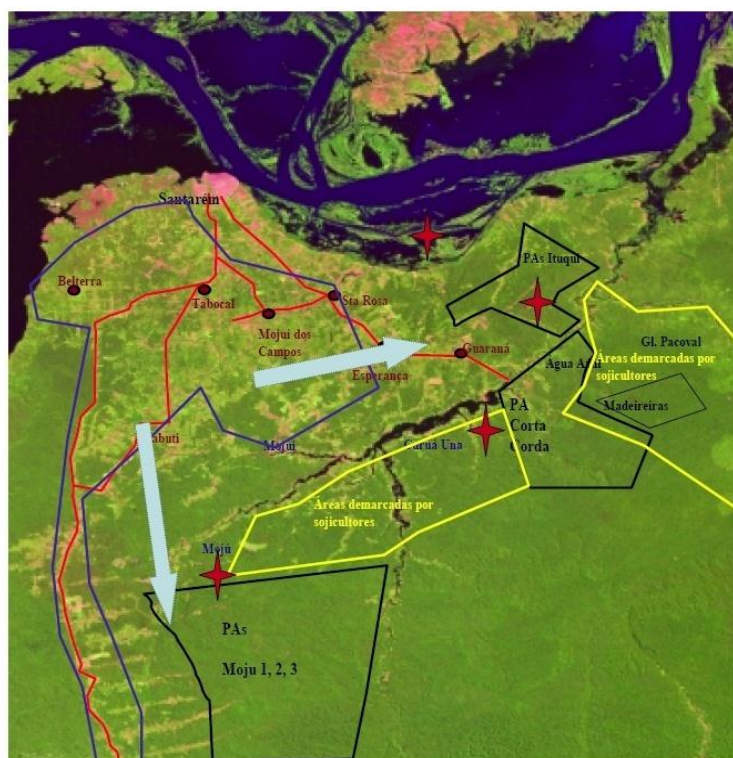
Em outro levantamento, realizado entre maio de 2007 e junho de 2008, pelo Greenpeace, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e Projeto Saúde Alegria, na região de Belterra e Santarém, foram identificadas vinte e sete comunidades reduzidas e duas extintas em função das plantações de soja.

Muitos dos pequenos agricultores expropriados de sua terra foram parar na cidade de Santarém, originando novos bairros na periferia como o Alvorada e o Novo Horizonte. Outros

⁶⁰ Entrevista realizada em, julho 2011.

se deslocaram para áreas mais afastadas do planalto santareno, como a região do PA Corta Corda na Gleba Pacoval onde eclodiu novo foco de conflito por terra. Tal processo, de um lado, resulta num reordenamento territorial nas vilas, baseado na concentração fundiária e na destruição do modo de vida dos pequenos agricultores. Por outro lado, conduz ao “inchaço” dos bairros periféricos da cidade de Santarém o que agrava o “caos” urbano.

Figura 2- Mapa ilustrativo de áreas de conflitos e novos deslocamentos dos agricultores familiares no Baixo Amazonas.



Fonte: CPT (2004).

A expropriação de terra dos agricultores familiares gerou “novos” fluxos migratórios na região, no sentido rural-urbano, os agricultores familiares que se deslocam das vilas rurais, comunidades/colônias e assentamentos para a periferia da cidade de Santarém, também aí incluída a faixa de beira da BR 163 localizada na área de expansão urbana. Esse fluxo migratório pode ser caracterizado como permanente, pois são comuns os jovens, de ambos os sexos, que impossibilitados de serem absorvidos economicamente nas colônias dirigem-se à cidade em busca de uma nova atividade produtiva. Com a chegada da sojicultura, esse fluxo migratório também passou a ser familiar. Famílias inteiras expulsas de suas terras se dirigiram à área urbana; e no sentido rural-rural, agricultores familiares que se deslocam das vilas rurais, comunidades/colônias e assentamentos que se dirigiram para outros assentamentos e

áreas de florestas ainda inexploradas, na tentativa de lá manter sua atividade produtiva e sua sobrevivência. Esse fluxo migratório é composto por núcleos familiares extensos; pai, mãe, filhos solteiros, filhos casados com suas respectivas famílias.

Almeida (1974) identificou a existência desses fluxos migratórios desde a década de 1970, o que nos leva a afirmar que esses fluxos são permanentes. Contudo, a chegada da sojicultura na região intensificou ambos os fluxos e redefiniu a composição do fluxo rural-urbano.

Apoiado na definição de Velho, Almeida, relacionou o segundo tipo a uma situação de “frente de expansão”: “como sendo constituídas dos segmentos externos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas e apenas ocupadas por sociedades indígenas [...] constituem em matéria de migração uma alternativa à urbanização” (VELHO apud ALMEIDA, 1974, p. 29), ou seja, uma alternativa frente ao deslocamento à cidade. Ocorre que nessa “frente de expansão” os produtores de soja também fazem parte da composição do fluxo migratório. Na ocasião de sua chegada à região também se dirigiram para áreas de florestas ainda não exploradas, o que gerou várias situações de conflitos.

Dentre os efeitos da produção de soja na região encontram-se também as alterações nas relações de trabalho. Nos relatos de M.E. e S.M. a relação de trabalho sofreu alterações estruturais depois da chegada da soja. A relação com os pecuaristas, considerada “mais benéfica” à comunidade, estabelecia uma relação de trabalho e de “ajuda”. Era comum a contratação de trabalhadores rurais para a limpeza do pasto e o cuidado com o gado. Na produção mecanizada, essa relação desaparece.

Não chegamos a ter conflito de frente, porque eles não escutam a gente. Eles dizem que não ajudam a comunidade por que tem gente que é contra eles. Antes a gente tinha trabalho com quem criava gado: a gente roçava, cuidava do gado. Agora nós não temos mais. Até a nossa roça está dando menos. A área de roça diminuiu. [...]. (M.E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora).

Na relação com o “sojeiro” ele quer tudo. Eles acham que tudo pertence a eles. É uma relação que não existe entre o “sojeiros” e a comunidade, só com os fazendeiros. (M. liderança comunitária, indígena de Ipaupixuna⁶¹)

O aproveitamento da mão-de-obra local nas atividades de produção de soja é seletiva, as de baixa qualificação são aproveitados em atividades temporárias, em época do plantio, ou da colheita, como a limpeza da área e como motoristas de caminhão. A mão de obra

⁶¹ Entrevista realizada em, 16 julho 2011.

especializada como gerentes, técnicos agrícolas, os operadores de pulverização ainda são os de fora, aqueles com formação técnica e com experiência na lavoura de soja, como são os casos de R.D. e M.A., técnico agrícola especialista em sementes e operador de pulverização respectivamente. Os produtores por nós entrevistados afirmam que estão capacitando trabalhadores locais para desenvolver algumas atividades. Embora ainda não se tenha nenhum levantamento específico sobre a origem e a qualificação da mão-de-obra empregada na produção de soja na região.

O aproveitamento da mão-de-obra local é seletiva, não somente pela “falta” de qualificação, mas também, por conta do preconceito e do estigma dos produtores de soja com relação ao trabalhador “regional”, como pode ser observado na fala de P.S.

Contrato aqui na região, mas são gente de fora. O pessoal regional não se interessa, não tem capacitação. Uma máquina de colhedeira custa cerca de 500 mil reais. Agora que estamos pegando os jovens e dando treinamento. Fazemos a escolha geralmente com os vizinhos. Aí conhecemos, vemos quem gosta de trabalhar, quem é limpinho asseado. Se falar eu sei tudo de gado, então eu não contrato por que o regional fica na xaropada, não quer trabalhar, não vai saber o que eu preciso. Esse “guri” que está aí, nós treinamos – ele não sabia nada, o pai dele tinha uns cavalinhos, uns bois [...].

Reproduz-se aqui a imagem preconceituosa sobre o povo amazônico “o regional fica na xaropada, não quer trabalhar”, é atrasado “sem qualificação”. A não relação com a comunidade compõe o repertório conservador e o estigma, no sentido trabalhado por Goffman (1988), construído pela sociedade para “classificar” o povo do norte. Vê-se aqui reproduzida no plano das relações de trabalho a oposição entre o “progresso” e o “atraso”, entre o “moderno” e o “tradicional/regional”. O “regional” é visto como atrasado, “incapaz”, “sujo”, “aquele que não gosta de trabalhar”; e os de fora como “mais capacitados”, “aptos”, “sábios”, pois conhecem o que o produtor de soja precisa.

Para os agricultores familiares que ainda não se viram obrigados a novos deslocamentos, as condições de manutenção em suas terras é um desafio diário após a chegada da soja. As atividades produtivas e extrativas antes praticadas, em muitos casos, foram inviabilizadas.

O “sojeiro” podia não atrapalhar a gente se mantivessem como antes. Eu costumo dizer que antes a gente podia plantar uma tarefa de roça que dava pro ano inteiro. Hoje se você planta cinco tarefas não dá para o ano inteiro porque nasce muito pequeno, porque a terra está fraca. Antes se você

plantasse uma tarefa de milho a gente tirava 10 sacas; hoje se você planta uma tarefa de milho hoje, se tirar três sacas é muito. Eu digo isso por que sou acostumada, desde pequena planto [...]. (M.E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora).

Essas terras aqui eram muito ricas de árvores frutíferas (piquiá, castanha, uxi e outras) era o sustento de muita gente, que faziam a coleta e vendiam. Muitas famílias viviam disso. (M. liderança comunitária de Ipaupixuna).

A relação entre essa atividade agrícola e a reapropriação do território na implantação de aglomerados e povoados na região, reafirma-se permanentemente, tanto na sua implantação quanto no processo de transformação territorial, seja na alteração da paisagem “natural” seja nas mudanças de reorganização do espaço físico, seja nas novas relações sociais estabelecidas. Trata-se de um processo com mobilizações intensas tanto do lado dos sojicultores quanto do lado dos agricultores familiares e povos tradicionais.

A organização do movimento indígena e sua mobilização frente às ameaças de expulsão caracterizam-se como uma contraposição a essas transformações territoriais. A partir de 1988, comunidades na região baixo Tapajós, rios Arapiuns e Curuá-Una, e na região do Planalto Santareno, nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém, passaram a se identificar como indígenas. Parte delas situadas na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA TAPAJÓS), na RESEX Tapajós-Arapiuns e no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, e outra parte, em áreas de terras devolutas ou em disputa com madeireiros e fazendeiros (pecuaristas e produtores de grãos)⁶². São doze povos (Munduruku, Apiaká, Borari, Maytapu, Cara Preta, Tupinanbá, Cumaruara, Arapium, Jaraqui, Tapajó, Tupaiu e Arara Vermelha) e 52 comunidades/aldeias de diferentes etnias que associadas ao CITA, vem reivindicando demarcações de TI.

A comunidade de Açaizal, atualmente cercadas pela soja, em 2000 se filiou ao CITA e passou a reivindicar a demarcação da TI.

A gente teve assim umas discussões entre nós e fomos buscar o conhecimento dos povos [...] e hoje todos nós temos esse conhecimento que nós somos indígenas. Nascemos indígenas. Por que antes de nós há muitos tempos atrás eram nossos antepassados que estavam. O pessoal diz - “ah, tu virou índio”, não, eu não virei índio, eu sou índio, desde quando eu nasci, só não tinha conhecimento disso. Então, por isso que tem muita gente que diz

⁶² Não se pretende aqui fazer uma análise aprofundada desse movimento, mas apresentar suas motivações e estratégias utilizadas por seus agentes no momento de sua confrontação com as ameaças de expropriação de suas terras pela chegada dos sojicultores, para isso, toma-se como referência três situações: da comunidade de Açaizal da região do Planalto Santareno, que será trabalhada neste item e a situação da Gleba Estadual Nova Olinda que será tratada na seção 5. Para aprofundamento sobre a emergência étnica dos indígenas no Oeste do Pará ver a tese de Doutorado de Florêncio Vaz (2010).

que eu virei, ou que nós viramos, isso não. Nós só tivemos conhecimento de 2000 pra cá. Foi quando a gente começou a descobrir nossos conhecimentos e também alguns direitos que a gente tem e não são poucos têm até muitos. Foi assim que a gente veio a está descobrindo nosso direito e está assumindo nosso lugar. (M.E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora).

As expressões “nós somos indígenas” e “nascemos indígenas” têm sido usadas como declaração pública de uma identidade, agora são acionadas para reforçar o direito à terra e ao uso dos recursos naturais.

Eu creio que sim, eu creio que tem a possibilidade de garantir a terra [...] a nossa esperança que a gente vai consegui demarcar, não sei quando, mas vai. [...]. A gente acha, a gente tem certeza, que se a gente conseguiu demarcar a nossa terra, a gente vai ficar, vai permanecer lá. Lá nós já estamos. Eu estou com 33 anos e até então desde pequenininha é lá que eu vivo. E tenho esperança de ficar lá o resto da vida, não quero sair de lá, porque lá que é meu lugar. Mas é assim, eu vejo que se agente não der uma parada nesses sojeiros eu não sei o que vai ser da gente. Por que daqui a pouco a gente vai ter que comprar da farinha ao feijão, porque a gente não vai poder plantar mais, mesmo que plantar não vai prestar. E ai, tu já pensou! A gente morar no mato e ter que comprar tudo, ao invés de plantar vamos ter que comprar remédio, comida e água, porque não vai ter mais. Ai se chegar nesse ponto, vai ser o jeito a gente sair de lá mesmo, porque ninguém vai poder viver. Viver de que? Se não tem mais caça, não vai ter mais peixe, não vai ter mais nada, porque não tem terra. (M.E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora). (grifo nosso).

Vaz (2010b, p. 126) informa que os envolvidos no processo de identificação “aditem que a decisão de assumir-se aconteceu sob determinadas circunstâncias” como as pressões do IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) sobre as formas de uso das roças nas unidades de preservação e os conflitos e luta pela terra com madeireiros e fazendeiros, como no caso de Açaizal que sob a ameaça recorre a afirmação de sua identidade indígena, como uma forma de assegurar sua terra, o uso dos recursos naturais e seu modo de vida. Sobre isso Vaz afirma:

Os grupos indígenas aqui estudados e as suas organizações de representação, ao tempo em que reivindicam reconhecimento por parte da sociedade e do Estado, o que inclui, necessariamente, os direitos que lhes são assegurados por legislação específica e a própria Constituição, estão convencidos de que eles efetivamente são indígenas porque estão em continuidade com os povos indígenas que primeiro habitaram estas terras. (VAZ, 2010b, p. 146).

O processo de organização dos indígenas no Oeste do Pará está inserido numa dinâmica mais geral dos movimentos sociais no Brasil e, especialmente, na Amazônia⁶³, que compreende a multiplicação de novas identidades, de autoatribuição e de novos grupos organizados em inúmeras organizações, e sob distintas identidades. Almeida (2004) menciona a existência desse processo desde meados de 1988. Identifica-se a aglutinação de grupos sociais diferenciados, organizados em “unidades de mobilização”, em todo o país, com elevado grau de coesão em suas práticas. Tais “unidades de mobilização” compõem-se a partir de critérios diferenciados e objetivam garantir o controle sobre determinados “domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns, à sua afirmação étnica”. (ALMEIDA, 2004, p. 23 -24).

De acordo com Almeida (2004), o processo de autoatribuição⁶⁴ redundou em politização das realidades locais. Os “agentes locais” assumem a condição de “sujeitos da ação”, na medida em que a designação utilizada para efeito da ação coletiva corresponde àquela pela qual se definem e são “representados na vida cotidiana” constituindo “forças sociais” com repercussões que transcendem ao âmbito da ação localizada e provocam mudanças na relação política com os “centros de poder e com as instâncias de legitimação” (ALMEIDA, 2004, p. 22-23).

Pode-se interpretar essa mobilização indígena como um processo de construção de territorialidades específicas que se manifesta como contraponto às políticas governamentais e ao agronegócio no Baixo Amazonas.

4.5 SOJICULTURA, MIGRAÇÃO E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO.

A apreensão dos processos identitários, que se fazem na organização política, tanto dos “gaúchos” quanto dos agricultores familiares e indígenas, mostra desdobramentos imersos na complexidade de relações entre esses agentes sociais, que por vezes se entrelaçam, requerendo uma apreensão dos seus diferentes processos de territorialização.

⁶³ Alguns exemplos de organizações que expressam a diversidade de situações e de identidades: Movimento Interestadual de quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento Nacional de Pescadores, Movimento dos Ribeirinhos da Amazônia, Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pastos, Faxinalenses, Movimento dos Peconheiros e Peconheiras das Ilhas Sul de Belém, dentre outros.

⁶⁴ Considerando-se os dados do último Censo Demográfico divulgados pelo IBGE, verificou-se que entre 1991 e 2010, população indígena se expandiu de 34,5% para 80,5% dos municípios do país. Segundo o Censo de 1991, em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado. No Censo de 2000, esse percentual cresceu para 63,5% e, de acordo com o Censo 2010, chegou a 80,5% dos municípios brasileiros. As 817 mil pessoas que se autodeclararam indígenas no Censo 2010 representam 0,4% da população nacional.

Nesse sentido, podem-se compreender as estratégias dos sojicultores a partir das suas motivações à migração para o Baixo Amazonas. A análise das trajetórias dos migrantes permitiu identificar que a principal motivação à migração é a busca de condições de manutenção da atividade produtiva e por consequência na garantia de reprodução social do sojicultor. Para manter-se na atividade de produção da soja de forma lucrativa a terra “em abundância” é necessária. A falta de terra impulsiona a migração e a terra arável “disponível” atrai.

Estudo realizado por Gasques, et al. (2009, p. 37-38), com base nos dados dos Censos Agropecuários, demonstrou que a terra sempre constitui fator de alto custo: em 1970 representava 33,3% e ocupava a segunda posição na lista dos custos com a agricultura. Em 2006, mantém seu custo em 30,7% mas já ocupando a primeira posição no *ranking* de participação dos insumos na atividade agrícola. Logo, os custos com a terra também influenciam na escolha do lugar de destino da migração.

A especificidade da migração para incorporação de novas terras não se limita à compra de qualquer mercadoria, muito menos, a de se deixar levar pelo ilusório marketing da “nova terra prometida” criada pela propaganda oficial. Esse deslocamento é mais complexo e multifacetado. A objetividade da aquisição de novas terras e a conquista de novos territórios comportam desejos, necessidades, esperanças, limitações e impossibilidades, assim como restrições e incertezas do reinício de uma nova vida.

Entre os produtores de soja que migraram para o Baixo Amazonas, encontram-se parte de famílias da região Sul do país que deixaram sua terra de origem motivadas pela propaganda governamental da colonização para região do Mato Grosso. Em geral o perfil desse produtor que aqui chegou tem sua origem nas famílias de colonos, com experiência na produção agrícola, que conseguiram se capitalizar no Mato Grosso e ampliar a sua produção. Castrillon Fernández (2007) em sua pesquisa sobre a produção de soja no Mato Grosso, observou que é forte no imaginário local, a idéia do “pequeno colono” que deixa o Sul, supera toda a sorte de dificuldade e se estabelece como “grande produtor”, ou pelo menos em melhores condições econômicas do que aquelas de sua terra de origem. Diferente de períodos anteriores, década de 1970 por exemplo, o migrante sojicultor que migra para a região do Baixo Amazonas, já não é simplesmente o “colono”, mas o “produtor”.

A classificação produtor significa a passagem a outra condição social e comercial - de empresário rural: aquele que estrutura sua fazenda aos moldes de uma empresa agrícola moderna, que emprega trabalhadores de diversas categorias e competências técnicas; sendo também aquele que tem competência para as relações comerciais com as empresas, as

instituições financeiras, com o Estado, com organizações políticas, um empresário aos moldes modernos, como expressa P.S⁶⁵: “tenho cerca de 30 funcionários, entre escritório e fazendas, em várias atividades, desde o plantio ao armazenamento de grãos. Presto serviços no beneficiamento de grãos e armazenamento”. Além da atividade de produção agrícola, alguns também tornam-se prestadores de serviços aos outros produtores, em atividades como a de secagem e armazenamento de sementes. O “empresário rural” sempre está buscando potencializar os seus negócios: ampliar, inovar, lucrar. A vinda dos “produtores” de grãos, como pudemos observar nos depoimentos, teve como motivação principal a possibilidade de ampliação de seus negócios.

Entretanto, a condição de permanência dos “produtores” que migraram depende das suas estratégias e do seu capital⁶⁶ acumulado. Nesses quinze anos, desde a chegada dos primeiros sojicultores em 1997, os que continuam na atividade de plantio de soja são aqueles com maior suporte financeiro, tecnológico e com experiência nessa atividade.

O capital econômico depende de outras formas de capital para existir como força material. Mesmo no universo em que os meios e os fins da ação e a sua relação sejam elevados, há um alto patamar de objetivação, pelo qual os agentes movimentam e orientam suas ações de acordo com um senso prático – um *habitus*, ou seja:

[...] os agentes orientam-se em função de intuições e antecipações do sentido prático, que deixa muitas vezes o essencial no estado implícito e que emprenha, sob a base da experiência adquirida na prática, nas estratégias “práticas”, no duplo sentido de implícitas, não teóricas, e de cômodas, adaptadas às exigências e às urgências da ação. (BOURDIEU, 2006, p. 23).

Como examina Bourdieu, o cálculo, estritamente utilitarista, não pode descrever completamente as práticas que permanecem imersas no não econômico, mas que, por vezes, podem tomar força de capital econômico. Cita-se o caso dos migrantes, em que as redes de parentesco e amizade podem viabilizar o seu deslocamento e permanência no local de destino, como no caso de A.N. que antes de se instalar definitivamente em Santarém, manteve a

⁶⁵ Produtor em Santarém/Belterra. Entrevista realizada em 14 Jul.2011.

⁶⁶ O peso do agente no campo depende de seu capital, “do volume e da estrutura do capital próprio”: i) do capital financeiro, domínio direto ou indireto de recursos financeiros, sua principal condição adicionada ao tempo de acumulação e da conservação dos outros capitais; ii) capital cultural (que não se confunde com o capital humano), mas especificamente capital tecnológico: conjunto de recursos científicos (potencial de investigação) ou técnicos (procedimentos, aptidões, rotinas e competências) ; iii) capital jurídico e capital organizacional (incluindo o capital da informação sobre o campo); iv) capital comercial (capacidade de venda, tem haver com as redes de distribuição, de armazenamento e transporte, divulgação); v) capital social: conjunto de recursos mobilizados em rede de relações mais ou menos extensas ou mais ou menos mobilizável que visa uma vantagem competitiva; vi) capital simbólico: domínio de recursos simbólicos baseados no conhecimento e no reconhecimento. Bourdieu (2008, p. 264).

sociedade com o irmão, há bastante tempo constituída, que ficou em Mato Grosso. Essa relação permitiu a ele ter o tempo necessário para ter “certeza” que sua escolha tinha sido acertada e conseguiria manter-se na atividade.

O trabalho de campo na região do Baixo Amazonas mostrou que “gaúcho” é todo aquele vindo com a migração da soja. Assim, ser considerado “gaúcho” não significa exatamente ter nascido no Rio Grande do Sul. Dentre os migrantes da soja encontram-se também paranaenses, catarinenses e outros. “Gaúcho” está relacionado à identidade “sulista” e ao produtor de soja. Haesbaert (1995) identificou que a migração de sulistas pelo interior do Brasil, especialmente aqueles ligados ao setor rural ou agroindustrial, remonta às primeiras décadas do século XX, como consequência da concentração da terra e da divisão excessiva dos minifúndios no Rio Grande do Sul. O que levou a um grande quantitativo de migrantes que se dirigiram inicialmente para zonas de mata no oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná (anos 30 e 40) e depois para o Mato Grosso do Sul (anos 50/60), Mato Grosso, Goiás e Amazônia (anos 70/80).

Mas se consideramos que a migração é um eixo estruturante do agronegócio de grãos, essa não é uma migração “comum”, é uma migração especializada e induzida. Requer um migrante economicamente capitalizado e especializado em determinada atividade produtiva - o cultivo de soja, com domínio de certas práticas e tecnologias. É uma migração induzida pela capacidade de mobilização do agronegócio em capital social capaz de criar as condições objetivas que a atividade requer para a sua instalação em determinada região. Tem como principais agentes indutores da migração o Estado e as empresas, cujas estratégias voltam-se para o fortalecimento de políticas de crescimento que induzem a produção de territorialização com base no potencial de uso mercantil dos recursos naturais.

Nesse sentido, as mobilizações dos sojicultores reorganizaram o território a partir da possibilidade do uso mercantil dos recursos naturais. Dessa forma, as vilas rurais vão sendo ocupadas por supermercados, silos, instalações de empresas cerealistas e loteamentos urbanos, espaços de apoio à atividade produtiva. Essa mesma dinâmica mercantil direcionará o trato com a terra.

Castro (2005) afirma que nos anos 1980 os fluxos migratórios para as regiões por ela denominadas de “novas fronteiras” (São Felix do Xingu – Terra do Meio, BR 163) são de grupos que migram com interesse na exploração mineral, extrativa, pecuária e florestal, deslocando atividades econômicas em que se desenvolve “a transmissão geracional” e a transferência espacial de culturas. (CASTRO, 2005, p. 32). De certa forma, pode-se dizer o mesmo da soja, embora identificássemos tanto a migração de grupos organizados, quanto à de

indivíduos. Mas, de fato tem-se o deslocamento de uma atividade que ao se instalar em determinada região provoca a reorganização do território, impondo novas configurações sociais.

Em contraposição a essa dinâmica mercantil, a organização dos indígenas demonstra que as motivações que levam os sujeitos à formação de uma unidade associativa de caráter étnico foram as situações de conflitos, em face de uma conjuntura complexa em que se colocam como antagonistas o estado e os agentes do agronegócio.

Ao contrário da motivação mercantil do sojicultor na organização do território, os indígenas ao defenderem sua terra e a manutenção de seu modo de vida, reforçam uma forma de uso coletiva da terra e dos recursos naturais, que delimitam territorialidades específicas, nesse caso, as terras de índio. Em linhas gerais pode-se dizer que o processo de territorialização desse agente social reforçou a luta dos povos tradicionais do Baixo Amazonas frente ao agronegócio de grãos, constituindo-se como um “obstáculo” a sua estratégia expansionista.

5 MERCADO DE TERRAS E SOJICULTURA: estratégias de incorporação de “novas” terras à produção de soja

A denominada crise mundial de alimentos e o aumento exponencial do consumo de carnes pela China e o Japão são usados como fortes argumentos para a necessidade de investimentos na ampliação da capacidade produtiva do setor de alimentos. Neste ponto, o farelo de soja desempenha um papel fundamental pela sua condição de principal insumo na produção de ração animal. “Abastecendo o rebanho mundial, o farelo de soja é sua principal fonte de proteína, respondendo por três quartos da alimentação animal com alto teor de proteína”, (SCHLESINGER, 2008, não paginado). Estudos da FAO (2009) indicam aumento contínuo do consumo de soja e seus derivados⁶⁷, com contribuição importante dos países da América Latina por conta da disponibilidade de áreas de terras para expansão das culturas agrícolas.

No entanto, a expansão da produção da soja é acompanhada de uma fragilidade ou vazio institucional pela ausência ou pouca regulação, o que apresenta vários problemas: a pressão crescente sobre os ecossistemas e recursos naturais; a globalização do setor agroalimentar eleva o fluxo mundial de tecnologia, capital, pessoas e bens, entre os quais animais vivos e produtos de origem animal; a reestruturação do mercado de terras com um processo intenso de deslocamento de povos e comunidades tradicionais e agricultores vinculados a unidades de produção familiar; e o processo de apropriação territorial por empresas multinacionais.

Silva (2010) relaciona as questões da crise alimentar ao mercado mundial de terras, aquecido, especialmente pós-crise de 2008. Observam-se aquisições de grandes glebas de terras aráveis na África, na Ásia e na América Latina por estrangeiros:

Estima-se que milhões de hectares tenham passado ao controle estrangeiro a partir da crise de 2008, num movimento fortemente concentrado na África que reuniria 80% da “terra disponível” mirada pelos investidores, atuantes também na Ásia e, em menor proporção, na América Latina. Só no Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o saldo da propriedade estrangeira reúne 4,3 milhões de hectares. E isso porque considera empresa nacional qualquer registro de pessoa física estrangeira que tenha domicílio no país. Considerando que a agricultura ocupa cerca de 1,5 bilhão de hectares no planeta e ainda existiria uma fronteira disponível equivalente a 50% disso, a escala das transações recentes, em tese, não justificaria receios diversos. O que de fato parece pesar nos temores de governos e especialistas é uma inédita convergência de impulsos apontando para um mesmo horizonte ampliado de pressão fundiária nos próximos anos. (SILVA, 2010).

⁶⁷Dentre os quais a utilização do óleo para a obtenção do biodiesel.

A disputa pela terra constitui uma dinâmica intensa no campo de produção de soja, pois o acesso a ela é condição determinante para o seu processo de expansão. A produção de soja tem sido apontada como um dos fatores que mais contribuem para a pressão fundiária na Amazônia.

A partir da crise financeira mundial desencadeada em 2008, somada à crise alimentar e da produção agroenergética, têm-se intensificado a apropriação mundial de terras. Os países que apresentam “insegurança alimentar” e que dependem das importações de alimentos estão adquirindo grandes quantidades de terras aráveis por todo o mundo, com a “intenção” de garantir a produção de seus próprios alimentos. Os governos nacionais estão envolvidos nestas operações, as corporações empresariais multinacionais do setor agroalimentar e os investidores privados (principalmente os fundos de pensão) investem em terras aráveis como uma importante fonte de retorno financeiro. Nessa primeira década do século XXI, a terra arável transformou-se numa importante “mercadoria”.

Os países latino-americanos são apontados pela FAO como aqueles que apresentam maiores vantagens para a produção de alimentos e de bioenergia, por conta das amplas terras agriculturáveis, dos solos férteis, dos recursos hídricos abundantes e do clima estável e favorável. Além disso, o Brasil destaca-se no domínio da tecnologia de produção tanto da soja como do agrocombustíveis, o que lhe confere a possibilidade, segundo o governo e os setores do agronegócio, de se tornar uma “superpotência” da agroenergia. E a soja, como oleaginosa, constitui uma alternativa promissora na produção do biocombustível.

Nesse sentido, a Amazônia tem sido considerada uma “fronteira agrícola” imprescindível para o crescimento do agronegócio de grãos e do plantio de oleaginosas destinadas à produção de bioenergia, em decorrência do seu volume de terras aráveis.

Tendo em conta esse cenário mundial, as reflexões empreendidas nesta seção objetivam apresentar a dinâmica do mercado de terras e sua relação com a produção da soja no Baixo Amazonas, destacando as estratégias empregadas pelos principais agentes envolvidos com a negociação de terras na região.

5.1 MERCADO DE TERRAS COMO UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL EM PERMANENTE DISPUTA

O mercado de terras na Amazônia esteve sempre condicionado ao fato de que o Estado apresenta uma efetiva incapacidade de regular para os fins sociais, econômicos e ambientais o acesso à terra. A falta de regulação e controle, principalmente sobre as terras públicas, criam condições e facilidades à usurpação do direito à terra, daqueles que nela habitam já muitos anos, estimulando à sua apropriação indébita e a especulação imobiliária.

A privatização das terras públicas na região é uma constante e ocorre, principalmente, pelo fenômeno da grilagem de terras. Segundo Oliveira (2011) 59,7% da área da Amazônia Legal corresponde a terras devolutas, ou cerca de 303.871.522ha. Destes, 284.250.089ha estão na mão dos grileiros de terras. O controle pelo Estado sobre as terras na Amazônia não é mero desejo por mudanças sociais, mas uma necessidade que se impõe de regular esse mercado, que nada mais é que uma instituição social criada pelo homem. Para melhor compreender a necessidade de regulação do mercado de terras recorre-se a Polanyi (1980) que em seu livro “A Grande Transformação” ressalta as implicações sociais de um sistema econômico da sociedade do século XIX - a economia de mercado.

O padrão social de vida nessa sociedade de mercado, diz o autor, é que “toda a produção é para venda”. A transformação ocorrida implicou numa “mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 1980, p. 58). Nesse sentido, a aquisição de terras destinadas à produção agropecuária segue a dinâmica da maximização de lucro.

Polanyi afirma que uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado, a qual deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. O trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos e o ambiente natural no qual existem. O ponto crucial da questão é que trabalho, terra e dinheiro, considerados elementos essenciais da indústria na medida em que uma sociedade moderna não pode deles prescindir, entretanto “não são mercadorias”, uma vez que não são objetos produzidos:

[...] trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida, que por sua vez, não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. **Terra** é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através dos mecanismos dos

bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 1980, p. 84-85, grifo nosso).

Ainda que fictícia, é com ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro. Neste sentido, a ficção da mercadoria é vital para a organização dessa sociedade influenciando nas instituições e nas normas mais variadas. Contudo, não é possível manter em relação ao trabalho, terra e dinheiro, o postulado de não interferência no funcionamento do mercado: “permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 1980, p. 85).

O desenvolvimento do mercado, segundo Polanyi, nasce de uma rede de instituições, leis e costumes, em que na sua formação os conflitos e a violência estiveram presentes (permanecendo até hoje), entre os agentes sociais envolvidos nas negociações. Esse processo, via de regra, teve a interferência do Estado que atuava na mediação dos interesses diversos. De um lado, os mais conservadores que defendiam a não abertura à comercialização da terra e de outro, os liberais, que defendiam uma nova ordem institucional baseada no livre mercado – mercado autorregulável, e, portanto, favoráveis à comercialização da terra.

O importante, nesse aspecto, é entender o mercado como instituição social. Concepção que posteriormente passou a ser adotada pela economia institucional. Vogelgesang descreve o institucionalismo a partir de duas premissas centrais: 1) as instituições sociais influem tanto no comportamento como no desempenho econômico e 2) as instituições evoluem ao longo do tempo, em resposta às circunstâncias econômicas que se transformam. (VOGELGESANG, 1996, p. 98).

Abramovay (2001, p. 167), ao discutir sobre a obra de Douglass North⁶⁸, identificou que o institucionalismo coloca as instituições, as organizações e as representações mentais no centro da própria socialidade humana. A importância das instituições, em tal corrente econômica, “se traduz na própria visão do mercado como instituição e não como um espaço neutro entre compradores e vendedores”. Compreende o mercado como construções sociais que refletem o ambiente institucional e não apenas sistemas de formação de preço.

O mercado tem uma dupla conotação na economia. De um lado, caracteriza-se como um mecanismo de formação de preços e de outro, constitui as estruturas sociais. As estruturas sociais são “formas recorrentes e padronizadas de interações entre agentes, mantidas por meio

⁶⁸ Premio Nobel de Economia de 1993.

de sanções” (SWELDEBERG, 1994 apud ABRAMOVAY, 2001, p. 170). O importante para a nossa pesquisa não é trabalhar com a ideia abstrata de mercado como mecanismo de formação de preços, mas como processo que reflete relações de poder, estruturas, normas, condutas e controle.

5.2 ENTRE A “TERRA PROMETIDA” E A TERRA ADQUIRIDA: NEGOCIAÇÕES DE COMPRA, GRILAGEM E CONFLITOS SOCIAIS NA DISPUTA PELA TERRA.

A chegada dos produtores de soja no Baixo Amazonas desencadeou uma série de conflitos envolvendo diferentes agentes que se organizavam em estratégias diversas em busca da terra. Diferente do processo vivido no Mato Grosso em que, segundo Castrillon Fernández (2007), a terra oferecida aos produtores migrantes já estava sem seus habitantes tradicionais, por isso puderam ser ocupadas sem maiores resistências, sem conflitos. Na instalação da cultura da soja no Baixo Amazonas o confronto e a luta pela posse da terra entre sojicultores e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais foi inevitável.

E como refere Polanyi (1980), o conflito e a violência compõem a base de formação do mercado de terras. Não é possível então tratar das estratégias de aquisição de terras para assegurar o plantio de soja sem tratar dos conflitos deles decorrentes. Para análise das disputas pela terra tomaram-se como referência as definições de Simmel (1983, p. 122) para o qual o conflito, forma de interação entre os homens, é também uma forma de socialização. Nesse sentido, o conflito resolve “dualismos divergentes”, um modo de conseguir uma unidade, mesmo que para isso seja necessária a aniquilação da outra parte conflitante. Simmel compreende o conflito como inerente às relações sociais, tão importante quanto a cooperação ou outra relação de consenso.

Quando se fala em disputa pela terra ou conflitos de terra para referir a dinâmica estabelecida no mercado de terras, opta-se por remeter a um item principal da luta – a terra – daqueles agentes sociais envolvidos na instalação da produção de soja no Baixo Amazonas. Contudo, fazendo isso se minimiza o fato da terra – designação para natureza na sociedade capitalista – ter diferenciados significados para os distintos grupos que dela fazem uso.

Na apropriação, expropriação e disputa pela terra na referida região, os agentes ou grupos sociais estabelecem relações diferenciadas com a terra: as dirigidas pelos interesses mercantis “terra de especular”, “terra de explorar os recursos naturais”, “terra aráveis”; e tradicionalmente ocupadas “terras de índio”, “terras de quilombo”, “terras de preto”. Diferenças que também expressam as diversas formas de domínio e apropriação do território:

fazendas, lotes, imóveis rurais que diferem de territórios quilombolas e terras indígenas. Entende-se que a disputa pela posse da terra está relacionada à luta por manutenção de territórios e territorialidades específicas. Nesse sentido Acselrad (2004) ao definir o conceito de conflitos ambientais ajuda na análise da dinâmica socioterritorial estabelecida após a chegada da soja na mesorregião do Baixo Amazonas.

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Veremos que a implantação da cultura da soja na região impõe distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do território que vão substituindo as práticas anteriormente existentes, como no caso das vilas rurais que deram lugar aos armazéns, silos e loteamentos urbanos. Acselrad (2004) afirma que a luta por recursos ambientais é simultaneamente luta por sentidos culturais, devendo ser analisada nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território.

Agrega-se ainda, na análise, o conceito de conflitos ambientais territoriais trabalhado por Laschefski; Zhouri (2010, p. 267), como aqueles referidos a “situações em que existem sobreposições de reivindicações de diversos grupos sociais sobre o mesmo recorte espacial”. A diferença com relação ao conflito de terra está no fato de que os grupos sociais envolvidos apresentam “modos distintos de produção de seu território, o que reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (LASCHEFSKI; ZHOURI (2010, p. 267)).

Dessa forma, esses conceitos agregados às contribuições de Bourdieu (2000, 2006), com as noções de campo como *locus* da disputa entre agentes sociais e o de *habitus*, como conjunto de disposições estruturantes do campo que remete às trajetórias dos agentes e aos valores, crenças, ética, dentre outros, que orientam suas escolhas e, portanto, suas ações, completam-se em nossa análise.

Passa-se então, a apresentar como, no decorrer dos anos de 1997-2011, a disputa pelas terras e territórios entre os sojicultores, especuladores e grileiros e os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, foi sendo delineada de acordo com a dinâmica estabelecida entre a mobilização para a implantação da sojicultura na região, a migração, o aquecimento do mercado de terras, a especulação e a grilagem.

5.2.1 Os primeiros encontros e as negociações de compra de terras

A propaganda realizada pelos governos do Estado do Pará e do município de Santarém, nos estados do Mato Grosso e Paraná, mostrou uma região com grande potencial à produção de soja. Os estudos técnicos, disponibilizados na internet pela Prefeitura de Santarém, identificaram o potencial do solo e subsolo, dos recursos naturais possíveis de exploração e os experimentos com os tipos de soja mais adequados à região. O Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (PRIMAZ), produzido nos anos de 1990, apresentava a região dizendo que,

O Município de Santarém constitui, atualmente, o mais importante centro comercial do Médio-Amazonas, registrando uma atuação industrial e agrícola significativa, onde se destaca a produção de madeira e, em menor escala, a produção de grãos [...] esse município reúne ainda, condições de ampliar a sua economia, principalmente no tocante ao fortalecimento de indústrias que têm a madeira como matéria-prima, pois possui uma topografia que favorece a exploração e o transporte no interior da floresta, além da presença de madeira de alto valor comercial como a jarana, itaúba, tauari e maçaranduba, entre outras. Rodovias como a Cuiabá-Santarém, Transamazônica e a hidrovia do Tapajós facilitam o escoamento dos produtos. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais –CPRM. (PARÁ, 1996, p. 11).

Logo os interessados apareceram, como C.C. que chegou à região no ano de 1997: “o que mais me atraiu para o Pará foi a oportunidade de uma nova fronteira, com maior quantidade de terras e a possibilidade do Estado se tornar um grande polo agrícola⁶⁹”. Um dos primeiros a chegar à região C.C. realizou compras de terras para o plantio de grãos, inicialmente milho e arroz, depois soja. O referido produtor possui grandes áreas de terras, inclusive foi indiciado por grilagem.

As negociações iniciais envolveram a compra direta de lotes ocupados por agricultores familiares: “não houve ninguém que quisesse vender no começo. Mas, logo depois, alguns chefes de famílias assentadas aceitaram negociar e já venderam vários lotes⁷⁰”. Para quebrar a resistência dos agricultores familiares, a estratégia foi usar uma pessoa da própria comunidade para fazer a negociação.

Primeiro, chegava com as pessoas, via alguém na comunidade, procuravam alguém para ser “testa de ferro”. Essa pessoa convencia os agricultores a vender o seu lote. [...] Quem comprava eram os sojeiros, os intermediários e os escritórios imobiliários (E. M., liderança sindical⁷¹).

⁶⁹ Depoimento publicado no JORNAL O IMPACTO, Santarém, 28 maio 1999. p. 26.

⁷⁰ Depoimento publicado no JORNAL O IMPACTO, Santarém, 22 outubro 2004. p. 19.

⁷¹ Entrevista realizada em Santarém, em julho 2010.

Para convencimento, geralmente, usava-se o “bolo de dinheiro” na mão, ou pelo uso do discurso “da vida boa na cidade”: “olha você pode viver de uma maneira muito melhor; você pode pegar esse dinheiro e comprar tantas coisas e sair dessa vida” (I. B. liderança sindical⁷²). Nas vilas, os produtores de grãos compravam lotes rurais dos pequenos agricultores e depois vendiam lotes urbanos (nas vilas) para as mesmas famílias, por preços próximos aos pagos pelos rurais. As vendas realizadas pelos agricultores familiares poderiam ser de todo o lote ou de parte dele. Aqueles que resistiram sofreram com o “cerco” feito com os plantios de soja por todos os lados e pelo “cerco” da violência.

À medida que os eventos significativos iam sendo anunciados aumentava o número de produtores de grãos interessados em se instalar na região. Assim, logo após a confirmação da licitação de área portuária da CDP em Santarém e o arrendamento pela Cargill, empresa vencedora do certame no ano de 1999, aumentou a procura por terras, e as imobiliárias entraram com força no negócio. Da mesma forma, quando o afastamento da BR 163 foi anunciado pelo governo o número de produtores que se dirigiram à Santarém aumentou substancialmente, conforme relata matéria jornalística,

O empresário C.B., um dos primeiros a chegar à Santarém afirma que a cidade é a que mais cresce no país: “principalmente agora depois que o Presidente Lula ter firmado em Decreto Lei, o asfaltamento da BR 163”. Quase quinze dias depois da notícia os hotéis em Santarém estão cheios de novos investidores que acreditam nas possibilidades que a região oferece. (JORNAL O IMPACTO, 2004).

As imobiliárias faziam anúncios na internet, nos jornais locais e distribuíam panfletos nos hotéis da cidade, onde os produtores interessados costumavam ficar.

Tipo de anúncio de venda de fazenda divulgado na internet:

Próximo à **Santarém (PA)**: 20 mil alqueires. Próxima do Porto de exportação (100 km) e de rodovia (50 km). Boa para Soja ou agricultura em geral. Preço: R\$ 200,00 o alqueire. (Publicado em <http://fazenda.br.tripod.com/faz4.htm>, agosto de 2003, acesso em 02/09/2010).

O relato de um motorista de táxi⁷³ que trabalhou com uma das imobiliárias locais, ajuda a compreender as etapas das negociações. Segundo P., durante o período de seis meses trabalhou intensamente levando muitos compradores para ver os terrenos à venda. Seu relato

⁷² Entrevista realizada em Santarém no ano de 2005, momento em que participei da equipe de pesquisa do ZEE da BR 163.

⁷³ Depoimento tomado, em julho de 2011 em trabalho de campo em Santarém.

revela a relação estabelecida entre o corretor imobiliário, compradores e os agricultores familiares que vendiam. O corretor solicitava ao taxista que levasse os compradores aos terrenos à venda, efetivada a compra o taxista levava o agricultor familiar até o cartório para assinar o contrato de compra e venda e depois até o banco para receber o pagamento. No início, a compra era direta entre os que compravam e os que vendiam, o corretor negociava. Depois o corretor comprava os terrenos e revendia aos interessados. Na revenda, o preço do terreno dobrava. Disse que fez muitas viagens dessa natureza e que os compradores queriam os terrenos próximos às estradas (BR-163, PA-433), os mais distantes eram rejeitados.

A procura impulsionou a especulação e o aumento no preço da terra.

Logo no início (refere-se ao ano de 1999) pagava de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 por hectare. Depois, com o tempo, pagava R\$ 500,00 por hectare, e no apagar das luzes (refere-se aos anos de 2005/2006, antes da moratória da soja) pagava R\$ 15.000,00 por hectare. (E. M., liderança sindical, Santarém, 2010).

Em síntese têm-se as seguintes etapas no processo de negociação de compra e venda de terras nesse período inicial:

- a) Etapa1: o intermediário, contratado pelo corretor, dirige-se às comunidades rurais e convence os agricultores familiares a venderem seus lotes;
- b) Etapa2: uma vez identificados os lotes a serem colocados à venda, os corretores imobiliários divulgavam as ofertas em anúncios na internet, em jornais locais e pela distribuição de panfletos nos hotéis de Santarém;
- c) Etapa3: os possíveis compradores visitam os lotes colocados à venda, acompanhados sempre por motoristas conhecedores da região, e fazem suas escolhas;
- d) Etapa4: finaliza-se a compra em dois movimentos: o primeiro, a ida até o cartório do produtor de soja (comprador) e do agricultor familiar (vendedor) para o estabelecimento do documento de compra e venda – nesses casos a procuração pública irrevogável e irretroatável que dá plenos poderes sobre o lote em questão, uma vez que se trata de lotes de terras destinados à reforma agrária em sua maioria constituem-se em posses e não propriedade. E o segundo a ida ao banco para o efetivo pagamento da compra.

Com o aumento do número de interessados em comprar as terras, a dinâmica da venda alterou. Após o convencimento das famílias para a venda, o corretor comprava, via a procuração irrevogável e irretroatável. Uma vez de posse dos lotes o corretor negociava diretamente com os produtores interessados na compra, passando a exercer o papel de especulador. Da especulação à grilagem foi um “passo”.

5.2.2 Invasões, expropriações, grilagem e conflitos.

As ocupações irregulares de terras públicas na Amazônia sempre foram uma constante. Na atualidade, este fenômeno torna-se mais complexo, ao ganhar uma sofisticação técnica e jurídica que permitiu ampliar as ações práticas dos grileiros e por consequência o percentual de áreas griladas. Estimativas do Governo Federal indicam que há 100 milhões de hectares de terras suspeitas de grilagem⁷⁴. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA, confirmou em julho de 2000 o cancelamento do cadastro de 1.899 grandes propriedades rurais, com área total equivalente a 62,7 milhões de hectares, dos quais 33.586.837 hectares somente na região Norte. (INSTITUTO ..., 2006).

Em 2001, o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem da Terra na Região Amazônica. No relatório da CPI (BRASIL, 2002, p. 37-38), constam diversas práticas irregulares de fraude sobre a posse e propriedade das terras, tais como: i) registro sem o correspondente título de domínio ou do registro anterior, de escrituras de compra e venda; ii) duplicidade de registro de matrícula de imóveis, fazendo que as mesmas terras fossem multiplicadas, através do subterfúgio do desmembramento ilegal em inúmeras áreas; iii) aceitação do registro de imóveis constantes em sentenças de partilha de bens, que não apresentavam as correspondentes provas dos títulos de domínio; iv) registro de averbações ou abertura de novas matrículas, correspondentes a demarcatórias de glebas, sem autorização judicial e do INCRA; v) registro de escrituras de compra e venda, e outros *pretensos títulos de domínio*, emitidos com uma antiguidade de 20 ou mais anos por Tabeliães de Comarcas de Estados diferentes; vi) registro de imóveis, supostamente já registrados em outra Comarca, sem o respaldo da correspondente Certidão do respectivo Cartório; vii) lavratura de escrituras de compra e venda e seu registro no Cartório de Registro de Imóveis, onde constam pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras como compradores em condição contrária à legislação em vigor; viii) lavratura de Escrituras de Compra e Venda, pelos Tabeliães, (envolvendo estrangeiros) sem que pelo menos uma das partes estivesse presente

⁷⁴Divulga-se que o termo grilo ou grilagem tem sua origem na tentativa de transformar títulos falsificados, dando lhes aparência de legais, com o emprego do inseto ortóptero – o grilo, tanto que o Dicionário Aurélio define grileiro como sendo “Indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”. Logo, a terra grilada é aquela em que o título de propriedade é falso. O mecanismo utilizado, e que acabou denominando o processo de apropriação ilegal de terras públicas, era o de “comprar” dos cartórios ou de terceiro um falso título da terra e, para lhe dar certa aparência de autenticidade, o documento era colocado em uma gaveta com alguns grilos. Passado algum tempo, os grilos iriam alimentar-se das bordas da escritura, expelir excrementos no documento e auxiliar na transformação do papel de cor branca para uma cor amarelada, ficando com um aspecto envelhecido. Assim, o título de propriedade da terra com esse novo visual daria maior credibilidade ao seu possuidor, que alegaria já ser proprietário daquela gleba de terra há algum tempo. Atualmente, empregam-se outras tecnologias mais eficazes para conseguir o mesmo objetivo, ou seja, a falsificação de documentos. (INSTITUTO...; BRASIL, 2006, p.11).

no ato, nem seus documentos e/ou antecedentes pessoais; xix) lavratura de escrituras de compra e venda e seu registro no Cartório de Registro de Imóveis, tendo o transmitente, comprovadamente, falecido há muitos anos; x) emissão de laudos de avaliação de glebas, por Oficiais Registradores; xi) matrícula de imóveis, supostamente registrados em outra Comarca, sem o respaldo da correspondente Certidão do respectivo Cartório; xii) lavratura de Escrituras de Compra e Venda, pelos Tabeliães, com a transferência de glebas sem indicação da matrícula de origem, e sem preencher as condicionantes fixadas em Lei.

Ainda segundo a CPI, (BRASIL, 2002, p. 556), as finalidades da grilagem eram: i) revender as terras em grande escala para obter ganhos financeiros; ii) receber financiamentos bancários para projetos agropecuários; iii) assegurar a exploração madeireira ou uma futura atividade agropastoril; iv) pagar dívidas previdenciárias e fiscais; v) receber indenização nas ações desapropriatórias.

No fenômeno recente da grilagem no Baixo Amazonas várias dessas práticas e finalidades foram observadas. Segundo dados publicados no jornal Gazeta de Santarém, entre os anos de 2002 e 2003 foram abertos na Procuradoria da República mais de 70 procedimentos administrativos sobre conflito agrário e grilagem de terras, dos quais 53 foram transformados em inquéritos na Polícia Federal.

Em decorrência dos inquéritos policiais e dos indícios e provas sobre um grande esquema de grilagem instalado na região, em março de 2004 o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar (deferida em 02 de abril de 2004 pelo juiz da Justiça Federal da Vara Única de Santarém) com objetivo de combater a grilagem nas Glebas Pacoval, na região do rio Curuatinga e rio Moju, Gleba Curuá-Una, principalmente, na área do Assentamento Corta Corda. Na ação foi solicitada a suspensão dos processos administrativos de regularização fundiária para lotes superiores a 100ha. Foi requerida, ainda, a suspensão dos efeitos jurídicos decorrentes dos atos expedidos pelo INCRA, como declaração de posse, certificados de cadastros de imóveis rurais e protocolos; e a suspensão das autorizações para desmatamento das áreas em questão, assim como, todos os planos de manejo florestal, em tramitação ou não emitidos pelo IBAMA. Observa o procurador responsável pela ação, Dr. Nilo Marcelo Camargo, que diferentemente do que é divulgada a expansão da fronteira agrícola na região é feita a revelia da lei.

A área está sendo literalmente loteada entre alguns latifundiários, que se utilizam de laranjas para regularizar suas pretensões, com grande degradação ambiental e em total desrespeito as leis agrárias. (Nilo Marcelo Camargo, declaração publicada no (GAZETA DE SANTARÉM, 2004, p. 15).

A ausência de documentos definitivos de regularização fundiária possibilita a prática da grilagem. Os protocolos de solicitação de regularização de lotes emitidos pelo INCRA são amplamente negociados. “Ou seja, estão evidenciadas as vendas de simples protocolos do INCRA, bem como de áreas em muito superior ao que a autarquia agrária concede titulação” (GAZETA DE SANTARÉM, 2004, p. 15).

A Polícia Federal, no período de 2002 a 2006, após as denúncias e indícios levantados durante os inquéritos policiais, realizou uma grande operação de combate à grilagem de terras na região. A ação “Operação Faroeste” identificou um esquema de grilagem que atuava havia algum tempo no oeste do Pará. O esquema funcionava na área de jurisdição da unidade avançada do INCRA-Santarém, fazendo a conexão com o INCRA de Belém, assim como na jurisdição do ITERPA.

Nesse caso de grilagem foi identificado o envolvimento de empresários ligados à produção e beneficiamento de grãos, grileiros, produtores, advogados, corretoras imobiliárias e funcionários públicos do INCRA e até do próprio Ministério Público Federal. A estratégia de grilagem consistia na invasão de terras públicas para posterior venda e pela utilização de “laranjas” que supostamente seriam assentados nas terras da UNIÃO, mediante processo de regularização fundiária.

Os procedimentos de negociação e venda da terra geralmente usavam o seguinte esquema: a invasão da terra pelo grileiro, a geração de documentação fraudulenta nos órgãos públicos, o “loteamento de papel” e a comercialização dos lotes através de imobiliárias. Como documentação da terra era usado o cartão de protocolo do INCRA (Figura 3), o qual servia para indicar a solicitação de regularização da área, mas não se constituía em documento definitivo de propriedade da terra. Contudo, o protocolo era utilizado como documento comprobatório da existência e posse do imóvel, conforme relatou o Juiz Federal Fabiano Verli em decisão sobre Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, emitida em 01 de abril de 2004⁷⁵.

[...] neste feito e em muitos, os réus e as testemunhas comumente reconhecem que os simples protocolos passam de mão em mão “conferindo direitos” sobre tratos de solo que são da União ou do INCRA, dando a grileiros, madeireiros e agricultores desavisados a desculpa ou disfarce necessário para que entrem nas terras, derrubem a vegetação e passem a tratar aquilo como se fossem seu. [...].

⁷⁵ Processo Judicial da Justiça Federal da Vara Única de Santarém, nº 2004.39.02.000285-8, fls. 1384 a 1388.

Figura 3 - Protocolo do INCRA utilizado como documento comprobatório da existência do imóvel rural na venda de terras.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA

Ant. Concessão

I N C R A
UA/SANTARÉM

0497/02

PROTOCOLO

NOME:
CLAUDIO SILVA FERREIRA

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA

AS INFORMAÇÕES SERÃO PRESTADAS MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DESTE CARTÃO, QUE É VÁLIDO SOMENTE PARA REGISTRAR O ANDAMENTO DO PROCESSO/DOCUMENTO ACIMA MENCIONADO

INCRA

Fonte: INCRA (2012).

A convivência dos órgãos públicos e a participação de funcionários no esquema da grilagem foram comprovadas, sendo uma parte da “engrenagem” indispensável para o seu funcionamento. O protocolo, as certidões de quitação, concessões de uso e o certificado de cadastro de imóvel rural fornecidos pelo INCRA ou pelo ITERPA, foram bastante utilizados como documentos comprobatórios junto às instituições financeiras para obtenção de financiamento, inclusive de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO: “o INCRA concede certidões de posse para fins bancários, previdenciários, creditícios e outros, muitas vezes sem qualquer tipo de vistoria na área”⁷⁶.

Os casos de grilagem apurados nos inquéritos policiais e judiciários ocorreram nas glebas federal Pacoval e Curuá-Una, envolvendo grandes áreas de terras com mata originária. Dados do INCRA/Unidade Avançada de Santarém apontam a existência de 377 processos de requerimentos com áreas acima de 100 hectares nas Glebas Federais Pacoval e Curuá-Una, no período de 1997 a abril de 2004, conforme tabela 11. Dos 377 processos de pedidos de regularização fundiária, 258 foram abertos entre os anos de 2002 e 2003, anos de maior ocorrência de denúncias de conflitos de terras, atos de violência e ameaças contra agricultores familiares e indígenas, apresentadas no MPF.

⁷⁶ Declaração do Procurador Federal Nilo Marcelo Camargo, publicado no Jornal Gazeta de Santarém, Santarém, em abril 2004.

Tabela 11- Processos de regularização fundiária de imóveis rurais acima de 100 hectares em andamento no INCRA/UA/Santarém - 1997 a 2004.

Gleba	Anos								Total
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Curuá-Una	5	11	1	20	9	36	101	15	198
Pacoval	19	2	-	9	3	39	82	25	179
Total	24	13	1	29	12	75	183	40	377

Fonte: INCRA (2004)⁷⁷.

Somados aos processos do INCRA/UA/Santarém, foram identificados mais 217 processos de regularização fundiária, concessão de uso e certidões em tramitação na Superintendência Regional do INCRA/PA – SR 01, da Gleba Pacoval e Curuá-Una⁷⁸. As solicitações de regularização fundiária de terras podem ser feitas em qualquer unidade do INCRA, sem que uma unidade saiba quais os pedidos feitos na outra. Ou seja, uma pessoa pode fazer o requerimento na Unidade Avançada do INCRA em Santarém ou em Belém sem que se tenha controle das áreas requeridas, o que pode levar à sobreposições e facilitar a regularização fraudulenta.

Na tabela 12, apresenta-se o quantitativo de áreas em hectares com solicitação de regularização no INCRA, resultado da somatória dos pedidos protocolados de regularização fundiária, concessão de uso e certidões, tanto na Unidade Avançada do INCRA em Santarém, quanto na Superintendência Regional. Verificou-se que as solicitações feitas entre 1997 a 2004 chegaram a uma área de **704.504,8268ha** na Gleba Pacoval e **142.846,7501ha** na Gleba Curuá-Uma, totalizando **847.351,5769ha**, um quantitativo que ultrapassar em muito a área delimitada oficialmente pelo governo, em **651.990ha**, assim distribuídos: 222.491ha Gleba Curuá-Una e 429.499ha Gleba Pacoval⁷⁹. Tal fato, conjugado ao aquecimento do mercado de terras na região e processo de vendas de terras eram realizadas apenas com os protocolos do INCRA, pode-se teoricamente presumir que todo esse quantitativo de área das duas glebas, que tiveram pedidos de regularização no período citado, estariam sendo objeto de grilagem de terras⁸⁰.

⁷⁷ Dados informados no OFICIO/INCRA/U.A/SANTARÉM/GAB/Nº061/2004 de 19 de abril de 2004 – arrolado no Processo Judicial da Justiça Federal da Vara Única de Santarém, nº 2004.39.02.000285-8, fls. 1432.

⁷⁸ Dados informados no OFICIO Nº 384/2004/INCRA/SR(01)/PA de 20 de abril de 2004 – arrolado no Processo Judicial da Justiça Federal da Vara Única de Santarém, nº 2004.39.02.000285-8, fls. 1457.

⁷⁹ BRASIL, PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA DIRETORIA DE PRODUTOS. Relatório Técnico 04/2010.

⁸⁰ O levantamento feito pelo Greenpeace no ano de 2003 sobre ofertas de propriedades em 7 corretoras virtuais revelou a existência de comércio virtual de terras na Amazônia. São oferecidos 11 milhões de hectares de floresta nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, movimentando um mercado de quase R\$1 bilhão. (GREENPEACE, 2003).

Tabela 12- Processos de regularização fundiária, concessão de uso e certidões em andamento no INCRA, por estrato de área: anos de 1997 a 2004.

Gleba	Número de Processos*							
	Estrato de Área (ha)							
	100>500		500> 2000		2000>5000		5000>9000	
	N	Área	N	Área	N	Área	N	Área
Pacoval	72	121.939,5251	114	124.723,6006	131	440.800,7891	02	17.040,9120
Curuá-Uma	120	31.301,0763	40	31.165,4246	39	80.380,2492	-	-
Total	192	153.240,6014	154	435.889,0252	170	521.181,0383	02	17.040,9120

Fonte: INCRA (2004)⁸¹.

*76 processos não foram computados na contagem sobre o volume de área por não terem essa informação.

Na tabela 12, observa-se que há solicitações de regularização de áreas de terras acima de 5000ha. Somando os estratos de áreas acima de 2000ha até 9000ha chega-se ao percentual de 63,52% dos pedidos. Muitas dessas solicitações pertencem a uma mesma pessoa, como no caso dos pedidos com áreas acima de 5000ha em que as duas solicitações são de um único “posseiro”. Ou seja, uma única pessoa detém a posse (regular ou não) de pelo menos 17.040,9120ha.

Segundo o INCRA, tais solicitações de regularização indicam que pessoas e/ou grupos estão requerendo as mesmas áreas: “a princípio ninguém é dono de nenhum pedaço de terra na gleba, o que existe lá são empresários da soja, madeireiros e pequenos agricultores solicitando as mesmas terras [...]”⁸². Admite-se então que há sobreposições nos pedidos, sem nenhum controle pelo órgão, o que facilita a grilagem e a expulsão dos pequenos agricultores. Para isso os grileiros contavam com a inoperância dos órgãos governamentais e com a participação de funcionários públicos nos esquemas de fraude, como se pode verificar no trecho do depoimento de um dos acusados: “a gente entra com um processo. Eles nunca são analisados, por que não tem quem faça, não é? Ai se pede autorização, a vistoria, e eles não vão fazer a vistoria. Ai pode meter o pau”⁸³. Ou seja, uma vez que o Estado não consegue fazer o controle das terras públicas, elas são facilmente apropriadas indevidamente e os agricultores familiares que, porventura, já estivessem naquelas terras de interesse dos grileiros passaram a ser alvos dos atos de violência e expropriação de terras.

Na pesquisa em jornais locais, no período de 1997 a 2009, foi possível identificar 33 denúncias publicadas pela imprensa envolvendo grilagem de terras na região, mais

⁸¹Dados informados no OFICIO/INCRA/U.A/SANTARÉM/GAB/Nº061/2004 de 19 de abril de 2004 – arrolado no Processo Judicial da Justiça Federal da Vara Única de Santarém, nº 2004.39.02.000285-8, fls. 1432, e OFICIO Nº 384/2004/INCRA/SR(01)/PA de 20 de abril de 2004 – arrolado no Processo Judicial da Justiça Federal da Vara Única de Santarém, nº 2004.39.02.000285-8, fls. 1457.

⁸² Pedro Peloso, declaração publicada pelo Jornal O Impacto, Santarém, 01 de setembro de 2003, p. 50.

⁸³Trecho do depoimento no inquérito policial prestado por advogado envolvido no esquema de grilagem publicado no Jornal Gazeta de Santarém, 03-09 de abril de 2004, Geral p 15.

especificamente nas glebas federais Pacoval, Curuá-Una, Lago Grande e na gleba estadual Nova Olinda, conforme quadro 3e mapa 1.

Quadro 4- Denúncias publicadas pela imprensa local de Santarém: 1997 a 2008.

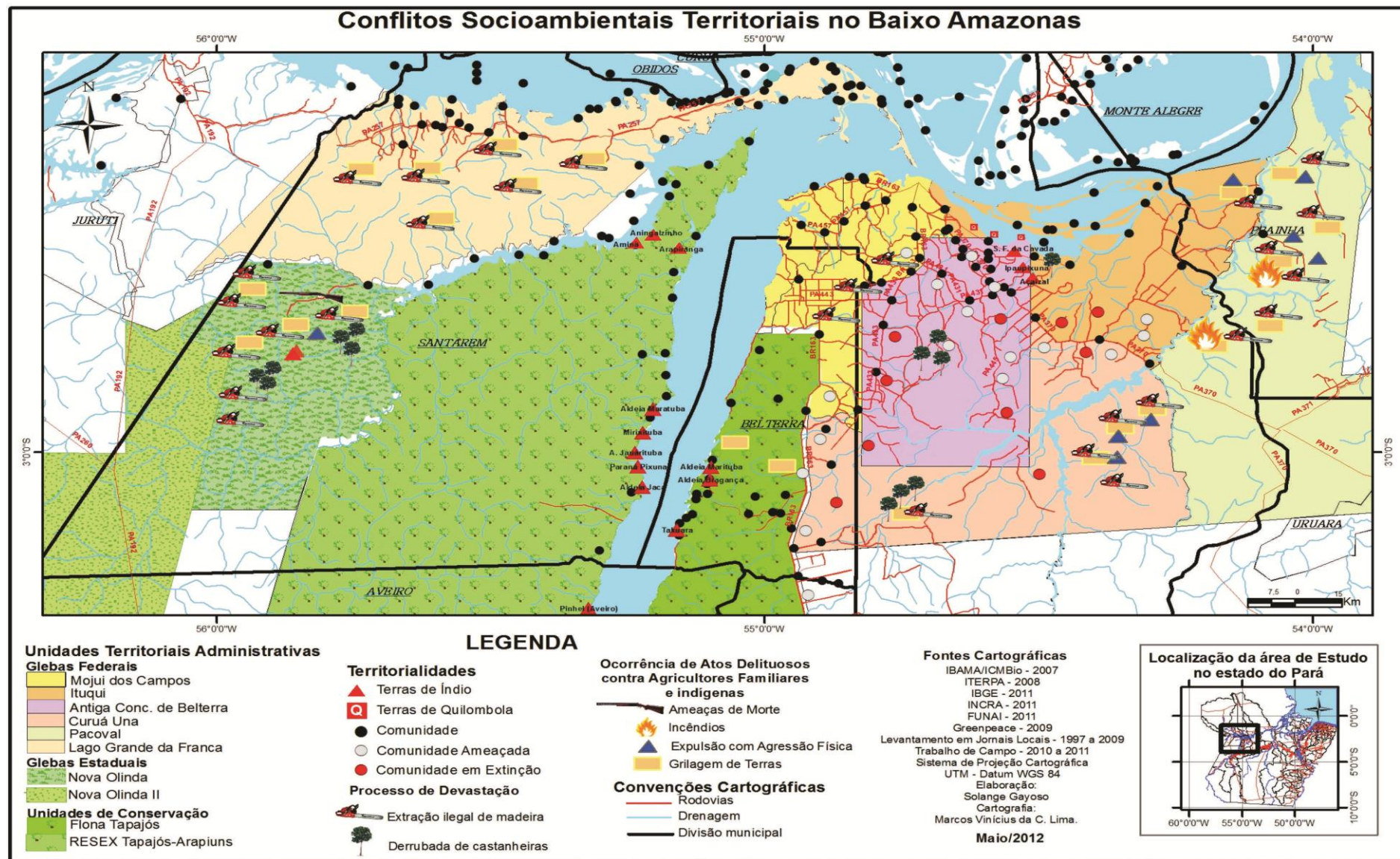
Denúncia	Local	Denunciante	Mês/ano
Grilagem de terras com ameaças de morte e expulsão de moradores	Rio Tutuí, divisa dos municípios de Santarém e Uruará	Associação Força União	Abril/1997
Invasão de terra para extração de madeira	Rio Curuatinga/ Gleba Pacoval	Agricultor familiar	Julho/2002
Ameaças de expulsão de moradores	Rio Curuatinga / Gleba Pacoval	Comunidades Locais	Julho/2002
Invasões de terras pertencentes ao patrimônio da União com ameaças aos agricultores familiares	Rurópolis	Agricultores familiares	Fevereiro/2003
Roubo de terras através de procuração assinada sem pleno esclarecimento	Rio Curuatinga	Agricultor familiar	Fevereiro/2003
Grilagem de terras	Município de Prainha	Liderança comunitária	Março/2003
Grilagem de terras e ameaças e intimidação de moradores	Gleba Pacoval	Associação Bom Jesus	Abril/2003
Grilagem de terras	Região norte, PA-254, do município de Monte Alegre	Prefeitura de Monte Alegre e org. da soc. civil locais	Junho/2003
Invasões de terras e incêndio	Gleba Pacoval/próximo ao PA Corta Corda	Agricultores Familiares	Outubro/2003
Invasão e grilagem de terras	Município de Juruti, rio Amazonas	Agricultores Familiares	Dezembro/2003
Grilagem de terras, desmatamento e exploração de madeiras, construções de pontes em Igarapé e espancamento de um morador.	Gleba Nova Olinda/ Igarapé Arara	Moradores da comunidade de São Luiz.	Janeiro/2004
Grilagem e vendas de terras para “colonos gaúchos”	Km 23 do Município de Curuá	Moradores da Comunidade de Apolinário	Fevereiro/2004
Abertura de vicinal em terras da União (acordo entre representante do INCRA e madeireiros)	Setor 6 da PA-254 no município de Monte Alegre	Prefeito de Monte Alegre	Março/2004
Invasões de terras e ameaças a moradores: 25 casas e plantações incendiadas	Comunidade de Vila Nova no rio Curuatinga	Agricultor Familiar	abril/2004
Grilagem de terras – retirada de madeira e abertura de picos	Região do Curuatinga	Agricultor Familiar	Mai/2004
Grilagem e invasão de terras	Região do Ituquí	STTR	Mai/2004
Continuidade da grilagem de terras	Glebas Lago Grande e Nova Olinda	STTR	Mai/2004
Denúncia da “máfia da grilagem”	Cidades do Pará e do Mato Grosso	Pecuarista de Novo Progresso	Julho/2004
Invasões de madeireiros e sojeiros	Comunidade de São Francisco/Gleba Nova Olinda	Liderança Comunitária	Agosto/2004
Grilagem de terras	Rio Moju no Planalto Santareno	Lideranças comunitárias	Setembro/2004
Grilagem e invasões de terras para retirada ilegal de madeira	FLONA Tapajós	Gerente da FLONA	Outubro/2004
Grilagem e invasões de terras	Região do PA Corta-Corda	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Água Azul (APRAZ)	Outubro/2004
Grilagem de terras com expulsão de moradores e desmatamento, com envolvimento da ALCOOA	Município de Óbidos	Agricultor Familiar	Janeiro/2005
Grilagem e invasão de terras, exploração ilegal de madeiras, presença	Região do rio Arapiuns/Gleba Nova Olinda	STTR	Março/2005

de homens armados e ameaças aos moradores locais			
Grilagem de terras e exploração de madeira	Gleba Lago Grande	PF	Março/2005
Ameaça de morte	Rio Curuatinga – Gleba Pacoval	Delegado sindical	Março/2005
Grilagem e desmatamento	PA Corta-Corda – Gleba Curuá-Uma	Moradores locais	Fevereiro/2006
Grilagem de terras e abertura de pista clandestina de oito Km	Comunidade de Cupim no município de Prainha	SECTAM	Março 2006
Grilagem de terras e focos de desmatamento e queimadas	Município de Monte Alegre /PA 254 até a Serra – Azul	SECTAM	Março/2006
Madeireiros e grileiros acusados de contratar pistoleiros para matar lavrador	Assentamento Curuá I/ comunidade de Barreirinhas	Associação Intercomunitária de Trabalhadores e Trabalhadoras Agrícolas dos Rios Curuá-Uma e Curuatinga.	Novembro/2007
Grilagem de terras e ameaças de morte a lideranças comunitárias	Comunidade de Repartimento, no rio Curuá-Uma/ Gleba Pacoval.	STTR de Santarém	Novembro/2007
Ameaça de expulsão de moradores com processo judicial em curso: agricultora familiar contra sojicultor.	Comunidade de Majary, no município de Prainha	CPT	Setembro/2008

Fonte: Jornal O Impacto, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, Jornal O Estado do Tapajós, Jornal Gazeta de Santarém, anos (1997 - 2008).

Na identificação dos casos de denúncias manteve-se a forma anunciada pela imprensa.

Mapa 1- Conflitos Socioambientais territoriais no Baixo Amazonas



Os grileiros atuavam por meio da expulsão pura e simples das famílias residentes nas áreas pretendidas, cuja posse antiga poderiam constituir um entrave, em casos de processos judiciais. No caso de Dona Maria Raimunda acompanhada pela CPT, moradora do município de Prainha, onde por volta de 2004 produtores de grãos vindos do sul do país subiram a PA 254 em busca de terras. Dois irmãos vindos do estado do Paraná compraram terras na comunidade de Majary. Com documentos que foram questionados à justiça, os irmãos tentaram expulsar a família de Dona Maria Raimunda de sua terra. Sua família vive em Majary há mais de 20 anos e nunca tinham tido nenhum problema envolvendo sua terra. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2004).

Outro caso de grilagem ocorreu no rio Tutuí. Segundo denúncia publicada pela imprensa local, um empresário de Santarém contratou pessoas para se apresentarem como donos de terras para provocar a saída dos moradores, via ameaças e expulsão. O objetivo era garantir a terra para o plantio de soja. O grileiro (testa de ferro) demarcou uma grande área de terra na margem esquerda do rio Tutuí, cortando os lotes dos colonos que moram há anos naquele local. Teriam saído das áreas dos moradores mais de 2 mil hectares, que ficaram sob vigilância armada de pistoleiros: “eles dizem que se a comunidade não ficar do lado deles eles vão nos matar. [...] muitas famílias já estão abandonando a terra. Eles não estão brincando e se não for tomada providência vai morrer gente lá”⁸⁴. Com essas condições criadas e/ou forjadas fica fácil “comprar” as posses de outras famílias que, intimidadas, ameaçadas de morte e impossibilitadas de uma defesa imediata tiveram que deixar suas terras e sua vida para trás.

Em outros casos, os moradores têm seus nomes utilizados, sem o seu conhecimento e consentimento, por funcionários públicos como “proprietários” de lotes que serão comercializados na grilagem: morador do município de Monte Alegre, M.A foi procurado por um ex-funcionário da prefeitura de Prainha, que lhe perguntou sobre terras que possuía na região do Cupim, em área limítrofe entre os municípios de Prainha e Monte Alegre. O ex-funcionário afirma que M.A. possuía um lote de terra de 2500 hectares que havia sido demarcado em seu nome, no ano de 2002, como parte de um loteamento que estaria sendo feito pela Prefeitura de Prainha através da Secretaria de Agricultura. Essas terras demarcadas no loteamento estariam sendo negociadas com empresários do Mato Grosso e uma imobiliária de Santarém, o pecuarista seria o intermediador entre a imobiliária e a Prefeitura.

Em outros casos, o grileiro contratou trabalhadores para atividade de extração de madeira e como pagamento utilizou a própria terra grilada: “ele se aproveita das terras

⁸⁴ Depoimento de liderança publicado no Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. Santarém, 29 mar/ abr. 1997, p. 3

devolutas e geralmente promete pagar suas contas, até mesmo o pessoal que trabalha para ele explorando a área, com alguns lotes que são tirados por sua conta e risco de áreas da União. [...] Entrava só para tirar madeira e depois vender a terra para os sojeiros. As áreas eram picadas somente para negócios. [...]”⁸⁵. Também situações de extrema violência foram denunciadas, como o ocorrido na localidade de Vila Nova na Gleba Pacoval onde 25 casas pertencentes a pequenos agricultores foram queimadas e 35 famílias foram expulsas.

Outras denúncias, como no caso do município de Monte Alegre, constataram a existência de mapas com demarcação e divisão de grandes áreas em lotes com identificação de seus supostos proprietários: “mapa da grilagem, uma foto de satélite do território norte do município conseguida junto a homens do grileiro [...] que mostra a divisão da área entre madeireiros e produtores de soja. Neste, a área demarcada aparece em nome de empresas e pessoas físicas”⁸⁶. Observa-se que os grileiros utilizaram tecnologia avançada para demarcar as áreas. Semelhante ao caso de Monte Alegre é o da Gleba Nova Olinda que já estava toda loteada em imagens de satélite.

As investigações feitas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal chegaram à conclusão da existência de três quadrilhas de grilagem agindo na região do Oeste do Pará, que funcionavam aos moldes de uma empresa, com sistema hierárquico, funcionários com papéis específicos, prestadores de serviço e assessoria jurídica. No geral, os agentes envolvidos na grilagem podem ser assim apresentados: i) no topo da hierarquia o grileiro empresário: indivíduo com poder econômico que organiza o esquema da grilagem e realiza as vendas das terras. Pode atuar como pessoa física ou jurídica e mantém articulação local e regional; ii) os grileiros invasores ou “prepostos” encarregados de: garantir o acesso aos terrenos escolhidos, através das negociações de compra; expulsar as famílias já estabelecidas na área; intimidar as lideranças e qualquer outra pessoa que se achesse a denunciar os atos de violência e grilagem. O grileiro invasor era também responsável por lotear, demarcar ou simplesmente “segurar” lotes de terras que eram colocados à venda; iii) empresas especializadas em regularização de terras que articuladas às estruturas oficiais de órgãos de regularização fundiária (federais e estaduais) viabilizavam a confecção de documentos que passavam a servir como comprobatórios da existência do lote e de “regularidade” e “legalidade”. Essas empresas também eram fornecedoras de informações privilegiadas sobre cadastros de áreas públicas, inclusive sobre as terras passíveis de ocupação. Geralmente seus

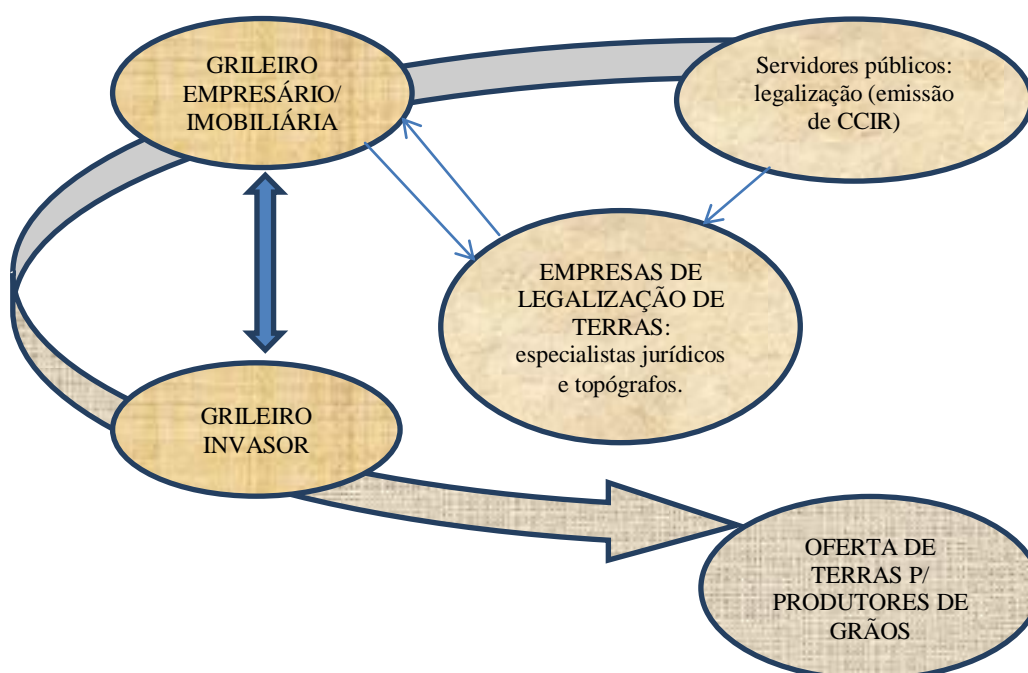
⁸⁵ Depoimento de um ex trabalhador do grileiro publicado no Jornal O Impacto. Santarém, em 21 maio, 2004.p. 38.

⁸⁶ Matéria de José Maria Piteira publicada no Jornal O Impacto, Santarém, em 26 março. 2004.p. 27.

sócios eram parentes de algum funcionário público que assegurava o funcionamento do esquema no órgão oficial. Contavam, também, com especialistas como advogados e topógrafos.

Os grileiros tinham o apoio de um grupo organizado cuja finalidade era a venda de Certidões de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), fornecidas pelo INCRA. De acordo com o MPF, esse grupo era dividido em três núcleos: o de servidores públicos, o de advogados e o de compradores. Os servidores públicos usavam seus cargos para fraudar documentos, ora favorecendo os compradores de terras, ora criando dificuldades para que posseiros pudessem reivindicar legalmente essas áreas. Os advogados funcionavam como intermediadores das práticas, ficando entre os servidores e os potenciais compradores. Os compradores (grileiros), além da corrupção ativa, usavam de vários outros esquemas criminosos para conseguir a terras, como os anteriormente relatados.

Esquema 3- Agentes sociais envolvidos na Grilagem de terras no Baixo Amazonas.



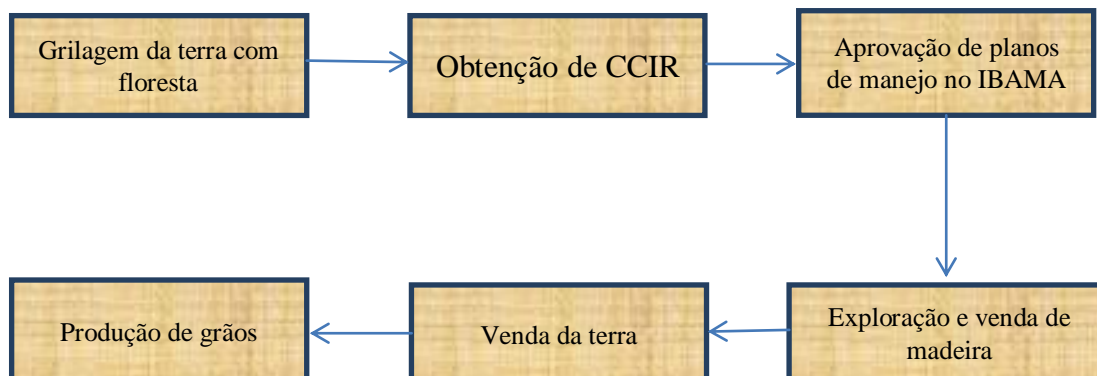
Fonte: Processos nº 20043902000285-8 (Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal).

Muitos dos sojicultores que se dirigiram para o Baixo Amazonas foram abordados por “empresas” de grilagem, e compraram terras públicas que não poderiam ser negociadas.

A grilagem de terras no período de 1997 a 2004 relaciona-se, não somente à invasão e tomadas de terras, mas também à exploração madeireira e à plantação de grãos. Numa

sequência que articulava a capitalização e investimentos, com reprodução do seguinte esquema:

Esquema 4- Esquema de grilagem de terras no baixo Amazonas



Fonte: Processos nº 20043902000285-8 (Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal).

A grilagem de terras não é uma prática recente, faz parte da história da sociedade brasileira. Mais do que um “ato ilegal” a grilagem constitui hoje um “sistema organizado” de obtenção de terras. Deve ser compreendida como um fenômeno histórico e à luz da dinâmica do processo de mercado de terras e dos sistemas de direitos da propriedade existente na sociedade brasileira.

Em torno da grilagem estruturaram-se interesses corporativos em diferentes planos de relações estratégicas e práticas que impuseram a sua própria lógica de organização do território, confrontando com as práticas e organizações territoriais pré-existentes. Dessa forma, na luta dos agentes sociais pela conquista e/ou manutenção de seu território novas identidades foram sendo construídos. Um caso bastante ilustrativo dessa dinâmica é o da Gleba Estadual Nova Olinda, que se destaca a seguir.

5.2.2.1 O Caso da Gleba Nova Olinda

Na Gleba Nova Olinda o conflito entre madeireiros e povos indígenas já dura cerca de 13 anos. A Gleba Nova Olinda compõe o conjunto de Glebas Estaduais Arapiuns/Mamurú, possui 172.905,413ha e fica entre os rios Aruã e Maró, afluentes do rio Arapiuns, município de Santarém. Na gleba residem 14 comunidades, dentre elas três são de povos indígenas em permanente estado de ameaça à sua manutenção e existência.

O aumento da violência por parte dos grileiros, madeireiros, sojicultores contra as comunidades, assim como a falta de intervenção do estado no processo de expropriação e apropriação de terras, levaram a população local a organizar um grande protesto que reuniu 500 pessoas oriundas de 40 comunidades da região do rio Arapiuns, durante o qual foram retidas balsas carregadas com toras de madeira. Após um mês, em 12 de novembro de 2010, as comunidades colocaram fogo na madeira, como forma de chamar maior atenção das autoridades para a situação de ameaça e conflito na região⁸⁷. (BALETTI; SENA; REGO, 2010).

Segundo a CPT na vistoria na Gleba Nova Olinda, realizada pelo IBAMA, em agosto de 2007, foram identificadas várias irregularidades por parte dos pretendentes da terra. No mesmo relatório técnico de vistoria há informações de que as populações tradicionais estão ficando com seus territórios “espremidos” às margens dos rios em que se localizam, pois segundo os mapas observados, a Gleba Nova Olinda I está quase na sua totalidade “loteada” entre os integrantes de organizações como a Cooperativa do Oeste do Pará (COOEPA). No relatório é identificado ainda, que o perfil dos pretendentes na área da Gleba encaixa-se perfeitamente com os “*modus operandi*” de agricultores vindos do sul, com passagem, quase sempre, por Mato Grosso. Ocupam com agressividade e rapidez as áreas, exploram a madeira, depois fazem o corte raso, em seguida a mecanização para plantios de grãos, quase sempre arroz e a soja. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008).

Segundo Baletti; Sena; Rego (2010), existem 11 planos de exploração madeireira liberados pelo Governo do Estado do Pará, inclusive dentro de áreas reivindicadas para demarcação de terra indígena Maró. Também, houve a redução do Projeto de Assentamento Agroextrativista Vista Alegre de **25.000 para 5.000ha**. Essa região encontra-se demarcada no ZEE BR-163 como área de expansão, voltadas para atividades “produtivas” para mercados internos e externos.

Os conflitos ocorridos na Gleba Nova Olinda envolveram diferentes agentes sociais e retratando uma complexidade de relações sociais e institucionais oriundas desse processo de expansão da fronteira agrícola, em que a intervenção e a não intervenção do Estado tem explicitamente contribuído para seu acirramento. Na referida gleba, além das 14 comunidades, dentre as quais três indígenas, encontravam-se os chamados “permutados” e as Autorizações de Detenção de Imóvel Público (ADIPS)⁸⁸. As ADIPS, criadas ainda no primeiro governo de Simão Jatene (2002 a 2006), constituíram os instrumentos legais que

⁸⁷ Várias lideranças, principalmente indígenas locais encontram-se ameaçadas.

⁸⁸ Instrumento jurídico utilizado fornecido pelo ITERPA a particulares para acesso as terras públicas.

facilitaram a exploração madeireira através da permissão de regularização fundiária temporária de áreas com grande oferta de recursos madeiros. Em 2004, foi concedida uma ADIP para a área de abrangência da Gleba Nova Olinda III e em 2006, outras três ADIPs para a área de abrangência das Glebas Nova Olinda II e quatro para Nova Olinda.

Além das ADIPs existem na Gleba Nova Olinda 25 áreas de terras permutadas pelo governo do Estado do Pará por meio de contrato de permuta com empresários do Sul do Brasil que, na década de 1980, adquiriram terras no âmbito do Projeto Integrado Trairão, desenvolvido pelo ITERPA na Gleba Altamira VI no município de São Félix do Xingu. Tratava-se de terra tradicionalmente ocupada há centenas de anos pelos índios Kayapós. Como lá não podiam ficar, o Estado permutou com outras áreas localizadas na Gleba Nova Olinda. Essas permutas, segundo lideranças indígenas, estão dentro do território que vem sendo reivindicado pelos povos indígenas Borari/Arapiuns.

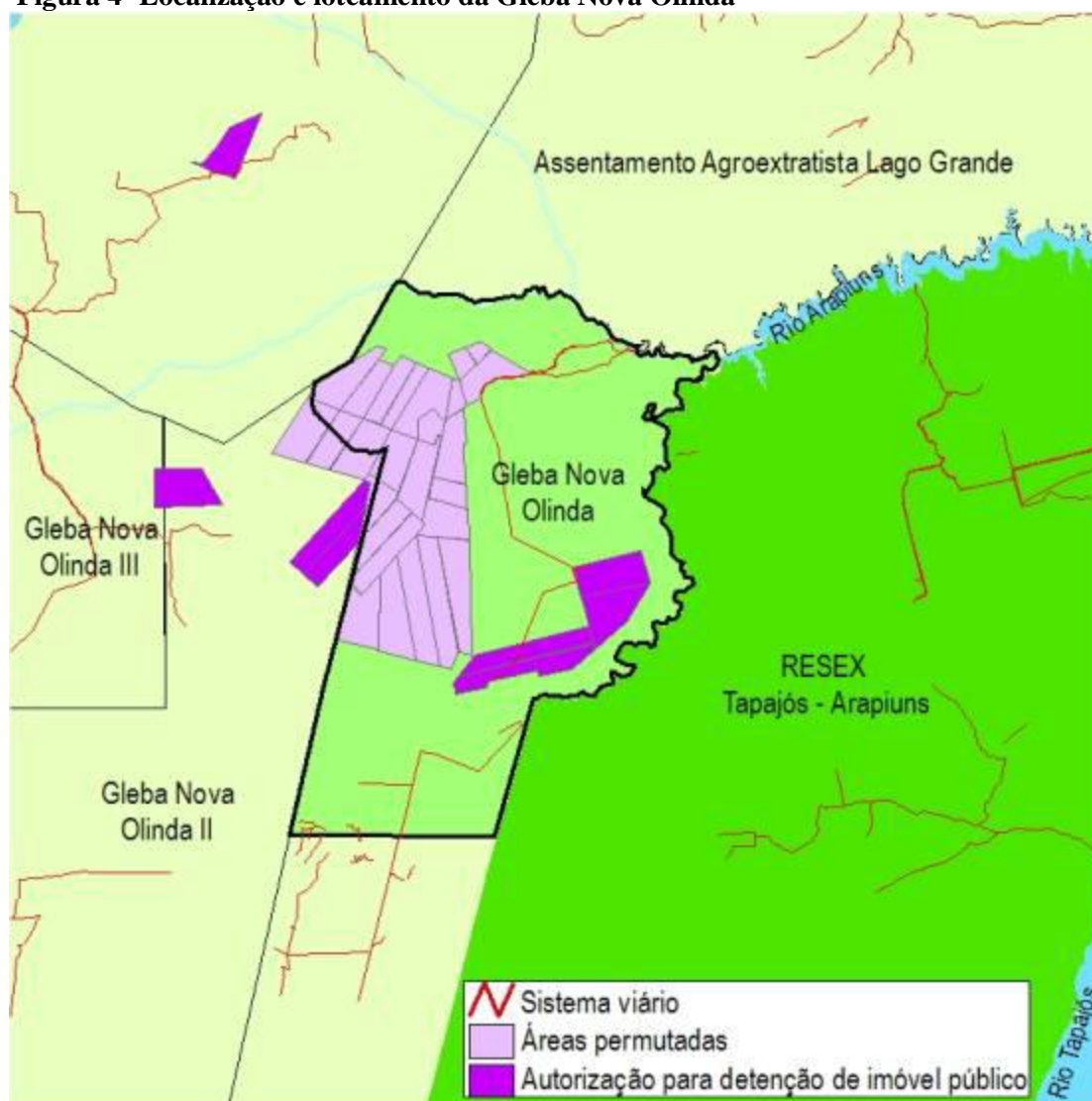
No relatório do “Movimento em defesa da vida e da cultura do Arapiuns” de 2009, foi identificada que, desde a chegada destes “forasteiros” na região, a violência contra as populações locais começou. A direção do STTR foi ameaçada pelos grileiros em uma das comunidades da Gleba. Lideranças são aliciadas e intimidadas a não se oporem aos grupos que ocupam a área. Os povos indígenas Borari e Arapiuns que habitam parte da Gleba têm sofrido grande pressão. No caso dos indígenas, além dos conflitos com os fazendeiros e os detentores das ADIPS, ainda há a luta para que o Estado proceda o reconhecimento de suas terras.

Os indígenas são permanentemente ameaçados pelos madeiros, que abrem estradas dentro de suas terras. Além disso, os membros das Cooperativas agropecuárias, detentoras das ADIPS, também invadem as “terras indígenas”. As informações das comunidades locais indicam o uso da mesma estratégia de aliciamento de pessoas das comunidades a fim de facilitar o processo de exploração e expropriação da terra. Três comunidades se envolveram, através da venda da mão-de-obra, com os grileiros, fazendeiros/permutados e madeiros.

No ano de 2007, o governo do Pará, através do ITERPA, SEMA e IDEFLOR, iniciou um processo de destinação das glebas estaduais, dentre as quais a Gleba Nova Olinda. Segundo as lideranças do movimento, foi um ano de discussões e no final as comunidades foram as grandes prejudicadas. Os quase 200.000ha da Gleba Nova Olinda foram direcionados para os mesmos madeiros e grileiros que habitualmente cometem todos os tipos de crimes na região. O Movimento afirma que a proposta do governo empurra as comunidades para as margens dos rios, deixando a área de floresta livre para ser explorada pelos grileiros, madeiros, fazendeiros.

Em 2007 o ITERPA fez um levantamento da Gleba detectando um grande número de grilagens, que resultou na formulação de uma proposta apresentada pelo governo do Estado, em dezembro daquele ano, denominada “Regularização Fundiária da Gleba Nova Olinda” a qual admitiu que haviagrande grilagem na gleba. Como se pode observar na figura4, a Gleba Nova Olinda encontra-se quase que em sua totalidade loteada, tal loteamento corresponde às ADIPs e às permutas realizadas pelo governo do Pará.

Figura 4- Localização e loteamento da Gleba Nova Olinda



Fonte: ITERPA; IBAMA (2007). Elaborado por Projeto Saúde Alegria (2007).

A situação dos indígenas das etnias Borari e Arapium é fruto dos diversos dispositivos utilizados para a garantia da liberação de terras para o mercado, conforme o relato do

Segundo Cacique da Comunidade Indígena Novo Lugar feito na reunião do Grupo de Trabalho sobre a Política Indigenista do Estado do Pará⁸⁹.

A Gleba Nova Olinda é uma área do Estado. E a própria Secretaria do Meio Ambiente, a SEMA, jogou as pessoas de outro estado lá (refere-se aos permutados). Tem projeto, mas não tem fiscalização desses projetos. Da Gleba sai muita madeira. Antes nunca tinha sido mexido por ninguém. A SEMA não faz a fiscalização, depois faz o relatório e diz que está tudo legal. Na reunião ontem com a SEMA nos perguntávamos o que ela entendia da questão ambiental, da ameaça ao mundo social. A própria SEMA aprovou planos de manejo dentro do pedido do território indígena por que não temos a documentação (refere-se à área pleiteada pelas comunidades indígenas para demarcação de suas terras). Eles estão negando um direito. Têm várias lideranças ameaçadas, sofrendo, eu sou uma delas. [...] Em outubro do ano passado foi feita uma manifestação para chamar a atenção do Governo do Estado. Nosso pedido era para não dar mais liberação para o plano de manejo. Criamos o “Movimento em defesa da vida e da cultura do Arapiúns”. Passamos um mês acampados e o Estado não deu nenhuma posição. As respostas que nós esperávamos foram todas negativas. Houve a queima da madeira. Hoje várias pessoas do movimento receberam liminar, eu sou uma; inclusive com mandado de prisão. [...] No Arapiúns desde 2004 não se tem sossego. As comunidades dependem da água, antes a água era limpa, hoje a passagem da balsa (refere-se ao transporte da madeira) revira todo o rio. A SEMA não vê isso. Hoje nós, povos indígenas e as demais comunidades, enfrentamos isso. (D. B., trecho do relato sobre a situação dos povos indígenas da Gleba Nova Olinda (COSTA, 2010, p. 19-21).

Dentre os dispositivos identifica-se a permuta feita pelo governo estadual com os empresários que, para sanear um procedimento irregular da venda de terras na área indígena do povo Kayapó, oferta terras na Gleba Nova Olinda, sem considerar as comunidades ali já existentes. Para o Estado, a área constituía-se num vazio demográfico. Antes do contrato de permuta certamente não houve nenhum procedimento de verificação das comunidades ali residentes. A falta da “documentação” da demarcação da terra indígena facilitou a entrada dos “permutados” e a liberação de planos de manejo. Embora o processo de reconhecimento e demarcação da terra indígena esteja em andamento (na fase atual com a publicação do estudo antropológico), isso não gerou impedimento para que o governo continuasse liberando os planos de manejo florestal. Tais planos têm sido utilizados para legalizar a exploração da madeira nas áreas permutadas e autorizadas pela concessão das ADIPS, e também, segundo as lideranças do movimento social, para legalizar a retirada de madeira de áreas que estão fora das autorizações legais.

⁸⁹ Tal reunião aconteceu no período de 09 a 11 de fevereiro de 2010, na sede da Secretaria de Turismo de Santarém. Coordenava os trabalhos a Secretaria de Justiça de Direitos Humanos do Estado do Pará. Na reunião estavam presentes várias lideranças indígenas da região do Baixo Amazonas e Oeste do Pará. O relato aqui exposto foi feito no primeiro dia da reunião, em que tive a oportunidade de acompanhar pessoalmente.

O governo entende que o território indígena se limita a uma porção menor de área, restrita apenas à localização física onde se encontram localizadas as comunidades, divergente da reivindicação dos indígenas: “os permutados estão nas cabeceiras dos rios onde estão as nossas caças, nossas plantas e tá acabando tudo” (COSTA, 2010, p. 26-27). O território reivindicado pelos indígenas incorpora todos os elementos necessários a sua sobrevivência: “são os indígenas que sabem onde está sua caça, sua pesca, suas plantas. Então quando coloca um limite está indo contra os indígenas” L., liderança indígena, (COSTA, 2010, p. 27). Em 10 de outubro de 2011, a FUNAI publica no Diário Oficial da União os estudos de identificação da TI Maró com ocupação dos grupos indígenas Borari e Arapium, com superfície de 42.373ha, cerca de 131km, com população calculada, no ano de 2008, em 239 índios.

Os procedimentos administrativos e jurídicos, adotados pelos órgãos ambientais e de regularização de terras, configuram um elemento necessário à reflexão. No Estado do Pará, na jurisdição das glebas estaduais, três órgãos têm competência jurídica para atuar: a SEMA, o ITERPA e o IDEFLOR⁹⁰.

A SEMA, tendo como atribuição principal o planejamento e controle das atividades que visem à proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente, através da execução das políticas estaduais do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, é responsável pela criação das unidades de conservação, análise, aprovação e liberação de planos de manejo e pela fiscalização. Como relatado pelo Segundo Cacique da Aldeia Novo Lugar, sua atuação tem sido ineficiente no controle da exploração de madeira na Gleba. A fiscalização feita pela secretaria restringe-se às áreas do plano de manejo. O que as lideranças do movimento em defesa do Arapiuns enfatizaram é que estaria havendo a derrubada e retirada de madeira das áreas de fora do plano de manejo, mas que recebem a documentação para constarem como regularizadas. Segundo o movimento, como a SEMA não realizava a fiscalização fora da área do manejo, a irregularidade não era identificada, apesar das inúmeras denúncias feitas pelas lideranças e comunidades locais.

O IDEFLOR, cuja principal atribuição é a gestão das florestas públicas estaduais, visando à produção sustentável e à gestão da política estadual para a produção e

⁹⁰SEMA, antiga Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), criada pela Lei Estadual Nº 5457 de 11 de maio de 1988, é reorganizada pela Lei Estadual Nº 5.752, de 26 de julho de 1993 e posteriormente pela Lei Estadual de Nº 7026, de trinta de julho de 2007, na qual passa a ser denominada como SEMA. O ITERPA foi criado em 08 de outubro de 1975, através da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual responsável pela execução da política agrária do Pará e extinguiu a Divisão de Terras e Secretaria de Agricultura, estrutura vigente à época. E o IDEFLOR, autarquia estadual, criado através da Lei Estadual Nº 6.963, de 16 de abril de 2007, atende a exigência da Lei Federal Nº 11.284, de 02 de março de 2006 que versa sobre a Gestão de Florestas Públicas. O objetivo dessa legislação é proteger as florestas que compõem o patrimônio da União, do Estado e do Município, bem como regulamentar o acesso a essas áreas.

desenvolvimento da cadeia florestal no Estado, também tem atuado na gleba. Na verdade, o complexo das Glebas Estaduais da região Mamuru-Arapiuns⁹¹ representa a maior área contínua de florestas, situada no contexto da BR-163. Segundo dados do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), elaborado pelo IDEFLOR, essa área é um das mais “críticas de desmatamento, pretensões de grilagem, presença de jazidas e mineração, comunidades tradicionais e de colonização por pequenos e médios produtores agrícolas e indígenas e ainda exploração madeireira desordenada” (PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL, 2009, p. 24). Por isso foi incluída no PAOF, de 2008-2209, como ponto de partida para as concessões florestais no Estado. Isso implica dizer que um dos dispositivos usados pelo governo estadual para controlar a exploração dos recursos naturais e da terra na Gleba Nova Olinda é a concessão de uso e exploração de florestas públicas, usando para isso como instrumento de execução um Plano de Outorga.

Como ações do planejamento do PAOF foram realizados levantamentos, pesquisas e discussões com a participação da sociedade civil, que resultou em uma proposta de destinação das áreas das Glebas Estaduais. Ao que parece, a proposta final apresentada pelo IDEFLOR foi uma tentativa de conciliação de interesses entre os pleitos da Federação da Indústria do Pará-FIEPA em conjunto com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará-AIMEX e os pleitos dos povos e comunidades tradicionais residentes nas glebas⁹².

O processo identificado como de “criminalização dos movimentos sociais” transformou em crimes as ações, atos e manifestações públicas de reivindicação de direitos⁹³.

⁹¹Esse conjunto de glebas abrange 1.310.448,15 hectares, inseridos nos municípios de Santarém, Aveiro e Juruti. Todas as glebas do conjunto encontram-se oficialmente com situação fundiária definida na condição de arrecadadas e matriculadas em nome do Estado, através do ITERPA. Segundo consta no PAOF, 2208-2209, nestas glebas estão inseridas áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, nas quais o ITERPA já iniciou trabalhos de pré-identificação, objetivando a destinação das áreas. Também o IDEFLOR, dentro da sua competência, está desenvolvendo o projeto de apoio à preparação de produtores familiares para o manejo florestal comunitário. Há, também, áreas com indicativo de proteção e/ou conservação ambiental e áreas para concessão florestal.

⁹²Tal observação tem por base a apresentação em PowerPoint elaborada pelo ITERPA para o Seminário organizado pelo IDEFLOR “O Potencial Florestal dos Novos Marcos de Gestão Pública, Comunitária e Privada no Oeste Paraense” realizado em Santarém no dia 16 de abril de 2009. Na apresentação assinada pelo Assessor Chefe do ITERPA Girolamo Domenico Treccani, sobre “Regularização Fundiária da Região Mamuru Arapiuns”, aparecem três mapas de ordenamento territorial do conjunto das Glebas: o primeiro referido como proposta dos movimentos sociais; uma segunda apresentada como proposta da FIEPA; AIMEX e uma terceira apresentada como proposta do governo.

⁹³Originalmente a Criminalização ou judicialização dos atos (protestos, manifestações) dos movimentos sociais foi identificada por Boaventura dos Santos (2009), que observou a existências nos países latino-americanos de uma contrarrevolução jurídica: “uma forma de ativismo judiciário conservador que consiste em neutralizar, por via judicial, muito dos avanços democráticos que foram conquistados ao longo das duas últimas décadas pela via política, quase sempre a partir de novas Constituições. Como o sistema judicial é reativo, é necessário que alguma entidade, individual ou coletiva, decida mobilizá-lo. E assim tem vindo a acontecer porque consideram, não sem razão, que o Poder Judiciário tende a ser conservador.”. Dessa forma o que se tem observado é um

A manifestação realizada pelos povos indígenas e comunidades de ribeirinhos em outubro de 2009, que culminou na queima da madeira retida pelo movimento, resultou em um processo judicial com indiciamento de lideranças indígenas, do presidente e vice-presidente do STTR de Santarém, e de assessores vinculados às entidades que prestam apoio as comunidades residentes na Gleba.

O fenômeno da criminalização dos movimentos sociais, precisa ser entendido como um dispositivo utilizado pelos agentes envolvidos no mercado de terras para liberação de áreas. Toma-se aqui a compreensão do “dispositivo” no sentido utilizado por Foucault (2000, p. 244), que considera um conjunto heterogêneo “de discursos, instituições, de organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, que compõem a dinâmica do mercado de terras. O dispositivo é a “rede que se pode estabelecer entre estes elementos”.

Em uma definição ainda sobre o dispositivo, Foucault (2000, p. 244) entende que este pode ser um tipo de “formação” que em determinado momento histórico responde a uma “urgência”, tendo por isso uma função “estratégica dominante”. A estratégia de criminalizar as principais lideranças dos movimentos tem como objetivo impedir o crescimento de uma força política com capacidade de questionar e colocar em “cheque” as convenções (leis, normativas legais e administrativas) e posicionamentos políticos oficiais sobre a propriedade privada da terra. Trata-se de uma correlação de forças, de um jogo de poder que pressupõe a manipulação, a intervenção racional e organizada nessas relações de forças. Como relata o ex-presidente do CITA,

De que começou essa batalha, que está na região do Maró, decidiram perseguir o Dadá, tentando desfocar, desmobilizar. Já estava a mais de cinco anos esse estudo (refere-se ao estudo para o reconhecimento e demarcação da terra indígena) e nada acontecia. Quando se decidiu fazer a manifestação, aí perseguiram só as lideranças do movimento como forma de desmobilizar. [...] Nós mostramos os conflitos com foto, com GPS e a SEMA e o IDEFLOR foram lá e não viram nada. Esse documento da SEMA não podia justificar isso. Aí agora estão dizendo que nós cometemos crime. (G.B. in COSTA, 2010, p. 32).

O processo de criminalização da liderança indígena Dadá Borari, inclui ainda o crime de falsidade ideológica e falsa identidade, contestando a reivindicação dos remanescentes dos povos indígena Borari e Arapiuns, ferindo a Convenção 169, da qual o Brasil é signatário.

processo de crescimento do que ao autor denominou de criminalização dos movimentos sociais, em que seus antagonistas acionam o poder judiciário como forma de fazer prevalecer seus próprios interesses.

A criminalização dos movimentos tem sido um dispositivo recorrente na estratégia dos agentes dominantes para a imposição de um “saber” e um entendimento sobre os direitos de propriedade da terra e uso dos recursos naturais. E como refere Foucault, o dispositivo é uma estratégia de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

5.2.3 Os registros cartoriais

Holston (1993, p. 69), partindo do entendimento de que a legislação de terras brasileira, ao contrário de promover a solução dos conflitos fundiários os promove, uma vez que é confusa, indecisa e disfuncional, levanta a “suspeita” de que as causas dessas características não sejam somente incompetências e corrupção, “mas a força de um conjunto de intenções subjacentes às suas construção e aplicação”, que acaba por estabelecer “os termos pelos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente”.

Os argumentos de Holston ajudam a refletir sobre o sistema de grilagem atual na região do Baixo Amazonas. Verifica-se que o envolvimento de órgãos públicos, através de seus funcionários, no sistema da grilagem é facilitado pelos procedimentos administrativos e burocráticos que compõem o sistema de direitos de propriedade. Ora, o mercado de terras funciona sem o título definitivo de propriedade, basta o “cartão de protocolo” do INCRA. As negociações dos cartões de protocolos são viáveis por que os órgãos “nunca vão fazer a vistoria” das áreas pleiteadas, mas emitem CCIR e certidões de posse que são suficientes para liberação da exploração madeireira e para garantia do financiamento à produção de grãos, por exemplo.

As autorizações para exploração madeireira também são utilizadas para a grilagem da terra. Servem como instrumentos legais que podem ser usados para a expulsão daqueles que pretendam impedir tal exploração. Uma vez a floresta toda saqueada a terra nua pode ser novamente negociada.

Diante das situações identificadas no Baixo Amazonas, pode-se afirmar que nos procedimentos administrativos estão também arrolados os próprios “dispositivos” facilitadores à regularização da grilagem da terra e conseqüentemente tais “dispositivos” fazem parte do sistema de mercado de terra. Neste sentido, para entender a dinâmica do mercado de terras é necessário conhecer os dispositivos existentes no sistema de direitos de propriedade da terra. O registro cartorial dos imóveis é um desses dispositivos jurídicos de fé pública que comprovam a regularidade da propriedade dos imóveis.

No levantamento realizado nos Livros de Registro Geral do Cartório do 1º Ofício de Santarém, no período de 1997 a 2009, identificou-se a existência de 992 aberturas de novas matrículas correspondentes aos imóveis rurais. Destas, 711 referem-se ao registro de títulos oriundos da Política de Reforma Agrária emitidos pelo INCRA e 20 ao registro de Escrituras Públicas de Permuta realizadas entre o governo estadual e particulares com áreas da Gleba Nova Olinda. Conforme demonstrado na tabela 13.

Tabela 13- Operações de registros cartoriais por ano: 1997-2009

Ano	Matrículas criadas	Registro de títulos da reforma agrária	Registro de escrituras públicas de permuta de terras rurais
1997	40	32	-
1998	37	30	-
1999	32	26	-
2000	45	25	-
2001	70	26	-
2002	139	78	-
2003	178	138	-
2004	112	96	-
2005	72	67	-
2006	41	36	-
2007	70	59	02
2008	101	50	17
2009	55	48	1
Total	992	711	20

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém (2010).

A pesquisa de imóveis registrados, realizada no Cartório do 1º Ofício de Santarém, indicou a efetivação de 257 negócios atingindo uma área total de 57.538,8507ha (conforme Tabelas 14 e 15); no período de 1997-2000 são 17 negócios envolvendo uma área de 1.158,3522ha; no período de 2001-2005, 188 transações com uma área de 17.266,5685ha; e nos anos entre 2006-2009, 39.113,9300ha foram negociados em 52 operações envolvendo compra e venda, permutas e contratos de comodatos.

Tabela 14- Número de negócios por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.

Ano	Número de Negócios						Total
	Estrato de Área (ha)						
	0<100		100<1000		1000 <5000		
N	%	N	%	N	%		
1997-2000	16	94,10	1	5,9	-	-	17
2001- 2005	162	86,17	24	12,77	2	1,06	188
2006- 2009	31	59,61	4	7,69	17	32,70	52
Total	209	81,32	29	11,28	19	7,40	257

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém (2010).

De acordo com os dados levantados, durante os treze anos (1997-2009), preponderaram as transações de compra e venda com imóveis abaixo de 100ha. Isto representou 81,32% do total de imóveis que foram objeto de compra e venda, correspondendo a uma área de 9.160,2261ha, equivalente a 15,92% do total da área negociada. Em contraposição, no estrato de 1000 e mais hectares, foram efetuados 19 negócios, o que correspondeu a 7,40% do total, equivalendo a uma área de 41.564,0250ha, ou seja, 72,24% da área total negociada no período. Os negócios envolvendo o estrato de imóveis entre 100 e 1000ha corresponderam à 29 transações, isto é, 11,28% do total de imóveis equivalente a 6.814,6036ha, ou 11,84%, do total de área.

Tabela 15-Área negociada por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.

Ano	Área de Negócios						Total em 1.000ha
	Estrato de Área (ha)						
	0< 100		100< 1000		1000 < 5000		
	N	%	N	%	N	%	
1997-2000	1.158,3522	100					1.158,3522
2001- 2005	6.855,2479	39,70	5.065,2956	29,33	5.346,0250	30,97	17.266,5685
2006- 2009	1.146,6260	2,93	1.749,3080	4,48	36.218,0000	92,59	39.113,9340
Total	9.160,2261	15,92	6.814,6036	11,84	41.564,0250	72,24	57.538,8547

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém (2010).

Os dados da pesquisa de imóveis registrados revelam a expressiva quantidade de negócios realizados envolvendo os imóveis abaixo de 100ha, em sua totalidade correspondendo a Títulos emitidos pelo INCRA fruto da Política de Colonização e ocupação da Amazônia. O aumento no número de registros de Títulos, emitidos pelo INCRA, no cartório durante os referidos anos acompanhou o volume de transações de vendas realizadas no período. Isso indica que os produtores que chegaram à região do Baixo Amazonas compuseram o volume de terras necessários à produção de grãos, além das áreas acima de 100ha que foram objeto das investigações sobre grilagem, adquirindo vários imóveis com áreas menores que 100ha, antes pertencentes à agricultura familiar. Como exemplo, destacamos onze produtores migrantes das regiões Sul e Centro Oeste (tabela 16) que utilizaram essa estratégia para aquisição de terras e com ela conseguiram acumular áreas superiores a 100ha, que corresponderam a 32,14% do total de área negociada nesse estrato de imóveis.

Tabela 16- Área negociada por extrato de área e produtor, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009: imóveis abaixo de 100ha.

Produtor	Número de imóveis negociados	Volume de área (ha)
01	11	516,1580
02	06	478,3903
03	05	294,7963
04	06	486,5339
05	05	177,6164
06	02	112,2748
07	02	116,5642
08	02	129,9776
09	02	192,0852
10	02	197,4789
11	08	242,5095
Total	51	2.944,3851

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém (2010).

Os depoimentos dos produtores entrevistados confirmaram a concentração de terras, os quais possuem áreas entre 500 e mais de 1000ha utilizados na produção de grãos. Os entrevistados informaram ainda que as terras não foram regularizadas. Na verdade, a “garantia” da posse da terra foi dada pelo contrato de compra e venda:

em Santarém somente 10% têm a terra regularizada. Ninguém tem terra regularizada. A minha área eu tenho contrato de compra e venda, tenho o protocolo do INCRA, mas não posso regularizar a terra. São lotes menores de 100ha que foram comprados pelo outro produtor de quem eu comprei⁹⁴.

Geralmente, são lotes contíguos ou fronteirços, o que facilita a continuidade das áreas.

A negociação de venda de um imóvel pode ser feita legalmente através do contrato de compra e venda, para qual a Procuração Pública de caráter irrevogável e irretroatável, devidamente emitida e registrada no cartório garante a legalidade da transação, independente das condições reais dos compradores e vendedores. Observação feita durante trabalho de campo e o relato circunstanciado retirado do Caderno de Campo de uma operação de venda no Cartório segue abaixo,

Cartório de registro de Imóveis Sirotheau Nogueira, Santarém, dia 26.08.2010. Por volta de 11hs da manhã três homens entraram no recinto. Um deles dirigindo-se a uma funcionária, com seu sotaque sulista, perguntou: - *Onde faz procuração irrevogável e irretroatável?* A funcionária do cartório responde: - *É aqui. Sente aí.* Apontando para a cadeira em frente a sua mesa de trabalho. O primeiro homem (H1) reforça a sua necessidade: - *É uma procuração completa para fazer tudo com o imóvel.* H1, então chamou outros dois homens. H2 para quem será emitida a procuração – será o procurador e H3 o vendedor, aquele que abrirá mão de sua terra. Todos

⁹⁴ Entrevista realizada com A.N. em 27 ago.2010.

aparentavam trabalhar com a terra. H1 de cor branca, loiro, com idade entre 45 a 50 anos, de sotaque sulista, vestia camisa polo branca e bermuda. H2 e H3 com fenótipos regionais. H2 moreno, alto, magro, com aparência de uns 30 anos, vestia calça de tergal e camisa de manga, calçando um sapato tipo tênis. E H3, baixinho, de bigode, de pele queimada pelo sol, aparentando uns 65 a 70 anos, vestido, com uma calça e camisa bastante surradas, com alguns rasgos, certamente desgastadas pela lida na terra, em seus pés uma sandália de borracha, também já bastante desgastada. H2 e H3 sentaram-se em frente à mesa da funcionária do cartório. A funcionária abriu o arquivo de modelo de procuração em seu computador e solicitou os documentos de H2 e H3. Ao examinar os documentos percebe que H3 não sabe ler e nem escrever. Em sua identidade em vez de sua assinatura escrita está a sua digital. Imediatamente a funcionária explica que por ser analfabeto não poderá assinar a procuração. É necessário ter uma terceira pessoa para assinar a “rogo”. H2 logo pergunta: - *O que é isso?* A funcionária explica que se trata de um procedimento legal em que se faz o carimbo da digital do analfabeto no documento e ao lado da digital outra pessoa assina a “rogo”, comprovando, dessa forma que o documento foi lavrado na presença do analfabeto, garantindo assim a fé pública da procuração. Quem assinou a “rogo” nesse caso foi H1. A funcionária termina de elaborar a procuração então se volta para H3 e pergunta: - *O Sr. não sabe ler né?* Ele responde que não com a cabeça. Ela então diz: - *Vou ler para o senhor saber o que está assinando.* Ela assim procede. Lê todo o conteúdo da procuração. H3 fica olhando para ela, cabisbaixo com semblante de resignação. Ao terminar a leitura ela pergunta: - *O senhor entendeu que está passando todos esses poderes sobre o seu imóvel?* Ele (H3) responde: - *É bom quando a gente encontra alguém que sabe mais do que a gente. Que explica pra gente. Eu depois que eu vender não tenho mais nada com ele (o imóvel rural). Não quero ter mais nenhum trabalho com isso, já vendi. Se tivesse o Estado lá com a gente, eu não vendia não, eu ficava lá. Mas a gente não tem nenhum apoio. Ai chegaram esses “gaúchos” não dá pra ficar. Nós era 180 famílias no São Raimundo. Agora só têm 05. Todas foram saindo. Eu já estou aposentado, velho não tenho como ficar.* H1 pergunta: - *O Senhor vai pra onde agora?* Ele responde: - *Para onde eu vou? Vou para a beira da estrada, como todo mundo. Pra cidade é que não vou. Não tem emprego, vou fazer o quê lá? Lá era uma comunidade, lá acabou-se.* Assim que H3 termina de falar a funcionária do cartório pega a almofada de carimbo, põe o polegar de H3 na almofada e num gesto automático sela a negociação da venda. Logo H1 assina a “rogo” bem do lado da digital de H3. Tudo estabelecido, selado, traçado. H1 então se dirige a H2 e diz: - *Agora com a procuração tu pedes a certidão de quitação no INCRA. Depois tu registras o título. Ai fica tudo resolvido. Com a procuração tu ficas descansado.* Nesse momento H2 se dirige a H3 e afirma: - *Esse documento não é o título, não vale nada. Só depois vou registrar o título. O Sr. sabe, a segunda parcela só vou lhe dá depois, quando o banco liberar o dinheiro*⁹⁵.

O relato acima evidencia os sucessivos atos de violência pelo que passou o pequeno agricultor. Deixado à sua própria sorte pelo Estado quando do seu assentamento na área da reforma agrária. Sem condições de manter sua terra ou ter forças para enfrentar seus novos

⁹⁵ Caderno de campo. (COSTA, 2010, p.137-141).

“algozes” (os especuladores, produtores mais capitalizados) lhe restou, após ficar praticamente sozinho na sua comunidade, se desfazer da terra: “não quero ter mais nenhum trabalho com isso, já vendi. Se tivesse o Estado lá com a gente, eu não vendia não, eu ficava lá. Mas a gente não tem nenhum apoio”. Só lhe resta a beira da estrada – da BR 163, na qual quiçá ficará quando o asfalto todo chegar, e o mercado ter novamente valorizado as terras na região.

Dessa venda, é possível destacar os seguintes procedimentos para a aquisição de terras dos assentados na região pelos produtores de soja: i) o produtor de soja, já instalado há mais tempo na região, negocia a compra da terra, para um novo produtor; ii) uma vez fechado as primeiras negociações dirige-se ao cartório para emissão da procuração de caráter irrevogável e irretroatável dando plenos poderes para alienar, vender, transmitir e proceder aos encaminhamentos junto aos órgãos oficiais para quitação do imóvel; iii) de posse da procuração o comprador vai até o INCRA, (quita a dívida com a UNIÃO) e solicita a certidão de quitação do imóvel; iv) de posse da certidão de quitação, vai até o cartório e faz-se o registro da certidão de quitação. A certidão de quitação cessa a condição anterior do imóvel rural financiado pelo INCRA. No levantamento realizado no cartório das 257 operações de compra e venda de imóveis rurais foram identificados 172 registros de certidões de quitação emitidas pelo INCRA⁹⁶; v) examinando os dados do cartório foi possível observar que, na maioria das operações realizadas no período de 2001 a 2005, após cerca de um ou dois meses (em alguns casos um pouco mais) o comprador volta ao cartório e faz a averbação da Escritura Pública de Compra e Venda na matrícula do imóvel. Fato que concretiza a mudança de proprietário na cadeia dominial do imóvel.

Outra situação observada em alguns registros foi que, logo após a averbação da Escritura Pública de Compra e Venda, foi feito o registro da hipoteca resultado do empréstimo bancário, junto ao Banco do Brasil, ou ao BASA ou ainda junto à Cargill. Tudo se processa em um curto espaço de tempo.

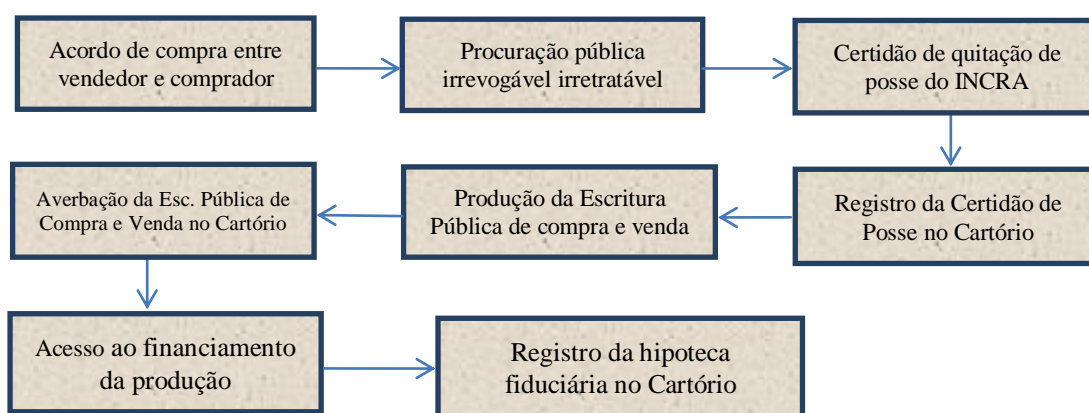
Outro tipo de estratégia utilizada como garantia da posse da terra é a manutenção do imóvel usando somente a procuração. Ou seja, mantém-se a propriedade do imóvel com o contrato de compra e venda e a procuração pública irrevogável e irretroatável. Trata-se do uso de uma prática jurídica aos moldes do chamado contrato de gaveta, comumente utilizado nos

⁹⁶ Corresponde ao número de averbações de certidões de quitação explicitamente identificadas na ficha de matrícula dos imóveis. Foi observado que algumas operações de compra e venda envolvendo Títulos emitidos pelo INCRA, não constava da ficha de matrícula a averbação da certidão de quitação. Havia o registro do título e posteriormente o registro da Escritura Pública de Compra e Venda, acrescido, em alguns casos, da observação de que o título estava devidamente quitado.

casos de compra e venda de imóveis financiados pela política governamental habitacional urbana. No contrato de gaveta há a venda do imóvel, mas mantém-se o financiamento ainda no nome do primeiro comprador. Contudo, no caso de imóvel rural, diferente do imóvel urbano, uma vez de posse da procuração e usando dos esquemas de grilagem pode-se pleitear a certidão de posse o que permitirá o acesso ao financiamento para a produção de grãos.

Do levantamento do cartório obteve-se o seguinte fluxo de negociações com o imóvel rural.

Esquema 5- Fluxo de negociações e produções de documentos de legalização de imóvel rural, segundo dados do cartório.



Fonte: Cartório de registro de Imóveis Sirotheau Nogueira (2010).

5.2.4 Outras formas “acordadas” e/ou “sutis” de ampliação das terras para o plantio de soja.

Com um quadro situacional de produtores mais estabilizados e fixados na região para aquisição de terras passam a ser mais utilizados o arrendamento e a ocupação de terras pela extensão do plantio de soja. O arrendamento de terras é bastante comum entre os produtores e os pecuaristas. Dos produtores de soja entrevistados todos utilizam essa modalidade como possibilidade de ampliação de sua produção. O seu uso, em parte, será regido pela cotação do mercado. Se o preço da soja ou do arroz está bom é comum o produtor alugar as terras para novos plantios.

No Mato Grosso a gente era proprietário e arrendava a terra. Você arrenda e paga x por ano em soja, como aqui, aqui também tem áreas arrendadas aqui, os produtores também arrendam terra de proprietários dos que quebraram ou tem outra atividade e pagam em sacas de soja. O preço, a média aqui é, isso tudo depende da condição, aqui a fertilização é muito cara, apesar de o calcário vir de perto, mas como não se tem um grande consumo ele se torna

caro, depende de como está o calcário, então vai de 4 a 7 sacas por hectare. (T.F. produtor de soja⁹⁷).

Vê-se que o pagamento é feito com o próprio produto. Ou seja, a saca da soja também vira moeda de pagamento. Assim como no financiamento da produção pela Cargill em que o pagamento do empréstimo é pela produção.

Outra forma de aquisição é pela extensão do plantio. As áreas de plantios são extensas e vão sendo ampliadas a cada safra. Chegam às margens das estradas como podemos ver na fotografia3.

Fotografia 3- Fazendas de soja: extensão do plantio



Fonte: Solange Gayoso da Costa(2011) e Marcos Vinicius Costa Lima (2012) .

Essa extensão é apontada pelos agricultores familiares como um problema, pois nos ramais, em alguns casos, chegam a dificultar e até impedir a passagem dos moradores, como relata a liderança sindical,

Onde é ramal tem muitos que eles fecharam, fazem o arado até a beira do ramal. Muitos até já fecharam. Ali no Tipizal, o campo de futebol da comunidade virou tudo soja. Eram uns 50 anos que tinha um campo lá. A turma ficou sem jogar bola. Uma área dessa tinha muitos donos. Agora virou de um só. O pessoal foi todo embora⁹⁸. (W. Liderança sindical, STTR de Mojuí dos Campos).

O espraçamento do plantio pode chegar até os terrenos vizinhos,

⁹⁷ Entrevista realizada em Santarém, em: 19 julho 2011.

⁹⁸ Entrevista realizada em Mojuí dos Campos, em 8 setembro 2011.

Essa área nossa aqui, justamente que nem a do M. agora, o nosso terreno findava lá no pico do Jacó, lá dentro, lá dentro. Se conhecia por pico do Jacó. Se sair da Terra Preta pra lá tinha muita madeira, era itaúba, jarana, tanta da madeira, justamente essas que tiram agora. Jutai, copaíba, tudo, tudo, tudo! [...]. É como eu tô dizendo, essa gente que compraram, essa “gauchada”. Que vendeu uma parte da área dele vendeu pro Gaúcho, ainda entrou no nosso terreno, que eu acho que o nosso terreno dava pra mais de 1000 metros de onde o velho D. cortou pro Jacó. Eram 3000 metros que era nosso terreno! Agora ficou só 2000. (D^a C. Ipaupixuna⁹⁹).

A expansão dos plantios de soja vai se constituindo em “cercas” para muitas comunidades como no caso de Açaizal e Ipaupixuna. A expansão da soja chegou nessas comunidades no ano de 2006. Produtores compraram áreas de pastagens e fizeram a limpeza da terra, iniciando a produção de soja.

Estão com uns cinco anos que eles chegaram. Primeiro era só um que comprou um pedacinho ali [...] era só um pedaço. Ai colocou lá um pedaço, depois começaram a vir outros. Agora são três. Depois da chegada da soja mudou muito, a nossa água ficou barrenta. A fonte do Igarapé tá toda assoreada. Tem ano que às vezes, em outubro, ela seca. (M. E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora de Açaizal¹⁰⁰).

O cercamento deixa as comunidades sem alternativa de manutenção de seus *habitus*:

Nós tínhamos costume com as árvores da floresta. Agora nós temos que ir muito longe. [...]. Tinha área de campo, pessoal que criava gado, que foi vendida. O pessoal derrubava as árvores pequenas para fazer o pasto, mas as árvores grandes ficavam; as frutíferas ficavam, as castanheiras. Com o pessoal da soja não, tudo é derrubado, vira tudo soja. Naquela área foram derrubadas 51 árvores. Seu J. que plantava laranja e limão vendeu área lá. Seu J. disse que não vendeu, que ele tinha alugado para um outro que vendeu pro sojeiro. Já soube que agora eles vão derrubar toda aquela mata aí pra cima até o Novo Império. Agora que a gente não vai ter mata. Para gente coletar as folhas, as cascas de árvores, para remédio tem que andar muito, ir muito longe [...]. (M. E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora de Açaizal).

A produção de soja trouxe a mudança para o território com grandes impactos ambientais. Por trás das mudanças ambientais estão as mudanças das condições produtivas das famílias dos pequenos produtores e extrativistas. Muda o tempo da plantação, da colheita, da mata que fica mais longe, requerendo uma caminhada cada vez mais longa.

⁹⁹ Entrevista realizada, em agosto 2011, pela Prof.^a Judith Vieira, no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

¹⁰⁰ Entrevista realizada em 20 de julho 2011.

5.3 A PRODUÇÃO DE SOJA E O MERCADO DE TERRAS

A intensa relação entre a instalação da soja no Baixo Amazonas e a prática da “grilagem” ficou mais do que comprovada pelas ações de investigação da Polícia Federal e MPF. A “grilagem”, mais do que uma questão ética, firmou-se como *modus operandi* de agentes e organizações que processam uma “economia com leis próprias de estruturação e movimento”. Como demonstrado, tal processo impulsionou a especulação e o aumento do preço da terra.

Pesquisa sobre o mercado de terras no Brasil, feita pela empresa Informa Economics South American – FNP¹⁰¹ apontou que as valorizações relativas, registradas no ano de 2010, estão nas áreas de mata, terras agrícolas, caatingas e pastagens nos estados do Pará, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Paraíba e Piauí. A empresa indica que há uma forte valorização do mercado madeireiro e o manejo florestal tem ainda servido para valorizar tais áreas de mata.

Segundo os dados da Economic South American (FNP, 2011), as áreas destinadas à produção de grãos que mais valorizaram no ano de 2010 estão nas regiões de Santarém, no Pará, com 88 a 111% de valorização, seguido da região de Balsas, no Maranhão, com valorizações de até 55%. O preço do hectare em Santarém, em mar/abr/2010 era de R\$ 475,00, chegando a jan/fev/2011 a R\$ 1000,00. Em Balsas o preço em 2010 do hectare ficava em R\$ 4.200,00, chegando ao ano de 2011 ao valor de R\$ 6.500,00. Vê-se que o crescimento da produção de soja na Amazônia Legal têm mantido a valorização das terras e naquelas regiões em que a produção de grãos tem mais tempo e com melhor infraestrutura de escoamento o preço da terra fica mais alto.

A valorização da terra depende também de sua localização. Quanto mais próxima da via de escoamento, maior o seu preço. Outro fator de influência é sua condição de mecanizável ou não. Tais variações podem ser observadas na tabela 17.

¹⁰¹ Informa Economics FNP é o novo nome que a Agra FNP passou a ter desde janeiro de 2011. A ação é parte do processo de integração com a Informa Economics, empresa de consultoria e informação para o agronegócio nos Estados Unidos, Europa e, agora, América do Sul, pertencente a Informa Group. O levantamento sistemático de preços de terras no Brasil é resultado do trabalho de pesquisa que teve início em 2001. A área de abrangência da pesquisa é composta por todo território nacional, excluindo-se as áreas reconhecidamente urbanizadas como Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro. Metodologicamente a empresa dividiu o país em 133 regiões homogêneas, quanto à cidade polo para a compra de insumos ou comercialização da produção, tipo de uso do solo e clima. A região homogênea de Santarém agrega os municípios de Santarém, Belterra, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná e Transamazônica. (ECONOMIS SOUTH AMERICAN, 2011).

Tabela 17- Preço da terra por tipo na região de Santarém: 2010-2011.

Tipo de Terra	2010 (R\$/ha)	2011 (R\$/ha)
Mata (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) distante da BR	220	400
Mata (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) próxima à BR	450	500
Mata (Santarém/Belterra /Transamazônica) distante da BR	350	500
Mata (Santarém/Belterra /Transamazônica) próxima à BR	750	1.000
Pastagem formada (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) mecanizável	450	900
Pastagem formada (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) não mecanizável	400	550
Pastagem formada ((Santarém/Belterra /Transamazônica)mecanizável.	850	1.200
Pastagem formada ((Santarém/Belterra /Transamazônica) não mecanizável.	500	600
Pastagem nativa em várzea (Monte Alegre/ Alenquer/Oriximiná)	80	120
Terra agrícola ((Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná)	475	1.000
Terra agrícola (Santarém/Belterra /Transamazônica)	800	1.500
Terra agrícola com café/cacau (Trairão/Rurópolis/Medicilândia)	3.500	5.000

Fonte: FNP(2011. p. 43).

Na tabela fica evidente a valorização das terras de pastagem mecanizável e terra agrícola em Santarém, Belterra, Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná, municípios do Baixo Amazonas, o que reforça os interesses do mercado de terras sobre essa região. Pode-se verificar também que as terras de matas próximas a BR tem seu preço equivalente às terras agrícolas, enquanto que aquelas áreas de matas distantes da BR apresentam um preço em média inferior a 50%. No caso das Glebas Pacoval e Nova Olinda, tais terras sofrem maior pressão pela valorização tanto do mercado madeireiro como pela sua condição de terra arável.

A demora no reconhecimento e demarcação da terra indígena Maró na Gleba Nova Olinda e a luta dos agricultores familiares para terem seu direito à terra garantido, expressa o aquecimento desse mercado de terra. Almeida e Acevedo Marin (2010), já chamavam atenção para uma campanha de desterritorialização de povos e comunidades tradicionais na Amazônia, por conta do aquecimento do mercado de terras. Os argumentos explicativos para os conflitos no campo e o aquecimento atual do mercado de terras convergem para o entendimento de que estão em execução estratégias governamentais e empresariais, assentadas no argumento do chamado “desenvolvimento sustentável”, propondo e articulando ações cujo objetivo é a liberação de terras tradicionalmente ocupadas para a compra e venda no mercado.

Tais argumentos explicativos são de duas ordens: a primeira refere-se à elevação geral dos preços das *commodities* agrícolas e minerais que levam ao ritmo forte de crescimento, provocando forte demanda e o aumento do preço geral das terras. A segunda refere-se às novas modalidades de intervenção na questão ambiental, promovidas pelos órgãos e agências de financiamento e grandes instituições bancárias, que começaram uma investida mais agressiva para implantação de grandes programas de concessão de créditos de carbono a

projetos que preservem ou promovam o reflorestamento, como incentivos para manter a floresta intacta.

Nessas perspectivas a produção de alimentos, combustíveis e créditos de carbono está redefinindo a própria valorização da natureza, principalmente das florestas. Fala-se não somente em florestas originárias, mas, também, em florestas plantadas. As florestas estão servindo de moeda de troca no mercado mundial do agronegócio e nas negociações realizadas sob o discurso da sustentabilidade.

Os efeitos desse novo sentido econômico sobre a floresta estão gerando novas estratégias na aquisição de terras que podem ser observadas tanto no plano mundial quanto local. Liderança sindical dos trabalhadores rurais de Mojuí dos Campos, numa conversa ocorrida no início de 2012 informou que produtores de grãos, visando à aquisição de terras e manutenção da reserva legal em suas propriedades estariam fazendo uma divisão entre os imóveis destinados à produção, com maior área desmatada, e os imóveis com áreas de florestas originárias ou plantadas, com utilização desses últimos como reserva florestal de compensação pela área desmatada. O que significa que produtores de soja estão desmatando nos municípios do Baixo Amazonas e apresentam (e/ou pretendem apresentar) como compensação áreas de florestas existentes em outros municípios de fora do Estado do Pará.

Simultaneamente à organização do mercado de terras, são organizadas ações no campo político/legislativo e executivo, voltadas à legalização e formalização das terras. Está em curso, por exemplo, a revisão do Código Florestal, que tem como pontos principais: i) a anistia para quem desmatou ilegalmente até o ano de 2008; ii) redução da faixa de proteção de leito dos rios ou seja, redução das áreas de preservação permanente; iii) liberação de manter a reserva legal para imóveis rurais com até quatro módulos fiscais em todo o país; iv) não obrigatoriedade de recuperação das áreas degradadas.

Outra ação em curso é o denominado Programa “Terra Legal”, voltado à regularização das terras públicas facultando a sua livre transação no mercado de terras, que foi oficialmente apresentada pelo governo brasileiro como medida de regularização fundiária na Amazônia com vistas ao combate ao desmatamento e à grilagem de terras. Instituído pela Medida Provisória nº 458, começou a ser implantado em junho de 2009 sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os municípios. Em 25 de junho de 2009 o Senado aprovou a MP 458, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 09/2009.

Essa medida regularizou a ocupação de terras da União na Amazônia, permitindo o repasse, sem procedimentos licitatórios, de terras da União com até 1.500 hectares aos que

detinham a posse das áreas antes de 1º de dezembro de 2004. Sancionada como a Lei nº 11.952, em 25 de junho de 2009.

O Programa “Terra Legal” em seu primeiro ano cadastrou 74.132 posses, com cerca de 8,3 milhões de hectares. A maior parte das áreas cadastradas (35%) corresponde aos imóveis acima de quatro e menores que 15 módulos fiscais. Contudo, 712 posses eram de imóveis acima de 15 módulos fiscais (13% dos imóveis cadastrados, com 1 milhão de hectares), mais da metade desses imóveis estão localizado no estado do Pará¹⁰². O Pará foi o estado com maior número de posses e proporção de área: 49% dos imóveis (35.815) e 48% (4 milhões de hectares) da área cadastrada. (BRITO; BARRETO, 2011).

Muitas dúvidas pairam sobre a regularização das posses, principalmente por abrir possibilidades à regularização de áreas griladas. Algumas estratégias para regularização de vários lotes já se prevê que irão aparecer, como relata o coordenador do Programa em Santarém,

O módulo fiscal aqui varia de 70 a 75, o que daria 1125 hectares é muito comum pessoas com áreas maiores que essas, por exemplo, aqui na BR 163 [...] elas vão procurar falar o seguinte - vamos dividir essa terra, vamos fracionar e colocar em nome de parentes ou de pessoas assim -, a identificação pra esse efeito de fracionamento pra regularizar vai ser limitado [...] a vistoria identifica, fica evidente quando você percorre a área se realmente são unidades produtivas distintas ou é uma coisa só. (J.P, Programa Terra Legal)¹⁰³.

É comum no Baixo Amazonas, como apresentado anteriormente, um único produtor agrega vários lotes pequenos e compõe sua área de produção. Identifica-se o risco desse tipo de estratégia usada pelos posseiros e/ou grileiros, mas segundo J.P., a vistoria será suficiente para identificar tal situação e não regularizar as áreas. Contudo, mesmos as posses de grilagem até o total de 1.500 hectares poderão ser regularizadas.

Na obtenção de terras, novas redes de agentes articulam-se aos produtores, como a da grilagem de terras, envolvendo imobiliárias, funcionários públicos, especialistas em geoprocessamento, cartorários e grileiros de terras. A utilização de meios “ilícitos” tem sido também, uma estratégia do “patronato rural” brasileiro, que sempre fez da violência o seu principal instrumento de dominação e de construção de sua hegemonia. (BRUNO, 1997). E como afirma Bourdieu (2008), a economia das práticas econômicas (a razão imanente às

¹⁰²O Programa Terra Legal não prevê a legalização de imóveis acima de 1, 5 mil hectares. Nesses casos os posseiros poderão pleitear a legalização de até 1,5 mil hectares e devolver o excedente a União (art. 14 da Lei 11.952/2009) ou poderão legalizar a totalidade via processo licitatório, segundo o estabelecido na Lei 8.666/1993.

¹⁰³ Entrevista realizada em: 19 jul. 2011.

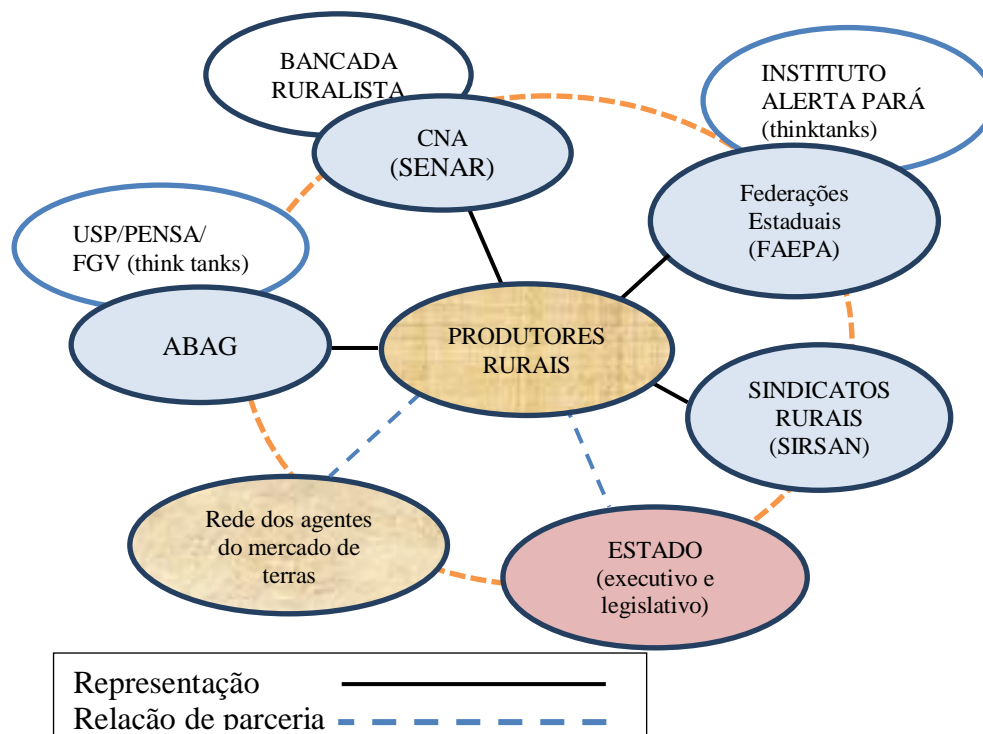
práticas) encontra-se nas disposições adquiridas pelas aprendizagens associadas a uma longa confrontação com a regularidade do campo.

Dos dados apresentados é possível identificar a rede de articulação dos produtores e de suas agências que atuam no campo da produção de soja. Essa rede de agentes é composta pelos produtores e suas agências aqui representadas pela ABAG, CNA, FEDERAÇÕES ESTADUAIS e SINDICATOS RURAIS, que exercem maior influência na organização da produção “dentro da porteira”, investe na formação da “opinião pública”, na difusão ideológica de um “ideário” de vida construído pelo agronegócio, e na revisão da legislação brasileira em prol dos interesses dos grandes produtores rurais.

Tal rede tem como principais estratégias o investimento na formação continuada do produtor (sistema CNA/SENAR), a formação de sindicatos rurais e ampliação do número de associados, bem como a organização de campanhas de divulgação e de formação de opinião, a elaboração de estudos científicos amplamente divulgados pelos meios de comunicação, utilizando-se para isso dos denominados *think tanks* e, finalmente, a ocupação de cargos no legislativo e no executivo (principalmente no âmbito Estadual e Federal). O esquema 6 demonstra a composição representativa dessa rede.

Sobre as estratégias desses agentes no campo, a observação mostra que no universo do mercado de terras relacionado com a sojicultura, os meios e os fins da ação dos produtores, na obtenção de novas áreas destinadas à produção, orientaram-se em função das intuições e do sentido prático adquirido nas estratégias adaptadas às exigências e urgência da sua instalação na Amazônia. Dessa forma, as persuasões para os agricultores familiares venderem suas terras, os conflitos, as expropriações de terras de pequenos produtores e indígenas pelo uso da violência, assim como a mudança para os meios “sutis” de ampliação dos plantios, caracterizam-se como práticas acionadas e adaptadas de acordo com as movimentações dos agentes no campo.

Esquema 6- Agentes do agronegócio vinculados aos produtores rurais.



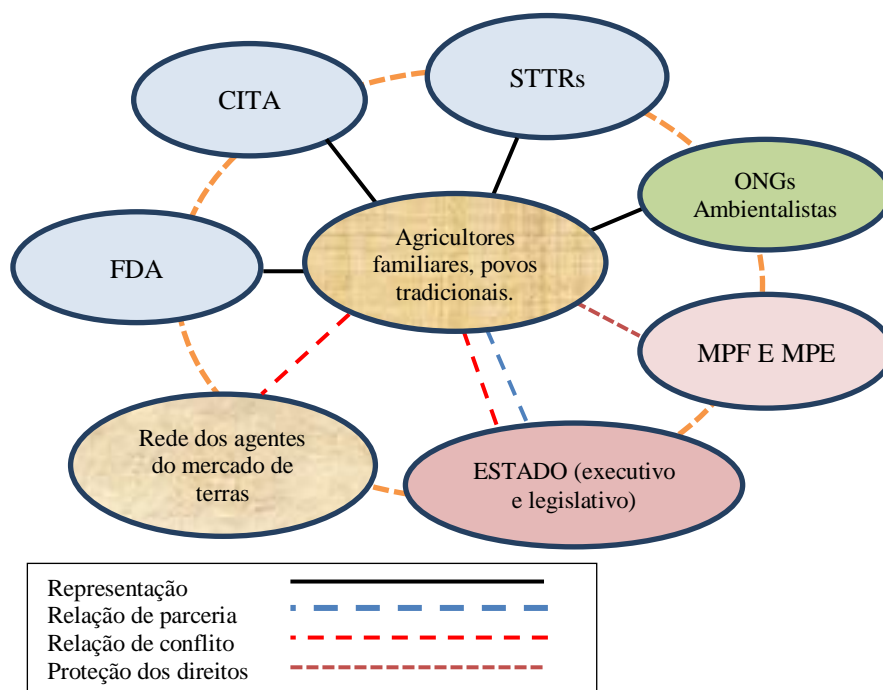
Fonte: Pesquisa de campo. (2011).

Em contraposição, a rede dos produtores articula-se à rede de agentes correspondente aos que sofrem os efeitos do campo da produção da soja, constituída pelos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais¹⁰⁴, aqui representados pelo STTR de Santarém, o CITA. A participação dos referidos agentes dá-se por oposição aos efeitos que o mercado de *commodities* provoca sobre a unidade produtiva baseada no trabalho familiar e no extrativismo (esquema 7).

A ação desses agentes continuará sendo potencializada pelo aquecimento mundial do mercado de terras aráveis. Recentemente tem havido um crescimento pela busca de terras no mundo. Após décadas de preços das *commodities* estagnados ou em declínio se observa aumentos no nível e volatilidade dos preços e a conseqüente demanda por terra. Esse fenômeno tem sido acompanhado por um crescente interesse na aquisição de terra agrícola por parte de investidores, incluindo fundos privados de pensão, produtores agrícolas e empresas agroindustriais. Dentre as motivações dos investidores estão as de ordem econômica, a desconfiança nos mercados e a preocupação com a estabilidade política, ou especulação sobre a demanda futura por alimentos e fibras, ou pagamentos por serviços ambientais futuros, incluindo o sequestro carbono.

¹⁰⁴ Desde que não estejam na produção de soja.

Esquema 7- Agentes que sofrem os efeitos do campo de produção da soja.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

O estudo realizado pelo Banco Mundial (DEININGER; BYERLEE, 2010) apontou que a demanda mundial de terras, principalmente a partir de 2008, têm se caracterizado como um fenômeno de “intensa disputa territorial”. Antes de 2008 a transferência de terras aráveis foi de cerca de quatro milhões de hectares por ano. No período de 2008 a agosto de 2009, foram negociados em torno de 45 milhões de hectares: 75% na África e 3,6 milhões foram negociados no Brasil e Argentina. Merlet, (2010), chama atenção para o fato de que essas aquisições não podem ser reduzidas apenas ao mecanismo de “compra” e “venda” da terra, mas que se trata de um movimento de “apropriação e concentração” de terras – e de recursos naturais- em larga escala”. Tal movimento tem sido denominado de **acaparamiento de terras**¹⁰⁵.

O relatório do Banco Mundial indica que o aumento da produção agrícola e da demanda por terras, está concentrado na expansão de oito *commodities*: soja, milho, arroz, cana de açúcar, óleo de palma, girassol, *rapessed* e floresta plantada. O Brasil tem maior contribuição com a produção de soja, milho e cana de açúcar. Entre 1961 e 2007, a área total

¹⁰⁵ O termo é utilizado para descrever o fenômeno da comercialização mundial de terras (especulação de terras), relacionado à exportação de alimentos e biocombustíveis, que vem ocorrendo pós-crise 2008. Borrás Jr. & Franco (2010) chamam atenção para o uso atual do termo. Originalmente desenvolvidos por ativistas vinculados a justiça ambiental para denunciar os efeitos decorrentes de tal comercialização (cercamento de terras e expulsões de camponeses), o termo tem sido apropriado pelos agentes do agronegócio que o utilizam para convencimento de que se trata de uma “excelente oportunidade de negócios”.

cultivada expandiu em cerca de 3,8 milhões de hectares/ano. Tal aumento deu-se de forma desigual entre as regiões do planeta, havendo maior ampliação da fronteira agrícola na África Subsariana, na América Latina e no Caribe e na Ásia Oriental.

Deininger; Byerlee(2010) apontam três fatores que impulsionaram a “expansão da fronteira agrícola”: 1) a procura de alimentos, a produção de rações, celulose e outros insumos industriais gerados pelo aumento da população (urbana principalmente) e da renda; 2) a demanda de matéria-prima para os agrocombustíveis; e 3) a mudança de unidades produtivas para regiões do planeta com terras abundantes e mais baratas, clima adequado, e solos férteis com boas perspectivas de aumento da produtividade.

Levantamentos realizados (GRAIN, 2008, 2009, 2010, 2011; MERLET, 2010; SATURNINO; FRANCO, 2010; DEININGER; BYERLEE, 2010) indicam que há pelo menos dois tipos de especuladores mundiais de terras. Vários países “ricos” que dependem da importação de alimentos e estão em situação de “insegurança alimentar”, buscam deslocar sua produção interna de alimentos investindo na sua produção em outros países. Consideram que essa movimentação como uma estratégia eficaz para garantir a alimentação em seus países ao longo prazo. China, Índia, Japão, Malásia e Coreia do Sul na Ásia; Egito e Líbia na África; e Bahrein, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Os Emirados Árabes Unidos no Médio Oriente, estão utilizando tal estratégia. Desde março de 2008, funcionários do alto escalão dos governos desses países têm circulado pelo mundo estando envolvidos em articulações diplomáticas visando à aquisição de terras férteis em países como Brasil, Paraguai, Argentina, Uganda, Camboja, Sudão, e Paquistão.

O segundo grupo de especuladores seria formado pelos investimentos privados, composto pelas empresas multinacionais do sistema agroalimentar e por outros investidores – fundos de pensão, fundos de capitais privados que buscam lucro rápido - que recorrem à aquisição de terras aptas à produção de alimentos, para agrocombustíveis e como nova fonte de lucro. Nos últimos anos da década de 2000, a chamada crise alimentar e a crise financeira mundial (2008), transformaram a terra agrícola em um ativo estratégico.

O comum entre esses dois grupos de especuladores é o controle privado da terra. Até mesmo aquelas terras dos governos nacionais que, por meio de uma agenda de políticas governamentais e pela diplomacia, têm negociado áreas em outros países em nome da segurança alimentar, explicitamente convocam o setor privado para fazer os investimentos necessários à produção. Nesse sentido, grupos, público e privado, sinalizam na mesma direção - a incorporação da terra pelas empresas do agronegócio.

Nota-se que o *acaparamiento* mundial de terras aráveis é expressivo da comercialização da terra baseada no livre mercado – **a transformação da terra em mercadoria** passível de negociação mediante a lei da oferta e da procura, conforme observado por Polanyi. Segundo dados do relatório do Banco Mundial, dos 463 projetos identificados a partir do site *farmlandgrab.org*, entre outubro de 2008 e junho de 2009, foram negociados pelo menos 46,6 milhões de hectares de terra, em sua grande maioria localizada na África Subsaariana. A GRAIN, em seus documentos fala na existência de uma “imensa” neogrilagem legal de terras acontecendo ao redor do mundo desde as crises alimentar e financeira de 2008, e que não aponta nenhum sinal de arrefecimento. Os problemas decorrentes de tal fenômeno são, principalmente, o processo de desterritorialização de povos tradicionais. Como podemos observar no caso do Baixo Amazonas.

O mercado mundial de terras tem a América Latina, especialmente o Brasil, como um dos principais alvos para aquisição de terras. Atualmente observa-se um aumento nos investimentos estrangeiros, principalmente de empresas multinacionais ligadas ao sistema agroalimentar, para obter terras com diferentes modalidades de aquisição. Os investimentos estrangeiros no agronegócio não são novidade, mas têm-se um acentuado crescimento de tais investimentos principalmente na produção de grãos (com destaque para a soja) e, no caso do Brasil, além da soja, na cana de açúcar (destinada a produção de açúcar e etanol). As vantagens enumeradas pelos investidores são as amplas terras cultiváveis, o preço baixo da terra, os recursos hídricos abundantes e o clima favorável.

Movimentos sociais e alguns pesquisadores (BOAVENTURA, 2011; LIBERTI, 2011) têm classificado o *acaparamiento* de terras como “novo colonialismo”.

Veo un desplazamiento del capitalismo del Norte al Sur, veo como está emergiendo el diálogo Sur-Sur. Es una incógnita, pues países como China, Brasil, Sudáfrica, India y Turquía ¿enalgún momento van a introducir algunas novedades em el modelo prevaleciente que dicen defender? ¿Qué novedades? Y tenemos a China con grandes entradas en África, con compras de tierras porque está la crisis de la que nadie habla, que es la crisis alimentaria. Pero, por lo mismo, también está notros países -como Corea del Sur y Brasil- y muchas multinacionales, estableciéndose así un acaparamiento de tierras que es una nueva forma de colonialismo. El colonialismo clásico se caracterizó por ser dominación territorial de un pueblo por parte de un Estado ocupante. Ahora se expresa em ocupación territorial por parte de multinacionales o Estados extranjeros, por vía de contratos que establecen com los Estados “ocupados”, contratos que nunca incluyen a los campesinos que más tarde o más temprano serán forzados a desplazarse. (BOAVENTURA, 2011, grifo nosso).

Essa forma de “colonialismo via contratos multilaterais” visando à apropriação e uso de terras, estende-se para além da aquisição de terras aráveis, a exemplo dos contratos para exploração dos créditos de carbono. Embora, em sua maioria tais contratos excluam a participação direta dos camponeses (conforme afirmado por Boaventura) têm-se casos de “inclusão” de pequenos agricultores familiares em contratos multilaterais como aqueles participantes do Programa do Governo Brasileiro denominado “Combustível Social” e aqueles envolvendo os indígenas e empresas processadoras de soja no Mato Grosso. No entanto, tal “inclusão” ocorre sob a lógica comercial impondo as regras estabelecidas pelas empresas.

Levando-se em conta o estoque de áreas existentes e o aquecimento do mercado de terras e do mercado madeireiro, pode-se vislumbrar que a pressão sobre as terras do Baixo Amazonas continuará, colocando em risco a sobrevivência dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Soma-se a isso a posição estratégica da região norte para o escoamento da produção de grãos, o que potencializa ainda mais a pressão sobre as terras.

6 ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS E EMPRESARIAS NA AMPLIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CIRCULAÇÃO DA SOJA

O crescimento do agronegócio brasileiro de grãos destinados à exportação, bem como a melhor competitividade desses produtos, pela diversificação da pauta de exportação por destino e sua consolidação no mercado internacional de *commodities*, segundo os organismos governamentais, empresas e produtores do setor, dependerá, fundamentalmente, da redução do custo da logística do escoamento da produção até o porto.

Os números da pauta de exportação brasileira reforçam esses argumentos. Em 1993, a exportação do agronegócio era de US\$ 15,9 bilhões, com um *superávit* de US\$ 11,7 bilhões em relação às importações. Em 2006, as vendas externas atingiram US\$ 49,4 bilhões, gerando um saldo cambial de US\$ 42,6 bilhões. (COMPANHIA..., 2007). No ano de 2011, superou as expectativas do governo chegando a US\$ 94,59 bilhões, com as importações atingindo US\$ 17,08 bilhões, num *superávit* de US\$ 77,51 bilhões. O *superávit* cambial do agronegócio é quase três vezes superior ao resultado global da balança comercial brasileira, que no ano de 2011 foi de US\$ 29,8 bilhões. (BRASIL, 2011, não paginado). Esse crescimento exponencial, nas duas últimas décadas, contribuiu para as expectativas de que o Brasil possa vir a ser um dos mais competitivos países ofertantes de bens agropecuários do mundo, desde que supere os chamados “gargalos” logísticos que oneram os custos operacionais da produção e da agroindústria de grãos, principalmente, na infraestrutura portuária a qual apresenta deficiências tanto no acesso ao porto, como na capacidade de armazenamento dos grãos.

Segundo dados da CONAB (2007, p.7) a matriz brasileira de transportes é uma das mais concentradas do mundo na área rodoviária, com 60%, contra 55% do México, 50% da China, 53% da Austrália, 43% do Canadá e 32% dos Estados Unidos. A participação do modal ferroviário no Brasil é de 24%, contra 37% da China, 43% dos Estados Unidos e da Austrália e 81% da Rússia. No contraponto, o transporte hidroviário é responsável por apenas 14% da movimentação no Brasil, contra 34% no México, 25% nos Estados Unidos, 13% na China e 11% no Canadá e na Rússia. Em decorrência disso, investimentos públicos e privados têm sido alocados a fim de estabelecer um maior equilíbrio na matriz brasileira de transportes.

As políticas do governo federal, desde a década de 1950, criam planos e programas para incrementar o transporte de cargas no Brasil. Foram elaborados o Plano de Metas, PAEG, I PND, II PND, Programa Nacional de Desestatização (PND), Avança Brasil, Programa Brasil em Ação, Plano Plurianual, Parceria Público-Privada (PPP), Projeto Piloto de Investimentos (PPI) e o Plano de PAC.

A localização estratégica da região Norte, dada a sua proximidade físico-geográfica dos principais mercados mundiais consumidores de grãos, deverá ser a via mais econômica para o escoamento da crescente produção da região Centro-Oeste e em razão disso tem sido objeto de investimentos públicos e privados já efetivados e em projetos de ampliação da capacidade portuária.

Numa reedição da ideologia da “eterna conquista da Amazônia” no período mais recente, da década de 1990 a 2000, a intervenção governamental continuou o processo de ocupação da região usando para isso os chamados eixos de integração, dirigidos à conquista de novos mercados. Em continuidade, na década iniciada em 2011, ocorreram maiores investimentos em projetos de manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura portuária na região, com uso das parcerias público privada, na modalidade de arrendamento de áreas portuárias. Dentre os quais: os portos de Itacoatiara (AM), administrado pelo Grupo AMAGGI; Santarém (PA), arrendado à empresa Cargill. Outros projetos com previsão de licitações são: Terminal de Graneis Sólidos de Origem Vegetal de Outeiro (TGVO) e de Contêineres de Belém (TECONBEL), ambos no município de Belém (PA). O Governo do Pará anunciou investimentos no Porto de Itaituba/Miritituba (PA) e os Governos Federal e do Estado do Amapá interesses de investimentos no Porto de Santana (AP)¹⁰⁶.

Segundo setores do agronegócio e do governo brasileiro, os investimentos em infraestrutura portuária, na região Norte, resultam de um cenário de pressão na competitividade internacional da soja brasileira, que embora tendo aumentado substancialmente sua capacidade produtiva, com redução de custo até a porteira, tem perdido oportunidade de conquistar maiores espaços nos mercados tradicionais e diversificar para novos mercados, em razão do alto custo de transporte até os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), na exportação. Por isso, pela proximidade e oportunidade do uso de hidrovias, o escoamento pelos portos da região Norte tornou-se opção mais viável.

A possibilidade de melhor escoamento pela região Norte, impulsionou, também, o cultivo da soja nas áreas próximas aos principais portos, a exemplo do de Santarém(PA) e Itacoatiara(AM). Neste sentido, a “reconquista” da Amazônia, na atualidade, passa também pelo maior aproveitamento da posição estratégica dessa região em relação aos principais destinos da soja brasileira no mercado internacional.

Neste capítulo discutiremos sobre as estratégias governamentais e empresariais na implantação e melhoria das condições de logística para o escoamento da produção de grãos.

¹⁰⁶ “Governador visita Mato Grosso em busca de atrair investimentos para o Porto de Santana” (Agência Amapá 19 nov.2011, acesso em: 19 dez. 2012); “Estado projeta porto em Itaituba”. Diário do Pará,

Veremos que as ações dos governos e empresários se completam e juntas vêm criando as condições objetivas à manutenção e expansão da produção de grãos na Amazônia. Apresentaremos, ainda, as estratégias empresariais na ampliação de seu território de atuação, ao tratar do processo de instalação da Cargill em Santarém.

6.1 AGRONEGÓCIO DE GRÃOS E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DESENVOLVIMENTISTAS NA ATUALIDADE

Os planos governamentais mais recentes dão continuidade à estratégia da ocupação da Amazônia via interesses econômicos. As ações propostas durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), apresentadas nos Programas “Brasil em Ação” (PPA 1996 a 1999) e “Avança Brasil” Plano Plurianual (PPA 2000 a 2003), orientados no sentido de estabelecer uma estratégia geopolítica de alteração da infraestrutura de transporte na região Amazônica, articulando os denominados “Eixos Nacionais de Integração” no primeiro mandato, ganharam nova roupagem, sob a denominação de “Eixos de Desenvolvimento”.

No primeiro governo de FHC, o Programa “Brasil em Ação” foi marcado pela estabilização econômica, reforma do estado e as desestatizações, tendo como estratégias de desenvolvimento: a construção de um Estado moderno e eficiente; a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais; e a inserção competitiva e modernização produtiva (MPOG, 1996), com foco maior de ampliar as condições de competitividade e implantar infraestruturas para o desenvolvimento econômico. A criação de “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDS)”. A formulação da proposta de planejamento via eixos de desenvolvimento teve origem em duas vertentes básicas: os estudos do GEIPOT¹⁰⁷ acerca dos

¹⁰⁷“O GEIPOT foi criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, com a denominação de Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes e com sua direção superior formada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Ministro de Estado da Fazenda, Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, conforme foi sugerido pelo Acordo de Assistência Técnica firmado naquele ano entre o governo brasileiro e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O Decreto-Lei nº 516, de 7 de abril de 1969, transformou esse grupo interministerial em Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, subordinando-o ao Ministro de Estado dos Transportes. Essa subordinação foi mantida pela posterior Lei nº 5.908, de 20 de agosto de 1973, que transformou esse Grupo de Estudos em Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, preservando a sigla GEIPOT. Os objetivos do GEIPOT, estabelecidos por lei, foram o de prestar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo que tenham atribuições de formular, orientar, coordenar e executar a política nacional de transportes nos seus diversos modais, bem como promover, executar e coordenar atividades de estudos e pesquisas necessários ao planejamento de transportes no País. Portanto, durante 36 anos, o GEIPOT assessorou o Poder Executivo sob a orientação e aprovação do Ministério dos Transportes, no planejamento, na formulação e na avaliação das políticas públicas do setor, o que lhe permitiu constituir um corpo técnico altamente qualificado, com visão global do processo decisório do Estado, e um valioso acervo de informações e conhecimentos, transformando-o em centro de referência internacional para os estudos de transportes no Brasil. Com a reestruturação do Setor Transportes no ano de 2001, o GEIPOT colaborou no acompanhamento e na realização de análises técnicas do projeto de Lei nº 1615/99, consolidado na Lei nº 10.233, de 5 de junho de

estrangulamentos no setor de transporte e o custo disso nas exportações (custo Brasil); e do influente estudo de Eliezer Baptista da Silva, “Infraestrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul”, realizado entre 1995-96 sob patrocínio do *Business Council for Sustainable Development – Latin America* (BCSD – LA), que serviu de base na área de transporte, energia e telecomunicações. (ASCEHALD, 2001). Essas ideias foram acolhidas pela equipe de FHC e passaram a integrar os esboços destinados à elaboração do PPA – Brasil em Ação.

O Programa Brasil em Ação introduz a noção de ENIDS com instrumentos de integração nacional e continental e redução dos desequilíbrios espaciais e sociais. São vistos como um conjunto de projetos de infraestrutura voltados, além da integração, à abertura de novas fronteiras de investimentos, dentre as quais o agronegócio.

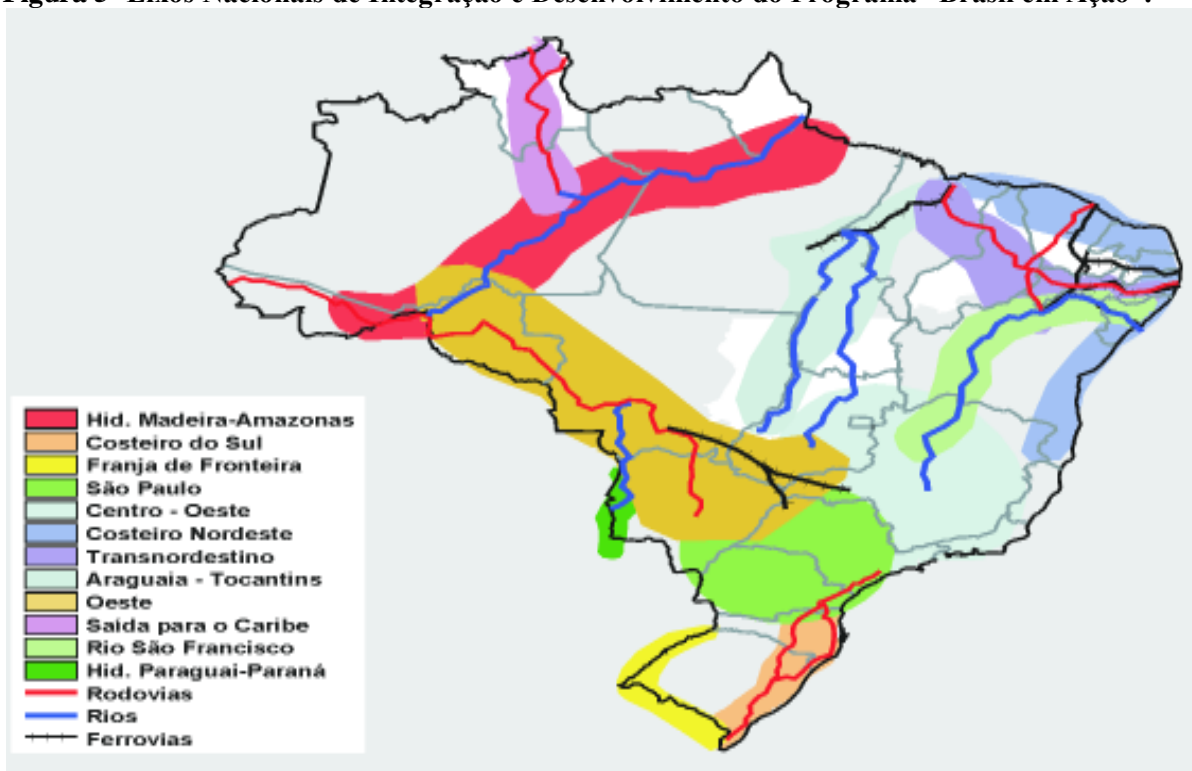
Os ENIDS orientaram o planejamento governamental direcionado às áreas potencialmente mais dinâmicas, visando sua melhor articulação ao mercado internacional. Os Eixos são assim identificados: i) eixo de integração norte-sul, para escoamento da produção da agroindústria e agropecuária dos cerrados centrais (oeste da Bahia, sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, o Tocantins e parte do Estado de Goiás, com principal projeto de infraestrutura está o trecho da ferrovia Norte – Sul e a Hidrovia Araguaia – Tocantins); ii) eixo de integração oeste, direcionado às áreas de expansão agrícola ligando o Estado do Acre e Rondônia com os Estados da Região Centro-Sul e Sul, ligando ainda Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os principais investimentos voltaram-se ao fortalecimento da malha ferroviária e na recuperação/reconstrução de rodovias troncais; iii) eixo de integração do nordeste, voltado à recuperação e à expansão da infraestrutura na região, principalmente na área de transporte; iv) eixo de integração sudeste e eixo de integração sul, voltados à reestruturação das rodovias troncais e às malhas intermodais entre as regiões.

No programa Brasil em Ação, as principais obras destinadas à região Amazônica, que, efetivamente, potencializavam o escoamento da produção de soja, foram a hidrovia Araguaia-Tocantins, pensada como uma via multimodal para facilitar o transporte da produção agrícola

2001, que criou o Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes Terrestres (CONIT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Com a instalação das Agências reguladoras e do DNIT, o GEIPOT entrou em processo de liquidação, de acordo com o Decreto nº 4.135, de 20.2.2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente. O processo de liquidação, com prazo inicialmente previsto para durar 180 dias, foi posteriormente prorrogado, por iguais períodos. O GEIPOT foi extinto pela Medida Provisória nº 427, de 9 de maio de 2008 (convertida na Lei nº 11.772/2008), oportunidade em que foi instituída a inventariança, cujos procedimentos estão disciplinados no Decreto nº 6.485, de 17 de junho de 2008”.

da região do médio Araguaia pelo porto de São Luiz, ao integrar esses eixos fluviais às vias da Estrada de Ferro Carajás, e a hidrovía do Rio Madeira, que integrada ao Corredor Noroeste que agrega os estados do Mato Grosso, Rondônia e Amazonas¹⁰⁸.

Figura 5- Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Programa “Brasil em Ação”.



Fonte: ASCEHALD (2001).

Além das hidrovias, os investimentos nas rodovias complementam a infraestrutura necessária ao escoamento da soja: a recuperação da rodovia BR 163 nos trechos Cuiabá/Terra Nova e Santarém/Rurópolis; a BR 364 entre Cuiabá e Acre; a BR 174 que liga Manaus à fronteira com a Venezuela e os trechos que ligam Marabá à Belém-Brasília e Imperatriz ao restante da malha rodoviária do estado do Maranhão.

Observa-se um investimento centralizado em projetos de infraestrutura e comunicação que visa à integração vertical entre os diversos setores do agronegócio. Tais investimentos na Amazônia, em especial na Hidrovia do Madeira ampliam os corredores de exportação vinculados à produção de soja já existente no Centro Oeste brasileiro.

¹⁰⁸ Tal corredor já vem sendo utilizado para escoamento da soja pelo grupo AMAGGI. A produção é transportada da Chapada dos Parecis até Porto Velho. Dali, a mercadoria segue pelo Rio Madeira até o Porto de Itacoatiara (AM), onde a empresa possui instalações para o armazenamento de soja em trânsito para Rotterdam. Dessa forma, os produtores de soja de Mato Grosso dispõem de uma rota alternativa que lhes permite reduzir consideravelmente as distâncias percorridas e os custos de transporte até o lugar de embarque para o mercado externo.

O PPA do segundo mandato de FHC, o “Programa Avança Brasil”, continuou reforçando as diretrizes e objetivos traçados no “Brasil em Ação”, com a seguinte distribuição dos investimentos: R\$ 186,1 bilhões em infraestrutura econômica; R\$ 112,8 bilhões em desenvolvimento social; R\$ 15,7 bilhões em Meio Ambiente; R\$ 2,4 bilhões em informação e conhecimento. Essa distribuição orçamentária mostra maior direcionamento de recursos à implantação e recuperação de infraestrutura- especialmente ferrovias, portos, navegação de longo curso e de cabotagem - voltada especialmente para as *commodities* minerais e agroindustriais. O PPA defendia a exploração de potencialidades nas duas metades - cinturões Sul e Norte - da América do Sul, sugerindo a realização de obras voltadas à conexão dos centros de produção do continente aos mercados globais (BRANDÃO; GALVÃO, 2000).

Entre os projetos direcionados à rede de logística e transporte na Amazônia, os investimentos nas hidrovias do Madeira e do Araguaia-Tocantins tiveram continuidade. Numa terceira proposta de implantação de hidrovia foi incluída – a Teles Pires e Tapajós que não saiu da fase de concepção. (OLIVEIRA, 2006).

A proposta de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foi apresentada como “mais econômica, mais eficiente e menos nociva ao meio ambiente do que os modelos de articulação territorial anteriores, configurando um modelo que se pretendia ser econômica e ecologicamente sustentável” (ASCELRAD, 2001). Contudo os projetos listados nos PPAS (1996-1999 e 2000-2003) foram objeto de várias contestações, em decorrência dos impactos provocados pelas obras de infraestrutura viária.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), concluiu que as pavimentações das BRs da região Amazônica (364, 317, 174, 163 e 319) induziriam à expansão de novas fronteiras. (IPAM/ISA, 2001). Esse conjunto de projetos de infraestruturas de transporte provocou mudanças significativas na logística de escoamento da produção de soja. No governo do presidente Lula da Silva houve poucas alterações nas propostas governamentais para a região. A lógica do planejamento voltada para os investimentos em grandes obras de infraestrutura de transporte e de produção energética reforçam o direcionamento para o incremento às exportações das *commodities* minerais e agropecuárias.

O PPA 2004-2007 teve como objetivos a recuperação do crescimento da economia e a construção de um mercado de consumo de massa. Apontou como grande desafio macroeconômico “conciliar a necessidade de expansão do investimento e das exportações com o compromisso de expansão do consumo”, destacando os atuais obstáculos ao

crescimento continuado da economia, requerendo, de imediato, o aumento do investimento, sobretudo em infraestrutura. (BRASIL, 2003).

No investimento previsto para o objetivo II “Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais”, a distribuição setorial destaca o volume de recursos destinados ao setor produtivo (47,6%), à modernização da infraestrutura econômica (33,8%), e ao estímulo às exportações (11,6%). Com relação à infraestrutura econômica, os maiores investimentos destinaram-se à energia e transportes: energia 83,8%, transporte 12%, infraestrutura hídrica 2,4% e 1,8% em comunicações. A distribuição dos recursos destinados à infraestrutura econômica (transporte, energia, comunicação e infraestrutura hídrica) indicou prioridades para as regiões sudeste e norte: sudeste (42,8%), norte (21,3%), nordeste (16,6), sul (12,9%) e centro oeste (6,6%). Para os projetos de infraestrutura previstos, o PPA propôs a execução por meio de gastos orçamentários, concessões e parcerias público-privadas, mantendo a estratégia do governo anterior.

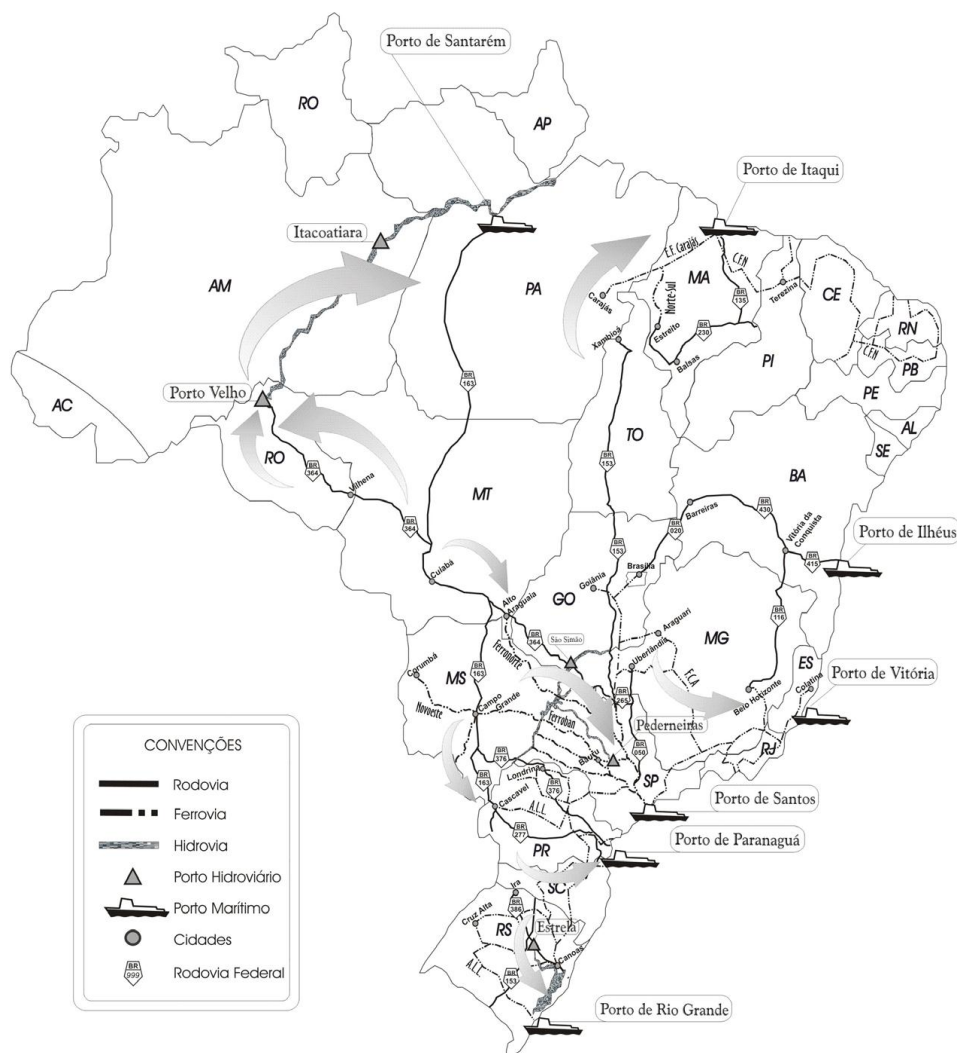
O PPA 2008-2011, do segundo mandato do governo Lula, manteve as estratégias dos PPA's anteriores, com destaque para três prioridades: a Agenda Social, o PDE e o PAC. O PAC previu “um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo” (BRASIL, 2008, p. 19).

Dentre as obras, uma das mais importantes é o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira que conjuga o projeto energético (Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.300 MW), entre Porto Velho e Abunã, em território brasileiro, a Binacional no rio Guaporé (3.000 MW), entre Abunã e Guajará-Mirim, na fronteira entre Brasil e Bolívia, e Cachoeira Esperança (800 MW), no território boliviano) ao de integração intercontinental e logística destinado ao escoamento de produtos minerais, madeireiros, agrícolas, particularmente de grãos. O complexo ainda estimularia a produção de grãos na Bolívia, além de funcionar como um centro logístico de interconexão bioceânica, ao ligar aquele país ao Oceano Atlântico, pela hidrovía Madeira-Amazonas e ao Oceano Pacífico, facilitando o acesso aos mercados norte-americanos, europeus e asiáticos.

Esse conjunto de obras de infraestrutura de transporte e energia concluídas, em andamento ou nem iniciadas, provocou uma movimentação nos investimentos das multinacionais em direção à conquista de localizações privilegiadas para escoamento da

produção, contribuindo para redefinição do sistema de circulação e escoamento das *commodities* de exportação. O que pode ser observado na figura 6.

Figura 6- Rotas de escoamento da soja brasileira



Fonte: Apresentado em OJIMA, (2006).

Os investimentos governamentais estimularam os investimentos privados das empresas nacionais e transnacionais, associados ou não, que resultaram no surgimento de corredores de transportes voltados ao escoamento da produção de soja, dentre os quais o corredor da BR 163, cujo funcionamento pleno é estratégico para o escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste.

6.1.1 O corredor de escoamento de grãos da BR 163

A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), construída entre os anos de 1973 e 1976, no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), visava acelerar a conclusão dos circuitos de integração econômica e ocupar o “vazio demográfico” da região. No final da década de 1990, o “Programa Avança Brasil” licitou a pavimentação do restante da rodovia, reforçando a ligação entre o Norte e a região Central do País.

A BR 163, no trecho Cuiabá-Santarém, possui 1.780 km e atravessa regiões importantes sob o ponto de vista do potencial econômico, diversidade biológica, étnica e cultural da Amazônia. Nessa região, há uma paisagem diversificada formada pelos biomas da Floresta Amazônica e do Cerrado e por áreas de transição. A região faz parte da bacia hidrográfica do rio Amazonas, a maior do mundo, abrangendo duas de suas maiores sub-bacias (Teles Pires/Tapajós e Xingu/Iriri).

No Eixo de Escoamento da BR 163, as obras incluem a pavimentação da rodovia no trecho entre Guarantã do Norte (MT), Rurópolis e Santarém (PA), assim como a pavimentação da BR-230 (PA) que viabilizará o acesso à localidade de Miritituba, no município de Itaituba (PA), às margens do rio Tapajós, com previsão para alcançar Altamira (PA) e dali seguir na direção sul, atingindo Marabá (PA). No trecho Rurópolis – Santarém, as obras de pavimentação já foram iniciadas. Além da pavimentação, estão previstas obras nos portos paraenses de Santarém, Outeiro, Vila do Conde, Itaituba/Miritituba e Altamira e, no Amapá, no Porto de Santana (CONAB, 2007).

Tais investimentos justificam-se pela economia que podem representar ao setor. Num estudo realizado pela CONAB (2007, p. 39) sobre o escoamento da soja produzida em Lucas do Rio Verde (MT), as informações apontam condições bastante vantajosas para o escoamento via região Norte. Comparando as distâncias entre Lucas de Rio Verde e Santarém totaliza 1.430 km, enquanto que de Lucas de Rio Verde para Paranaguá (PR), 2.195 km, proporcionando uma economia de 765 km a favor do direcionamento da produção para a região Norte, principalmente quando se tratar de exportações (ver tabela 18). As vantagens também são apresentadas em relação ao valor do frete. Caso existissem condições idênticas de trafegabilidade nos trechos Lucas de Rio Verde (MT)/Paranaguá (PR) e Lucas de Rio Verde (MT)/Santarém (PA), enquanto que o custo rodoviário para o primeiro trecho é de R\$ 6.146,00 para uma carreta de 40 toneladas de soja, no segundo trecho o custo seria de R\$ 2.860,00. Isto, além do barateamento do frete marítimo, considerando que os portos da região

norte encontram-se bem mais próximos dos mercados internacionais do hemisfério norte, assim como do Canal de Panamá em direção ao mercado asiático, via Oceano Pacífico.

Tabela 18- Comparativo de custos para escoamento da produção de soja no Corredor BR 163.

Trecho	Distância (Km)	Custo do frete
Lucas do Rio Verde (MT) – Paranaguá (PR)	2.195	3,5 (dias) X 2.195 Km X R\$ 800,00 = R\$ 6.146,00
Lucas do Rio Verde (MT) – Itaituba(PA).	1.130	2,0 (dias) X 1.130 Km X R\$ 800,00 = R\$ 1.808,00
Lucas do Rio Verde (MT) – Santarém (PA)	1.430	2,5 (dias) X 1.430 Km X R\$ 800,00 = R\$ 2.860,00

Fonte: CONAB (2000).

- a) Condições de trafegabilidade idênticas
- b) Cálculo de trafegabilidade: motorista trafega 650 Km/dia.

Considerando ainda, a base de armazéns da produção de grãos, cadastrados na CONAB até o ano de 2007(tabela 19), localizados nos municípios diretamente vinculados aos corredores de escoamento com destino ao norte do País e a produção nos municípios sob influência da BR 163 e da hidrovia Tapajós-Teles Pires, estima-se o volume de 6 milhões de toneladas de grãos destinadas à exportação, hoje direcionada aos portos de Santos, Paranaguá e Porto Velho. Nesse sentido, a implantação e melhoria de infraestrutura geraria uma economia de aproximadamente 246 milhões de dólares¹⁰⁹ para os produtores de grãos do norte do Mato Grosso, beneficiados pela maior proximidade com os portos da região Norte.

Tabela 19- Capacidade de armazenamento de grãos por eixos de escoamento.

Corredor de escoamento de produção	Estimativas de armazenamento em toneladas.
Rio Madeira	7,7 milhões
Centro Norte	9,0 milhões
BR-163	12,3 milhões
Hidrovia Tapajós – Teles Pires	98,7 mil

Fonte: CONAB (2007).

No Projeto Executivo da Hidrovia Tapajós-Teles Pires, as estimativas de economia de custo entre o corredor a ser criado pela hidrovia e outras alternativas de saída para os grãos produzidos em sua área de influência, argumenta-se que as economias seriam relevantes, variando da ordem de R\$ 5,00/t até R\$ 37,00/t, dependendo das distâncias entre as áreas de produção e os já referidos portos de embarque. A área de influência dessa hidrovia para o negócio de grãos é da ordem de 800.000 Km², abrangendo, no estado do Mato Grosso,

¹⁰⁹ R\$ 6146,00 – R\$ 2860,00 = R\$ 3286,00. Vantagem em direcionar para os portos do norte do País: 6,0 milhões de tons / 40 tons = 150.000 x R\$ 3286,00 / R\$ 2,00 = US\$ 246,4 milhões. (CONAB, 2007, p. 39).

os municípios de Alta Floresta, Apiacás, Aripuanã, Cana Brava do Norte, Carlinda, Castanheira, Cláudia, Colíder, Cotriguaçu, Feliz Natal, Garantã do Norte, Itaúba, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Paranaíta, Paranaatinga, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Terra Nova do Norte, Tapurah, União do Sul e Vera e no estado do Pará: Itaituba, Santarém, Juruti, Aveiro, Rurópolis, Uruará, Medicilândia e Altamira¹¹⁰.

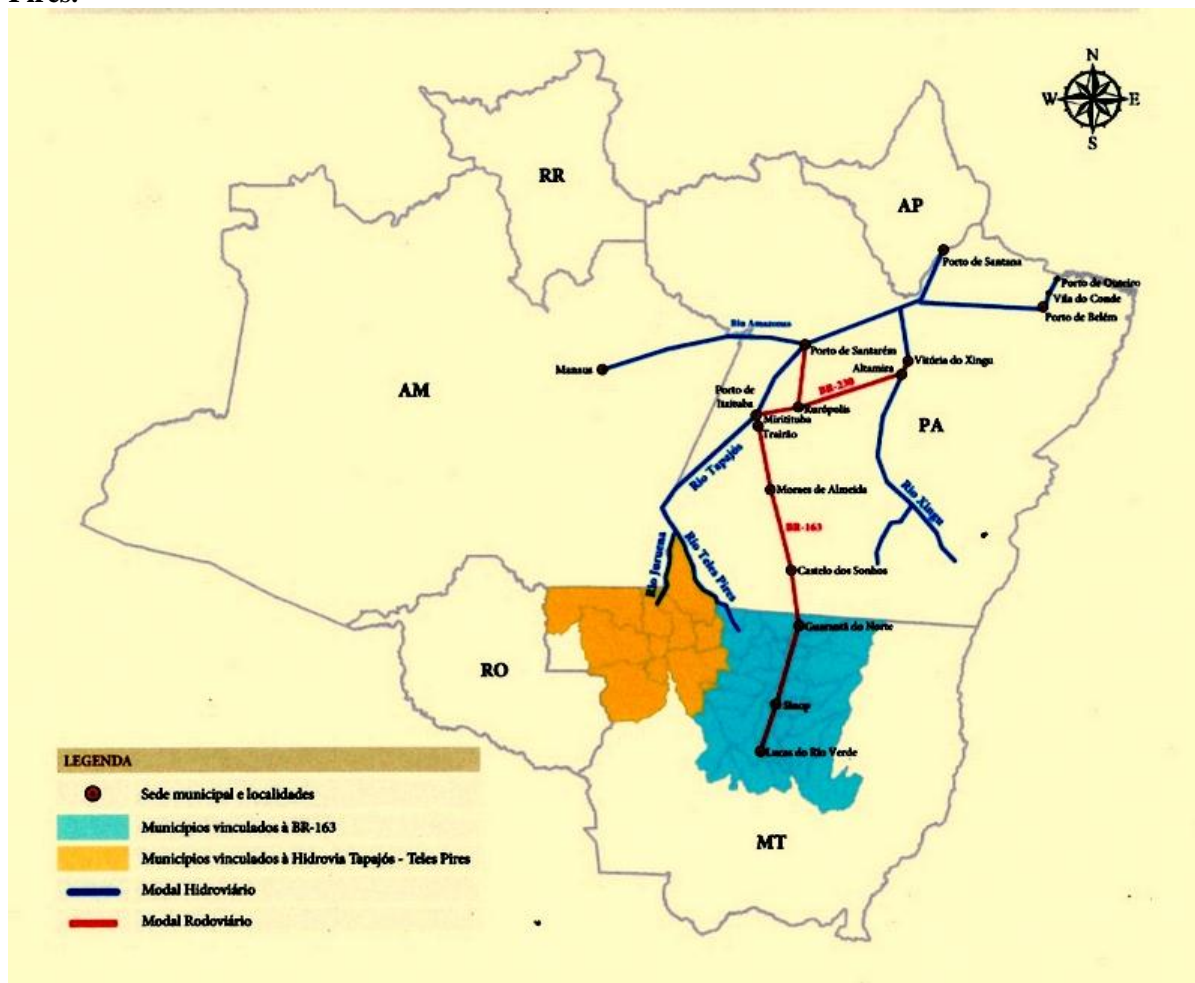
Completando os investimentos governamentais nessa região está a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, composto por cinco hidrelétricas na bacia do Tapajós (PA): São Luiz do Rio Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Caí, Jamanxim e Cachoeira dos Patos, localizados nos rios Tapajós e Jamanxim. O conjunto das hidrelétricas deverá inundar mais de 200.000 hectares atingindo unidades de conservação, terras indígenas, comunidades ribeirinhas, áreas de colonização e terras públicas em processo de regularização fundiária¹¹¹.

Com esse cenário de ampliação das condições infraestruturais ampliam-se as possibilidades de escoamento da produção de grãos. Contudo, as obras da referida hidrovía encontram-se ainda sem previsão. A bancada ruralista tem feito articulações junto ao governo para que as obras sejam executadas em conjunto com a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Tais expectativas já têm levado a uma disputa entre as empresas pelos terminais portuários.

¹¹⁰ Dados disponíveis no site ahimor.

¹¹¹ Para superar possíveis entraves ambientais à construção do complexo o Governo Federal publica em janeiro de 2012 a Medida Provisória 558/2012, que, em resumo, altera limites de unidades de conservação federais na Amazônia para permitir a construção de usinas hidrelétricas. Como define seu artigo 1º, a medida diminui áreas do Parque Nacional da Amazônia; do Parque Nacional dos Campos Amazônicos; do Parque Nacional Mapinguari; da Floresta Nacional de Itaituba I e II; da Floresta Nacional do Crepori; e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.

Mapa 2-Desenho esquemático de escoamento da produção BR 163 e Hidrovia Tapajós/Teles Pires.



Fonte: CONAB(2007. p. 4).

6.1.1.1 Principais portos do Corredor da BR 163 com investimentos em planejamento e execução para instalação de terminais graneleiros¹¹².

6.1.1.1.1 Porto de Santarém (PA)

O porto de Santarém, localizado à margem direita do rio Tapajós, próximo à confluência com o rio Amazonas, na cidade de mesmo nome, é administrado pela Companhia Docas do Pará (CDP). A multinacional de grãos Cargill, em 2003, inaugurou seu terminal portuário em Santarém, em área arrendada da CDP, com investimentos de aproximadamente US\$ 20 milhões. A implantação do porto da Cargill gerou uma série de mobilizações sociais, bem como, ação judicial em torno do licenciamento ambiental.

¹¹² As informações sobre os portos aqui apresentadas foram obtidas em entrevista com o Diretor de Planejamento da CDP, Sr. Mauro dos Santos; através da coleta de informações no site da ANTAQ

Esse porto serve de escoamento à produção de grãos vinda pela rodovia BR-163, que liga Santarém a Cuiabá, rodovia que atravessa importantes áreas de produção agrícola no norte do Mato Grosso, assim como áreas de elevado potencial de produção no Pará. Atualmente, Santarém é um importante porto de transbordo para exportação de, aproximadamente, um milhão de toneladas de soja e milho, provenientes do Centro Oeste, que chegam por uma rota que passa pela área da cidade de Porto Velho, em Rondônia. Nessa rota, as cargas são transportadas por rodovias até Porto Velho e depois em barcaças pelo rio Madeira, num trajeto que dura até cinco dias. Com a pavimentação da BR 163, essa rota poderá ser encurtada, com o transbordo rodo-fluvial, realizado para barcaças, no porto de Miritituba, no município de Itaituba (PA), situado cerca de 300quilômetros ao sul do porto de Santarém, no rio Tapajós.

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto de Santarém (ver figura 7) prevê uma série de investimentos. No PAC, estão alocados cerca de R\$ 152 milhões de reais para sua ampliação e modernização, visando alcançar um movimento de embarque de até 10 milhões ton/ano. O projeto de modernização portuária prevê, também, a construção do terminal de Múltiplo Uso 2, adequação e ampliação do píer 100 e construção da Plataforma de Cargas/Contêineres, além disso, a construção da Rampa Rodofluvial.

Com relação ao armazenamento de grãos, o projeto prevê o arrendamento, por 25 anos, das áreas 16 e 1 Sul do porto. O estudo de viabilidade prevê a implantação de um Terminal de Granéis Sólidos de Origem Vegetal (TGVSAN II), com estrutura de armazenagem composta por 4 silos com capacidade estática para 10.000 toneladas cada e um armazém graneleiro com capacidade estática de 55.000 toneladas, totalizando uma capacidade estática total de 95.000 toneladas. O terminal fará a recepção da carga por via hidroviária (barcaças) e rodoviária (moegas). O arrendamento do empreendimento é composto por uma área total de 31.690 m² e uma estrutura de dolphins de atracação e amarração para apoiar a movimentação de embarcações (barcaças e navios com capacidade de até 60.000 DWT) e sustentar os “pescantes¹¹³” para carregamento de navios e descarregamento das barcaças. A capacidade nominal dos equipamentos do terminal será de 2.550 toneladas por hora, permitindo uma movimentação anual de carga estimada em 3.400.000 toneladas.

O estudo de viabilidade e o edital de licitação para a implantação do terminal graneleiro TGVSAN II, em Santarém, encontram-se em fase de análise, pela ANTAQ. A CDP espera realizar o processo licitatório ainda no ano de 2012. Uma condicionante a ser

¹¹³ Equipamento que permite a carga e descarga, em balsas ou navios.

incluída no edital de licitação, segundo o Diretor de Planejamento da CDP, será a de que esse terminal será destinado, exclusivamente, à estocagem e embarque de grãos provenientes de outros estados. Esta medida constitui uma “tentativa de inibir o desmatamento em áreas florestais, que seria provocado pela ampliação de áreas cultivadas naquela região”¹¹⁴.

As empresas interessadas em realizar investimentos no porto que já se manifestaram são CEAGRO, CARAMURU ALIMENTOS, CAVALCA, BOM FUTURO e LOUIS DREYFUS COMMODITIES.

Figura 7- Complexo Portuário de Santarém - CDP.



Fonte: CDP (2012).

6.1.1.1.2 Porto do Outeiro (PA)

O Terminal Portuário do Outeiro tem uma área de 420.911m² e está situado na ilha fluvial de Caratateua, também chamada ilha de Outeiro, localizada à margem direita da Baía

¹¹⁴ M.S. Entrevista realizada em Belém, 21 mar. 2012.

do Guajará, cerca de 38 km do Porto de Belém. Anteriormente chamado de Porto da Sotave, foi construído como um terminal privado, para operação com adubos orgânicos. Após suas obras serem paralisadas, foi desapropriado pela União, que o repassou à administração da CDP, após um longo litígio judicial.

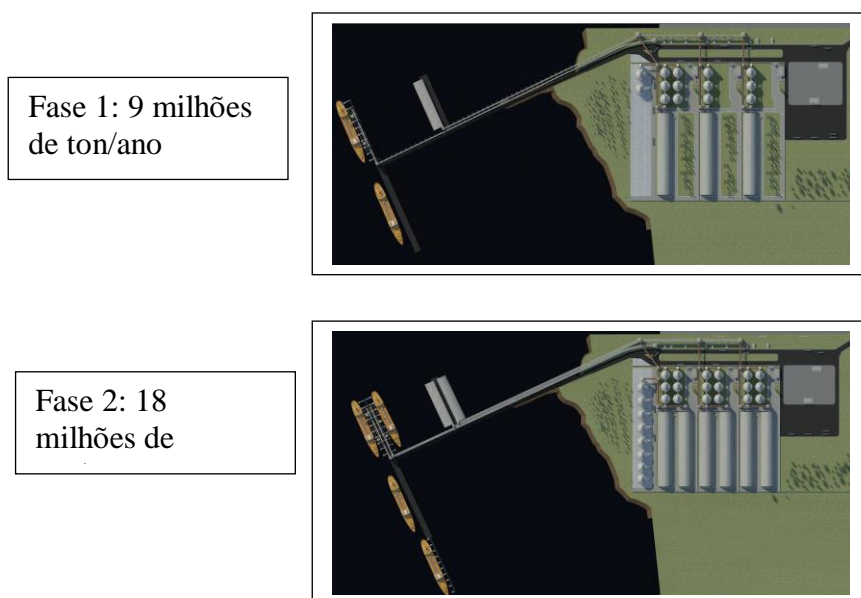
O Terminal do Outeiro, segundo a CDP, tem “vocação exportadora”, devido   sua privilegiada localiza o (dista cerca de 120 km do Oceano Atlântico) e a sua condi o de porto abrigado, com profundidade operacional adequada para grande movimentaa o de cargas graneleiras, podendo constituir vantajosa alternativa ao atual escoamento de gráos pelos portos de Santos e Paranaguá. As proje oes para movimentaa o de cargas indicam que esse terminal poderá ser o grande entreposto do agronegócio na região norte, com a melhor alternativa para redu o no custo de transporte, pelo uso intensivo das Hidrovias Madeira - Amazonas, Tapajós –Amazonas e Xingu-Amazonas e Araguaia-Tocantins, esta última após a derrocagem do Pedral de São Lourenço, entre as eclusas de Tucuruí e a cidade de Marabá, no Pará. Esses investimentos podem consolidar a área de Belém como um estratégico entreposto comercial da produ o agrícola do centro oeste, voltada para a exporta o, tanto pela sua posi o estratégica, pelo acesso hidroviário, como pela proximidade de seu porto com os mercados dos EUA e da Europa¹¹⁵, bem como pelo acesso   Ásia, via Canal do Panamá, principalmente, após a sua duplicaa o.

Os investimentos no porto de Outeiro projetam a constru o, pelo arrendatário, de TGVO em duas fases (figura 8): a primeira com implanta o de infraestrutura para movimentar 9 milhões ton/ano num horizonte de 12 anos e a segunda, estrutura para movimentar 18 milhões de ton/ano no ano 25 do arrendamento. As eclusas da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, juntamente com a Eclusa das Corredeiras de Santa Isabel e o terminal de graneis sólidos, em Outeiro, geram a expectativa de que esse se torne a principal rota   exporta o de gr os da região e do Centro-Oeste brasileiro. Na avalia o do consultor para logística da CNA, “se não nos segurarem, ele poderá ser o maior terminal de gr os do país [...] Ali nós temos uma feliz combina o de armazenagem com velocidade operacional.

¹¹⁵ O processo de prepara o para a licita o do TGVO de Outeiro já atendeu os seguintes procedimentos: PDZ - Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - Delibera o CAP n  18/2004, de 08.10.2004; PROAPI - Programa de Arrendamento - Delibera o CAP   08/2007, de 29.11.2007 Resolu o ANTAQ n  947, de 18.12.2007; CONVÊNIO N  09/2008 – CDP/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - Elabora o do EVTEA do Terminal de Granel Sólido de Origem Vegetal do Outeiro; ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N  21, de 27.09.2010 - Alfândega a título permanente e em caráter precário; TERMO DE COOPERA O DA SECRETARIA DE PORTOS – SEP Processo: 0045.002329/2010-79 Data: 28.12.2010 Descentraliza o de Serviços Portuários; LICENÇA DE OPERA O N  4811/2010 Validade: 20.07.2014. Sendo os próximos passos: - Registro no Sistema EVTE – ANTAQ: fevereiro/2012; EVTEA – aprova es ANTAQ/TCU: previsto para jul/2012; Conclusão do processo licit torio previsto para dez/2012.

Não existe ponte quebrada no acesso, nem congestionamento de tráfego, nada disso. A carga vem pelo rio o que representa uma vantagem muito grande¹¹⁶.

Figura 8- Imagem da maquete Terminal de Granel Sólido de origem Vegetal do porto do Outeiro.



Fonte: CDP (2012).

A mobilização das empresas em torno do TGVO Outeiro tem sido intensa. Na reunião de apresentação do projeto, realizada pela CDP, em 02 de fevereiro de 2012, compareceram 23 empresas entre agroindústrias e prestadoras de serviços em logística de transporte. As empresas que já manifestaram oficialmente o seu interesse no Terminal de Granel Sólido de origem Vegetal I, II e III são: NOVA AGRI, CARAMURU ALIMENTOS, CARGILL AGRÍCOLA, GAVILON, TRANSPORTES BERTOLINI, ADM DO BRASIL, MULTIGRAIN S/A, HIDROVIAS DO BRASIL S/A, CGG TRADING S/A, LOUIS DREYFUS COMMODITIES, HERMASA, CHS DO BRASIL GRÃOS E FERTILIZANTES, THISIS NOBLE, EUROLATINA¹¹⁷.

6.1.1.1.3 Porto de Miritituba/Itaituba (PA).

Situado à margem direita do rio Tapajós, em frente à cidade de Itaituba (PA), o porto de Miritituba, foi inaugurado em 1974, projetado pelo governo militar com verba do Programa

¹¹⁶(Luiz Antonio Fayet, Jornal O Diário do Pará, 12.02.2012).

¹¹⁷ A EUROLATINA projeta a implantação de um terminal de apoio logístico, localizado no rio Tocantins, denominado de ECOPORTO PRAIA NORTE, para integração com os terminais da região norte, com preponderância para o de Outeiro.

de Integração Nacional (PIN), para dar apoio ao escoamento da produção das agrovilas implantadas ao longo da Transamazônica. Adequado a operar apenas com balsas ou embarcações de pequeno porte, seu acesso dá-se pelo rio Tapajós ou pela rodovia BR-230 (Transamazônica). A extensão do Porto é de 192 metros e, atualmente, tem na madeira sua principal movimentação. Na área do retroporto encontram-se as instalações da Petrobrás.

Em fevereiro de 2012, o Governo do Estado do Pará anunciou interesse em investimentos para o distrito portuário e industrial de Miritituba, com estimativas de movimentação de carga na ordem de 20 milhões de toneladas num horizonte de dez a quinze anos. O projeto prevê, na fase inicial de operação, a implantação de infraestrutura para um volume de quatro a cinco milhões de toneladas, assumindo, a partir daí, uma trajetória ascendente. A expectativa do governo é que tal terminal seja um dos maiores terminais fluviais de grãos e carga geral do Norte do país.

Embora ainda nem se tenha os projetos executivos elaborados, os anúncios dos investimentos induziram a corrida entre as empresas vinculadas ao agronegócio. As empresas já se anteciparam e estão comprando terras na área portuária como podemos verificar na figura 11. Com exceção da área da CDP, toda a área do porto está sendo objeto de loteamento entre empresas do agronegócio, em muitos casos tais áreas estão ocupadas por “posseiros”.

A razão desse forte interesse pela área de Miritituba reside no fato de sua localização ser, altamente, estratégica para a região de concentração do cultivo de grãos no norte do Estado de Mato Grosso, principalmente, após o asfaltamento da BR 163 e pela possibilidade da ferrovia Cuiabá – Santarém¹¹⁸. Esse porto será utilizado como apoio logístico para balsas (comboios) que dali partirão para os principais portos de acesso marítimos da região norte. A utilização desse terminal superará em muito a atual rota que utiliza o rio Madeira, partindo da cidade de Porto Velho.

A intensa utilização de Miritituba poderá, no futuro, até substituir a rota de exportação pelos portos de Santarém e de Itacoatiara, se houver vantagem competitiva, no transporte fluvial até o futuro terminal de Outeiro, dada a sua proximidade com o Oceano Atlântico e pelos custos adicionais¹¹⁹ advindos da navegação internacional no rio Amazonas.

¹¹⁸ Em setembro de 2011, os governadores do Pará e Mato Grosso lançam a “Rota de Integração” um movimento que une os dois governos e que, naquele mês, levou um grupo de empresários chineses a percorrer a BR-163, com o objetivo de avaliar a possibilidade econômica de implantação de uma ferrovia acompanhando o traçado da rodovia. O Grupo chinês interessado no empreendimento é o *China Railway Engineering Corporation* (CREC) responsável pela construção e administração de quase 45 mil quilômetros, dos 90 mil quilômetros de ferrovias existentes na China. (Agência Pará de Notícias -<http://agenciapara.com.br/>. Acesso em: 4 set. 2011).

¹¹⁹ Frete marítimo aumentado pelo tempo de navegação na calha do rio Amazonas e as despesas com praticagem e sua disponibilidade para o aumento das viagens necessárias ao escoamento da produção.

Figura 9- Loteamento empresarial na área portuária de Miritituba/Itaituba.



Fonte: CDP, (2012).

A – CDP; B – RIO TURIA; C- NASSAU; D – HBSA; E- UNIRIOS; F- REICON; G- CARGILL; H – PASSARÃO.

6.1.1.1.4 Porto de Santana (AP)

O porto de Santana inaugurado em 1982, com o nome de Porto de Macapá, está situado no município de Santana, à margem esquerda do Rio Amazonas, a uma distância de 20 quilômetros de Macapá, capital do estado do Amapá. O calado do porto é de 12 metros com acesso pela foz estuária do Rio Amazonas e terrestre pela Rodovia Duque de Caxias (Macapá / Santana). Interliga-se com a Rodovia Federal BR-156, que corta o estado no sentido sul-norte, atingindo a fronteira com a Guiana Francesa. É administrado e operado pela empresa municipal Companhia Docas de Santana. Ao lado do Porto de Santana existe um terminal de granéis sólidos, antigo terminal de manganês da Indústria e Comércio de Minério S/A (ICOMI).

Pela posição de porto brasileiro mais setentrional, próximo aos mercados consumidores do Caribe, EUA e Europa e acesso à Ásia pelo Canal de Panamá, tem-se, também, a expectativa de que ele se torne um importante para exportação de grãos. Por conta disso, em 2011 o Governador do Amapá iniciou mobilizações junto ao Governo do Mato Grosso para trazer o escoamento da produção daquele Estado pelo referido porto. Em 2012, o governo federal anunciou que o porto de Santana estava incluído no Plano Nacional de Logística Portuária.

Em razão dos planejamentos para execução dos projetos e os investimentos previstos para a infraestrutura portuária, tanto governamentais como de responsabilidade dos futuros

arrendatários, considerando-se o expressivo número de empresas interessadas, pode-se afirmar que a logística é um instrumento imprescindível à estratégia expansionista do agronegócio, sendo o porto o “ponto” de marcação do território das empresas. Aquela que o detiver deterá também o poder de maior influência no campo da produção da soja, pois dominará parte (ou até o todo, dependendo da marcação de seu território) de um elo importante da cadeia produtiva e de comercialização de grãos. O gigantismo da empresa e sua projeção no mercado mundial da soja, num ambiente de acirrada competitividade, dependerão, também, da sua capacidade de deter o domínio dos “pontos” (portos) estratégicos do território de escoamento da produção. Está em disputa a posse dos portos e de seus acessos hidroviários.

Dito isso, pode-se afirmar que a posse (ou parte dela) de um porto da região norte não se trata de uma simples instalação empresarial, mas sim, da ampliação dos domínios territoriais dessa empresa e do aumento de seu poder no campo da produção de soja. Uma vez conquistado esse “ponto” do território, não se pode dele abrir mão, como veremos no caso da Cargill em Santarém.

6.2 UM PORTO EM DISPUTA: A CARGILL EM SANTARÉM

A instalação da Cargill, em Santarém iniciou em 1999 quando ela ganhou a licitação pública, promovida pela CDP, para arrendamento de área portuária destinada à implantação de um Terminal de Granéis Sólidos de Origem Vegetal (TEGVSAN I). Porém, sua estada na Região Norte, longe de ser pacífica, tornou-se nesses treze anos um longo processo conflituoso envolvendo ações judiciais, intensa mobilização social dos movimentos sociais locais e de ONGs ambientalistas com atuação internacional. Na medida em que os agentes sociais vão tomando posição com relação à empresa, esta também vai redefinindo suas estratégias para, de um lado, apaziguar os conflitos e de outro resolver as pendências judiciais e poder utilizar toda a capacidade de armazenamento e deslocamento que o porto pode oferecer (fotografia 4).

Fotografia 4- Porto da CDP e Terminal Graneleiro da Cargill na cidade de Santarém.



Fonte: Rel-uita (2011).

As contestações sobre a instalação de um Terminal de Granéis Sólidos na área portuária de Santarém iniciaram antes da abertura do processo licitatório¹²⁰. Anteriormente à divulgação da licitação do porto, a CDP havia anunciado a abertura de procedimentos administrativos para proceder os estudos de viabilidade da hidrovía Tapajós-Teles Pires. Na época, o MPF impetrou ação judicial visando impedir a realização dos estudos, processo concluído cinco anos depois, sendo os estudos realizados, posteriormente, pela ANTAQ, ANA e ELETRONORTE. Contudo, essa ação judicial já teve como efeito repercussão negativa perante os possíveis investidores.

Em seguida à ação judicial, o MPF iniciou uma mobilização de contestação sobre a implantação do Terminal de Grãos em Santarém, com anúncios sobre sua intenção de embargar a construção do terminal, ajuizando nova ação em que discutia a necessidade de realização dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do porto, antes do processo licitatório. A CDP somente realizou o processo licitatório, mediante concessão de medida liminar, pela Justiça Federal.

Entretanto, as ações do MPF geraram desconfiança por parte dos possíveis investidores, levando inclusive às desistências de participação no certame sobre o arrendamento do porto. A CDP havia se organizado para realizar quatro licitações em Santarém, dentre as quais, a da área destinada ao arrendamento para construção do Terminal de Grãos. Na época, várias empresas agroindustriais¹²¹ haviam manifestado interesse no arrendamento do porto, contudo, no dia da licitação somente a Cargill apareceu. Em 23 de

¹²⁰ As informações sobre o processo licitatório e os eventos antecedentes e as ações da empresa diante dos conflitos, foram construídas tendo como fonte a entrevista realizada com o Diretor de Planejamento da CDP, Sr. Mauro dos Santos, as matérias publicadas nos jornais locais de Santarém e as entrevistas realizadas em 20102 com dois funcionários da Cargill.

¹²¹ Dentre as quais: HERMASA (Grupo AMAGGI), CARGILL, Bunge e CARAMURU.

novembro de 1999 a Cargill e a CDP assinaram contrato de arrendamento do porto, num evento em Santarém, amplamente anunciado pela imprensa local.

Em 2000, iniciou a batalha judicial pela obrigatoriedade de que a Cargill cumprisse a legislação ambiental brasileira e realizasse o EIA/RIMA. Naquele ano, o MPF ajuizou Ação Civil Pública contra a Cargill e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente para que fossem paralisadas as obras do terminal e elaborado o Eia-Rima. No mesmo ano, o juiz federal Dimis da Costa Braga concedeu liminar cancelando as autorizações para o porto. A Cargill, então, ajuizou vários recursos para obtenção do efeito suspensivo e ao abrigo dessa tutela judicial, conseguiu concluir o TERGRAN em menos de dois anos.

No ano de 2003, o terminal graneleiro iniciou suas operações. Os dois primeiros recursos da Cargill contra a liminar da justiça foram derrubados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. A empresa ajuizou outros dois recursos, que lhe garantiram o efeito suspensivo e até hoje o terminal continua em funcionamento. No ano de 2004, saiu a sentença de mérito do processo principal, condenando a empresa a obrigatoriedade da realização do Eia-Rima. A Cargill ajuizou apelação cível, com efeito suspensivo da eficácia da decisão até apreciação pelo TRF. Enquanto isso, os outros recursos contra a liminar de 2000 foram negados pelos desembargadores federais. Em 2005, a empresa ajuizou outros dois recursos às instâncias superiores, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2006, tais recursos foram negados nem tendo chegado à apreciação tanto pelo STJ como STF. O MPF foi notificado da vigência da liminar em janeiro de 2007, tendo imediatamente requerido ao IBAMA que procedesse a fiscalização. Em 23 de março de 2007 o IBAMA fechou o terminal graneleiro, que foi reaberto vinte dias depois por uma decisão do desembargador federal Carlos Fernando Mathias (fotografia5).

No período do processo judicial, a Cargill beneficiando-se da Resolução nº 237/1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que assegura a prorrogação automática de licença ambiental quando o empreendedor faz a solicitação pelo menos 120 dias antes do vencimento, adotou a estratégia do fato consumado para garantir sua permanência na região. No ano de 2007, a Cargill foi condenada a elaborar o EIA/RIMA, que ficou pronto em agosto de 2008. Em 2010 iniciaram as audiências públicas para discussão do EIA/RIMA, tendo a última sido feita no dia 26 de abril de 2012 no município de Belterra.

Fotografia 5-Fechamento do Porto da Cargill pelo IBAMA.



Foto: Greenpeace (2011).

Entre os argumentos da empresa estava o fato da SECTAM (atual SEMA) ter requerido, como exigência para a liberação da construção do terminal, a apresentação de um Plano de Controle Ambiental (PCA), o que foi atendido pela empresa. Contudo, o MPF argumentou em suas ações judiciais que o PCA não seria o instrumento mais indicado, em decorrência dos impactos gerados pela instalação da empresa em Santarém, que foram muito além da área portuária, tendo influenciado diretamente na vinda de sojicultores para a região e nas situações de grilagem de terras, conflitos sociais e desmatamentos ocorridos após sua instalação na região. Por isso, o instrumento mais indicado seria o EIA/RIMA¹²².

O processo judicial foi acompanhado de mobilização pelos movimentos sociais contrários à instalação da soja na região, com a ocorrência de diversos conflitos.

6.2.1 Os conflitos entre os movimentos sociais, ONGs ambientalistas e a Cargill

A chegada da Cargill em Santarém induziu a vinda de produtores de soja para a região. Assim, logo após a confirmação da licitação do Porto e o arrendamento pela Cargill, foi constatado aumento da procura por terras e, por consequência, aumentaram os casos de conflitos de terras e grilagem.

¹²²O licenciamento ambiental pelas leis brasileiras prevê os seguintes passos: i) o empreendedor solicita ao órgão ambiental (federal, estadual ou municipal) uma Licença Prévia (LP), apresentando nessa etapa o Estudo de Impacto Ambiental; ii) o Estudo é elaborado à custa do empreendedor e obedecendo a um Termo de Referência elaborado pelo órgão ambiental. Ele deve ser amplamente debatido com a sociedade através de audiências públicas que podem ser solicitadas por qualquer cidadão; iii) se aprovada, a LP ainda não autoriza a instalação do projeto, apenas sua localização e concepção tecnológica; iv) com a LP, o empreendimento pode obter a Licença de Instalação (LI), que autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. Nessa fase, o poder público também deve exigir relatórios e estudos para garantir o respeito ao ambiente. (MPF. Disponível em www.prpa.mpf.gov.br/).

Os embates entre os movimentos sociais locais e a Cargill iniciaram-se nos anos de 1999/2000, quando a empresa começou as obras de instalação do terminal com a demarcação e retirada da areia da praia da Vera Paz. Por causa da destruição da praia, os movimentos sociais locais tomaram a iniciativa de denunciar o crime ao Ministério Público Federal, que imediatamente abriu processo judicial visando à paralisação da obra do referido terminal. Entre os anos de 2003 a 2006 os movimentos sociais e organizações locais, em parceria com o Greenpeace, organizaram vários protestos e manifestações contra a empresa. Cada movimentação das organizações locais contra a empresa era contraposta por outra mobilização, em favor da empresa, protagonizada pelos produtores de soja.

Os eventos ocorridos no ano de 2006 nos ajudam a verificar as ações dos diferentes agentes sociais envolvidos no conflito com a empresa. Em março de 2006, lideranças sindicais e o Greenpeace (cerca de 50 pessoas) realizaram um protesto contra o desmatamento de numa área de 1.650ha, a cerca de 120 km da cidade de Santarém, na Gleba Pacoval. No protesto, uma faixa de 2.500m quadrados com a mensagem “100% crime”, bem como o ato simbólico constituído pela plantação de mudas de castanheiras. O sojicultor Donizetti Oliveira, à época, presidente da Associação dos Produtores Agroindustriais de Santarém – ASPAS, que se intitulava dono da área, manifestou reação violenta contra o protesto, agrediu os participantes e com uma faca rasgou a faixa que havia sido estendida.

Ele passou com o carro por cima da faixa várias vezes para destruí-la, quebrou o vidro de uma das caminhonetes e agrediu os manifestantes. Chegou a ameaçar os jornalistas Jeso Carneiro, da Gazeta, e Alberto César, do Correio Amazonense, de Manaus, que estava fotografando o protesto. Ninguém saiu ferido. (GAZETA DE SANTARÉM, 2006a)

Na semana seguinte ao protesto, o citado sojicultor foi preso pela prática de crime ambiental, grilagem de terras e agressão a agentes públicos. No ano de 2005, técnicos do IBAMA já haviam constatado o desmatamento de 650ha no local. Na época, a área foi embargada, com a apreensão de quatro tratores e correntes utilizados na derrubada das árvores. No início de 2009, o mesmo sojicultor foi multado em mais de 1 milhão de reais por desmatar ilegalmente 950ha de floresta na gleba. Logo após a sua prisão um grupo de sojicultores concentrou-se em frente à delegacia para protestar.

Depois de prestar depoimento ao Juiz Federal, Donizetti Oliveira foi solto, com protesto do Procurador do MPF que o classificou como “delinquente ambiental compulsivo”. Em seu depoimento reconheceu o desmatamento ilegal, alegando ser a “única fonte de seu sustento e de sua família”.

O acusado é delinquente ambiental compulsivo. Trabalha na destruição da Floresta Amazônica qual formiga incansável. Mais do que comprovado o imenso perigo que José Donizetti Pires de Oliveira apresenta para o convívio social. O estado democrático de direito não pode permitir que um indivíduo, além de ocupar terras públicas ilegalmente, ainda agrida cidadãos brasileiros que estão gozando do seu direito constitucional de manifestação pacífica. (Trecho da denúncia do MPF feita pelo Procurador Federal Renato Gomes, publicado em GAZETA, 2006b).

Após esse fato, os sojicultores organizaram um movimento na cidade de Santarém – “Movimento Fora Greenpeace”, que envolveu os sojicultores e parte da sociedade local santarena. Espalharam, pela cidade, diversos outdoors, cartazes e adesivos de carros com frases como “Fora Greenpeace – Amazônia é dos brasileiros”, com farta distribuição de camisetas e pesados ataques na mídia local. Esse movimento acirrou os ânimos entre os sojicultores, levando às reações cada vez mais violentas, protagonizadas em maio de 2006, contra as manifestações pacíficas organizadas pelo Greenpeace.

Em abril de 2006, o Greenpeace lançou o relatório “Comendo a Amazônia”, no qual apresenta dados sobre o desmatamento, relacionando-o à expansão da soja na Amazônia e responsabilizando as três empresas multinacionais norte-americanas do setor agrícola ADM, Bunge e Cargill.

No dia 11 de maio de 2006, o navio *Arctic Sunrise do Greenpeace* aportou em Santarém, trazendo um contingente que reforçou a equipe da organização que já se encontrava na região, numa tentativa de dar uma resposta pacífica ao movimento “fora Greenpeace” intensificado após o lançamento do referido relatório e das ações ativistas realizadas pelo Greenpeace na Europa.

Nas manifestações do movimento “fora Greenpeace”, foi feita a defesa de que a “preservação do meio ambiente se opõe a ideia de progresso”, numa defesa explícita da visão econômica e de mercado, na qual os bens da natureza e a terra não passam de mercadorias. Em contraponto, o Greenpeace organizou uma série de atividades e eventos na cidade, dentre os quais, uma exposição fotográfica montada no Mercadão 2000, localizado na orla da cidade, e a exibição de um filme sobre a derrubada da floresta para a plantação da soja. Durante a exibição do filme, no dia 13 de maio de 2006, um grupo de 30 sojicultores disparou rojões contra o barco inflável no qual estava a tela de projeção. Após isso, houve agressões físicas contra os jornalistas que cobriam o fato e contra moradores da cidade que se encontravam na orla. No ato de agressão, o grupo manifestou todo o seu preconceito e estigma contra a população local. Conforme relato publicado no jornal Gazeta de Santarém.

Exaltados e agressivos, os sojeiros queriam impedir o registro jornalístico e fotográfico de um protesto do Greenpeace contra a destruição da floresta Amazônica para a plantação de soja. O protesto da ONG ambientalista foi violentamente rechaçado pelos sojeiros, que utilizaram rojões para paralisar a exibição de um filme projetado numa embarcação, ao largo do rio, às proximidades do prédio da Caixa Econômica Federal. [...] Tão logo obtiveram êxito em sua investida pirotécnica contra os ambientalistas, os sojeiros se voltaram contra os jornalistas que documentavam o protesto e até contra pessoas que passeavam no local. [...] O jornalista Celivaldo Carneiro, escapou da agressão física depois que foi identificado por um dos sojeiros, mas não foi poupado da agressão verbal, do tipo: “vocês de Santarém são todos índios, preguiçosos e somos nós [sojeiros] que estamos trazendo desenvolvimento para a região”. [...] “o povo de Santarém só gosta de pinga e detesta trabalhar. É por isso que sofre mais do que sovaco de aleijado. Nós [sojeiros] chegamos pra tirar Santarém da miséria. (GAZETA, 2006c, grifo nosso).

O embate protagonizado pelos sojicultores, pela violência física, psicológica e simbólica, demonstra o estigma contra os povos da Amazônia e explicita um olhar depreciativo sobre a região, “atrasada”, “povo preguiçoso”, “que não gosta de trabalhar”. Traduz, também, um manifesto preconceito em relação aos povos indígenas, que corresponde ao estereótipo, no sentido trabalhado por Goffman (1988)¹²³, construído pela sociedade para “classificá-lo”.

Para Goffman (1988), o estigma é um “tipo especial de relação entre o atributo e o estereótipo. Para o autor, existem três tipos de estigmas, as várias deformidades físicas; as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixão tirânica ou não naturais, crenças falsas e rígidas e os tribais, de raça, nação e religião. O estigma dos sojicultores para com os povos amazônicos se encaixa no terceiro tipo.

O embate ente os ambientalistas, movimentos sociais locais e sojicultores duraram vários dias, com diversas ações tanto de um lado como de outro. Todas envolvendo atos de protesto contra e a favor da empresa Cargill, símbolo emblemático da chegada e expansão da soja na região.

Em 21 de maio de 2006, foi realizada a “Marcha pela Floresta em Pé” em defesa da produção familiar e contra a monocultura da soja. A marcha foi organizada pelo STTR, GTA, Frente em Defesa da Amazônia (FDA) e Greenpeace, contou com a participação de mais de 30 organizações entre ONGs e movimentos sociais e marcha teve como destino final o porto

¹²³ GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, 1988. Editora Guanabara. 4ª edição. (título original: Stigma – Notes on the Management of Spoiled Identity. Publicado por Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, Nova Jersey, 1963.

da Cargill, constituindo, também, um protesto pacífico contra o estigma e o preconceito manifestado pelos sojicultores.

Nós, nativos, estamos nos sentindo agredidos em nossa cultura, etnia e natureza por que forasteiros agridem nossa região, geram lucro para poucos e nós ficamos sem floresta e sem futuro para nosso povo. (Padre Edilberto Sena, coordenador da Frente em Defesa da Amazônia, publicado em (GAZETA, 2006d).

A violência dos sojicultores contra lideranças locais se revelou nas ameaças de morte publicadas no sítio da *Web Orkut*. No dia 25 de maio de 2006, na comunidade virtual denominada “Fora Greenpeace a Amazônia é dos brasileiros”, foi postado um recado, por um jovem, fazendo apologia à violência e com ameaça de morte aos padres Edilberto Sena e Boing.

Os eventos ocorridos em maio de 2006 ganharam divulgação local, nacional e internacional. As ações ativistas e a campanha contra a soja, protagonizadas pelo Greenpeace, em Santarém e na Europa, mobilizou a opinião pública mundial para o impacto da expansão da soja na floresta Amazônica. O efeito dessa repercussão foi o “boicote à soja da Amazônia” por supermercados, fabricantes de alimentos e cadeias de *fast food* da Europa, dentre elas, o McDonald’s. A relação estabelecida, no relatório do Greenpeace, entre a produção da soja no bioma Amazônico e o desmatamento teve impacto entre os consumidores.

O “boicote da soja” conseguiu que, em 24 de julho de 2006, a AMBIOVE e a Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (ANEC) e suas associadas, assumissem publicamente o compromisso de não comercializar nenhuma soja oriunda de áreas que fossem desflorestadas, dentro do Bioma Amazônia, após a referida data. Tal iniciativa foi denominada de “Moratória da Soja”.

Os conflitos sociais ocorridos na região, tanto aqueles envolvendo a posse de terras quanto os do embate com a Cargill, levaram à reorganização das forças sociais locais em dois grandes grupos “os contra a soja na região” e “aqueles a favor da soja e da Cargill”.

O primeiro grupo objetivou juntar forças, intensificar as mobilizações, organizar o movimento FDA: “um movimento popular formado pelo companheirismo de várias instituições e pessoas que lutam por um objetivo comum: a defesa do povo e da Amazônia, buscando um desenvolvimento justo para nossa região”. (Portal FD¹²⁴). Dentre as estratégias

¹²⁴Disponível no sítio.

usadas no conflito com a empresa estavam: registro de denúncias ao MPF, realização de protestos, passeatas, estudos e organizações de dossiês sobre os impactos da soja na região.

O segundo grupo objetivou também realizar passeatas, organizar movimentos, campanhas de apoio à Cargill, promoveu estudos sobre o impacto da atividade da sojicultura no PIB de Santarém. Outra ação decorrente da organização dos produtores de soja foi a conquista do comando do SIRSAN no ano de 2010 e sua inserção nos espaços de participação da sociedade civil nas políticas públicas. Através do SIRSAN os produtores posicionam-se dizendo,

A gente participa de todos os movimentos. Nós temos o movimento pela divisão do Estado, que a gente entende assim que é bom pro Estado como um todo. Todos os movimentos, vamos dizer assim em si, a gente está inserido. A gente participa de todos os conselhos de desenvolvimento municipal, questões de nível estadual a gente participa. Que nem a mudança do status sanitário começou dentro desse sindicato pro Baixo Amazonas mudar pra médio risco, a gente era alto risco, conseguimos alterar numa campanha junto a, a Federação (FAEPA) foi fantástica nessa questão [...]. (T.F., SINDICATOS DOS PRODUTORES..., 2011¹²⁵).

Outra articulação importante dos produtores de soja, após assumirem a diretoria do SIRSAN, foi estabelecer parceria com a Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN¹²⁶). Tal parceria está presente na participação da APRUSAN na organização da Feira de Agricultura Familiar no espaço da Feira Agropecuária, organizada pelo SIRSAN e nas mobilizações em defesa da Cargill.

6.2.2 “Terminal de Portas Abertas”, “Comitê de Ação Social”: redefinindo os programas de responsabilidade social da empresa diante dos conflitos.

A Cargill mantém um programa de “responsabilidade corporativa” definido como de melhoria contínua de seus padrões, ações e processos, extensivo ao trabalho com a sociedade das localidades em que se instala, assentado em quatro comprometerimentos:

[...] conduziremos nossos negócios com altos níveis de integridade, responsabilidade e compromisso; desenvolveremos formas de reduzir nosso impacto ambiental e ajudar a conservar recursos naturais; trataremos as pessoas com dignidade e respeito; investiremos e nos envolveremos nas

¹²⁵ Entrevista realizada em Santarém, em: 19 Jul. 2011, com então presidente do SIRSAN. Em 2012 passou a ocupar o cargo de vice-presidente.

¹²⁶ Criada em 1988 para administrar a Feira do Produtor Rural. Em 2011 cerca de 1.500 agricultores familiares estavam como associados à APRUSAN. Sobre a feira e atuação da APRUSAN em Santarém SÁ et al.(2006).

comunidades onde vivemos e trabalhamos. (CARGILL, 2011, não paginado).

Para desenvolver as ações junto às “comunidades”, a Cargill utiliza a Fundação Cargill, criada em 1973, que desenvolve dois programas o “Fura-Bolo¹²⁷” (1999-2011 implantado em 24 cidades e 8 estados) e de “grão em grão¹²⁸” (desde 2004, presente em 14 cidades e 7 estados).

No Baixo Amazonas, a empresa atua de forma diferenciada, em virtude dos intensos conflitos com os movimentos sociais locais e das ações judiciais sobre o porto. Dois programas são desenvolvidos pela Cargill em Santarém. O primeiro é o “Terminal de Portas Abertas” que realiza atividades de visita em grupo ao terminal. Geralmente são mobilizadas as escolas para essa visita monitorada, contudo é aberta para o “público” em geral. Até agosto de 2010 cerca de 3.000 visitantes passaram pelo terminal: escolas (ensino fundamental e médio), universidades, ONGs, organizações comunitárias de Santarém, Itaituba e Rurópolis. Segundo a assessoria de ações sociais da empresa, o referido programa é um “sucesso” de comunicação com a comunidade: “mandamos cartas para as escolas e fizemos o primeiro contato. Depois de quatro meses não tínhamos mais agenda. Nossa prioridade são as escolas e universidades”. (K., Assessoria de Ações Sociais; Cargill, 2010¹²⁹). A estratégia de abrir o terminal para visita é utilizada como uma forma de quebrar com a imagem de “empresa má”, de “empresa que não presta” que foi construída por “grupos pequenos, mas formadores de opinião” (idem). Ações de formação de opinião e educativas junto às escolas e universidades são estratégias muito usadas pelas empresas e agências do agronegócio, como o programa desenvolvido pela ABAG de Ribeirão Preto. No caso da Cargill/Santarém essa ação tem servido para estreitar os laços da empresa com a sociedade santarena e para o convencimento de sua contribuição para o “desenvolvimento” da região.

Outro programa é o “Comitê de Ação Social” criado para atender aos pedidos de contribuições¹³⁰. Formado por 9 funcionários da empresa, que examinam e selecionamos pedidos. As escolhas são baseadas em critérios de prioridade, a saber: atendimento às questões de saúde e educação, meio ambiente, assim como o grau de impacto na comunidade,

¹²⁷ Programa de Apoio ao Ensino Fundamental, de estimulando a leitura, em parceria com as Prefeituras e Secretarias de Educação das cidades onde a Cargill atua. Utiliza material didático próprio.

¹²⁸ Tem como principal objetivo transmitir conceitos sobre agricultura familiar e alimento seguro. O Programa aborda conceitos que vão desde aspectos de higienização de alimentos até a pós-colheita de legumes e verduras cultivados em hortas. As aulas práticas acontecem nas hortas implantadas em escolas.

¹²⁹ Entrevista realizada em Santarém, 23 ago.2010.

¹³⁰ Os pedidos são variados de individuais ao coletivo: construção de casas, caixa d’água, reforma de teatro, apoio cultural, por exemplo.

número de pessoas a serem atendidas e orçamento. Dentre os pedidos atendidos possuem prioridade aqueles de maior abrangência e repercussão. Dessa forma, a empresa presta apoio financeiro às atividades culturais, religiosas e outras como: Círio, Feira Agroindustrial, Cristoval, Marcha para Jesus, Congresso da Paz, Festa do Çairé, além de outras ações como, reforma da biblioteca municipal e vários projetos de apoio às escolas e associações comunitárias.

Segundo informações da assessoria de ações sociais, a partir do ano de 2011, a empresa investiria num novo programa direcionado para os bairros vizinhos ao terminal da Cargill, bairros da Aldeia, Laguinho, Mapiri, Liberdade, Elcione Barbalho, Maracanã I e II. A empresa prevê uma ação mais sistematizada, um levantamento das necessidades de cada bairro, para depois estabelecer um plano de intervenção.

Com relação aos agricultores familiares, a Cargill firmou parceria com a APRUSSAN, apoiando atividades de capacitação, de organização e reforma da Feira do Produtor, instalada no Mercado 2000,

fornece troca de informações, contrata pessoal que domina tecnologia e ministra cursos para a APRUSSAN. Na feira distribuiu lixeiras no Mercado e fez a padronização do avental. A ANVISA determinou que não podia a colher de pau no tucupi. Ela forneceu a colher e nós (Cargill) fornecemos a touca e o avental. Da mesma forma será feito para os hortifrúti. Nossa proposta é conscientizar o pessoal da feira. Reformamos o escritório da APRUSSAN” (K., Assessoria de Ações Sociais).

Com as parcerias a empresa vai colocando a sua “marca”: “todo patrocínio tem sua contrapartida. Nós perguntamos se poderia ter a logo da Cargill, eles permitiram” (idem); e ampliando o número de seus defensores, como poderemos verificar nas audiências públicas de apresentação do EIA/RIMA do terminal graneleiro.

6.2.3 Audiências Públicas: parceiros e antagonistas no debate¹³¹

As audiências públicas do processo de licenciamento ambiental do Terminal de grãos da Cargill e expansão das suas atuais instalações revelam novas relações com a empresa, tensões e conflitos na região.

Até maio de 2012 foram realizadas quatro audiências públicas: em Santarém (14 de julho de 2010), Belém (04 de novembro de 2010), Alenquer (em 03 de agosto de 2011) e Belterra (em 26 de abril de 2012). Todas foram solicitadas pelo Ministério Público Estadual/Federal.

Sobre a audiência realizada em Santarém, Monteiro (2010) em seu artigo comenta que a audiência “acentuou o desânimo observado neste rito para o licenciamento de projetos de grande impacto regional, e nesse caso, também local. Um descrédito sobre a eficácia das audiências com *locus* de democratização de informações e legitimação das decisões dos órgãos reguladores [...]”. Para as audiências de Santarém e Belém havia um aparato de segurança e controle de acesso ao espaço físico, incluindo adesivo de autorização. (ver figura 14). Na audiência da Cargill, quem dá as regras é a empresa. Num espaço que deveria ser aberto à livre manifestação da sociedade, as posições contrárias as da empresa foram cerceadas: “A FDA tentou entrar na noite anterior para colocar uma faixa (lógico contra a Cargill), mas foi barrada por policiais, pois não tínhamos a autorização da Cargill. No dia da audiência nosso carro não pode entrar, pois não tínhamos a tal autorização. Na audiência da Cargill só tinha faixas favoráveis [...]”. (FRENTE EM DEFESA DA AMAZÔNIA, 2010, disponível em portalfda.blogspot.com/).

¹³¹ Não é nosso objetivo fazer uma análise do processo de licenciamento ambiental referido ao Terminal de grãos da Cargill, mas demonstrar como a estratégia da empresa em realizar suas ações sociais repercutiu em sua defesa durante a audiência realizada em Belém. É importante mencionar que não foi possível acompanhar todas as audiências realizadas, apenas a ocorrida em Belém na qual pudemos gravar todos os pronunciamentos realizados e manifestações. Tal audiência foi significativa para conhecer os argumentos de defesa com relação ao empreendimento. É com base na audiência de Belém e na primeira realizada em Santarém, que procedemos nossas observações. Vale informar que até junho de 2012 o processo do licenciamento ainda não havia sido concluído.

Figura 10- Adesivo de autorização de acesso à audiência pública do EIA-RIMA do porto Cargill - Santarém, 2010.



Fonte: PORTALFDA (2011).

No espaço físico da audiência estavam pessoas “fardadas e preparadas para a defesa do projeto”. Um grupo grande vestia branco, sugerindo paz, saiu em defesa da empresa, vaiando os posicionamentos críticos, inclusive aqueles do Ministério Público (fotografia 6). (MONTEIRO, 2010). Foram 2000 pessoas presentes e 200 manifestações entre perguntas escritas e orais, a favor e contra a manutenção do empreendimento da Cargill. Nessa audiência o MPE levantou questionamentos sobre a veracidade dos dados apresentados pela empresa no EIA-RIMA, posteriormente abriu procedimento investigativo.

A estratégia do movimento social representado pela FDA foi a realização de uma Contra Audiência Pública, convocando todas “as entidades, movimentos populares e pessoas em geral” para participar. O entendimento da FDA é de que as Audiências Públicas,

[...] são apenas um modo de referendar os projetos já decididos, onde se dará a impressão de democracia participativa, diante das exigências legais. Esta afirmação se dá pelas experiências de outras audiências públicas que se apresentaram como espetáculo circense, onde um grupo cooptado pela empresa e pelos grandes interesses se manifestam favoráveis ao porto e outro grupo se manifestará contra, numa luta maniqueísta, onde as cartas foram marcadas pelos órgãos governamentais e interesses financeiros. **Quem participar dessa Audiência estará assinando a favor da Cargill.** (FRENTE EM DEFESA DA AMAZÔNIA, 2010, não paginado).

O objetivo da Contra Audiência Pública foi protestar contra a “invasão ilegal da Cargill e denunciar a mentira da Audiência Pública”. O local escolhido foi em frente ao Iate Clube de

Santarém, local da Audiência Pública organizada pela Cargill e dirigida pelo SEMA. Durante a Audiência Pública a CPT entregou um dossiê ao MPF e ao Secretário de Meio Ambiente, com mais de 150 documentos sobre os impactos provocados direta e indiretamente pela Cargill na região.

Na audiência de Belém, a organização foi toda controlada pela empresa, com bom aparato de segurança, mas, sem uniformes brancos. Contudo o lema da paz foi lembrado pelo representante da Cargill ao encerrar sua fala na audiência: “achamos que é tempo de paz para o progresso do Pará, do Brasil, da Amazônia”.

Fotografia 6- Audiência Pública EIA-RIMA Porto Cargill



Fonte: Marcelo Café (2012).

Em Belém cerca de 200 pessoas participaram da audiência, a maioria defensores da empresa. Estavam presentes um grupo grande de produtores de soja, o Vice-Prefeito de Paragominas, representantes de associações de moradores dos bairros do Laguinho e Liberdade de Santarém, uma professora da escola reformada pela empresa, uma liderança comunitária da comunidade São Pedro de Belterra, representantes da APRUSSAN e do SIRSAN e outros mais produtores de soja de Santarém. Além deles, o representante da Faculdade Integrada de Tapajós (FITE), da FAEPA, deputados estaduais e vereadores de Santarém e Belterra. Todos se manifestaram em defesa do empreendimento e da empresa.

Os argumentos em favor da Cargill versavam sobre o desenvolvimento trazido pela empresa, os empregos gerados, as ações sociais, a importância de ter uma grande empresa na região, as possibilidades de uma possível industrialização da produção. Sem posições contrárias, apenas a do MPE e MPF e de um participante, a “boa empresa” ou “empresa boa” dominou o discurso, sem que os presentes debatesses o próprio EIA/RIMA, muito menos os impactos decorrentes do empreendimento. Foram 25 perguntas e manifestações por escrito, 30 manifestações orais, dessas apenas uma contestava o empreendimento. Mais grave ainda, foi o fato dos presentes passarem a questionar o MPE. A audiência que seria para discutir sobre o

EIA/RIMA transformou-se num espaço de contestação da própria competência do MP, sobre o seu papel definido na Constituição Federal. Tendo inclusive chamadas de atenção aos deputados presentes na audiência para a necessidade de ação na Câmara e Senado Federal para revisão da competência do MP.

Trechos de algumas manifestações feitas durante a Audiência Pública do EIA-RIMA do Terminal da Cargill realizada em Belém (04.11.2010).

João Rodrigues Neto da APRUSSAN – “a Cargill é uma empresa que compra grãos de produtores que produz soja em área desflorestada. É uma empresa que cumpre as normas de meio ambiente a risca. Represento a classe dos produtores rurais, trabalho na agricultura familiar e sei o quanto melhorou o desenvolvimento de nosso município de Santarém”.

Jurandir Azevedo morador do Bairro do Laguinho – “o progresso precisa continuar na região. A empresa Cargill tem trazido o desenvolvimento pra nossa região de Santarém gerando emprego e renda. Com a instalação da Cargill, vários empresários do ramo da venda de máquinas pesadas chegaram em Santarém gerando emprego, a empresa Cargill tem vários empregados que deixaram de se deslocar para outro estado como o Amazonas”.

Maria de Lourdes de Sousa – “todo o pai quer dar o que ele não tem para os filhos, sei disso como filha de agricultor que sou. Quero dizer que o desenvolvimento de uma região é uma rede de empreendedorismo, por que na hora que o agricultor compra um trator para os seus trabalhos ele gera emprego na borracharia, ele gera emprego ao posto da gasolina que tem que vender o combustível para a máquina andar, ele gera emprego na loja de autopeças, na pessoa que vai operar esse trator, enfim é uma rede de pessoas ligadas. Quero dizer que Eu sou da comunidade São Pedro lá em Belterra. Na minha comunidade nos temos um testemunho vivo do desenvolvimento econômico da nossa região através da agricultura, da agricultura familiar. Na nossa comunidade existiam 48 famílias, há seis sete anos atrás, e hoje nós temos um gráfico de 75 famílias, o que isso quer dizer, elas estão acreditando no seu potencial agrícola, que elas estão almejando novos dias. Então eu trago esse testemunho de lá”.

Maria- eu sou vereadora de Belterra e tenho orgulho de estar aqui em uma Audiência Publica defendendo o município que foi anos e anos abandonado. Eu gostaria de frisar ao MP aos técnicos, que a empresa que veio pra região [...] em Belterra ela está contribuindo para o desenvolvimento [...] nos mesmos discriminamos nossa região, em vez de nos estarmos discutindo a pobreza estamos discutindo o destino da Cargill. [...] Eu acho que a Cargill é um réu que já pagou todas as suas penalidades.

Josias Cardoso – fui presidente da Associação de Moradores do bairro da liberdade e também estou aqui representando a Ass. do bairro da Liberdade. Pra nóso surgimento da Cargill, 2000 2002,2003, 2004 2006, [...] A Cargill ela veio pra nós como esperança de um futuro melhor. [...] Então, com a Cargill surgiu uma nova esperança para o futuro de STM [...] pedimos ao MP que pense em nós seres humanos que precisam trabalhar.

Deputado Wandenkolk Gonçalves—a presença da Cargill é o início de um novo pacto pelo Pará. A alternativa mais curta é essa aqui [...] o que se vê é só medidas restritivas. Temos uma dúvida se nos temos hoje que preservar produzindo ou produzindo preservando [...] vamos parar com essa de desenvolvimento sustentável que mais serve para tese de mestrado do que para o desenvolvimento de nosso estado.

A presença massiva de organizações santarenas, que estabeleceram parcerias com a empresa, na audiência, revelou que a estratégia da empresa de promover “ações sociais” em Santarém deu certo, conseguindo formar um grupo de defensores incondicionais. De fato, o que parece é que as audiências públicas para a discussão sobre o empreendimento e seus impactos na região viraram espaço de destaque e reforço da ação empresarial.

Acsegrad e Bezerra (2011, p. 180-181) chamam atenção para o fato de o capitalismo contemporâneo adotar procedimentos da chamada “desregulação” – “um novo modo de funcionamento do sistema, caracterizado por estratégias territoriais de capitais dotados de mobilidade potencial acrescida”. Isso permitiria as grandes empresas adotar uma forma de “chantagem locacional” por intermédios dos seus investimentos. “Recorrendo à sua maior mobilidade potencial, o capital aprisionaria parcelas importantes das populações locais à alternativa de aceitar a promessa do emprego e renda a qualquer custo”. Os argumentos usados nos posicionamentos da empresa e de outros participantes durante as audiências públicas sobre o EIA/RIMA do Terminal de grãos e sua ampliação, são claros quanto à submissão a esse tipo de chantagem locacional. É como se a vida social e econômica de Santarém não existisse antes da chegada da empresa e da produção de soja na região. Sua própria existência e possibilidades de “desenvolvimento”, “crescimento”, aparecem condicionadas à permanência da empresa.

6.3 A LÓGICA TERRITORIAL DO GOVERNO E DAS EMPRESAS NO CAMPO DE PRODUÇÃO DA SOJA

Ao longo da história de ocupação da Amazônia, as políticas de desenvolvimento, implementadas pelo governo federal, a partir das décadas de 1960 e 1970, tiveram como argumentos discursivos a superação do “vazio demográfico”, a sua “integração” ao território nacional e a “valorização” dos recursos naturais. Fornecer matéria-prima e concentrar farta e barata mão-de-obra foi o papel da região na divisão internacional e territorial do trabalho.

Acevedo Marin e Castro (1987, p. 10) enfatizam que a partir dessas décadas, houve uma centralização das decisões sobre a região nas mãos do governo federal, deixando as

oligarquias e governos locais à margem. Essa centralização foi possível com a inserção dos programas de ocupação e desenvolvimento baseados em proposta de industrialização e criação de estruturas governamentais como a SUDAM. Tal modelo de desenvolvimento e sua base tecnocrática induziram a uma modernização “que explora intensamente os recursos florestais, minerais, hídricos, etc, com projetos que, mesmo financiados por empresas internacionais, recebem do Estado benefícios traduzidos na sua montagem de infraestrutura e subsídios”. As referidas autoras enfatizam ainda, que tal modelo serviu para consolidar a região como “uma colônia do sul e da divisão internacional do trabalho”, o que ocasionou um “imenso desgaste às populações locais e ao meio ambiente”.

Dentre os anos 1970 a 1990, pode-se sintetizar a ação estatal direcionada à Amazônia, segundo três linhas de ação: a) a ocupação do território, com foco na política de colonização via instalação de assentamentos rurais, capitaneada pelo INCRA; b) o investimento na implantação de infraestrutura e logística de transportes, priorizando a instalação e expansão de eixos viários; e c) a implantação de grandes projetos. A conjugação desses investimentos induziu, a longo prazo, o processo de expansão agropecuária na região, bem como a sua inserção no comércio agrícola mundial, valorizada por uma combinada articulação entre a exploração madeireira, a pecuária e a produção de grãos, permitindo assim, o crescimento do agronegócio na região em detrimento dos padrões tradicionais de produção regional.

Com relação à produção de soja, os programas de cunho desenvolvimentistas “reeditados” a partir de 1996, ainda no governo de FHC, e continuados no governo Lula e de Dilma Rousseff, aparecem como estruturantes para a viabilização do agronegócio na região. As principais ações governamentais foram objeto dos programas **Brasil em Ação** (PPA 1996-1999), **Avança Brasil** (PPA 2000-2003 e 2004-2007) e, no **Programa de Aceleração do Crescimento** (PAC 2007-2010, 2011-2014). O objetivo central dos programas é montar uma estratégia geopolítica de alteração da infraestrutura de transporte na região, de forma a garantir a posição brasileira nas políticas de exploração econômica e de circulação de mercadorias no mercado mundial. Outros programas específicos para a região veem reforçar as ações previstas nos PPAs. , tais como o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Pode-se observar ainda, que tais programas convergem para reforçar a lógica de uma reorganização produtiva em que “cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas a produção”. É uma lógica em que se promove uma nova divisão territorial “fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 105). Ao pensarmos o território pelo seu uso, verificamos que ele é objeto de divisões de trabalho. Cada atividade ou cada empresa

necessita de pontos para marcar sua posição no território, constituindo a base territorial de sua existência: o território da produção, da circulação e do consumo.

Cada empresa vinculada ao agronegócio produz uma lógica territorial “desenhada” de acordo com o seus interesses. O posicionamento das empresas e a distribuição no território de seus pontos de interesses definem a estrutura e o funcionamento de sua operação. Como afirmam Santos e Silveira (2004, p. 292), para as empresas “o território do seu interesse imediato é formado pelo conjunto de pontos essenciais ao exercício de sua atividade”. Nesse sentido, a disputa entre as grandes empresas pelas localizações portuárias, no eixo de escoamento da BR 163, está intrinsecamente vinculada à garantia de uma posição vantajosa em relação ao plano mundial em que se realiza o conjunto de suas operações.

A presença da Cargill em Santarém e Miritituba garante uma posição vantajosa junto ao mercado nacional e mundial de grãos, ampliando o domínio de seu território no agronegócio brasileiro. A marcação de vários pontos no território, expressa também um poder no uso desse território, logo se pode ver que vão sendo criadas posições hierárquicas, tanto entre as empresas do setor como no uso diferencial do território. “O uso competitivo do espaço acaba por se mostrar um uso hierárquico, na medida em que algumas empresas dispõem de maiores possibilidades para utilização dos mesmos recursos territoriais”. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.295).

Contudo, essa hierarquia é condicionada à dinâmica das vantagens corporativas que, rapidamente, se modificam por ser um processo permanente de construção-desconstrução-reconstrução no mercado globalizado. Nesse aspecto, as políticas governamentais têm sido decisivas para a criação de tais vantagens.

A noção de espaço corporativo deriva de tal mecanismo, que inclui uma utilização privilegiada dos bens públicos e uma utilização hierárquica dos bens privados. É dessa forma que maiores lucros são obtidos por alguns agentes, ainda que trabalhem sobre os mesmos bens e embora estes estejam nominalmente públicos. Quando as corporações encorajam, segundo as várias formas de convicção, a construção de sistemas de engenharia de que necessitam, e quando os governos decidem realizar tais obras, o processo de produção do espaço corporativo se fortalece. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 295).

As maiores empresas passam então a desempenhar um papel central no território produtivo, com ou sem a colaboração do Estado.

A presença de uma grande empresa mundial em determinada localidade, como o caso da Cargill em Santarém, incide sobre a dinâmica territorial local, implicando em alterações substanciais na vida social e econômica do lugar: na estrutura do consumo, na

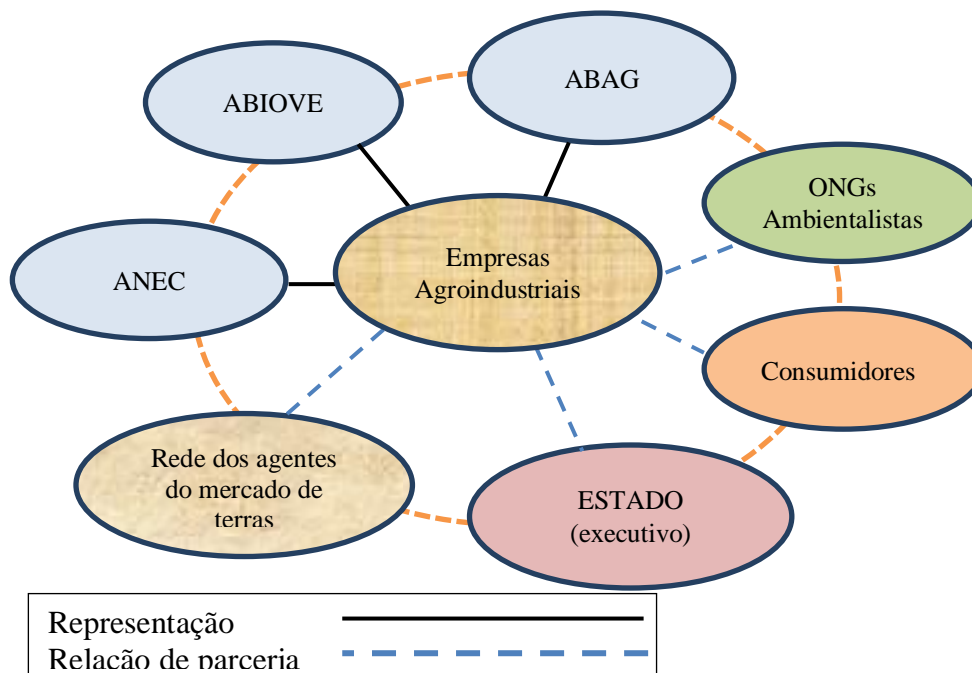
reorganização das atividades produtivas e serviços, nos gastos públicos, no comportamento de outras empresas, na imagem do lugar e nos posicionamentos dos agentes locais quanto aos impactos provocados pela sua presença.

Os impactos decorridos pela presença da Cargill em Santarém e os conflitos gerados, de um lado retratam essa interferência da empresa na vida social e territorial do lugar, e por outro lado, é expressão da dinâmica atual do capitalismo mundial, de um sistema que “paralisa e captura os atores sociais no interior de ‘alternativas infernais’ – situações que parecem não deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia impotente ante a guerra econômica incontornável” (STENGERS; PIGNARRE apud ACSELRAD; BEZERRA, 2011, p. 180).

Das observações sobre as estratégias empresariais é possível identificar uma rede de agentes atuantes no campo de produção da soja formada pelas empresas agroindustriais com suas agências (esquema 8), aqui representadas pela AMBIOVE, ANEC e ABAG com forte influência no campo, podendo interferir em sua estrutura e no seu funcionamento. As empresas multinacionais (Cargill, ADM, Bunge, LDC) têm dominado o agronegócio de grãos na Amazônia, contudo empresas nacionais como o Grupo AMAGGI e a CARAMURU vêm ganhado espaço no campo, disputando o território com as multinacionais.

Dentre as principais estratégias está a ampliação da atuação das empresas por meio da marcação de pontos físicos no território, usando para isso a implantação de indústrias e instalações para o armazenamento e beneficiamento, assim como a logística de escoamento como hidrovias, ferrovias e instalações portuárias próprias, alugadas ou arrendadas. Cada atividade, ou cada empresa, necessita marcar sua posição no território, constituindo-se na base territorial de sua existência: o território da produção, da circulação e do consumo. Nesse sentido, a disputa entre as grandes empresas pelas localizações portuárias no eixo de escoamento da BR 163 está intrinsecamente vinculada à garantia de uma posição vantajosa em relação ao plano mundial em que realiza o conjunto de suas operações.

Esquema 8- Agentes do agronegócio vinculadas às empresas agroindustriais.



Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Essa corrida das empresas pela demarcação de pontos no território, também aquece o mercado de terras, valorizando aquelas localizadas nas “beiras” ou próximas às rodovias e áreas portuárias – ou seja, as terras com infraestrutura e logística de escoamento tendem a ser ocupadas pelas instalações empresariais. Pode-se ainda, pensar numa valorização dos rios com a implantação das hidrovias e seus domínios pelas empresas. Nesse sentido podemos afirmar que, no caso da implantação da logística de escoamento dos grãos, a disputa pela terra se confunde com a disputa pelo domínio dos rios.

Nessa disputa, a relação com o Estado é decisiva. As políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, principalmente, a implantação dos eixos de integração, têm projetado e direcionado investimentos em infraestrutura e logística de transportes, instalação e expansão de hidrovias e portos. Como garantia de viabilizar os projetos o Estado tem se utilizado da parceria público privada em várias modalidades de execução. As concessões portuárias constituem um exemplo disso.

O posicionamento das empresas e a distribuição no território de seus pontos de interesses são decisivos à definição de sua estrutura e o funcionamento de sua operação, assim como, também, para dimensionar a força que exercem sobre o conjunto das empresas que operam no agronegócio de grãos. E como afirma Bourdieu (2008), as forças do campo orientam os agentes dominantes em direção às estratégias que têm por finalidade redobrar a sua dominação.

7 A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DA QUESTÃO AMBIENTAL NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO: (re)significando discursos e práticas na organização da produção de soja.

Em junho de 2006, as principais associações ABIOVE e ANEC da agroindústria da soja anunciaram um acordo inédito para o setor agropecuário brasileiro: o compromisso de não comercializar a produção de soja oriunda de áreas desmatadas da Amazônia Legal. Esse acordo conhecido como “Moratória da Soja” provocou uma série de mudanças no sistema organizacional do campo de produção da soja, ao trazer para o interior do campo novos agentes sociais – as ONGs ambientalistas.

Essa alteração do campo induziu à mudanças de comportamento dos agentes sociais ligados à agroindústria e à produção da soja, sendo a face mais visível de um processo que se traduziu na incorporação da questão ambiental como uma das estratégias na ação expansionista do agronegócio. Nesta seção, demonstra-se como a questão ambiental passou a ser um elemento importante e estratégico na manutenção da produção de soja na Amazônia.

7.1 A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL E SUAS APLICAÇÕES NO AMBIENTALISMO EMPRESARIAL

Segundo LEIS; D’AMATO (1994) a primeira aparição significativa da questão ambiental, ou ambientalismo como denominado pelos autores, registrada no âmbito científico, deu-se nos anos 1950, com o surgimento da preocupação ecológica na comunidade acadêmica. Contudo, os eventos fundamentais que marcaram essa emergência foram a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), em 1948, criada por um grupo de cientistas vinculados às Nações Unidas e a realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos. A partir dos anos 1960 a ecologia ultrapassou o “muro” das universidades, migrando para a percepção das pessoas. O termo científico passou a constituir numa percepção de mundo. (SACHS, 2000, p. 124). Diversos grupos e ONGs surgiram e se desenvolveram com a questão ambiental, a exemplo do Fundo para a Vida Selvagem da WWF, considerada a primeira ONG mundial, criada em 1961. Outro marco relevante dessa questão foi quando, em 1968, o Clube de Roma começou a trabalhar sobre o crescimento populacional e recursos naturais.

Na década de 1970, o ambientalismo não governamental já se encontrava institucionalizado nas sociedades americana e europeia, nessa década, a questão ambiental

passou a ser uma preocupação dos sistemas de governos e dos partidos. Um dos primeiros documentos elaborados sobre a influência do crescimento econômico na exaustão dos recursos naturais e as suas consequências para o desequilíbrio ambiental foi o estudo apresentado por um grupo de pesquisadores coordenado por Dennis L. Meadows, do denominado Clube de Roma, publicado em 1972, sobre o “Limite do Crescimento”, que posteriormente subsidiou a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo.

Os argumentos de Meadows eram de que se mantidas as atuais tendências de crescimento da população mundial, a industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos, o resultado seria o declínio súbito tanto da população quanto dos recursos. Para alcançar a *estabilidade econômica e ecológica*, Meadows et al. (1972) propõem o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial. Esses argumentos utilizados mostraram a realidade dos recursos limitados, rediscutindo a velha tese de Malthus sobre o perigo do crescimento desenfreado da população mundial (MEADOWS et al., 1972 apud BRÛSEKE, 1994, p. 12). As críticas a Meadows et al. (1972) surgiram entre os teóricos que se identificaram com as teorias do conhecimento, inclusive intelectuais dos países do sul.

Sachs (2002) indica que, em 1971, já no encontro de Founex, preparatório à Conferência de Estocolmo e por ocasião da própria Conferência, duas posições diametralmente opostas foram assumidas: a daqueles que previam a abundância (the *cornucopians*) e a dos catastrofistas (*doomsayers*). Os primeiros consideravam as preocupações com o meio ambiente descabidas, pois inibiriam o crescimento dos países em desenvolvimento; do outro lado os catastrofistas anunciavam a exaustão dos recursos e por consequência da própria população. Tanto no encontro de Founex como na Conferência, as posições foram descartadas, passando-se a discutir um “caminho do meio” que articulasse o crescimento econômico, a questão social e métodos favoráveis ao meio ambiente.

Em 1973 o canadense Maurice Strong usou pela primeira vez o conceito de “ecodesenvolvimento” para propor uma alternativa de política para o desenvolvimento. Ignacy Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão, integrando basicamente seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) os programas de educação.

A teoria do “ecodesenvolvimento” inicialmente direcionava-se às regiões rurais da África, Ásia e América Latina. Posteriormente assimilou uma visão mais ampla das relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento. (BRÜSEKE, 1994, p. 12). A evolução das discussões sobre o tema forjou o termo “desenvolvimento sustentável”.

O paradigma do “caminho do meio” proposto em Estocolmo inspirou a Declaração de Cocoyoc, em 1974, e o relatório de um projeto da Fundação Dag-Hammarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países, produzido em 1975. “Este tratava de um outro desenvolvimento, endógeno, autossuficiente, orientado para as necessidades em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais”. (SACHS, 2002, p. 53-54). Segundo Brüseke (1994) o radicalismo dos dois documentos, ficou expresso na exigência de mudanças nas estruturas de propriedade no campo, esboçando o controle dos produtores sobre os meios de produção. A Declaração enfatizou que os níveis elevados de consumo dos países desenvolvidos contribuíam para o agravamento de problemas nos países subdesenvolvidos, destacando a necessidade de redução do consumo e da poluição da biosfera pelos países industrializados. Ambos os documentos foram cabalmente rejeitados pelos países do “primeiro mundo”.

O termo desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente difundido a partir do Relatório de Brundtland, em 1987, resultado do trabalho realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. O relatório sublinhou a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando atenção, ainda, para uma ética pautada na responsabilidade entre as gerações atuais e futuras e apresentou uma lista de medidas que deveriam ser tomadas nos Estados Nacionais, dentre as quais, a) a limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que desenvolvessem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas. Estabeleceu, também, metas de alcance internacional, tendo como agentes as diversas instituições, como: f) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; g) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; h) as guerras devem ser banidas; e i) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável. (BRÜSEKE, 1994, p. 16).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a Rio-92, reuniu cerca de 35 mil pessoas,

entre as quais, 106 chefes de governo. Resultou no compromisso dos países signatários para a adoção de políticas de proteção ambiental, justiça social e equidade social. Como documentos foram elaborados a “Carta da Terra” que incluiu três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), a “Declaração de Princípios sobre a Floresta” e a “Agenda 21”, que indicaram as diretrizes para que os países signatários elaborassem seus planos de preservação do meio ambiente. Brüseke (1994) chama atenção para os problemas ocorridos durante a Rio-92 em decorrência da pressão dos EUA para supressão das metas e dos cronogramas para eliminação da emissão de CO₂ do acordo sob o clima. A convenção sobre a biodiversidade também teve seus pontos fracos, o mais grave, o EUA não assinou as declarações. Sachs (2002) observa que qualquer que seja a denominação utilizada – ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável – a abordagem fundamental na harmonização de objetivos sociais, econômicos e ambientais não se alterou desde o encontro de Estocolmo até a Rio-92.

Acsehrad (2004, p.13) chama atenção para a ideia prevalente no debate contemporâneo, propensa ao objetivismo que tende a desconsiderar o processo social de construção da noção de “crise ambiental”, fetichizando o mundo material considerando relativamente descolado da sociedade e da cultura.

A crítica ao crescimento degradador e a análise de seus custos sociais e ambientais estimularam a reflexão teórico-científica, levando também a uma série de mudanças nas legislações nacionais e na organização de instituições em diversos países. O ideário da “questão ambiental” e do “desenvolvimento sustentável” colocou a necessidade de reorientação das estruturas e normas políticas, éticas, jurídicas, econômicas e culturais em escala global, o que levou a instituição e disseminação de categorias de percepção que “fazem valer socialmente os critérios dominantes de ‘eficiência’, ‘capacidade competitiva’ e ‘níveis de produtividade.’” (ACSELRAD, 2004, p. 16), critérios que são estabelecidos para legitimar e reforçar as posições dominantes.

Nesse sentido, como afirma Acsehrad (2004) a ideia de “sustentabilidade” constitui uma destas categorias de percepção de valorização das estruturas dominantes,

A ideia de “sustentabilidade”, por exemplo, constitui, evidentemente, uma destas categorias que, inovadora, introduz fatores de perturbação/diferenciação das bases de legitimidade (a eficiência técnica convencional) do conjunto das atividades. Em torno a ela, abre-se, por certo, a luta entre os que pretendem alterar ou reforçar a distribuição de legitimidade e, portanto, de poder tanto sobre mercados como sobre mecanismos de acesso a recursos do meio material, apresentando-se como portadores da nova eficiência ampliada – a da utilização “sustentável” dos recursos. (ACSELRAD, 2004, p. 16)

Mais do que uma disputa sobre as melhores técnicas na preservação do meio ambiente, a disputa no campo ambiental expressa as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, caracterizando-se como numa disputa pelo poder sobre os recursos territorializados e pela legitimação ou deslegitimação das práticas de uso de tais recursos por determinados agentes sociais. Nesse sentido, a noção de sustentabilidade orienta as ações no campo ambiental.

Os embates no interior do campo ambiental tem como base a ideologia do desenvolvimento sustentável, que é a doxa¹³² que orienta as ações dos agentes sociais nesse campo. O que preconiza o conceito de desenvolvimento sustentável é a atenção para a relação dos homens com a natureza, enfatizando e priorizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais, objetivando garantir o atendimento das necessidades ambientais de futuras gerações.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge com uma proposição de conciliação entre os efeitos sociais e ambientais decorridos do processo civilizatório e dos investimentos na industrialização, considerando o desenvolvimento como necessário à eliminação da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. Contudo era necessário redirecionar o desenvolvimento econômico para que articulasse a eficiência econômica à justiça social e à prudência ecológica. (SACHS, 1993; ROMEIRO, 1999). A promessa desse consenso entre os interesses econômicos sociais e ambientais possibilitou que tal noção fosse rapidamente assimilada pelas agências governamentais e não governamentais e pelo senso comum.

Acselrad (2004) chama atenção para uma dificuldade na discussão sobre o meio ambiente por ele não ter um sujeito específico que o represente e o defenda. Por isso, muitas reflexões sobre a questão ambiental tomam a perspectiva entre a unidade total entre o sujeito – o consenso único, e a ausência total dos sujeitos. Existe, pois, uma tendência muito forte na compreensão do meio ambiente como único, capaz de produzir uma “consciência ambiental única”, dando margens para a consolidação de um senso comum baseado no autoritarismo ecológico, no qual não se leva em consideração a relação entre os agentes sociais e o meio ambiente.

Para fugir desse objetivismo, considera-se o meio ambiente como um campo de lutas em constante mudança onde as categorias classificatórias vigentes sobre o meio ambiente podem ser “reinventadas” a partir das ações dos agentes nesse campo.

¹³²Tomamos aqui o sentido de doxa de Bourdieu, o qual considera que todo campo desenvolve uma doxa, um senso comum e normas, leis gerais que o governam, constituindo-se o consenso sobre aquilo que todos os agentes sociais estão de acordo.

7.1.1 O ambientalismo empresarial

Após certo refluxo nos anos de 1980, a crise ambiental voltou ao noticiário com força em função das mudanças climáticas. As empresas, principalmente as grandes corporações multinacionais, passaram também a influir no debate saindo de uma postura mais passiva, para uma postura reativa e investindo em estratégias e práticas voltadas à redução dos impactos ambientais. As divergências entre empresas, governos e sociedade civil organizada ainda são frequentes, entretanto, principalmente na década de 2000 em diante, tem-se observado a adoção de diferentes contratos cooperativos entre empresas e governos, entre empresas e ONGs e mesmo entre empresas, muitas das quais são estrategicamente baseadas no mercado. (ABRAMOVAY, 2007a, 2007b).

Tonou-se cada vez mais comum empresas desenvolverem mecanismos de autorregulação e criarem políticas socioambientais que vão para além do atendimento das legislações ambientais. Duas posições têm se confrontado a esse respeito: uma que entende que os temas ambientais, em particular, têm influenciado os modelos de administração empresarial, proporcionando oportunidades competitivas para uma série de empresas. Outra aponta que novas instituições ambientais estão alterando a forma de organização das empresas e da economia de mercado. (CARDOSO, 2008, p. 16).

Abramovay (2007a) define o ambientalismo empresarial, como as transformações processadas na estrutura organizacional dos grandes grupos econômicos compostas por iniciativas não mais limitadas ao cumprimento da legislação ambiental ou aquelas destinadas a evitar externalidades negativas, tais como desastres ambientais. O tema ambiental deixou de ser abordado pelas empresas com um limite ou uma “externalidade”, passando a constituir uma preocupação interna à empresa, como doxa. (ABRAMOVAY, 2007a). Essa posição de que o setor empresarial possa ser decisivo na constituição de arranjos produtivos ambientalmente sustentáveis polarizou o debate entre os que apresentaram uma visão otimista, de que o comportamento ambiental das empresas significava uma mudança real para os quais o ambientalismo pode ser uma nova oportunidade de negócios (ELKINGTON, 1994; LOVINS; LOVINS, 1997 apud CARDOSO, 2008, p. 20). Nessa perspectiva, destacaram-se as estratégias “win-win-win” em que simultaneamente se beneficiam a empresa, os consumidores e o meio ambiente. (ELKINGTON, 1994 apud CARDOSO, 2008, p. 21).

Em oposição estão os céticos do ambientalismo empresarial que identificam uma contradição entre o lucro e as ações de proteção ambiental. Nessa posição, os autores

classificam as estratégias como do tipo “*greenwashing*”, acusando as empresas de distorcerem as reais motivações do ambientalismo. As iniciativas são entendidas como ações para burlar a regulação estatal. (KARLINER, 1997; BEDER, 1997 apud CARDOSO, 2008, p. 21).

A inclinação das empresas a essas regras de proteção ao meio ambiente, aqui tratada com ambientalismo empresarial, para além do bom trato ao meio ambiente introduziu mudanças nas cadeias produtivas como no caso da soja, com a imposição de regras e novas normas de conduta aos produtores. Lopes (2004, p. 29-30) lembra que uma das manifestações da questão ambiental ocorre dentro das empresas, onde sobressai a importância das gerências ambientais relativamente às gerências de produção. “Aparece a autorregulação empresarial e do mercado internacional através dos selos ambientais, das normatizações nas formas de produzir do tipo ISSO 9.000, ISSO 14.000 – o que repercute nas novas formas legítimas de ser empresário”. Através do controle dos impactos ao meio ambiente, remonta-se à importância crescente da questão pública do meio ambiente, que infere na forma do Estado operar, na produção industrial, no modelo de gerenciamento empresarial e na interiorização de novos comportamentos e novas práticas de conduta relativas ao meio ambiente. Como consequência, novas disciplinas, profissões e assessorias vão sendo criadas e na relação entre as empresas e a sociedade aparecem novas “disputas entre *experts* e entre *experts* e leigos”. Para Lopes (2004) a ambientalização¹³³ tornou-se um repertório de inúmeras práticas e um discurso repetitivo sobre a questão pública do meio ambiente que requer melhores observações e reflexões.

A inserção das empresas na questão ambiental também implica na organização de novas metodologias de gestão, na capacitação de pessoal, na redefinição de novas estratégias de relação com a sociedade, inclusive no estabelecimento de um tipo de “prestação de contas” de sua nova forma de atuação embalada pelo paradigma ambiental. Na mesma direção, novas formas de atuação, em muitos casos, impulsionadas pelas agências de cooperação técnica e financeira e bancos de desenvolvimento, são assumidas por ONGs e movimentos sociais, sob o discurso da cooperação e parceria, tendo também o Estado, agora menos mediador,

¹³³ O termo ambientalização é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos. Assim os termos industrialização ou proletarização (este último usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de ‘desindustrialização’ e de ‘sub-proletarização’ desde o final do século XX [...] O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da ‘ambientalização’, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. (LOPES, 2004, p. 17).

passando também a exercer essa condição de “parceiro”. No caso do Estado, outras funções de regulador e fiscalizador das empresas são acionadas, principalmente, quando pressionado pelos movimentos sociais ambientalistas.

Tem-se então uma modificação das estratégias empresarias e das grandes ONGs. Hoje existem projetos e ações interventivas que são apresentados como de recuperação de áreas degradadas, “preservação”, “reflorestamento”, controle do desmatamento envolvendo “parcerias” entre ONGs e empresas, algo difícil de imaginar a quinze anos atrás. Almeida (2008, p. 107) chama atenção para o fato da movimentação de algumas agências terem perdido a transparência “confundindo-se entre estratégias conflitantes de ‘devastar’ e ‘preservar’ [...]. Parece ter acabado aquela distinção entre os interesses de graneleiros, madeireiros, mineradores e pecuários mesclados com os de entidades ambientalistas”. Passando as questões ambientais a serem resolvidas nas criações dos diferentes selos e certificados: madeiras com “selo verde”, “boi verde”, “minerais extraídos com respeito à natureza”, “*commodities* como produtos orgânicos” Almeida (2008, p. 107), “soja sustentável”.

A “moratória da soja” retrata esse tipo de parceria estabelecida entre a agroindústria e ONGs ambientalistas, sendo aqui considerada como expressão do ambientalismo empresarial. Foi apresentada como solução para os conflitos decorrentes da expansão do plantio da soja e o desmatamento por ele provocado na região Amazônica. Como veremos, ao examinarmos o caso da “moratória da soja”, esse ambientalismo empresarial, estabelecido entre o interesse das empresas, as pressões do mercado e sob o “paradigma ecológico/ambiental” projeta uma dimensão social sob um espaço físico - soja produzida na Amazônia - como uma estratégia do próprio capital na garantia da competitividade no mercado. Nesse sentido, a soja produzida na Amazônia se diferencia da soja produzida em outras regiões, pois requer normatizações e tratamentos diferenciados, tanto por parte do Estado como pelas empresas e produtores. Entretanto, esse ambientalismo resulta de um tipo de conflito socioambiental que se estabeleceu ao longo de um processo de denúncias feitas por organizações sociais, sindicais, confessionais e ambientalistas que provocaram uma conjugação de tomadas de decisões tanto do lado das empresas, quanto do lado dos movimentos sociais, das ONGs, governo e produtores de soja.

7.2 MORATÓRIA DA SOJA E NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

Em junho de 2006, as principais agroindústrias da soja assinaram um acordo sem precedentes na história do setor do agronegócio brasileiro, assumiram o compromisso de não

comercializar a produção de soja originária das áreas desmatadas da floresta Amazônica. Esse acordo denominado de “MORATÓRIA DA SOJA” foi pensado como a solução ou apaziguamento dos conflitos ocorridos entre as ONGs ambientalistas e as empresas da agroindústria da soja. Tais conflitos tiveram como “palco” principal o Baixo Amazonas, envolvendo também agentes sociais locais e regionais, como o STTR de Santarém, o movimento de mulheres do Baixo Amazonas, a Frente de Defesa da Amazônia, a organização local dos quilombolas, ribeirinhos, dentre outros.

A “Moratória da Soja” resultou num sistema de governança para o controle da produção de soja na região Amazônica, que envolve, principalmente, a agroindústria dos derivados dessa oleaginosa, ONGs ambientalistas e produtores. Conta ainda com agentes locais para o sistema de monitoramento. Mas, o que levou as empresas agroindustriais do complexo soja, que antes da assinatura do acordo, negavam a relação da sojicultura com o desmatamento da floresta, e assumir a existência dessa situação e tomar uma atitude proativa visando ao controle do impacto da produção de soja no desmatamento da floresta?

7.2.1 Arranjos institucionais no mercado de soja

A década de 1990 foi marcada por intensas mudanças na sociedade brasileira – redemocratização, abertura de mercados, privatização, maior racionalização das contas públicas, desregulamentação do setor financeiro e redução do papel do Estado nas políticas públicas – que provocaram alterações significativas nos arranjos institucionais da economia brasileira. Houve mudanças nas regras do jogo que induziram o setor agropecuário a uma inserção internacional levando o Brasil a uma posição de potência agrícola exportadora.

A abertura política possibilitou a retomada do debate agrário no País, evidenciando a visão dualista do setor. Delgado (2001, p. 166) chama atenção sobre isso, apontando que de um lado ficaram “várias correntes que refletem os novos e velhos dilemas da questão agrária; de outro, os protagonistas do *agribusiness*, adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizadas pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*”. No âmbito governamental, tal dualidade foi reforçada pela divisão do trato da questão agrária/agrícola em dois ministérios, o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário.

A partir dessa década, o Estado passou a ter um novo papel na produção agropecuária, deixando de ser o principal indutor para uma intervenção mais restrita. Surgiram novos arranjos institucionais que deram outros formatos à estrutura de governança do mercado

brasileiro de soja, com o fortalecimento de agentes e instituições privadas que passaram a impor seus interesses com maior economia (CARDOSO, 2008). Um exemplo bastante ilustrativo dessa passagem de uma governança pública para um tipo de autorregulação privada é o sistema de financiamento da produção.

Belik e Paulillo (2001, p. 10) chamam atenção para essa mudança. Houve uma contínua intervenção governamental até meados dos anos de 1980. A partir de então, a agricultura deixou de ter uma política geral de apoio e o governo deixou de intervir também na constituição de políticas setoriais. Esse movimento de perda deliberada do poder de regulação por parte do Estado intensificou-se nos anos de 1990. Segundo esses autores, “a abertura da economia e a queda de barreiras à importação transformaram a agricultura e o *agronegócio* em segmentos afastados de qualquer política preferencial em uma situação muito diferente daquela do período de modernização compulsória da agricultura”.

Os instrumentos de crédito que passaram a ser usados a partir dos anos de 1990 tiveram a participação da iniciativa privada – empresas de processamento, empresas de máquinas e insumos agropecuários, agricultores integrados e *tradings*. Essa nova estrutura de governança com maior participação da iniciativa privada, provocou mudanças na estrutura de poder no campo de produção da soja, passando o semente agroindustrial a ocupar posição dominante nas regulações desse mercado. O novo arranjo institucional criou uma dependência maior da produção agrícola em relação às grandes empresas agroindustriais, tanto “antes da porteira”, quanto “depois da porteira”, bem como no processamento de alimentos e fibras e na produção de insumos (fertilizantes, químicos, equipamentos). (BELIK;PAULILLO 2002).

A criação de nova rotina e nova forma de financiamento ocorreu nos segmentos agropecuários brasileiros mais organizados. Eles foram estruturados com formas de governança privada e alavancados principalmente por grupos de interesses não agrários. Esses grupos lograram construir mecanismos de apoio e financiamento que normalmente não passam diretamente pela regulação do Estado. Isso é o que tem promovido a atual capacidade de captação de recursos nestes segmentos agropecuários e consolidando variados processos de integração agroindustrial. (BELIK; PAULILLO, 2002, p. 09)

Os novos arranjos no mercado de soja são exemplo dessa alteração. A chamada “soja verde”- sistema pelo qual a agroindústria passou a utilizar o sistema de compra e pagamento antecipado da produção para entrega futura – é uma prática amplamente utilizada no setor agropecuário, constituindo hoje, um procedimento rotineiro da relação do produtor com as empresas agroindustriais. A Cargill, por exemplo, utiliza essa modalidade de compra com os produtores do Baixo Amazonas.

De acordo com Cardoso (2008, p. 79-80) essa complexa rede de relações entre agricultores, *tradings* e agroindústria adquiriu feições específicas dependendo da região do país. Nos estados sulistas, com um sistema agrário mais diversificado, predominou a organização cooperativa. Nas novas áreas de expansão da soja, no Centro-Oeste, onde predomina a grande propriedade mecanizada, a atuação dos agentes é mais autônoma, contudo é mais dependente da rede formada por corretores, distribuidores, empresas de pesquisa, indústrias, consórcios para construção de estradas e empresas de planejamento agrícola.

No Baixo Amazonas reproduz-se o modelo do Mato Grosso, ou seja, maior dependência dos produtores dessas relações privadas estabelecidas entre os diversos agentes do mercado de soja, estando a Cargill à frente do estabelecimento das regras contratuais para compra antecipada da produção, financiamento aos produtores e escoamento da produção.

Essa reconfiguração do mercado de soja estabelece novas dinâmicas e relações entre os agentes. Com o domínio das empresas multinacionais, novos agentes passaram a disputar a influência sobre a organização do mercado de soja. Diferentes normas, regras e crenças foram sendo acordadas pelos grupos de interesses envolvidos. Na medida em que foi reforçando a relação do agronegócio com a sociedade de consumidores (campanhas, pesquisas e novos produtos), um número maior de *stakeholders*¹³⁴ passou a influenciar o setor, por vezes estabelecendo arenas decisórias internacionais. A relação com o Estado permanece intensa, mas sob novas bases. As associações e organizações do setor passaram a desempenhar papel ativo na formulação das regras contratuais estabelecidas no mercado, tendo as representações das grandes empresas predominância nessas relações.

Os grandes grupos organizados e unificados, como sindicatos e associações, perderam espaço para grupos especializados em nível local, por produto, por cadeia produtiva, etc. No mercado da soja, fortalece-se a representação dos interesses via associações que já haviam sido criadas na década anterior, como a ABIOVE e a ANEC, que representam o segmento industrial exportador, respectivamente. Ao longo da década, para se contrapor ao poder do setor industrial e comercial surgem associações que representam os interesses específicos do setor produtivo, como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (ABRASOJA) e já nos anos 2000, a Associação dos Produtores do Mato Grosso (APROSOJA). (CARDOSO, 2008, p. 81).

¹³⁴ “O conceito de *stakeholders* (partes interessadas) amplia os públicos de interesse das empresas para além dos *shareholders* (acionistas). Eles são constituídos pelos funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, investidores, comunidades, governos, entre outros agentes que afetam ou são afetados direta ou indiretamente pela empresa. Em síntese, os *stakeholders* são aqueles grupos ou indivíduos com os quais a organização interage ou tem interdependência, ou qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar ou ser afetado pelas ações, decisões, políticas, práticas ou objetivos da organização”. (CARDOSO, 2008, p. 18).

Essa nova configuração exigiu que se organizassem novas formas de controle que orientassem as práticas dos agentes sociais no mercado de soja. Nesse sentido, houve uma confluência de ações de novas lideranças tanto na indústria quanto na produção agrícola que somadas às ações adotadas em conjunto com o governo, tendo ainda a influência de consultorias, institutos de pesquisas privados e públicos, agentes financeiros, corretores atuantes nas bolsas de valores, profissionais da comunicação e marketing, moldaram o campo organizacional do mercado de soja, de forma a estabelecer as novas regras a serem adotadas pelos agentes. Tais regras foram reestabelecidas ou modificadas de acordo com as influências dos *stakeholders* no campo de produção da soja. O caso da Moratória retrata bem essas alterações.

A questão ambiental passou a afetar o mercado de soja mais claramente a partir do ano de 2004, quando se registrou um índice recorde de desmatamento na Amazônia. Já naquele período os plantios de soja tinham alcançado a região de floresta primária do Baixo Amazonas e do Sul do Estado do Amazonas, por exemplo. Nesse período, também já haviam sido registrados situações graves de conflitos sociais no Baixo Amazonas.

Cardoso (2008, p. 100) afirma que mais do que o dado concreto do desmatamento, foram as instituições do mercado da soja estruturadas a partir da década de 1990 que abriram espaço para que o movimento social contra o avanço da soja na floresta conseguisse – a partir dos meados de 2000 – desestabilizar o campo organizacional. As transformações ocorridas naquele período conduziram o setor agroindustrial como um todo a absorver cada vez mais as exigências dos consumidores, estando afeto a incorporar outras dimensões que não apenas o preço e a qualidade dos produtos, tais como “as exigências sociais e ambientais do produto e de todo o sistema de produção”.

A principal crítica que passou a ser feita contra o setor agropecuário foi sobre o intenso processo de degradação ambiental provocado pela produção de soja nas áreas de cerrado e Floresta Amazônica. As mudanças no ambiente institucional do mercado de soja colocaram em xeque o modelo expansionista da produção de soja no país. Depois de ampla expansão da produção, tanto na incorporação de áreas quanto no aumento da produtividade, o setor passou a ser confrontado pelas mudanças políticas e culturais relacionadas ao meio ambiente, levando as organizações e associações do setor a rever as regras estabelecidas, com a proposição de novas, a fim de atender as exigências dos *stakeholders*.

A moratória da soja representou o arranjo institucional criado para dar estabilidade ao campo organizacional, após uma intensa disputa sobre a legitimidade do sistema produtivo estabelecido e negociação com os novos agentes que passaram a influenciar no campo da produção – as ONGs ambientalistas.

7.2.2 Soja e desmatamento

Estudos (MAGULIS, 2003, ALENCAR et al., 2004, CASTRO 2005, 2007) têm apontado a intensa relação entre o desmatamento na Amazônia e as atividades de exploração dos recursos naturais, pecuária e agricultura. Alencar et al. (2004), por exemplo, aponta o indício da forte relação entre a curva do PIB e a taxa de desmatamento, sugerindo que a taxa de desmatamento tem sido influenciada pela economia nacional: “quando a economia vai bem, empresários têm mais capital para investir, e a taxa de desmatamento cresce”. Contudo, na década de 2000 a taxa de desmatamento continuou aumentando apesar da falta de crescimento. Tal fato sugere, segundo Alencar et al., que o crescimento do mercado de *commodities* tem influenciado no aumento do desmatamento, apoiado nas atividades de extração madeireira, pecuária e a agroindústria: “A rentabilidade dessas atividades ajuda a explicar porque a eliminação de muitos subsídios não surtiu o efeito esperado sobre a taxa de desmatamento” (ALENCAR et al., 2004, p. 14).

Várias teses sobre o desmatamento na Amazônia têm sido propagadas dentre as quais:

- i) os agentes dos desmatamentos têm horizontes de planejamento curto e baseiam suas atividades na mineração de nutrientes da floresta;
- ii) a pecuária é pouco rentável na Amazônia e só persiste porque se beneficia de subsídios ou créditos do governo ou por causa de ganhos especulativos;
- iii) os pequenos produtores são importantes agentes do processo dos desmatamentos;
- iv) a extração da madeira é uma das principais atividades causadoras dos desmatamentos;
- v) as estradas são também causas dos desmatamentos;
- vi) a soja vem se expandindo rapidamente no cerrado, pressionando a expansão da fronteira agrícola para as regiões de florestas;
- vii) os custos ambientais, medidos local, nacional e globalmente, são tão elevados que tornam irracionais quaisquer atividades causadoras dos desmatamentos;
- viii) atividades alternativas podem substituir a pecuária, gerando de forma sustentável maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais. (MAGULIS, 2003, p. 22).

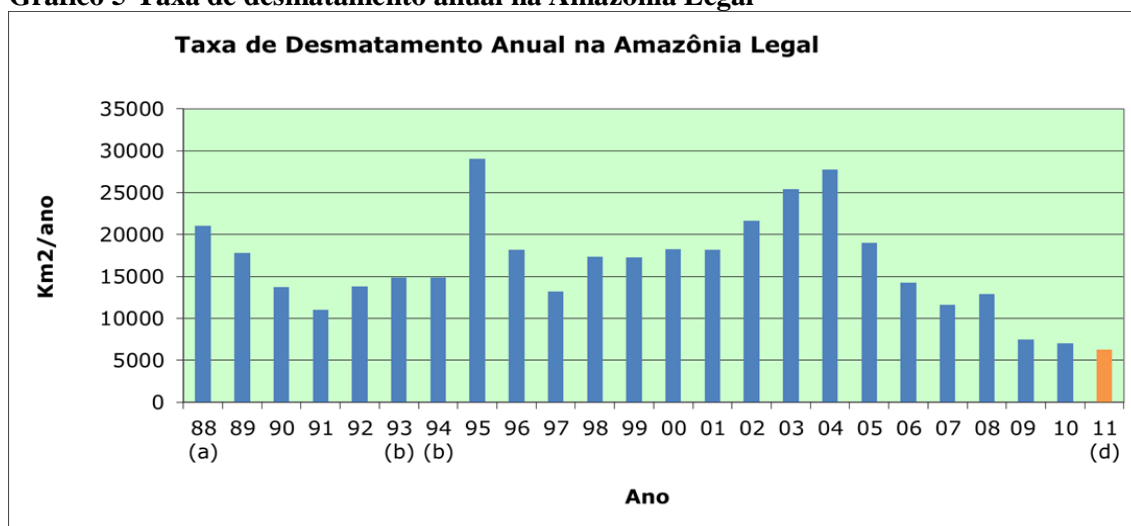
Não constitui objetivo deste trabalho promover uma discussão mais detalhada sobre as diversas teses a respeito das causas do desmatamento na Amazônia. No entanto, a simples identificação da existência dessas teses, *de per se* evidencia o intenso debate sobre o tema.

De fato, desde que a questão ambiental tornou-se uma “questão pública”, principalmente a partir da década de 1990, o desmatamento na Amazônia ganhou evidência na sociedade brasileira e mundial. Tanto que a medição anual das taxas de desmatamento na Amazônia passou a constituir uma obrigatoriedade ao governo brasileiro. Para isso utilizando o sensoriamento remoto e processamento de imagens de satélites para auferir os

comportamentos temporais e regionais do desmatamento na Amazônia. As principais instituições responsáveis pelo levantamento de dados primários sobre o desmatamento utilizando o sensoriamento são o INPE, o IBAMA e a FEMA-MT, instituições que fazem usos distintos dos resultados, muitas vezes divergentes.

O governo brasileiro tem adotado os dados do INPE como estimativas oficiais. Desde o ano de 1988, as estimativas do INPE adquiriram o caráter de estatísticas oficiais sobre os desmatamentos da Amazônia brasileira nos âmbitos nacional e estadual. O referido instituto define como desmatamento "a conversão de áreas de floresta primária por atividades antropogênicas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias detectadas por plataformas orbitais" (INPE, 2000)¹³⁵. Segundo os dados do INPE, o desmatamento na Amazônia tem aumentado continuamente desde 1991, com pico nos anos de 1995 e 2004, registrando queda nas taxas a partir do ano de 2005, conforme gráfico 5.

Gráfico 5-Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal



Fonte: INPE (1988-2011).

Os altos índices das taxas de desmatamento ocorridos na década de 1990 e metade da década de 2000 chamaram atenção das agências de desenvolvimento, ONGs e governos. O Banco Mundial, nos anos de 2002/2003, para verificar as causas do desmatamento e propor ações ao governo brasileiro, contratou cinco estudos: o primeiro – *Economia da Pecuária de Corte e o Processo de Ocupação da Amazônia* – Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros et all

¹³⁵ Observa MAGULIS (2003) que na metodologia do INPE as áreas em processo de sucessão secundária são excluídas do cálculo dos desmatamentos brutos totais e anuais, o que leva a considerar que uma área uma vez desflorestada assim será considerada permanentemente.

(2002) – CEPEA/ESALQ-USP, teve como objetivo avaliar mais detalhadamente sobre a (micro) economia da pecuária de corte na Amazônia, enfocando algumas das principais regiões produtoras. O segundo – *Deforestation in the Brazilian Amazon: A Review of Estimates at the Municipal Level*– Pablo Pacheco (2002) – CGIAR/IPAM, objetivou, principalmente, avaliar e comparar os dados sobre os desmatamentos. O terceiro estudo – *Atores e Relações Sociais em Novas Fronteiras na Amazônia* – Edna Castro et all (2002) – UFPA, teve como finalidade básica avaliar as relações entre os agentes (grandes e pequenos) nas frentes mais avançadas da fronteira dos desmatamentos, buscando entender, em particular, as relações entre eles. O quarto estudo – *Estimativa do Custo Econômico do Desmatamento na Amazônia* – Ronaldo Seroa da Motta (2002) – IPEA/RJ buscou avaliar os custos dos desmatamentos na Amazônia, de modo a compará-los com os potenciais benefícios econômicos. Finalmente, o quinto estudo – *Ocupação da Terra da Amazônia: Determinantes e Tendências* – Eustáquio Reis e Ajax Moreira (2002) – (IPEA/RJ), especificou e estimou modelos econométricos que, em nível municipal, buscou identificar relações entre a dinâmica do processo dos desmatamentos e o avanço da fronteira agropecuária e suas implicações socioeconômicas¹³⁶. Esses estudos foram contratados com o objetivo de subsidiar o *paper*, de autoria do Sergio Margulis para o BANCO MUNDIAL, sobre as causas do desmatamento na Amazônia Brasileira produzido em 2003.

Margulis (2003, p. 29) defende a tese de que o principal vetor do desmatamento na Amazônia é a pecuária, impulsionada pelo seu alto rendimento econômico. Esse autor chama atenção para o fato da soja, apontada, desde a década de 2000, como um novo vetor impulsionador do desmatamento, ocupar papel secundário nesse processo. Analisando as formas de ocupação e mudança no uso do solo, o autor identificou que um maior percentual de terras no cerrado, foi convertido para a pecuária e não para a soja. Para tais argumentos o autor considerou o fato de que entre “1975 e 1995 a área de pastagens plantadas triplicou, enquanto a área de lavouras aumentou somente 19%. A soja, que é a cultura com maior extensão de área, ocupava 6,3 milhões de hectares em 2000 – mas representavam apenas 10% da área antropizada e 5% da área em estabelecimentos”.

Em seu estudo, Margulis (2003) afirma que o motor do processo de desmatamento na Amazônia “é a viabilidade financeira dos grandes e médios pecuaristas da fronteira consolidada”. Tendo os outros atores e atividades, relacionadas a esse fenômeno, papel secundário, nas palavras do autor:

¹³⁶ Os cinco estudos estão disponíveis no site do Banco Mundial (www.bancomundial.org.br).

O grande número de agentes intermediários, que têm baixos custos de oportunidade e que se antecipam a estes pecuaristas, são eventualmente responsáveis de forma direta por boa parte dos desmatamentos. Suas atividades são viabilizadas em parte pela garantia de venda futura da terra para a exploração pecuária, permitindo-lhes cobrir seus custos de oportunidade. Não fosse a garantia de venda futura para a exploração pecuária, os agentes intermediários não teriam incentivos para desmatar, ou para desmatar na escala atual. A pecuária mais profissional e produtiva marca o fim do ciclo especulativo e da "mineração de nutrientes" dos primeiros agentes e dá início à consolidação da fronteira. As evidências sobre os desmatamentos e uso do solo da Amazônia, apresentadas no trabalho, demonstram que a pecuária é a principal atividade econômica na região e que são os médios e grandes pecuaristas os maiores responsáveis pelos desmatamentos. Os pequenos proprietários atuam como fornecedores de mão-de-obra ou agentes intermediários que "esquentam" a posse da terra, mas sua contribuição direta para os desmatamentos é pequena (MARGULIS, 2003, p. 14).

No contraponto, outros autores enfatizavam a influência da soja no desmatamento da Amazônia (ALENCAR et al., 2004; LAURANCE et al., 2001; FEARNSSIDE, 2001, 2005, 2006), destacando a relação estreita entre o avanço na produção de soja com ocupação das áreas degradadas pela pastagens, com isso provocando a abertura de novas áreas pela pecuária.

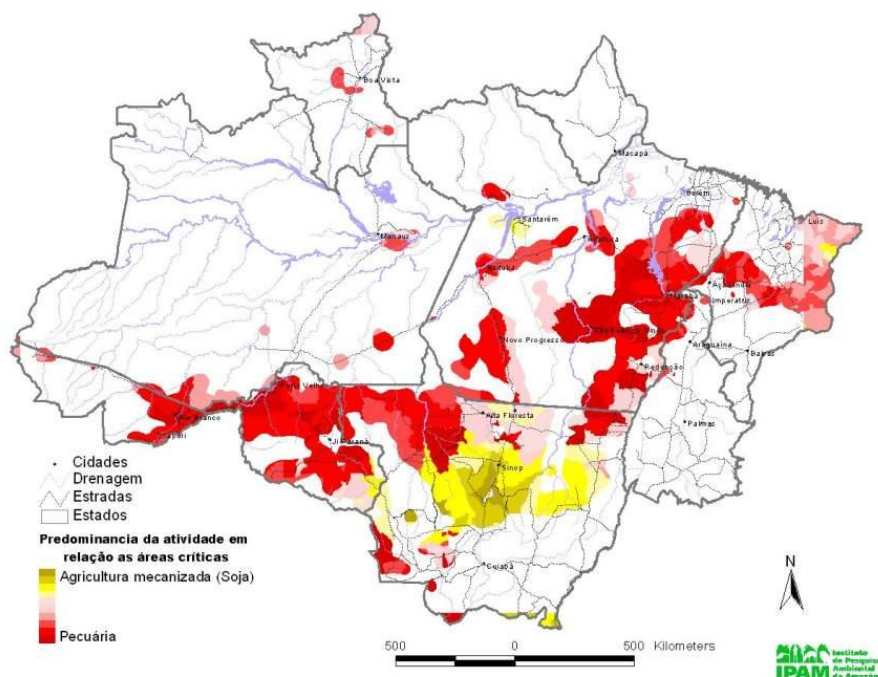
Finalmente, a recente expansão do plantio mecanizado de grãos na região amazônica está assumindo uma posição de destaque na dinâmica do desmatamento. De 2001 para 2003, a área agrícola de soja no Estado do Mato Grosso aumentou em cerca de 11.000 km², quando a produção atingiu a cifra histórica de 13 milhões de toneladas. A maioria do plantio está em áreas de cerrado, ameaçando esse ecossistema reconhecidamente rico em biodiversidade. Em áreas de floresta amazônica, o plantio de soja tem se concentrado em áreas de pastagens, reduzindo assim os custos de implantação desta monocultura. Entretanto, a ocupação de áreas de pastagem está deslocando a pecuária para novas áreas de floresta, o que representa um estímulo indireto ao desmatamento. (ALENCAR et al., 2004, p. 14).

O bioma mais afetado pela expansão da soja e da pecuária na Amazônia tem sido a floresta de transição que ocorre nos Estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, mais especificamente, numa zona entre a floresta densa e o cerrado do planalto central (mapa 3).

Além da floresta de transição, também, estão sendo impactadas pelo plantio de soja, áreas de floresta primária. No caso da região do Baixo Amazonas a relação da soja com o desmatamento ocorre de forma indireta e direta. Indireta pela ocupação das áreas "degradadas" pela pecuária (áreas de pastagem) com plantio de soja, o que levaria a pecuária à busca de novas áreas e com isso promover o desmatamento e a expulsão de pequenos agricultores de suas áreas, o que induziu seus deslocamentos para áreas de floresta e por

consequência novos focos de desmatamento. De forma direta, quando produtores de soja passaram a ocupar áreas de florestas (ou por grilagem ou negociações de compra), utilizando a exploração madeireira para sua capitalização e posterior plantio de soja, como ocorreu na Gleba Pacoval no Baixo Amazonas.

Mapa 3- Municípios da Amazônia Legal com predominância da pecuária e agricultura mecanizada



Fonte: IPAM (2011).

Cohenca (2005) fez um estudo sobre os municípios de Santarém e Belterra e detectou a existência de desmatamento em floresta primária e secundária num total de 80.894ha entre o período de 1999 a 2004, o que corresponde a 6,96% da área total de estudo. O desmatamento em área de floresta primária foi o equivalente a 46.934ha, ou 4,04% da área abrangida pelo estudo. Em termos relativos esse autor identificou que 13,33% de toda área desmatada até o ano de 2004, naquela região, ocorreu nesse período, conforme tabela 20.

Tabela 20- Áreas desmatadas nos municípios de Santarém e Belterra - 1999 a 2004.

Período	Desmatamento (ha)	Desmatamento em Floresta Primária		Desmatamento em Floresta Secundária	
		(ha)	%	(ha)	%
1999-2000	7.862	4.472	57	3.390	43
2000-2001	26.352	14.044	53	12.308	47
2001-2002	12.772	6.915	54	5.857	46
2002-2003	16.450	10.259	62	6.191	38
2003-2004	17.458	11.244	64	6.214	36
Total	80.894	46.934	58	33.960	42

Fonte: Cohenca (2005, p. 13).

O período estudado por Cohenca coincidiu com a intensa migração de produtores de soja para região, com a ocorrência de conflitos fundiários e grilagem de terras, conforme demonstrado nos capítulos 3 e 4. Fica evidente, nos dados apresentados por Cohenca (2005), a tendência de crescimento do desmatamento de áreas de floresta primária e sua relação com a produção de grãos. Num recorte amostral de áreas desmatadas, o autor identificou que a maioria estaria relacionada à produção de grãos e correspondiam às maiores áreas, conforme tabela 21. Os dados também evidenciam um aumento no tamanho médio dos maiores desmatamentos e a participação cada vez maior do fator monocultura de grãos na responsabilidade dos desmatamentos em cada ano.

Tabela 21- Uso do solo em 2004 em 50% dos desmatamentos ocorridos nos municípios de Santarém e Belterra.

Uso do solo	Total desmatado		Desmatamento em Floresta primária	
	(ha)	%	(ha)	%
Agricultura mecanizada	28.201,5	69,70	15.029,1	61,65
Pecuária	9.277,9	22,90	6.780,5	27,81
Agricultura familiar	2.467,8	6,10	2.227,5	9,14
Não identificado	519,3	1,30	342,4	1,40
Total	40.466,5	100,00	24.379,5	100,00

Fonte: Cohenca (2005, p. 16).

Os referidos dados relativizam a afirmativa de Margulis (2003) de que a agricultura não competiria com a pecuária nas regiões de floresta como fator importante no desmatamento da Amazônia. A análise das causas do desmatamento nos municípios de Santarém e Belterra, entre os anos de 1999 a 2004, evidenciou que os produtores de grãos que migraram para a região tiveram influência direta no desmatamento ocorrido nesse período. Em 60,2% de todas as áreas desmatadas em floresta primária, no período estudado, a monocultura de grãos foi responsável por 61,6% dos desmatamentos.

Cohenca chega à conclusão de que,

[...] o avanço da fronteira agrícola na região de Santarém têm causado dois movimentos: desmatamentos diretos em áreas florestais e pressão indireta sobre áreas de florestas mais distantes da infraestrutura de cidades e estradas na transferência de pequenos agricultores e pecuaristas que vendem suas terras para os agricultores de grãos capitalizados muitas vezes com incentivos e financiamentos públicos. Enquanto grandes desmatamentos ocorrem ao redor de Santarém e Belterra a população de pequenos agricultores que vendem as suas terras mais bem localizadas, migram para o interior iniciando o plantio de corte e queima em locais que antes eram de Florestas distantes e isoladas. (COHENCA, 2005, p. 20).

Alencar et al. (2004) afirma que os fatores do desmatamento são variados, apontando como causas o crescimento da pecuária, a expansão da agricultura mecanizada, tendo a soja como seu principal produto, a migração da indústria madeireira para as áreas de novas fronteira e a grilagem de terra. Contudo, a situação encontrada no Baixo Amazonas indica que tais fatores podem ocupar posição diferenciada no *ranking* do desmatamento, dependendo da situação observada em cada mesorregião, município, ou localidade da Amazônia com ocorrência de áreas desmatadas.

O desmatamento, os conflitos, a grilagem de terras ocorridos no Baixo Amazonas passaram a chamar atenção de ONGs ambientalistas que já vinham discutindo com a agroindústria da soja sobre as possibilidades de “controlar” ou “diminuir” os impactos provocados por essa oleaginosa ao meio ambiente.

7.2.3 As pressões das redes sociais ambientalistas sobre o mercado de soja


As pressões das ONGs ambientalistas sobre o mercado de soja ocorreram por meio de campanhas e articulações em redes com outros agentes, no sentido de mobilizar a opinião pública a fim de reduzir ou deter o ritmo da expansão dos plantios de soja na região de cerrado e floresta. Cardoso (2008, p. 112) indica que a WWF-Brasil vinha analisando a expansão da produção de soja desde o final da década de 1990, produzindo estudos sobre seus efeitos no Cerrado. Inspirada na sua experiência de articulação de fóruns de discussão e negociação, a exemplo do FSC¹³⁷ o qual estava sob a sua liderança, no ano de 2004, iniciou o processo de organização de um fórum de negociação *multistakeholder* para estabelecimento

¹³⁷ O Forest Stewardship Council (FSC) é um dos primeiros exemplos de governança *multistakeholder* e seu principal objetivo é definir a operacionalização da produção sustentável de madeira. O Conselho foi criado em 1992, contando hoje com cerca de 126 representantes de ONGs, união de trabalhadores, madeireiras, varejistas, e grupos indígenas. No ano de 1994, os membros fundadores fecharam um acordo sobre os critérios/padrões para emissão de certificação de produção sustentável, constituindo o selo FSC de certificação. (CARDOSO, 2008, p. 112).

de critérios de sustentabilidade para produção de soja, denominado de “Fórum de Soja Responsável”. Em 2005, foi realizada a 1ª Conferência do Fórum sobre Soja Sustentável¹³⁸, em Foz de Iguaçu, no período de 17 a 18 de março. Nesse evento foi feito o lançamento da “Mesa Redonda da Soja Responsável” (Round Table on Responsible Soy - RTRS), um fórum internacional de discussão sobre a sustentabilidade da soja. Participaram instituições de setores e países relacionados com a cadeia de produção e comercialização da soja, assim como produtores, exportadores, agroindústria, instituições financeiras, além de diversas ONG's sociais e ambientais. Vale observar que a ABIOVE, que assinou a “moratória da soja”, teve importante participação nesse evento, tornando-se um dos membros da RTRS.

Paralelo à “Mesa Redonda da Soja Responsável”, surgiu outra articulação na sociedade brasileira que passou a discutir sobre os impactos da produção de soja vinculados à implantação da hidrovía Paraguai-Paraná. No entendimento das organizações, a obra levaria a uma expansão significativa das lavouras do grão incentivando o plantio em outros países, o que acarretaria uma multiplicação dos problemas ambientais relacionados ao agronegócio. Esse movimento culminou com a criação da Coalizão Rios Vivos, uma congregação de ONGs do Cone Sul - países do Mercosul mais a Bolívia -, que desde 2000 passou a se dedicar mais intensivamente a examinar os impactos socioambientais da sojicultura. Assim se definem:

Quadro 5- Rios Vivos



RIOS VIVOS Rios Vivos é uma coalizão de organizações não governamentais e comunidades articuladas para conter os processos de degradação cultural, social e ambiental e implementar políticas sustentáveis que possibilitem criar uma nova relação entre sociedade e natureza. Diferencia-se pela capacidade de coordenar ações locais, regionais e internacionais. Atua diretamente com a mobilização das comunidades tradicionais e indígenas na defesa de seus ecossistemas. Seus membros estão na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos. Rios Vivos é hoje uma das mais importantes redes da América Latina, sendo um referencial para as ações da sociedade civil. centenas de organizações, comunidades, instituições de pesquisa e cientistas estão conectados através da Coalizão.

Fonte: RIOSVIVOS (2011).

¹³⁸ O comitê organizador da Conferência foi formado por: **Rede WWF** - criada em 1961, é formada por organizações similares e autônomas de 40 países, tem cerca de 4 milhões de afiliados e atua nos cinco continentes, em mais de 90 países. O secretariado-internacional da Rede WWF está sediado na Suíça. O WWF-Brasil faz parte da rede, embora seja uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, reconhecida pelo governo como instituição de utilidade pública. **Coop Switzerland** - rede de supermercados suíços que há muitos anos vem assumindo um papel ativo no campo da produção sustentável de diferentes tipos de produtos comestíveis e não comestíveis. **Cordaid** - instituição católica, com base na Holanda que visa ajudar o desenvolvimento humano. **Fetra-Sul/CUT** - Federação de Trabalhadores da Família Agrícola da Região Sul, composta por mais de 150 sindicatos de trabalhadores rurais da região sul do Brasil. **Grupo André Maggi** - um dos principais produtores de soja do Brasil. **Unilever** - fabricante de produtos consumidos em massa. Informação disponível no site

Como resultado dessa mobilização surgiu, em 2003, um grupo de trabalho dedicado exclusivamente à discussão de critérios de produção que pudessem servir de referência às empresas compradoras - a Articulação Soja Brasil¹³⁹, cujo objetivo: “é incentivar o plantio de soja com redução dos impactos sociais, ambientais e econômicos, já que sabíamos que seria impossível eliminá-los, uma vez que são próprios da monocultura” (MIRANDA FILHO, 2007, não paginado).

Em 2004 a Articulação realizou um debate, através de um fórum virtual, entre 61 organizações brasileiras. O resultado foi a elaboração de um documento intitulado “Critérios para Responsabilidade Social das Empresas Compradoras de Soja”. Nesse documento são enumerados os padrões mínimos a serem adotados na produção de soja:

O principal objetivo desse processo, no curto prazo, é de reduzir o ímpeto do desmatamento que ora se verifica no bioma Cerrado, e na sua faixa de transição para a Amazônia e Caatinga, bem como em algumas áreas da própria Amazônia. Para isso, propõe-se que os compradores só aceitem fornecedores que plantem em áreas legalmente abertas antes de dezembro de 2003 (ou, para a Amazônia, antes de outubro de 1999) e que áreas já desmatadas e abandonadas, ou com pastos degradados, sejam reconvertidas à produção. (ARTICULAÇÃO SOJA BRASIL, 2004, p. 1).

No documento em referência, foi explicitada a proposta de restrições à compra de soja originada de desmatamento.

Em janeiro de 2006, a articulação Soja Brasil lançou proposta da “certificação ambiental voluntária” com vistas à comprovação do atendimento à legislação ambiental, envolvendo grandes compradores internacionais e produtores regionais. Segundo as declarações do coordenador da articulação Soja Brasil, Maurício Galinkin, para atender as exigências e obter a certificação “basta plantar somente em terras abertas sem a necessidade de novos desmatamentos”, a fiscalização ficaria a cargo de associações locais, usando para isso imagens de satélite para verificar se houve desmatamento numa determinada área, praticado por algum produtor que tenha assumido o compromisso de certificação ambiental voluntária. (MAMCASZ, 2006).

¹³⁹ A **Articulação Soja-Brasil** é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBOMS), da Rede Cerrado, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do país (FETRAF-Sul) e da Fundação CEBRAC. Esta Fundação encarrega-se da secretaria-executiva da Articulação, e a etapa de debate e definição dos critérios recebeu o apoio financeiro da Fundação DOEN, da Cordaid e de Solidaridad (organizações da Holanda), da FETRAF-Sul, do CEBRAC e das organizações do FBOMS que fazem parte do Grupo de Trabalho Floresta. O Fórum Brasileiro (FBOMS) é uma organização que congrega, direta e indiretamente, mais de 1.200 entidades da sociedade civil brasileira que lidam com questões ambientais e sociais, distribuídas em todo país.

Numa outra ação, o Greenpeace, em parceria com o STTR de Santarém, desde o ano de 2004, passou a documentar os impactos causados pela indústria da soja na Amazônia. Para isso, realizou investigações em campo, sobrevoos, entrevistas com comunidades, representantes de empresas e políticos, análises de imagens de satélite, cruzamento de dados de exportações, rastreamento de navios e uma série de outras técnicas que lhe permitiram elaborar um quadro preliminar sobre o assunto.

Em abril de 2006, o Greenpeace lançou o relatório “Comendo a Amazônia”, no qual apresentou dados sobre o desmatamento, relacionando-o à expansão da soja na Amazônia e responsabilizando as três empresas multinacionais norte-americanas do setor agrícola ADM, Bunge e Cargill. O relatório apontou como “cúmplices do crime” os consumidores europeus. Segundo o Greenpeace a crescente demanda por soja para alimentar animais na Europa induziu a expansão da fronteira agrícola na Amazônia. A soja produzida na floresta tinha ido parar nas prateleiras dos supermercados e nas redes de *fast food* da Europa e a sua aquisição pelos consumidores europeus impulsionava o desmatamento naquela região.

Dentre as redes de *fastfood*, o McDonald’s aparecia como consumidora da soja exportada pela Cargill, utilizada na alimentação dos frangos usados para a produção de *Chicken McNuggets*. Diante desse diagnóstico, o Greenpeace apontou como solução da questão a “governança e a ação adequada da indústria” visando um modelo de desenvolvimento “alternativo, ambientalmente responsável e socialmente justo”. Para isso era necessário o envolvimento de empresários e instituições de países desenvolvidos.

No relatório ficou clara a estratégia usada pelo Greenpeace para conter o desmatamento na Amazônia provocado pela soja. Ainda em abril daquele ano, após o lançamento do relatório, iniciaram-se as ações ativistas que desencadearam pressões junto às multinacionais da agroindústria da soja, forçando a adesão da proposta de “moratória da soja” em maio de 2006. As ações ocorreram em duas frentes: um movimento contra a instalação do terminal graneleiro da Cargill em Santarém, com atividades realizadas em Santarém contando com a parceria de organizações e movimentos sociais locais e a “Campanha Comendo a Amazônia”, que teve como alvo principal as lojas do McDonalds na Europa. Dentre as organizações locais o STTR de Santarém teve participação diferenciada nas ações, inclusive em algumas das ações realizadas fora de Santarém, como veremos mais a frente.

As estratégias das ONGs ambientalistas, de elegerem as corporações empresariais, seguem a tendência do “*naming and shaming*”, “fenômeno pelo qual as corporações são escolhidas como alvo de campanhas de movimentos sociais que destacam consequências sociais e ambientais negativas de suas atividades”. (CARDOSO, F., 2008, p.113). As

empresas que detêm maior poder dentro do campo da produção de soja tornaram-se alvo preferencial, como no caso da Cargill. A pressão em cima das empresas ocorreu a partir do momento em que o campo organizacional da produção de soja passou a receber maior influência das multinacionais. A escolha da agroindústria da soja, segundo Cardoso (2008, p. 115) foi baseada nas entrevistas com ambientalistas, em consequência dos seguintes fatores: i) o setor estava em expansão, embora ocupando uma área relativamente pequena na Amazônia Legal; ii) forte caráter exportador e altamente integrado nas cadeias globais de produção e consumo; iii) tinha grande parte do seu mercado na Europa e em especial na Holanda, país que se caracteriza pela sua preocupação com o meio ambiente; iv) o padrão facilmente contestável que o sistema agroindustrial da soja adquire nas áreas de fronteiras.

Dentre as ações do Greenpeace na Europa, houve uma série de negociações com os maiores importadores de soja do continente, como as redes supermercadistas inglesas *Waitrose, Marks and Spencer e Asda*, a alemã *Tegut* e a espanhola *El Corte Inglés*, além das empresas *Belgian Alpro, McDonalds, Unilever, Ritter-Sport*, e das brasileiras *Nutrimental e Vitao Nutrihouse*. O resultado das conversas - e de um incômodo crescente por parte dessas empresas com a possibilidade de estarem financiando o desmatamento da maior floresta tropical do mundo e sua repercussão junto ao seu mercado consumidor - foi o fechamento de um acordo de nove pontos que foi apresentado aos produtores e exportadores da soja amazônica.

Paralelo às negociações entre as ONGs ambientalistas e o setor da agroindústria da soja, outras articulações estavam em andamento. Em dezembro de 2004 a imprensa local de Santarém anunciava na matéria intitulada “Origem da soja. Cargill aposta na certificação”, publicada pelo *Jornal o Estado do Tapajós*, que a Cargill contratou assessoria de três ONGs - a *The Nature Conservance (TNC)*, o *Instituto de Manejo e Certificação Florestal (IMAFLORA)* e o *Centro de Monitoramento de Cobertura Vegetal (CMCV)* para a certificação a soja comprada pela Cargill no Baixo Amazonas. Segundo a matéria, a medida teria sido tomada porque no prazo máximo de cinco anos toda a soja exportada pelo Porto da Cargill em Santarém teria que receber um certificado de que seria produzida de acordo com bases em critérios socioambientais. O trabalho inicial das ONGs seria elaborar um diagnóstico de campo, depois seria feito o monitoramento das áreas via satélite. Sobre a certificação, a representante da TNC comentou: “a plantação de soja é uma realidade e o mundo está olhando para o produto e para as empresas, por isso a produção de soja tem que obedecer a critérios mínimos e ter a certificação (BARROS, 2004, p.15, grifo nosso.)”. Vale ressaltar que

tanto a Cargill quanto a TNC já vinham participando das articulações da Mesa Redonda da Soja Responsável, lançado em 2005.

Todas essas pressões das ONGs ambientalistas e as articulações em busca de um acordo junto à agroindústria da soja suscitaram mobilizações também das organizações dos produtores de soja. Uma das mais significativas manifestações aconteceu na 1ª Reunião dos Presidentes de Federações da Agricultura da Região Norte, realizada na cidade de Belém do Pará, no período de 29 a 30 de janeiro de 2006. Ao final da reunião foi elaborada a “Carta de Belém”, com título “Líderes da Amazônia lançam proposta contra o engessamento econômico da região” (ver anexo B). Na carta, os produtores consideraram as ações das ONGs ambientalistas como uma intervenção contra o desenvolvimento econômico da região amazônica, usando para isso os argumentos da preservação ambiental. Firmaram posição de repúdio a essas ações, considerando-as uma ameaça à soberania brasileira, como está explícita no trecho reproduzido a seguir,

E para alertar a sociedade brasileira, os produtores rurais:

Repudiam as diretrizes internacionais e nacionais, que pretendem preservar a Amazônia pela via da estagnação econômica, desconsiderando a existência de 21 milhões de brasileiros que poderão ser relegados uma vida miserável, sem esperança e sem destino;

Alertam a Nação brasileira, para as falsas teses desenvolvidas em países do primeiro mundo com relação à Amazônia, que mistificam, por conveniência de seus próprios interesses, a situação ambiental da região, recomendando boicote econômico aos nossos produtos, defendendo o subdesenvolvimento e ameaçando a soberania do Brasil. (CARTA DE BELÉM, 2006, não paginado).

Como se pode observar houve uma série de mobilizações de diferentes organizações ambientalistas “aparentemente” desarticuladas, mas, que convergem para uma única proposição junto ao setor da agroindústria da soja: a certificação ambiental da produção da soja. Tais articulações tiveram o ano de 2004 (pico do desmatamento na Amazônia) como marco inicial de intensificação das mobilizações para influência no setor agroindustrial. De fato, pode-se afirmar, concordando com Cardoso (2008), que o ano de 2004 inicia uma “nova fase” no campo da produção de soja, que passou a receber fortemente a influência de um novo agente – as ONGs ambientalistas. A questão ambiental passou a fazer parte da agenda e das normas contratuais entre as empresas e os produtores, como poderemos verificar no exemplo da “moratória da soja”.

As mudanças se processaram não somente do lado das empresas. Nas ONGs ambientalistas os posicionamentos também foram revistos. Inicialmente as posições tomadas por essas organizações eram radicalmente contrárias às empresas, a exemplo da posição do Greenpeace. A ONG que tinha uma posição de confronto com as empresas passou a assumir papel de liderança no comitê de governança da moratória. Seu posicionamento modificou, passando a defender a articulação com as empresas no combate ao desmatamento, como expresso no boletim Amazônia Viva, editado por essa organização:

O Greenpeace reconhece que a mudança fundamental necessária para lidar com questões globais como desmatamento e mudanças climáticas só será alcançada com a cooperação das companhias. Esta iniciativa demonstra que estamos dispostos a unir esforços e estabelecer parcerias com a comunidade empresarial que se empenha em ajudar a resolver uma crise como essa, e, juntos, atingir progressos significativos em um curto espaço de tempo. (GREENPEACE, 2007, p.1).

Almeida (2008, p.108) já mencionava uma mudança na estratégia desses agentes, conduzindo a uma alteração de sua posição tática.

Uns acreditando no fim dos conflitos, outros estabelecendo as chamadas parcerias e ampliando a sua capacidade de intervenção e seus quadros técnicos [...] outros defendendo a conciliação a qualquer custo, como se tudo fosse uma questão de má compreensão e equívocos contornáveis.

Nesse sentido, o ambientalismo empresarial ganhou força política, difundindo-se como a solução para os problemas ambientais. Não se fala mais na inviabilidade da implantação do agronegócio de grãos na Amazônia, mas sim na adequação da produção voltada para a sustentabilidade ambiental – “soja sustentável”, “soja responsável”, “soja certificada”.

7.2.4 Regras de um novo arranjo institucional e produtivo: a moratória e seus efeitos na organização da produção de soja

Em decorrência da pressão exercida pelas campanhas e ações ambientalistas junto aos consumidores, a relação da produção de soja e o desmatamento na Amazônia entrou na pauta da agroindústria, motivando reuniões, encontros/desencontros, debates, divergências e estudos. A reação inicial das associações representativas do setor foi de contestação/defesa. Contudo, depois de novas reuniões com o Greenpeace no Brasil e recebido o recado dos

compradores europeus, as empresas multinacionais Cargill, ADM, Bunge, Dreyfus e o grupo brasileiro AMAGGI, empresas comandantes do campo de produção da soja brasileira, resolveram dar uma resposta que apaziguasse os debates e ações ativistas. No dia 24 de julho de 2006, a ABIOVE, a ANEC e suas respectivas associadas divulgaram nota oficial afirmando sua intenção de implantar um programa de governança, de não comercializar a soja oriunda de áreas que fossem desflorestadas dentro do Bioma Amazônico, conforme abaixo exposto.

Quadro 6- Comunicado

COMUNICADO	
<p>A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS – ABIOVE, a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS – ANEC e suas respectivas associadas, estão comprometidas em implantar um programa de governança, que objetiva não comercializar a soja da safra que será plantada a partir de outubro de 2006, oriunda de áreas que forem desflorestadas dentro do Bioma Amazônico, após a data do presente comunicado.</p> <p>Essa iniciativa terá a duração de 2 anos e busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, através da utilização responsável e sustentável dos recursos naturais brasileiros. O setor se compromete durante este período a trabalhar em conjunto com os órgãos governamentais brasileiros, entidades que representam os produtores rurais e sociedade civil para:</p> <p>a) Elaborar e implementar um plano que inclui o sistema efetivo de mapeamento e monitoramento do Bioma Amazônico ou com base em um mapeamento oficial recebido do Governo Federal da referida área;</p> <p>b) Desenvolver estratégias para encorajar e sensibilizar os sojicultores a atenderem o disposto no Código Florestal Brasileiro;</p> <p>c) Trabalhar em conjunto com outros setores interessados para desenvolver novas regras de como operar no Bioma Amazônico, colaborando e cobrando do Governo Brasileiro a definição, aplicação e cumprimento de políticas públicas (zoneamento econômico-ecológico) sobre o uso da terra nesta região.</p> <p>O setor reitera o repúdio ao uso de trabalho escravo, sendo que as empresas incorporaram aos seus contratos de compra de soja cláusula de rompimento dos mesmos, caso haja constatação de trabalho análogo ao escravo.</p> <p>São Paulo, 24 de Julho de 2006.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS – ABIOVE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS – ANEC¹⁴⁰</p>	

Fonte: ABIOVE(2006).

As exigências impostas pela Moratória focalizaram o monitoramento contra o desmatamento e cumprimento dos dispositivos do Código Florestal Brasileiro. O que implicou aos produtores a obrigatoriedade dos dispositivos da legislação ambiental, agora não mais somente exigida pelo Estado, mas também pela agroindústria. De fato, essa ingerência das grandes corporações agroindustriais na organização da produção causou maiores sanções aos produtores, uma vez que a dependência desses produtores com relação à agroindústria já estava estruturada e assumia uma proporção bem maior. A agroindústria, capitaneada pelas grandes multinacionais que já dirigia as relações contratuais “antes da porteira” (com o

¹⁴⁰Disponível no site da ABIOVE.

financiamento da produção e insumos) e “depois da porteira” (garantindo o escoamento da produção e a comercialização), agora passou a estabelecer as regras “dentro da porteira”, interferindo diretamente nas práticas de produção e na forma de uso da terra. Deixando os produtores “acuados”.

As reações a essa proposta foram imediatas. As associações dos produtores logo se manifestaram ao anúncio da ABIOVE e ANEC em estabelecer novas regras à produção de soja. A APROSOJA e a FAMATO posicionaram-se contra a Moratória da Soja. A FAMATO emitiu uma carta (anexo C) em que declara seu repúdio à ação da ABIOVE e ANEC com os mesmos argumentos da “Carta de Belém”, conforme trecho abaixo:

Repudia a declaração firmada, por entender que quaisquer pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, não devem jamais sucumbir às pressões orquestradas por Organizações não Governamentais Ambientalistas, mormente as mais radicais como é o caso do Greenpeace, que visam impedir o desenvolvimento socioeconômico cultural de países em desenvolvimento como o Brasil, privilegiando os países desenvolvidos que amparam sua produtividade agrícola e pecuária em subsídios econômicos e em sistemas de produção ambientalmente inadequados. (FAMATO, 2006).

A APROSOJA argumentou que as condições impostas pela Moratória da Soja descumpriam a legislação brasileira, a qual permite aos produtores utilizarem até 20% de suas propriedades, localizadas na região Amazônica, para atividades produtivas. Pressionados pela agroindústria sem poder se livrar dessa relação de “dependência”, a saída encontrada pelos produtores foi direcionar os esforços para alterar a legislação ambiental – o Código Florestal passou a ser a bola da vez. As principais propostas dos produtores rurais voltam-se para a alteração das áreas de reserva legal obrigatórias e das áreas de preservação permanente¹⁴¹.

Numa outra perspectiva, parcerias antes inimagináveis, entre a agroindústria da soja e os ambientalistas se estabeleceram. Em novembro de 2006 ocorreu a primeira reunião de trabalho da Moratória da Soja envolvendo os dois grupos de agentes antes antagonistas, porém agora parceiros. No encontro foi decidido a constituição do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), responsável pela implementação e controle da Moratória composto: i) pelo setor empresarial: ABIOVE e ANEC, as empresas ADM, AMAGGI, Bunge e Cargill; ii) por organizações da sociedade civil: Conservação Internacional Brasil, Greenpeace, IPAM, TNC,

¹⁴¹ O novo Código Florestal (PL 1876/99) aprovado pelo plenário da Câmara Federal no final de abril de 2012 acolheu o parecer do deputado Paulo Piau (PMDB/MG). O texto mantém as atividades agropecuárias iniciadas até 22 de julho de 2008 em áreas de preservação permanente (APPs), mas as demais regras de replantio da vegetação foram excluídas. Permaneceu no texto a necessidade de recomposição de um mínimo de 15 metros de mata nas áreas de preservação permanente (APPs) em torno de rios com até 10 metros.

WWF Brasil e articulação Soja Brasil, sendo que esta última deixou o GTS; iii) Governo: Ministério do Meio Ambiente; iv) Instituição financeira: Banco do Brasil. Esses dois últimos passam a compor o GTS a partir do ano de 2008.

Além do GTS foram constituídos subgrupos de trabalho, cujas atribuições ficaram assim definidas: i) Mapeamento/Monitoramento: Mapeamento da situação em agosto de 2006, primeira informação oficial após a declaração da Moratória; identificação das áreas desmatadas a partir de agosto de 2006; monitoramento do uso das terras nessas áreas desmatadas; monitoramento do recebimento da soja para impedir a compra de soja oriunda de áreas desmatadas na vigência da moratória; ii) Educação e Código Florestal: desenvolver formas de disseminar a adoção de cuidados socioambientais que devam ser aplicados localmente; trabalhar para que as ações geradas pela Moratória cheguem até o produtor rural e demais agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos; ênfase nos benefícios/integração da cadeia produtiva; cartilha educacional/informativa; criar processo para averbação de reservas legais; criação de programa envolvendo participantes do processo (cartórios, órgãos reguladores); incentivo de estudos para reservas legais / preservação permanente, iii) Relações Institucionais: aproximar o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) dos membros de órgãos governamentais, com o intuito de aprimorar as políticas de desenvolvimento sustentável para o Bioma Amazônia; Estimular o aperfeiçoamento da legislação para melhorar os mecanismos de comando e controle (fiscalização e penalização) na região; Estimular o desenvolvimento de um plano estratégico para o Bioma Amazônia que gere emprego e renda para os mais de 20 milhões de habitantes daquela região, conservando ecossistemas de alto valor. (ABIOVE, GTS, 2007).

Pelas atribuições dos subgrupos é possível verificar a estratégia de atuação do GTS: o monitoramento sobre o desmatamento e por consequência sobre as propriedades e produção; o investimento na educação para o estabelecimento de um código de conduta ambiental junto aos produtores, incluindo a adoção da certificação como um ativo importante para o mercado; e a constituição de um “novo” agronegócio – o pagamento pelos serviços ambientais. Em 2009 quando da renovação do acordo os coordenadores do GTS assim se expressaram sobre a Moratória:

“Iniciativas como essa precisam receber o apoio da comunidade internacional por meio da adoção de mecanismos financeiros que permitam apoiar a preservação das florestas e do clima sem prejuízo da produção de alimentos”, diz Paulo Adario, diretor da campanha Amazônia do Greenpeace e coordenador da sociedade civil no GTS. “Ao lado do aumento da capacidade institucional de monitoramento e preservação por parte de

governos, é preciso dinheiro novo sobre a mesa para que comunidades locais e produtores rurais possam produzir sem desmatar”, afirma Adario. Lovatelli, da ABIOVE, faz coro: “O pagamento por serviços ambientais será um grande incentivo para o produtor rural deixar de desmatar. A indústria espera que em Copenhague, os governos de diferentes países assumam este compromisso. (ABIOVE, GTS, 2009, p.1). (Grifo nosso).

Os serviços ambientais têm sido considerados pelos organismos empresariais e ambientalistas como uma das mais eficazes soluções para a manutenção da floresta em pé. São apresentados como alternativas tanto para que o produtor não desmate, quanto para que os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais mantenham a floresta intacta¹⁴². Os efeitos dessas alternativas por certo serão sentidos de forma diferentes pelos grupos. Não cabe, neste momento, o aprofundamento deste assunto, mas há indicação de que as articulações e novos acordos feitos no âmbito do ambientalismo empresarial convergem para o estabelecimento do sistema de governança e organização institucional do agronegócio, o que permite o amplo funcionamento de um sistema de mercado envolvendo os serviços ambientais.

No caso da soja, esse sistema já conta com a certificação proposta no âmbito da RTRS. As mobilizações e avanços nas relações institucionais promovidas pelo Fórum de Soja Sustentável, iniciado em 2004, acompanham o desempenho da “Moratória da Soja”. Logo após o anúncio da Moratória e a constituição do GTS, em novembro de 2006, foi criada na Suíça, a Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS sua sigla em inglês). No período de 2006 a 2009, os membros da RTRS discutiram e aprimoraram os critérios e a metodologia de acompanhamento para definição do que seria uma produção de soja responsável, aprovando, em maio de 2009, o documento intitulado “Princípios e Critérios” – versão teste de campo. Em junho de 2010, houve a aprovação da versão “1.0 do Padrão RTRS para a produção de soja”. Durante o ano de 2010/2011, foram elaboradas as ferramentas para que a soja certificada esteja disponível no mercado (certificação, plataforma tecnológica). No ano de 2011, precisamente, no mês de junho, foram certificados os primeiros produtores localizados na América do Sul e comercializados os primeiros 100.000 créditos¹⁴³.

¹⁴² Pelo menos nos últimos sete anos se têm visto crescer o debate e as propostas para pagamento de Serviços Ambientais, propostas de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD), “economia verde”, colocando a Amazônia como a principal região, por conta de sua floresta, com capacidade para oferta desses serviços. Com os serviços ambientais chegam os “corretores ambientais” na Amazônia Legal. Até então, as terras públicas, as unidades de conservação, as áreas de proteção ambiental, as terras indígenas e de povos tradicionais não tinham entrado nesse tipo de mercantilização. O mercado trabalhava com bens regularizados e nunca com bens imateriais. Com os Serviços Ambientais está em aprimoramento o mercado de terras ao estabelecer preços àqueles elementos da natureza que ainda não tinham sido considerados mercadorias para o mercado – o clima, o ar, a floresta em pé e sua capacidade de absorção de carbono.

¹⁴³ Outras certificações têm sido utilizadas pelo setor para comprovação de produção de soja em consonâncias com critérios ambientais: Certificação Internacional de Sustentabilidade de Carbono (ISCC); Bonsucro; Mesa

Nesse período de construção do sistema de certificação da RTRS, a “Moratória da Soja” vem sendo aprimorada e renovada. Vale ressaltar que em ambas as experiências existem a participação das empresas vinculadas ao setor e de ONGs.

Pode-se assegurar que no campo da produção de soja essas duas formas de governança institucional são complementares ou se reforçam. Ambas introduzem novos padrões de relações entre os agentes no campo da produção de soja e práticas adotadas pelos sojicultores com relação à produção.

Logo depois da constituição do GTS, os setores empresarial e ambientalista pressionaram os governos para regularização fundiária e ambiental das propriedades rurais na Amazônia. Em 10 de fevereiro de 2009, a Presidência da República publicou a medida provisória 458/2009 que, posteriormente, foi convertida na Lei nº 11.952/2009 e implantou um sistema de licenciamento ambiental rural¹⁴⁴.

Em 2009, o Governo Brasileiro Instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, através do Decreto Nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009 e tomando como base legal esse decreto, o Governo do Estado do Pará criou o Cadastro Ambiental Rural¹⁴⁵.

A Moratória teve êxito, por isso serve de referência para governos, empresas e sociedade civil, conforme a fala de um dos membros do GTS, no evento de assinatura do termo de compromisso da renovação da Moratória até 31 de janeiro de 2013,

Declarações de Carlo Lovatelli, Paulo Adario e Izabella Teixeira.

Além do monitoramento, as empresas dispõem de um conjunto de ferramentas para garantir a governança dos processos produtivos. “Olhando para trás, o registro da época anterior à Moratória era de uma situação de confronto entre o mercado e o produtor brasileiro de soja. Em pouco tempo, passou-se de uma situação de confronto para uma sensação de conforto. Pudemos trabalhar de forma construtiva, pois cessaram os questionamentos ao setor referentes ao desmatamento. O grande mérito do processo é a sua eficácia e simplicidade. Nos últimos cinco anos, afinamos critérios,

Redonda para os Combustíveis Sustentáveis (RSB); Sustentabilidade de Biocombustíveis de Biomassa(2BSvs); Norma de Garantia de Sustentabilidade Bioenergética RED (RBSA); e Greenery – Energia Verde (Programa de Verificação de Bioetanol Brasileiro). Dados disponíveis no site [responsible soy](http://responsible-soy.com).

¹⁴⁴ Em 30 e 31 de outubro de 2007 a Casa Civil da Presidência da República organizou uma Oficina sobre Licenciamento Ambiental Rural e Regularização Fundiária na Amazônia Legal, onde foi elaborada uma agenda de compromisso entre o governo, o setor produtivo e sociedade civil organizada para viabilizar a regularização ambiental e fundiária das atividades agropecuárias na Amazônia Legal.

¹⁴⁵ “Art. 3º - São instrumentos do ‘Programa Mais Ambiente’: II - Cadastro Ambiental Rural - CAR: sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade rural ou posse rural, contendo a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento; e..”.

assumimos controles mais específicos, e hoje temos uma vigilância impecável do processo”, diz Carlo Lovatelli, presidente da ABIOVE.

Segundo Paulo Adario, do Greenpeace, que coordena o grupo da sociedade civil no GTS, a Moratória da soja tem sido um exemplo até aqui muito positivo de responsabilidade corporativa. “Ao longo dos últimos cinco anos de Moratória, o desmatamento na Amazônia caiu e as exportações do grão cresceram. É preciso, agora, fortalecer o compromisso e criar bases permanentes de governança para garantir ao mercado sua demanda por desmatamento zero na cadeia.”

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, declara: “A cadeia produtiva da soja representa um setor da agricultura brasileira que está promovendo um diálogo adequado com a sociedade, e que está dando o exemplo de como é possível avançar economicamente protegendo nossos biomas. Está também se adaptando a novos requisitos dos mercados internacionais, que estão exigindo cada vez mais produtos certificados. Os resultados são promissores, mas os desafios para se avançar na direção de uma agenda ambiental ainda são muito grandes”. (ABIOVE, 2011, p. 2, grifo nosso).

Em 2011, o GTS afirmou sua pretensão em avançar nos objetivos da Moratória, estabelecer nova agenda de prioridades aos investimentos na região, inclusive nas terras públicas. Isso abrange o programa de incentivo ao CAR; a regularização fundiária; o programa Sojasat em parceria com o INPE; o mapeamento do Bioma Amazônia pelo IBGE em escala adequada; e o aperfeiçoamento das listas do embargo do IBAMA e pagamento por serviços ambientais. (ABIOVE, 2011).

6.2.4.1 Efeitos da Moratória na organização dos produtores de soja do Baixo Amazonas.

O trabalho de monitoramento da produção de soja na mesorregião do Baixo Amazonas é feito pela Cargill, desde o ano de 2005, quando a empresa contratou a TNC, o IMAFLORA e o CVV para diagnosticar e georreferenciar as áreas produtoras de soja, visando à certificação da produção, como afirma o técnico da TNC: “no início de 2005 a TNC fez todo o georreferenciamento dos produtores. A TNC tem uma relação antiga com a Cargill. Em 2004 a Cargill solicitou para que a TNC viesse monitorar a área” (F.P.- TNC)¹⁴⁶.

Com o diagnóstico inicial, a TNC e Cargill recebeu a lista dos produtores de soja na região e assim que se estabeleceu a Moratória, eles foram chamados a assinar um termo de adesão e compromisso com as condicionantes do acordo, assim tiveram suas áreas monitoradas. Em 2006, a TNC, que já tinha realizado o cadastramento ambiental no Mato Grosso, adotou os critérios do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no monitoramento.

¹⁴⁶ Entrevista realizada em Santarém, em 28 agosto de 2010.

A TNC cadastrou todos os fornecedores de soja da Cargill na região, em parceria com o Sindicato de Produtores Rurais de Santarém (SIRSAN), e estabeleceu um sistema de monitoramento de desmatamento por estabelecimento. Segundo a organização na área de 128.000 hectares foi observada uma taxa de desmatamento em 2008 de apenas 0,2%. A Cargill, por sua vez, se comprometeu a comprar soja somente dos produtores inseridos no processo de regularização para cumprimento das normas do Código Florestal. Em acordo com o SIRSAN, foram estabelecidos os critérios para os produtores, a saber: assinatura dos termos de adesão e compromisso; documentação de titularidade da área; estar na zona de agronegócio do ZEE da BR 163; e efetivar o CAR. Dos produtores interessados, 25% não atenderam todos os critérios, ficando de fora do Projeto de suporte à “Moratória da Soja” foram impedidos de negociar a produção com a Cargill. A TNC providenciou o cadastramento ambiental dos produtores até maio de 2010, depois disso cada produtor ficou responsável por fazer seu cadastramento. (TNC, 2010, p. 60; Entrevista com F.P - TNC).Após a seleção dos interessados, chegou-se a uma lista de 205 produtores cadastrados.

O sistema utilizado pela TNC prevê o monitoramento constante das áreas cadastradas: via imagem de satélite e visitas a campo. Em condição prioritária do monitoramento estão os produtores financiados pela Cargill. Uma vez comprovado que o produtor não desmatou, o nome dele vai para a “lista verde”. Comprovado o desmatamento o nome do produtor vai para a “lista negra”. A cada seis meses as listas atualizadas passam a ser o critério de liberação (ou não) à compra da produção. Estando na “lista verde” o produtor pode vender para a Cargill. Caso o produtor não possa vender a sua produção à Cargill, geralmente ele vende a empresa Avis Pará, com desvantagens: a Cargill faz o pagamento em até 78 horas, a outra empresa em até 30 dias e por um valor inferior a da multinacional.

O monitoramento e o controle exercido pela empresa são considerados bastante rígidos pelos produtores,

Então, eu acho que a gente tem umas regras mais duras para produção de grãos. [...] A gente sofre com um monitoramento muito rígido. A gente participa de um sistema de certificação para você produzir soja para poder exportar. As áreas todas participam de um sistema de certificação para poder exportar. Além dos órgãos oficiais nós temos o controle da ABIOVE [...] que todo ano sobrevoa a área que tem plantio de soja para ver se não desmatou - a moratória da soja. A gente é extremamente fiscalizado. Qualquer deslize o produtor é desligado e não pode mais exportar soja para lugar nenhum. O nome dele fica numa lista. Então eu acredito que seja uma das produções mais fiscalizadas e a gente tem dado conta. A gente tem muita

área ainda desocupadas, que a gente ainda pode ocupar. (T.F. presidente do SIRSAN¹⁴⁷).

As restrições e o monitoramento têm levado os produtores a adotarem tecnologias de produção menos impactantes: o plantio direto; o uso da Agricultura de Precisão (AP); rotação de cultura; consórcio lavoura e pecuária.

Um número bem satisfatório de produtores já usaram alguma coisa de agricultura de precisão. De alguma maneira 50% já usaram alguma coisa de AP. Nós temos a sorte de ter uma empresa instalada aqui que é essa Missioneira, que além de insumos ela fornece e trabalha a agricultura de precisão. Ela trabalha no Estado inteiro. [...] É fantástico você analisa tua área como se fosse um Raio-X da área e vai corrigindo aqueles pontos estratégicos lá para tentar reutilizar a tua produção. A ideia é essa, acho que nós temos que produzir em pouco espaço, tentando ter um faturamento maior que as margens de hoje; não só da agricultura, mas de tudo, não são grandes margens, são margens apertadas, então se tem que produzir ao máximo para ter uma sobra. ((T.F. presidente do SIRSAN).

A incorporação da questão ambiental trouxe novas práticas aos produtores que conduziram para reorganização da produção, possibilitando que as empresas multinacionais pudessem exercer maior controle sobre o campo da produção de soja. E como afirma Bourdieu,

[...] são os agentes, ou seja, as empresas, definidas pelo seu volume e capital específico, que determinam a estrutura do campo que por sua vez as determinam [...] As empresas, que exercem influências potenciais variáveis na sua intensidade e direção, controlam uma parte do campo tanto maior quanto mais importante for o seu capital. (BOURDIEU, 2006, p. 264, grifo nosso).

A partir da entrada da questão ambiental no agronegócio de grãos, os produtores estabeleceram novas relações contratuais envolvendo o uso da terra e os serviços ambientais. De acordo com os depoimentos de lideranças sindicais, já há indícios de que produtores do Baixo Amazonas têm, pelo menos “ensaiado”, estabelecer contratos de prestação de serviços ambientais utilizando áreas preservadas para compensar os desmatamentos realizados em função da produção de grãos. Em alguns casos relatados, estão sendo realizados arrendamentos de terras envolvendo áreas preservadas que passaram a ser utilizadas como áreas de reservas legais das propriedades produtivas.

¹⁴⁷ Entrevista realizada em Santarém, em julho de 2011.

Nesse sentido, o monitoramento, o controle e, principalmente, as sanções econômicas impostas pelas empresas aos produtores, de fato, levaram-os a, i) atender à legislação ambiental quanto ao percentual de reserva legal definida para a área da Amazônia Legal; b) adotar práticas agrícolas de menor impacto ambiental, para isso também fazem investimentos em pesquisa; e c) adotar novas práticas e relações contratuais para o uso da terra, como os contratos de arrendamento visando à compensação ambiental.

Os efeitos do fenômeno da ambientalização também podem ser observados na mudança de comportamento das agências representativas do agronegócio paraense, que adotaram o discurso ambiental em ações e projetos implementados pelo setor. Uma dessas ações, dirigida pela Federação Agropecuária do Pará FAEPA, foi a criação do Instituto Alerta Pará que se constituiu na representação da mobilização social para enfrentar os questionamentos e as restrições impostas pelas ações governamentais e da agroindústria aos produtores.

A criação do referido Instituto, em 14 de abril de 2008, mobilizou grupos de empresários, entidades governamentais e privadas, associações empresariais e de trabalhadores, instituições de pesquisa, academias e centros culturais, que se aglutinaram em torno de objetivo de estabelecer “um grande pacto da sociedade em defesa de políticas que garantam o desenvolvimento socioeconômico do Estado, dentro dos parâmetros de respeito à legalidade e ao meio ambiente”. Na sua fundação foi elaborada a Carta de Princípios na qual são consideradas como bandeiras a serem defendidas: a Legalidade, o Respeito ao Pacto Federativo, a inserção do Pará nas prioridades do desenvolvimento nacional, a segurança, a Preservação da Floresta Amazônica e do Meio Ambiente e o Macrozoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Dados disponíveis no sítio do alertapara. Pode-se classificar o Instituto como uma forma de think tanks. O presidente do Conselho de Administração é o Prof. Edson Franco intelectual paraense (licenciado) sendo seu substituto Carlos Xavier Presidente da FAEPA e Vice-presidente do Conselho Fernando Teruó Yamada, empresário dono do Grupo Yamada. Assinam a Carta de Princípios as seguintes instituições: Fórum das Entidades Empresariais do Estado do Pará, Federação da Agricultura do Pará, Federação do Comércio do Estado do Pará, Federação das Indústrias do Estado do Pará, Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará, Federação dos Metalúrgicos do Estado do Pará, Federação dos Metalúrgicos do Norte, Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belém, Associação Comercial do Pará, Associação dos Supermercados, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira, Associação Rural da Pecuária do Pará, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Pará, Academia Paraense de Jornalismo, Academia de Imprensa de Belém, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará, Conselho Regional de Administração, Conselho Regional de Economia, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Pará, Sindicato dos Zootecnistas do Estado do Pará, Sindicato dos Aquicultores do Estado do Pará, Sindicato dos Pecuáristas de Corte de Altamira.

Uma das primeiras propostas do Instituto é o Projeto Preservar que visa ao fortalecimento do agronegócio paraense através da sustentabilidade, apoiando a ideia do desmatamento zero, com ajuda dos produtores rurais.

Uma situação bastante importante é o pacto com o compromisso de desmatamento zero, enfatizado no Projeto Preservar, que busca alternativas de desenvolvimento da Amazônia com respeito ao meio ambiente e de revitalização de áreas desmatadas que sejam consideradas improdutivas, mas que possam ser reaproveitadas desde que sejam feitos projetos compatíveis para sua reutilização. O Instituto também é uma resposta proativa para mostrarmos à sociedade brasileira e ao cenário mundial que temos compromisso com nossos recursos naturais. (Carlos Xavier, presidente da FAEPA e presidente em exercício do Instituto)¹⁴⁹.

Observa-se então, que os produtores rurais têm investido em ações que demonstram o seu envolvimento na defesa do meio ambiente, evitando assim, as sanções econômicas.

7.2.4.2 A Moratória da Soja sob a perspectiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR).

Um agente social local importante na mobilização dos eventos ativistas contra a Cargill que contribuíram para o fortalecimento do debate e das negociações sobre a “Moratória da Soja” foi o STTR de Santarém, acompanhou e registrou as situações de conflitos de terras, tomou uma série de medidas - como os registros policiais, denúncias ao Ministério Público, mobilização de outros agentes locais – com repercussão local, mas que, no seu entendimento, apesar dos processos policiais e judiciais contra a grilagem, tiveram pouca efetividade para “breçar” o avanço da soja na região. Uma das estratégias pensadas foi ampliar o seu “raio” de ação, fazendo articulação com outras organizações com atuação mundial. Daí o STTR contatou o Greenpeace, conforme afirmação do atual presidente do sindicato:

[...] nós tínhamos as denúncias todas prontas, mas não tínhamos como divulgar, como mostrar pro mundo, que estava aqui a “aversão do meio ambiente”. E como o Greenpeace é uma ONG que trata da preservação do meio ambiente, nós entendemos que eles seriam as pessoas que poderiam nos ajudar. Nós que procuramos eles, já tínhamos informações, as nossas assessoria já conheciam algumas pessoas. O certo é que foi muito bem sucedido. O mundo inteiro ficou sabendo a questão da soja como estava se desenvolvendo. A própria questão da madeira estava sendo muito mostrada.

¹⁴⁹ Disponível no sitio da alertapara

E assim, acabou indo para um fórum maior que culminou com a moratória. (R.M., STTR, Santarém¹⁵⁰)

Os diretores do STTR participaram ativamente do processo de mobilização local e internacional. Estiveram à frente tanto das mobilizações locais organizadas em parcerias com os movimentos sociais, comunidades tradicionais e organizações clericais, como na Campanha internacional “Comendo a Amazônia”, como relata I.B.:

Na Amazônia a soja seria uma cultura da morte e não da vida. Falei dos impactos culturais, sociais, ambientais e tudo que nós estávamos passando e toda nossa vida e quando. E quando eu saio de lá veio uma pessoa correndo e disse que eu acabei com eles, que eles eram de uma cooperativa do Sul que estavam fazendo aquele evento com financiadores, com bancos, Cargill [...] estavam todas no evento. Eu até hoje que eu lembro que a nome do seminário era Soja Sustentável [...] e eles ficaram arrasados “você acabou, você destruiu com agente”. [...] ele falou porque eles eram brasileiros e eu não sabia disso. Eu respondi “você quer meu endereço onde eu estou Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras em Santarém no Pará, pode ir lá que eu lhe provo o que estou dizendo. Eu só estou aqui por uma questão de defesa do nosso povo de tudo que nós precisamos e que tá sendo destruído”, eu disse. Essa caminhada, essa trajetória na Europa também foi muito importante, os jornais divulgaram [...] de lá foi todo um contexto, reuniões com as federações que também defendem os interesses dos empresários. Assim como o Greenpeace e a WWF eu participei de reuniões em Brasília, São Paulo, depois outras pessoas foram participando. (I.B, STTR – Santarém¹⁵¹).

A participação intensa de um agente social local detentor das informações precisas sobre as situações enfrentadas na Amazônia, contribuiu para a formação da opinião pública europeia sobre a produção da soja na Amazônia. O que garantiu o êxito da Campanha junto aos consumidores da produção da soja brasileira. Tanto que, em 24 de julho de 2006, o Jornal Inglês “The Guardian” publicou a decisão dos supermercados, fabricantes de alimentos e cadeias de *fast food* da Europa, entre eles o *McDonald's*, de não comprar mais a soja e derivados provenientes da Amazônia cuja produção se deu em áreas fruto do desmatamento.

Nesse mesmo mês, Santarém recebeu a visita do Patriarca de Constantinopla Bartolomeu I, chefe da Igreja Ortodoxa Cristã. Em sua comitiva estava a escritora indiana Vandana Shiva, fundadora da *Research Foundation for Science, Technology and Ecology*, conselheira ecologista da Rede Mundo, que tomando conhecimento da situação vivida na região e as ameaças de morte sofridas pela presidente do sindicato à época, indicou Ivete

¹⁵⁰ Entrevista realizada em Santarém, em julho de 2011.

¹⁵¹ Entrevista realizada em Santarém, em julho de 2011.

Bastos e o Padre Edilberto Senna (em nome da Frente de Defesa da Amazônia) ao prêmio Mahatma Gandhi em reconhecimento pela sua luta por justiça social.

Dos agentes locais, a FDA e o STTR de Santarém participaram da formação do Grupo de Coordenação da Moratória. Entretanto a FDA decidiu retirar-se do processo por considerar que os critérios adotados não eram suficientes para controlar os impactos socioambientais, o que causou divergências entre o STTR e outras organizações dos movimentos sociais, por aquele tomar posição contrária e permanecer no Grupo de Monitoramento, o que pode ser verificado nos documentos publicitários da Moratória (figura 11).

[...] A moratória ela estabeleceu alguns limites no avanço da soja. As empresas não comprariam sojas das áreas primárias, isso fez com que de certa forma ela não se expandisse aqui na região. [...] Teve esses resultados, essas negociações. E nós temos assento lá. [...] além de monitorar a gente vai para as reuniões lá fora, participa e coloca as opiniões quando tem que colocar. [...] acho que é uma questão já dada, já tomou os rumos. (R.M., STTR de Santarém).

Figura 11- Membros do Grupo de Trabalho da Moratória da Soja.



Fonte: ABIOVE (2011).

O sindicato atribuiu, em parte, à Moratória a partida de muitos produtores de soja: “a gente sabe que a Moratória não é uma coisa definitiva. Mas, depois da Moratória muitos foram embora, principalmente produtores médios”. (E.M., STTR, Santarém¹⁵²). As sanções econômicas impostas tanto pela Moratória, quanto pelo fato de muitos produtores não terem se adequadado aos critérios para continuarem sua relação empresarial com a Cargill, foram fatores importantes, mas não únicos, na decisão desses produtores de deixar a região.

¹⁵²Entrevista realizada em Santarém, em julho de 2010.

Pode-se considerar que pela sua participação nas mobilizações, articulações locais, denúncias ao sistema judiciário e à sociedade em geral, o STTR também foi um agente social importante para a concretização da Moratória da Soja. Sendo também incluído nessas novas configurações do ambientalismo empresarial.

7.3 O AMBIENTAL INCORPORADO AO AGRONEGÓCIO

As mobilizações em torno da Moratória da Soja permitem a compreensão das mudanças ocorridas na produção de soja a partir da incorporação do fator ambiental, como uma questão estratégica à manutenção e ampliação do agronegócio. Foi possível perceber que no campo da produção de soja, a admissão dessa nova questão e a “permissão” para a entrada de novos agentes sociais redefiniram as regras contratuais que disciplinam as relações sociais, requalificando a figura do Estado, com a organização de um aparato de dispositivos utilizados para manutenção da produção da soja na Amazônia.

A saída para os conflitos foi a alternativa de “consenso” que juntou agentes sociais, antes opositores, numa relação de parceria. Todos falam agora, indistintamente, em defesa do meio ambiente, como quesito de sua ação e numa “produção de soja” responsável, inibindo quaisquer questionamentos dos atos predatórios provocados pelo agronegócio. Não se questiona mais, pelo menos não com veemência, os conflitos fundiários em decorrência da sojicultura, nem os impactos ambientais provocados pelo uso dos agrotóxicos, apesar das comunidades os incluírem nos seus relatos.

Com introdução do “verde” no agronegócio a forma de ver o conflito mudou, passando da “ênfase a uma abordagem de vencer ou perder, para outra de equilíbrio de interesses” (NADER, 1994, p.22). As possibilidades da negociação permitem que todos ganhem, todos vençam. Nesse sentido, os conflitos provocados pelo agronegócio de grãos são objetos de estratégias de superação, mediante a “negociação de interesses”. Os grupos de ativistas ambientais agora desdobram-se em reuniões, estudos e proposições feitos em parcerias com as agências e as empresas multinacionais para estabelecer padrões consensuais à produção sustentável. Supostamente todos ganham.

Dessa forma, supera-se o conflito pelo “consenso”, pela negociação de interesses. Nesses novos interesses pautados pelo “verde”, novas relações contratuais vão sendo estabelecidas e passando a disciplinar a própria interação do produtor com a terra. Tais relações contratuais podem ser classificadas *a priori* em duas categorias: a primeira, como um tipo de regulação que funciona como uma espécie de certificação para o setor, indicando

quem está em dia com o “compromisso ambiental” e apto a comercializar seus produtos, principalmente no mercado internacional; a segunda, constituída de formas contratuais de uso da terra e exploração dos recursos naturais, como o arrendamento de áreas preservadas para obtenção da reserva legal. Ainda que se identifiquem elementos diferenciados entre si, ambas têm como elemento central a “harmonia coerciva¹⁵³”, em que se procura estabelecer mecanismos e dispositivos que buscam uma regra apropriada à conciliação dos conflitos existentes e futuros que possam afetar o bom andamento do agronegócio. Nesse sentido, os contratos e as certificações têm constituído uma estratégia relevante no campo de luta do agronegócio.

Os acordos e certificações propostos para o setor do agronegócio tomam como motivação principal dois elementos, o econômico e o ambiental, sempre em conjunto de forma a garantir o controle sobre a oferta dos bens e matérias primas “limpas”, aptas ao mercado internacional. As certificações, apesar de atenderem às exigências, servindo para toda a cadeia, concentram as obrigações diretamente no produtor, exercendo certo controle sobre o uso da terra. Envolvem diversos agentes, como as ONGs ambientalistas que constituem, em muitos casos, os “certificadores do verde”, com a imposição de novos sistemas de gestão social e ambiental às empresas do setor que assumem também o papel de agente fiscalizador junto aos seus fornecedores (produtores). Como funcionam com certificação ambiental, as empresas que se vinculam aos acordos têm tomado suas experiências como elementos de propaganda e difusão ideológica do agronegócio. Como bem tem sido utilizada a “Moratória da Soja”. A “ambientalização” então se transformou num elemento vital na estratégia expansionista do agronegócio de grãos.

Nesse mesmo sentido, a incorporação do ambiental na política empresarial pode ser considerada estratégica para o domínio do campo, com o estabelecimento de acordos multilaterais como a “Moratória da Soja” e a certificação “verde” da produção de soja – Soja Responsável (RTRS), que introduziram novas regras de funcionamento para as relações entre produtores e as agroindústrias.

¹⁵³O termo “harmonia coerciva” é proposto por Laura Nader (1994) ao discutir a “a economia política dos modelos jurídicos”, que na atualidade toma como referência a criação e a utilização da *Alternative Dispute Resolution* (ADR), “ou estilos conciliatórios, como parte de uma política de pacificação em resposta aos movimentos da década de 60 que lutavam pelos direitos em geral” (p. 18). A ADR tem como princípio que tudo pode ser resolvido, basta ter uma regra apropriada. Todo conflito tem solução e ela está ao alcance das partes, essa é uma possível resposta a contradição capital trabalho que vem sendo conduzida pelas agências e agentes em propaganda campanha de adesão a “ideologia da harmonia” do agronegócio.

Tais acordos possibilitaram a entrada no campo de novos agentes – as ONGs ambientalistas como parceiras importantes da agroindústria no atendimento às novas exigências do mercado consumidor comprometido com a questão ambiental. Possibilitou, também, um maior controle das empresas sobre os produtores rurais, ampliando dessa forma o seu domínio sobre o campo.

O fator ambiental como regulador da produção de soja, além da subordinação total da cadeia produtiva às empresas agrícolas e da parceria com antigos antagonistas, desencadeou mobilizações, por parte dos produtores, perante o Poder Legislativo para revisão do Código Florestal. A partir daí, o discurso ambiental ganhou espaço em ações e projetos das organizações dos produtores, como o “Projeto Preservar” do Instituto Alerta Pará.

Bourdieu (2006) afirma que os agentes detêm certa liberdade de escolha condicionada às opções dadas pela estrutura do campo. Contudo, as intervenções, quando ocorrem, devem sua existência e eficácia à estrutura das relações objetivas no seio do campo, entre os que a operam e os que a elas estão submetidos. A imposição ambiental na atividade produtiva, não deixou aos produtores outra saída a não ser utilizá-la como estratégia à sua manutenção no interior do campo.

No campo econômico, conforme Bourdieu (2006), a estrutura de poder configura-se com base nas relações objetivas entre as posições de cada agente no campo e no tipo de capital que dispõe, estando suas práticas econômicas e suas decisões condicionadas a esses fatores. Por sua vez, as decisões (dos dominantes e dominados) são somente escolhas entre “possíveis definidos” (em seus limites) pela estrutura do campo. Os campos são constituídos pela posição de seus agentes e nas condições históricas dadas. A estrutura de poder, por conseguinte, segue a distribuição dos tipos de capital que cada agente dispõe e por isso tais estruturas são em geral assimétricas.

A observação do processo da produção de soja na Amazônia levou à constatação de que a agroindústria representada pelas grandes empresas, como a Cargill, domina o campo de produção da soja, pois o “dominante é aquele que ocupa na estrutura uma posição tal que a estrutura funciona em seu benefício” (BOURDIEU, 2006, p.267). As empresas concentram o conjunto das atividades do setor, com a formação de grupos que mediante fusões, aquisições e alianças com outros setores, assumem o controle da rede de alimentos num sistema de teias de relações e negócios que vão desde a semente até os produtos das prateleiras dos supermercados: sementes, fertilizantes, pesticidas, crédito agrícola, colheita e processamento de grãos, processamento de ração animal, assim como marcas famosas de produtos

industrializados¹⁵⁴. Com a incorporação da questão ambiental no processo produtivo, passaram a controlar também o uso das áreas de terras pelos produtores.

Seu domínio no campo mantém-se com as relações estabelecidas com o Estado, principalmente com aqueles organismos governamentais responsáveis pela implantação da infraestrutura e logística de escoamento da produção e os organismos de regulação ambiental, por conta dos licenciamentos e autorizações para os empreendimentos. De acordo com Bourdieu (2006), a troca mais importante no campo econômico é aquela que se faz com o Estado, entretanto, ela precisa de legitimação junto à sociedade com as quais as empresas mantêm relação. Por isso as empresas aceitaram estabelecer parcerias com seus antigos antagonistas (as ONGs ambientalistas) e propuseram a Moratória da Soja. Nessa mesma direção, a Cargill precisou rever sua atuação junto à sociedade santarena, passando a “conquistar” não só representantes dos governos locais, mas também, lideranças e representações científicas, comerciais, comunitárias e agricultores familiares, que passaram a compor o rol de seus defensores nas audiências públicas sobre o EIA/RIMA do porto.

Numa condição de subordinação, estão os produtores rurais que, na medida em que essas relações com as empresas se consolidam, não sobra espaço para fazendeiros independentes. Há uma coerção explícita para que o produtor esteja vinculado a uma empresa ou estará fora do campo. No agronegócio, os produtores são forçados a acompanhar a tendência da inovação tecnológica, sob pena de não conseguirem continuar na atividade. Com maior valorização do capital ocorrendo no setor da agroindústria, no setor dos produtos – para além da porteira – para se manter no negócio, não há alternativa a não ser submeter-se aos oligopólios constituídos pelas empresas de industrialização, processamento e distribuição de produtos alimentares.

Esse padrão de produção que utiliza alta tecnologia necessita de expressivo capital financeiro, o que leva o produtor a recorrer também às ofertas de financiamento das empresas, nas quais as regras por elas estabelecidas, num sistema de financiamento, por compra antecipada da produção, no qual a “moeda” de pagamento do empréstimo é o próprio produto, ou seja, a soja. O cálculo do financiamento tem como base a capacidade produtiva da fazenda e o imóvel e suas benfeitorias entram como garantia hipotecária. Da mesma forma os juros de mora incidem sobre o volume da produção a ser entregue, como ocorre nos contratos estabelecidos entre a empresa Cargill e os produtores de soja em Santarém.

¹⁵⁴ A Cargill, por exemplo, é dona das marcas LIZA e SEARA, dentre outras.

Em tempos do agronegócio, a agroindústria detém primazia sobre os produtores rurais, a qual se dá por uma relação monetária em que o produtor fica numa condição de subordinação, ao mesmo tempo em que a empresa estabelece um controle indireto do processo produtivo, por meio dos contratos de financiamento e de acordos multilaterais que impõem condições para o plantio, trato e comercialização da produção¹⁵⁵.

Para garantir maior mobilidade no campo, os produtores pressionam o Estado, por novas e melhores condições na produção. Assim, têm atuado em duas frentes, uma no legislativo e outra no executivo. No legislativo, por meio da poderosa bancada ruralista, impõe mudanças na legislação ambiental e agrária, assim como têm poder suficiente (capital cultural, financeiro e simbólico) para pressionar o executivo a fim de garantir seus interesses e ainda ocupar cargos importantes e decisivos como no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Essa troca intensa com o Estado tem potencializado o seu capital social.

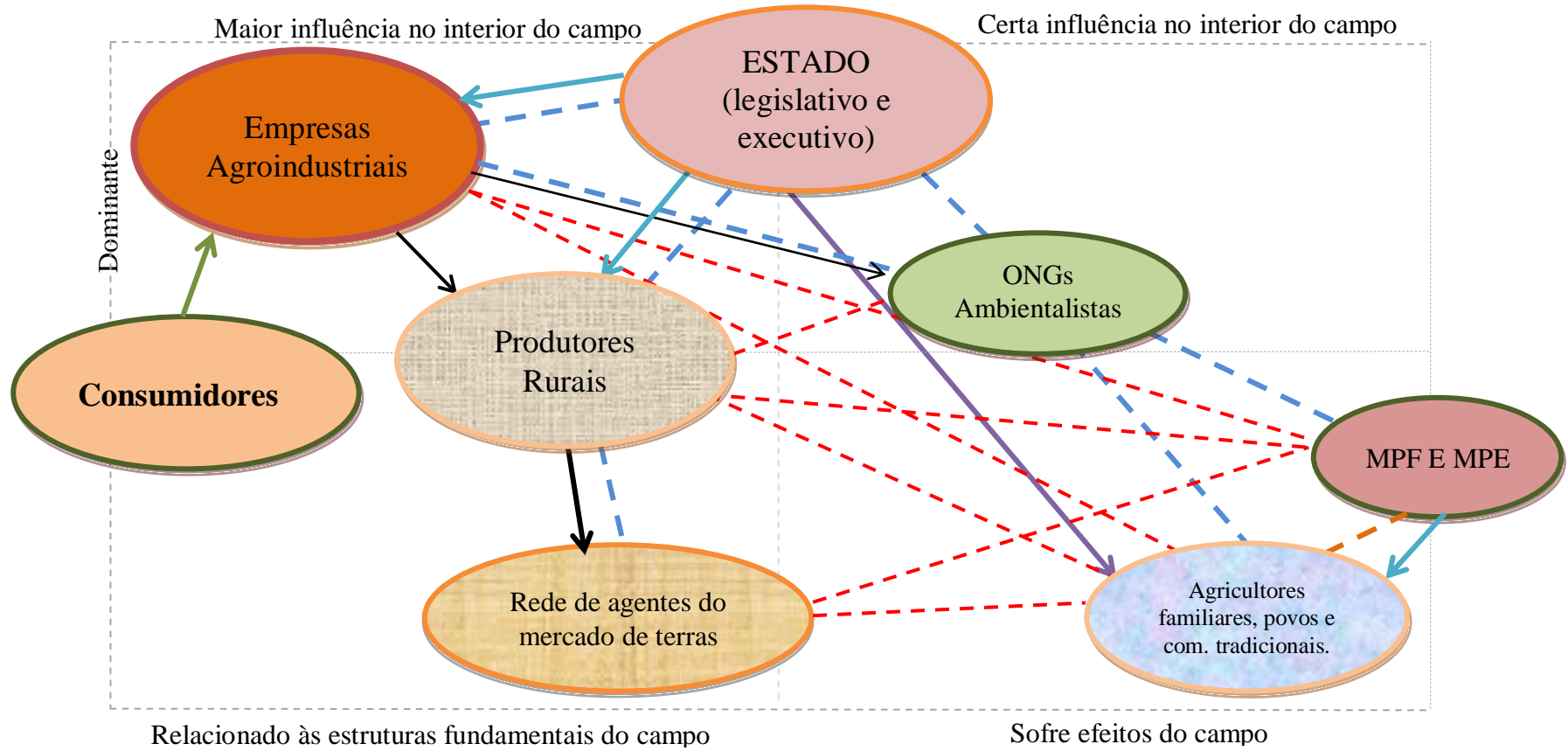
Na contraposição às empresas e produtores rurais, estão os agentes que sofrem os efeitos do campo: os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Os agentes nessa posição têm em comum a “frágil” condição de impor seu modo de vida e manter seu território diante da agressiva estratégia expansionista do agronegócio capitaneada por seus agentes e pelo próprio Estado. Diferente dos outros agentes, a troca desse grupo com o Estado acaba potencializando essa fragilidade, pois o esquema interpretativo do aparato burocrático sobre a Amazônia e sobre os sujeitos que se afirmam como “povos” tradicionais e como detentores de saberes tradicionais, menospreza a economia das práticas econômicas que lhes são intrínsecas. Mesmo no caso dos agricultores familiares assentados pelo INCRA, que se pressupunha maior apoio à condição na qual se encontram no assentamento - sem assistência técnica, sem recursos, sem capacidade de obter financiamento, pois sua terra não está regularizada – reforçam o entendimento de que essa troca com o Estado traz mais fragilidade.

Em posição intermediária estão as ONGs ambientalistas que se tornaram parceiras do agente dominante do campo, facilitando as comunicações e relações entre as empresas, com o conjunto de seus consumidores, com o próprio Estado e até com parte dos agentes que sofrem efeito do campo.

A partir dessas observações é possível apresentar a configuração atual do campo de produção da soja na Amazônia, conforme esquema 9.

¹⁵⁵ Situação semelhante foi identificada por José Vicente Tavares dos Santos (1981) ao realizar um estudo de caso de um núcleo colonial camponês - os colonos do vinho, no município de Bento Gonçalves, onde a indústria organizava um controle indireto do processo de trabalho do camponês expresso em “contratos de produção” que colocavam condições para o plantio, trato e comercialização dos alimentos e matérias-primas produzidas pelos produtores.

Esquema 9-Configuração do campo de produção da soja



Relacionado às estruturas fundamentais do campo

Fonte: Pesquisa de campo (2010/2011).

Sofre efeitos do campo

- Relacionam-se e estabelecem parcerias.
- Relações contratuais
- - - Relação de violência e conflito
- · - Relação de proteção aos direitos
- Relação de fragilização do grupo
- Relação de efeito sobre as empresas
- Relação de fortalecimento do grupo

8 CONCLUSÕES

As reflexões finais desta tese reiteram a centralidade na análise sobre as estruturas sociais do campo de produção de soja na Amazônia Legal e as diversas estratégias adotadas pelos seus principais agentes sociais.

As transformações ocorridas, nas últimas quatro décadas, indicam um processo de reestruturação territorial no qual o capital financeiro impulsiona a abertura de novos mercados, organizando-os de acordo com seu interesse e necessidades, adequando e readequando suas estratégias com vistas à elevação da taxa desejada de acumulação. O agronegócio tem sido uma das expressões dessa renovação da acumulação capitalista ao transformar a agricultura “convencional” – de sua condição de “atrasada” para “desenvolvida” e “moderna” -, objetivando uma reestruturação da sociedade, na qual a terra, o território, os recursos naturais ganham novos usos, classificações e definições.

O plantio de soja na Amazônia ocorreu no momento em que o Brasil intensificou os investimentos na exportação de *commodities* agrícolas fortemente influenciados pelo crescimento da demanda mundial e pela valorização dos preços no mercado internacional. Esta conjuntura, de um lado, estimulou a abertura e ampliação de novas áreas destinadas à produção no Nordeste e na Amazônia Legal e, de outro, a organização de políticas governamentais e privadas de fomento à produção e à implantação de logística de transporte e armazenagem que fortalecem a interação e dependência entre os diversos agentes do campo de produção da soja.

Importa destacar a velocidade e intensidade das transformações provocadas pelo agronegócio de grãos. Observa-se um processo de reestruturação da produção agrícola e de transformação do território Amazônico, que reforçam a economia agropecuária do tipo empresarial, que se contrapõe à economia das práticas econômicas dos povos tradicionais da região.

Os dados coletados nesta pesquisa permitem colidir as “falsas interpretações da Amazônia” que reforçam a ideia de que a soja, bem como a pecuária, se expande de maneira linear e igual nos estados da Amazônia, a partir do que se denomina o “arco do desmatamento” num movimento que segue da “borda para o centro”. Os experimentos e a produção implantada na região do Baixo Amazonas e no estado do Acre indicaram que os plantios de soja passaram a ser estabelecidos em áreas de florestas fora do “arco do desmatamento”. No caso do estado do Amazonas, os dados indicaram a diminuição dos

plantios de soja, ou seja, há um processo de retração e não de expansão. Portanto, não há o crescimento linear da produção de soja, mas um crescimento desigual que não permite generalizações. O que leva ainda a refletir sobre a visão decadentista da metade da presente década para a visão triunfalista dos porta-vozes do setor. Estes movimentos impõem examinar o tempo do desenvolvimento capitalista, em regra indicando celeridade dos processos e as formas como novas questões são vividas pela região.

Almeida (1992) ao analisar o processo de ocupação das terras na Amazônia, no período de 1970 a 1989, apontava que em certa medida se reproduz, na região de fronteira, os mesmos padrões culturais inerentes ao modo de formação do latifúndio, tal como nas áreas de colonização antiga. Dentre os padrões, encontra-se a subordinação dos camponeses por atos coercitivos e a expropriação de terras e destruição dos sistemas de apossamento pré-existentes. A partir da década de 1990, esse processo vem se renovar e reforçar com a implantação da sojicultura na região.

De fato, a implantação da sojicultura e sua consolidação como atividade agrícola praticada em grandes extensões de terras tem se traduzido em processos intensos de concentração de terras, conflitos e expropriação de territórios de comunidades e povos tradicionais e agricultores familiares.

O aumento da demanda da indústria agropecuária sobre o estoque de terras públicas provoca maior aquecimento do mercado de terras, o que coloca a região Amazônica em evidência. Na nova divisão territorial do trabalho agropecuário, a Amazônia destaca-se, tanto pela sua condição de fronteira agrícola com oferta de um estoque potencial de terras a ser explorado, como pela posição estratégica de seu complexo portuário e hidroviário.

Observou-se que o caráter irregular e desigual da intervenção governamental junto aos agentes sociais do campo de produção da soja, principalmente na regulação das terras, reproduz-se permanentemente reforçando a estrutura agrária dos grandes latifúndios e a concentração de terras na região. Na disputa pelas terras se renovam a grilagem, os atos de violência e os conflitos socioambientais territoriais na região, provocados ou impulsionados pela conjugação dos fatores como a migração de produtores de soja, a intervenção governamental e os investimentos empresariais.

A pesquisa demonstrou a intensa relação entre a produção de soja e a prática da grilagem de terras, numa dinâmica envolvendo também a exploração madeireira. A grilagem se constituiu como *modus operandi* dos agentes sociais ligados à instalação da soja no Baixo Amazonas, constituindo-se ainda uma expressão do aquecimento do mercado de terras.

Vimos que a implantação da produção de soja no Baixo Amazonas foi acompanhada de violentos conflitos entre os sojicultores e os agricultores familiares e povos indígenas que resultou na expropriação e grilagem de suas terras. Além de serem expropriados de suas terras e da natureza que lhes garantia a sobrevivência, em alguns casos, as lideranças dos agricultores e dos indígenas foram ameaçadas e até criminalizadas por lutarem por seus direitos.

Pode-se ainda afirmar que tais conflitos retrataram a oposição existente entre dois tipos de mercado: o mercado de *commodities* que se organiza a partir da demanda mundial e estruturas globalizadas em redes e o mercado segmentado, cuja dinâmica econômica traz práticas próprias ao grupo, com circuitos diferenciados, onde cada grupo, ou povo, estabelece sua forma de trocas e negociações de acordo com sua cultura¹⁵⁶. A soja cresceu por oposição à produção de mandioca, da farinha, das árvores frutíferas, da criação de pequenos animais, caça, pesca, uso de plantas medicinais e ao extrativismo.

Frente ao processo de desterritorialização, os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais estabeleceram uma estratégia de luta na qual a denúncia e registro policial das ameaças aos organismos de segurança pública, ao Ministério Público Federal e Estadual e aos órgãos fundiários representou uma ação importante que surtiu efeito, pelo menos no caso da grilagem de terras. O movimento de indígenas, quilombolas, colonos mostra elementos de organização e de constituição como unidades de mobilização para frear a grilagem e a ocupação das terras pela soja. Contudo, apesar disso, observou-se também a fragilidade desse grupo diante dos instrumentos jurídicos e os diferentes dispositivos utilizados pelos agentes do agronegócio no mercado de terras.

Em se tratando da terra, a distribuição e redistribuição nas transações de mercado também dependem do sistema vigente de direitos de propriedade, tão importantes, pois sua estrutura determina a alocação dos recursos em um mundo de interesses diversos e conflitantes. Neste sentido, as estruturas dos direitos de propriedade definem as reais possibilidades de apropriação e manutenção da terra de um determinado grupo de agentes sociais.

Enfatiza Holston (1993) que, no sistema de direitos de propriedade brasileiro, o sistema jurídico é extremamente e intencionalmente confuso e disfuncional, de maneira que não resolve os conflitos de terras de forma justa e nem decide sobre os seus méritos. Suspeita o autor que as causas dessas características não estão especificamente atribuídas à corrupção e

¹⁵⁶ Sobre o funcionamento desse tipo de mercado ver o estudo sobre a Feira do Agricultor de Santarém realizado por Sá, Costa e Tavares (2006).

à incompetência, mas a um conjunto de “intenções subjacentes às suas construções e aplicações”, que divergem das intenções de resolução dos conflitos. Essas características foram – e ainda são – deveras favoráveis a grilagem de terras e ao não reconhecimento do direito dos povos tradicionais ao território. Isso fica evidente na demora do processo de reconhecimento da terra indígena Maró localizada na Gleba Nova Olinda, assim como, a falta de apoio governamental aos agricultores familiares para o desenvolvimento de sua atividade agrícola e escoamento da produção, não sendo viabilizada ainda a própria regularização do imóvel rural.

Numa outra perspectiva, esse modelo de produção agrícola ganhou reforço do avanço técnico-científico-informacional e gerencial evidenciado nos últimos anos. O que fornece uma base material e imaterial indispensável à formação de uma “economia agropecuária empresarial” – agronegócio - que opera em articulações interdependentes com todos os agentes da cadeia produtiva agrária, de certa forma, renova as relações sociais e contratuais no setor, passando a considera-las como operações empresariais em que a relação do produtor com a terra se metamorfoseia com novas formas de produzir e de obter terra. Nesse sentido, também, são adotadas várias formas de contratações, como o arrendamento, a parceria e a compensação ambiental. Isso permite que o produtor agrícola aumente sua produção, até atender as exigências da reserva legal sem que para isso seja necessário obter a propriedade da terra.

A relação entre a pecuária, produção de grãos e o mercado de terras, na região, criou novas classificações para as terras da Amazônia, de um lado, traduzidas na transformação das áreas de florestas originárias em terras destinadas à pastagem e produção de grãos, com alta valorização da terra, na medida em que a floresta ia sendo derrubada – tornado as terras aráveis as mais valorizadas e cobiçadas. Essa dinâmica do mercado contrapõe-se aos sentidos atribuídos às terras pelos povos tradicionais da Amazônia, colocando em risco a sua sobrevivência.

Por outro lado, as tecnologias de produção difundidas entre os produtores de soja na Amazônia, como o plantio direto, a agricultura de precisão, a rotação de cultura e o consórcio lavoura e pecuária, trazem novos argumentos ao setor permitindo formular outras classificações sobre as terras na Amazônia utilizando para isso argumentos e definições sobre áreas degradadas, produtividade, desmatamento e sequestro de carbono.

Contudo, é bom lembrar que o sistema de produção da soja no Mato Grosso, com utilização de grandes extensões de terra e alta tecnologia, requer um produtor que domine as técnicas de plantio e tenha capital suficiente para compra de maquinários de última geração, a

fim de garantir sua maior produtividade e lucratividade, constitui referência para outros plantios nos estados da Amazônia Legal. Por conseguinte, a expansão da produção da soja por outros estados da região não prescinde de um produtor detentor de maior capital social, com base tecnológica avançada e capitalização financeira.

Nesse cenário, as empresas atraídas pela oportunidade de ampliação de sua rede de negócios e conquistas de novos territórios que com seus armazéns, indústrias, usinas, rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, ampliam o “território de circulação da soja”, numa região de novas fronteiras logísticas, determinadas pela sua posição geograficamente estratégica, dada a sua maior proximidade com os mercados internacionais e pela possibilidade de redução substancial no custo do transporte até o porto, por conta da utilização do modal hidroviário.

Constituiu, também, estratégia para o agronegócio de grãos na Amazônia, a incorporação da questão ambiental, de forma a garantir a manutenção do seu crescimento na região. O “verde” do agronegócio, que certamente difere do “verde” dos povos tradicionais da região, adota novas configurações além das certificações e atestados ambientais, desenvolveu um processo de mercantilização total da natureza sob a “copa” da chamada “economia verde” possibilitando a abertura de novas áreas de terras ao mercado.

Por conta do paradigma ambiental que já estava na pauta política mundial desde a década de 1990, a sociedade discute e estabelece restrições à ampliação do mercado de terras em nome da crise ambiental e climática. Nesse mesmo período, outra crise, a dos alimentos, apontava o contrário – a necessidade de mais terras aráveis para a produção de alimentos, especialmente grãos. Como superar esse paradoxo? Os agentes do agronegócio, sistematicamente, criam estratégias para incorporar a questão ambiental em suas atividades produtivas, utilizando para isso: i) a metáfora da “sustentabilidade”, que envolve a industrialização e produção responsável (soja responsável, energia renovável, energia limpa);e, ii) a metáfora do “verde” (mercado de carbono, serviços ambientais, REED e REED+) que alcança aqueles elementos da natureza que ainda não haviam sido mercantilizados – o clima, o ar, a floresta em pé e sua capacidade de absorção de carbono.

A metáfora do “verde” permite uma ressignificação da noção de preservação colada à de compensação ambiental. Nesse sentido, a preservação, de um lado, não mais se restringe à manutenção das florestas primárias, amplia-se à produção de florestas (de eucalipto, dendê, pinho), podendo utilizá-las como unidades de compensação para produção de grãos. Não é à toa que produtores no Baixo Amazonas já pensam em formas de compensação ambiental para justificar o aumento de áreas na produção de soja. Por outro lado, esse processo também pode

ser pensado como uma ação deliberada do Estado para reestruturação de mercados voltados à comercialização da terra e dos recursos florestais, em que se procura criar as condições para a expansão das commodities. As estratégias de viabilizar essas condições provocam maior flexibilidade dos direitos territoriais dos povos tradicionais.

Essas novas práticas implicam em regulações mais flexíveis para o mercado de terras. Aquilo que a sociedade havia pensado como restrição/controle passa a ser utilizado como moeda de troca pelo mercado. Ou seja, para ter o direito a desmatar e devastar basta apresentar o “certificado de compensação ambiental”. Isso poderá levar a uma reorganização territorial em que poderemos ter os “territórios da compensação ambiental” e os “territórios da produção”.

Desta forma, pode-se concluir que essas “novas” estratégias práticas tendem à aceleração do crescimento do agronegócio na Amazônia e que essa denominada “economia verde”, nada mais é do que uma forma de agronegócio. Tendência de classificação e discurso que os agentes do agronegócio e o próprio Estado já utilizam e se tornará em nova estratégia de intervenção sobre a região em futuro imediato.

REFERÊNCIAS

- ABIOVE. Disponível em: <<http://www.abiove.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2011.
- ABAG. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>. Acesso em: 25 nov. 2011.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ABRAMOVAY, R; ZILBOVICIUS, M. **Organizadores. Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 165-177.
- _____. Ambientalismo empresarial. In: Le monde diplomatique Brasil. **Caderno Meio Ambiente**, 2007a.p. 21.
- _____. Oposições à empresa verde. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 nov. 2007b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO – ABIOVE. **Informativo ABIOVE sobre sustentabilidade da soja: moratória da soja: relatório do 1º ano**. Disponível em: <www.abiove.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2011.
- _____. **4º Ano do mapeamento e monitoramento do plantio de soja no bioma Amazônia**. Disponível em: <www.abiove.com.br/>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- _____. Moratória da soja será renovada por mais um ano. **Notícias**, 17 out. 2011. Disponível em: <www.abiove.com.br/>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. **Pará desenvolvimento**. Belém: IDESP, n. 20/21, 1986, 1987.
- ACSELRAD, H. Eixos de Articulação territorial e sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil. **Projeto Brasil sustentável e democrático**. Rio de Janeiro: Fase, 2001. 103 p. (Série Cadernos Temáticos, n. 10).
- _____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RELUME, 2004. p.12-29.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-209.
- ADA. Disponível em:<<http://www.ada.gov.br> .Acesso em: 3 mar. 2012.
- ADM. Disponível em:<: <http://www.adm.com/en-US/Pages/default.aspx>. Acesso em: 3 mar. 2012
- ALENCAR,A.; et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica”**. Belém: IPAM, 2004. 89 p.

ALLOGIO, T. Soja o rei está nu. **Gazeta de Santarém**. Santarém, 24-30 jun. 2006a, Caderno Opinião, p. 6.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Movimentos migratórios nos vales do Tapajós e do Xingu**. Relatório de Pesquisa. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional; UFRJ. 1974. Mimeografado.

_____. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: SEJUP, MPEG, 1992. p. 259-290.

_____. **Carajás: a guerra dos mapas**. 2. ed. Belém: Seminário Consulta, 1995.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1. Maio, p. 9-32, 2004.

_____. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSA; UFAM, 2006.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. p 101-143.

ALMEIDA, A. W. B. ; PALMEIRA, M. **A invenção da migração**. Projeto emprego e mudança no Nordeste. Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional, 1977. Relatório de pesquisa.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. A., **Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras**. In: BOLLE, W., CASTRO, E. ; VEJMEKKA, M. **Amazônia região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-183.

ALMEIDA, A. W. B. ; CARVALHO, G. (Org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil da Pan-Amazônia**. Belém: FASE, Observatório COMOVA, UFPA, 2009.

ALMEIDA, L. M. de. et al. **Arranjos produtivos de grãos na região de influência do município de Santarém no Estado do Pará**. 2006.40? f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A. **Avaliação do projeto piloto de experimentação da cultura da soja no município de Santarém: Oeste do Pará**. Santarém, 1997. Relatório preliminar. Mimeografado.

AMAZONIAORG. Disponível em:<www.amazonia.org.br. Acesso em: 3 \br. 2012.

ANEC. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2012

ANTAQ. Disponível em:<<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp?> . Acesso em: 10 mar. 2012.

ARAGÓN, Luiz E. Uso potencial das redes de parentesco como alternativa metodológica para o estudo da migração. In ARAGÓN, Luiz E. (Org.) **Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas**. Belém: NAEA, 1986.

_____. (Org.). **Populações da Pan Amazônia**. Belém: NAEA, 2005. p. 13-23.

ARAUJO, N.B.; WEDWIKIN, I. PINAZZA, L.A. **Complexo agroindustrial: o “agrusiness” brasileiro**. São Paulo: AGROCERES, 1990.

ARGUTO PLATA, L. E. **Mercados de terras no Brasil: gênese, determinação de seus preços e políticas**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. (Tese de Doutorado). 215f.

ARRUDA, Z. A. de. **Onde está o agro desse negócio?: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. 2007. 253 f. Tese(Doutorado).Campinas, 2007.

ARTICULAÇÃO soja Brasil. Critérios para responsabilidade social das empresas compradoras de Soja: por uma produção com menores impactos ambientais e sociais 2004. Disponível em: <http://www.cebrac.org.br/forumnovo/>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

ASSIS, W.et al. **Agronegócio + agroenergia: impactos cumulativos e tendências territoriais da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia**. GT Energia do FBOMS, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO-ABAG. **15 ANOS ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro**. São Paulo: ABAG, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO RIBEIRÃO PRETO-ABAG/RP. **Boletim Agronegócio**. ano 11, n. 107, nov./dez. 2010.

BALETTI, B., SENA, A., REGO, G. **Em defesa da Amazônia moradores enfrentam madeireiros e o governo em batalhas locais**. Janeiro de 2010. Disponível em:<WWW.ircamericas.org>. Acesso em: 22 jan. 2010.

BENATTI, J. H. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural**. Belém, 2003b. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

BENATTI, J. H., GAMA, A. P., THALES, M. C. Ocupação planejada e transformação das formas de acesso à terra. In: **Zooneamento-Ecológico econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém): gestão territorial**. Belém: EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. v. 1, p. 113-131.

BELIK, W.; PAULILLO, L.F. O financiamento da produção agrícola na década de 90: ajustamento e seletividade. Versão atualizada do artigo publicado originalmente. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001. p. 95-120.

BARROS, Ana Cistina. **Jornal O Estado do Tapajós**, Santarém, 2004. Caderno Cidades E Opiniões.

BICKEL, U. **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio ecológicos e segurança alimentar**. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical)- Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn, Alemanha, 2004.

BOAVENTURA, S.S. A contrarrevolução jurídica. Disponível em: <www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 18 fev. 2010.

_____. **Contra ofensiva neoliberal**. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/>. Acesso em: 18 fev. 2010.

_____. **Incertidumbres y procesos contradictorios**. Entrevista realizada em 29 de setembro de 2011. Disponível em: <http://firgoa.usc.es/drupal/taxonomy/term/314>. Acesso em: 28 dez. 2011.

BORGES, G.B. Brasil será o maior exportador de soja do mundo em 2014, diz relatório do USDA. **Boletim Informativo**, n. 853, 28 fev./ mar. 2005.

BORRRAS JUNIOR., S. M.; FRANCO, J. La política del acaparamiento mundial de tierras Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistência. ICAS Working. **Paper**. Maio de 2010. (Series n. 001). Disponível em: <http://www.tni.org/es/paper/la-pol%C3%ADtica-del-acaparamiento-mundial-de-tierras>. Acesso em: 12 nov. 2011.

BOUDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. O campo econômico. **Política e sociedade**, Florianópolis, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.

_____. **As estruturas sociais da economia**. Porto-Portugal: Campo das Letras-Editores, 2006.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BNDES. Programa Brasil em Ação. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Identificação de Oportunidades de Investimentos Públicos e/ou Privados. In: **Relatório Final do Marco Inicial**. Brasília, DF: BNDES, set./1998

BRANDÃO, A. C.; GALVÃO, A.C.F. **Fundamento, motivações e limitações da proposta governamental dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 2000.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da república. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163**. Brasília, DF, 2005

_____. _____. Pecuária e dinâmicas socioterritoriais. In: **Zooneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém)**: gestão territorial. Belém: EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. v 1.p. 201-232. (Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia).

_____. Congresso. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Ocupação de terras públicas na região amazônica**. Brasília, DF, 2002.

_____.Ministério da agricultura. Dados disponíveis em:<<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/01/exportacoes-do-agronegocio-registram-melhor-ano-desde-1997>>. Acesso em:1 maio 2012.

_____.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007** : mensagem presidência. Brasília, DF 2003. Disponível em:<<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. _____. _____. **Plano plurianual 2008-2011**: mensagem presidencial / Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>.Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da soja**. Coordenador Luiz Antonio Pinazza. Brasília, DF: IICA, MAPA.SPA, 2007.v. 2. 116p.(Série Agronegócio).

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. **Projeções do agronegócio Brasil 2010/11 a 2020/21**. Brasília, DF, jun. 2011.

_____. **Livro branco da grilagem de terras no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2012.

_____.Presidência da República Casa Civil. Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia Diretoria de Produtos. **Relatório Técnico 04/2010**. Brasília, DF, 2010.

_____. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Brasília, DF, 2008, p. 5

BRITO, B. ; BARRETO, P. Regularização fundiária na Amazônia e o programa Terra Legal. In SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Editora Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011. p. 141 - 161.

BRUM, A. **Economia da soja**: história e futuro. Uma visão desde o Rio Grande do Sul. 2005.Disponível em: <www.agromil.com.br>.Acesso em: 24 nov. 2011.

BRUNO, R. **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BRUNO, R. A .L. **Senhores da terra, senhores da guerra, a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1997.

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em la World Wide Web: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 22 out. 2011.

BUAINAIN, A. M. **O futuro do agronegócio**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

BUNGE. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/home/>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

CAMPOS NETO, C. A. da S. et al. **Gargalos e demandas da infraestrutura portuária e os investimentos do PAC: mapeamento IPEA de obras portuárias**. Brasília, DF: IPEA, out. 2009. 55 p. (Texto para discussão n. 1423).

CARAMURU. Disponível em: <<http://www.caramuru.com/>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

CARAZZAI, E. H; BANDEIRA, L.; BRITO, A. **Empresários brasileiros vão à África plantar soja e algodão**. Folha On Line, 2010. Disponível em: <<http://www.vitrinedotocantins.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

CARDOSO, F.C. **Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a moratória da soja na Amazônia**. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2005.

CARGILL. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/index.jsp>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CARVALHO, G. **A integração Sul-Americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. Belém: FASE, 2004. 78 p.

CASIRAGHI, R. **Um perfil do agronegócio na América Latina**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3180>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

CASTILHO, M.W; CASTRO, J. G. D. **Do sertão à periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja: o caso da Serra do Centro em Campos Lindos**. Tocantins: FASE, 2005.

CASTRILON FERNANDÉZ, A. J. **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, E. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M.C.; et al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP:UFPA; NAEA, 2001. p. 7-32.

_____. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8 n. 2. NAEA; UFPA, 2005. p. 5-39.

_____. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. In **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

_____. Integração Sul-Americana do IIRSA: visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA,; CARVALHO (Org.) **O Plano IRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: FASE; Observatório COMOVA; UFPA, 2009. p. 107-141.

_____. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: UFPA; NAEA, 1989. 252 p. (Cadernos NAEA).

CASTRO, A.C. **Localização e Identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preço e custo de transporte relacionados**. WWF-Brasil, 2005, 108 p.

CASTRO, E., MONTEIRO, R., ; CASTRO, C.P. **Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia**. Banco Mundial. 2002.

CASTRO, E., MONTEIRO, R. Setor madeireiro, dinâmica de atores e política florestal. In **Zoneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá-Santarém): gestão territorial**. Belém, EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. v. 1, p. 168-200. (Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia).

CASTRO, A. G. et al. **Competitividade da cadeia produtiva da soja na Amazônia Legal**. Belém: SUDAM, 2001.

CDP. Disponível em: <<http://www.cdp.com.br/index.php>>. Acesso em: 21 out. 2010

CNA. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2010

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Relatório do levantamento preliminar dos impactos socioambientais da expansão da agricultura mecanizada na região de Santarém**. Santarém, 2004.

_____. **Os impactos sociais da soja no Pará**. Santarém, 2008.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS- CPRM. Superintendência Regional de Belém. **Inventário florestal de avaliação preliminar do potencial madeireiro do município de Santarém**. Belém, 1996. CD-ROM.

COHENCA, D. **A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004**. 23 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais) Universidade Federal de Lavras, Santarém, 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB. **Corredores de escoamento da produção agrícola: corredor da BR 163**. Brasília, DF, 2007. 84 p.

CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada a soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2011. p. 69-89

_____. Expansão da soja na Amazônia: os conflitos sociais após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: **34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Anais..., Caxambu, 2010. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/9/> .

_____. **Caderno de campo**, Santarém, n.1, 2010.

_____. Migração, sojicultura e conflitos nos municípios de Santarém e Belterra no Estado do Pará. **XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS**. Recife, UFPE, 2011.

COSTA, L.N. **Agronegócio e desenvolvimento econômico**: uma análise da expansão da soja no cerrado brasileiro e das transformações socioeconômicas no polo Balsas/MA. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

COSTA, F. G. **Avaliação do potencial de expansão da soja na Amazônia legal**: uma aplicação do modelo de Von Thünen. 2000. 162 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura)- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

COSTA, F. de A. Trajetórias tecnológicas, territórios e mercado de terras na Amazônia. In SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CORRÊA, A. **Economia agrícola modifica economia de países vizinhos**. BBC Brasil.com., 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304_ams_paraguai_expansaoagricola_ac.shtml>. Acesso em: 23 set. 2011.

DEININGER, K. W.; BYERLEE, D., **Rising global interest in farmland**: can it yield sustainable and equitable benefits?. World Bank. Washington D.C., 2010.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP; Ícone, 1985.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estud. av.** v.15, n.43, p. 157-172, set./dez. 2001.

DI SABBATO, A. **A intervenção no mercado de terras rurais do Brasil**: um estudo sobre o crédito fundiário e o imposto territorial rural no período 1997-2002. 2008.148 f. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DIÁRIO DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

DROS, J. M. **Administrando os avanços da produção de soja**: dois cenários da expansão do cultivo de soja na América do Sul. AID Environment, Amsterdã, Junho de 2004. 74 p. (Relatório). Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/>>. Acesso em: 23 set. 2010.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EMBRAPA. **Criação de empregos pelo complexo agroindustrial da soja**. Londrina, 2004a. (Documentos 233).

EMBRAPA. Disponível em:<<http://www.embrapa.br>> . Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. **Tecnologia de produção de soja**: região central do Brasil. Londrina, 2004b.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES -GEIPOT. **Corredores estratégicos de desenvolvimento**: relatório final. Brasília, DF, 1999.

ESTADÃO, Mercado de grandes propriedades no Brasil atinge recorde. **Caderno Economia e Negócios**. 8 nov. 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=economia,mercado-de-grandes-propriedades-no-brasil-atinge-recorde-diz-estudo,91422,0.htm>. Acesso em: 20 nov. 2011.

FAEPA. Disponível em:<<http://www.fapanet.com.br/> . Acesso em: 21 set. 2010.

FAO/STAT. Disponível em:<<http://faostat.fao.org/faostat> . Acesso em: 22 set. 2010.

FASE. **Seminário “A Expansão da Soja no Baixo Amazonas”**. Santarém, 2005. (Relatório).

FDA. Disponível em:<<http://portalfda.blogspot.com.br/> . Acesso em: 22 set. 2010.

FEARNSIDE, Philip M. O avanço da soja como ameaça à biodiversidade na Amazônia. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS BRASILEIROS, 5.,2000, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2000.

_____. **O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia Brasileira**. Belém. MPEG, 2001.

_____. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p.113 - 123,jul. 2005.

_____. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. In: L.C. Forline, R.S.S. Murrieta and I.C.G. Vieira (ed.) **Amazônia além dos 500 Anos**. Belém: MPEG,2006. p. 281-324.

FRENTE EM DEFESA DA AMAZÔNIA - FDA. **Na audiência da Cargill quem manda é a Cargill!** Disponível em: <portalfda.blogspot.com/>. Acesso em: 13 abr. 2012.

_____. **Contra-Audiência Pública da Cargil Agrícola S/A em Santarém**. Disponível em: <portalfda.blogspot.com/>. Acesso em: 13 abr. 2012.

FERREIRA, L. Sessão 1: os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. In: **A Geopolítica da Soja na Amazônia**. Belém: MPEG, 2004. p. 23-30. (Ideias e Debates, 8)

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Grall, 2000.

FREIRE, S. EMBRAPA quer usar soja para evitar desmatamento. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 fev. 2008. Ambiente. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u369.339.shtml>>. Acesso 20 dez. 2011.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO; EMBRAPA. **Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Influência da BR-163** (Cuiabá-Santarém). Belém, 2006. p. 229-252

GAMA, A., et al. **O avanço da soja e a questão fundiária na Amazônia**: o caso do baixo Amazonas. s/d. Disponível em: <WWW.comova.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2007.

GASQUES, J. G. et al. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. In GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. p. 19-44.

GAZETA DE SANTARÉM, 27-02 de abril de 2004, Geral, p. 15).

GAZETA DE SANTARÉM. **Juiz manda prender grileiro Donizetti**. Santarém, 18-21 de março de 2006a, Caderno Geral, p. 14.

_____. **Donizetti sai da penitenciária**. Santarém, 25-28 de março de 2006b, Caderno Geral, p. 14.

_____. **Sojeiros agriem fotógrafo na orla**. Santarém, 17-19 de maio de 2006c, Caderno Cidade, p. 2.

_____. **Milhares protestam contra soja e Cargill**. Santarém, 24-26 de maio de 2006d, Caderno Cidade, p. 2.

Disponível em; <[GEIPOT:http://www.geipot.gov.br/](http://www.geipot.gov.br/)>. Acesso em: 13 abr. 2012.

GIARRACCA, N.; TEUBAL, M. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio: el caso argentino. In: BERNADO, M. F. (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: expressão popular, 2008. p. 139-164.

GIMENEZ, H. M. Questão Agrária na Bolívia: o caso da presença brasileira no desenvolvimento do agronegócio da soja. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA, 1., 2010, Natal. **Anais....**Natal: UFRGN, 2010.

GIANLUPPI, V. **Soja**: perspectivas de parceria Brasil/Venezuela. Boa Vista: EMBRAPA, 2009. (Documentos, 22).

GOODELIER, M. A parte ideal do real. In:_____. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

GOODMAN, D.E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia e Política**, v. 5, n. 4, p. 31-56, out./dez. 1985.

_____. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. [S.l]: Campus, 1990. 204 p.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. Ed. Janeiro: Guanabara, 1988.

GRAIN, **¿Las corporaciones del agronegocio gobiernan en América Latina?**. A Contrapelo. Jun. 2007. Disponível em; <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. **¿Se adueñan de la tierra!:** El proceso de acaparamiento agrario por seguridad alimentaria. y de negocios en 2008. Documento de análisis. Out.2008. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov.

_____. **¿Quién gobierna la República Unida de la Soja?** Las nuevas dictaduras del Siglo XXI: terratenientes y corporaciones aliados para destruir y demoler las democracias. A Contrapelo. out. 2008. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. **El grupo consultivo para la investigación agrícola internacional se une al acaparamiento de tierras de cultivo a nivel global**. A Contrapelo. set. 2009. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. **Los nuevos dueños de la tierra Inversionistas corporativos encabezan la Carrera por controlar tierras agrícolas em el extranjero**. A Contrapelo. out. 2009. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. **Acaparamiento de tierras en argentina: um “manual de instrucciones” para entregar el Territorio**. A Contrapelo. jan. 2010. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. **Fondos de pensiones: actores claves em el acaparamiento mundial de tierras agrícolas**. A Contrapelo. Junho de 2011. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

GRAIN, et al. **Es hora de prohibir el acaparamiento de tierras, no de darle una fachada de “responsabilidad”**. Abril de 2011. Disponível em: <<http://www.grain.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE FLORESTAS do FÓRUM BRASILEIRO de ONGs e MOVIMENTOS SOCIAIS para o MEIO AMBIENTE e o DESENVOLVIMENTO. Relação entre cultivo de soja e desmatamento: compreendendo a dinâmica. FBOMS, 2004.

GREENPEACE; SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM; PROJETO SAÚDE E ALEGRIA; SINDICATO DOS

TRABALHADORES RURAIS DE BELTERRA. **Mapeamento comunitário dos impactos da soja em Santarém e Belterra**. Santarém, 2009.

_____. **Comendo a Amazônia**. Disponível em: <www.greenpeace.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2010.

_____. **Amazônia Viva**. Publicação trimestral sobre a Moratória, n. 1, maio 2007. Disponível em: <www.greenpeace.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. In: **Godelier. Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981. p. 185-203. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

GOODMAN, D.E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia e Política**. v. 5, n. 4, p.31-56, out./dez. 1985.

GREENPEACE Brasil. Disponível em: < - <http://www.greenpeace.org/brasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GRUPO MAGGI. Disponível em: < <http://www.grupomaggi.com.br/pt-br/index.jsp>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

_____. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Editora Campus, 1990. Pgs. 204.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HALWEIL, B. Que fim levaram os fazendeiros. **Revista World Watch**, 2000. Disponível em: <www.wwiuma.org.br>. Acesso em: 20 out. 2011.

HASHIZUME, M. Município do Tocantins lidera ranking de soja e de pobreza. **Repórter Brasil**, 2009. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. Fatura de grãos contrasta com precariedade de políticas sociais. **Repórter Brasil**, 2009. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 29 set. 2011.

HASSE, G. **O Brasil da soja**: abrindo fronteiras, semeando cidades. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 1. **Migração, colonização e ilusões do desenvolvimento**. Belém: EDUFPA, 2004

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R.E. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. Reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: EDUFPA, 2004. v.1, p. 41-73.

HENNEMANN, G. **Há um novo 'rei da soja'**: grupo argentino El Tejar, que se instalou em Mato Grosso há oito anos, colheu 17% mais que o brasileiro Eraí Maggi. Blairo vai plantar soja na Argentina. *Jornal Folha de São Paulo*, 21 ago, 2008. Disponível em: <<http://paginadoenock.com.br/home/post/9500>> . Acesso em: 10 out. 2011.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.* v. 25, p. 159-179, 2010.

HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 21, p. 69-89, 1993

INFORMA ECONOMICS AMERICA SOUTH – FNP. **Análise do mercado de terras**. Relatório bimestral, n. 39, jan./fev. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **A grilagem de terras públicas na Amazônia**. Brasília, DF, 2006. (Série Estudos, 8).

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE/SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>.> Acesso em: 25 ago. 2011.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 ago. 2011.

IDEFLOR. Disponível em: <http://www.ideflor.pa.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

INPE. Disponível em: <www.obt.inpe.br/prodes/>. Acesso em: 25 ago. 2011.

JORNAL IMPACTO. Santarém, maio, 1999. p. 26.

KAGEYAMA, A. Os maiores proprietários de terras do Brasil. **Reforma Agrária**. Campinas, abr./juh. 1986.

KAGEYAMA, A.; et al. novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais. In: DELGADO, G.C; GASQUES, J.G; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. p. 113-223.

LANDIM, R. Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo. O Estado de São Paulo, São Paulo, 06 mar. 2010. Economia. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm>>. Acesso 14 nov. 2011.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitos ambientais norte-sul: agrocombustíveis para quem? In ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. p. 257-309.

LAURENCE, W.F.; ALBERNAZ, A. K. M.; COSTA, C. da. O desmatamento está se Acelerando na Amazônia Brasileira? **Biota neotropica**.v.2, n.1. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v2n1/pt/abstract?article+BN00102012002>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

LDC. Disponível em: <<http://www.ldcom.com.br/default.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

LEROY, J. P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro, Vozes-FASE, 1991.

LIMA, M. do S. B. de. **Políticas públicas e território**: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas. 2008. 446 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO; FUNDAJ, Oc. 1994. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> p.77-103. Acesso em: 23 set. 2011.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio: Relume Dumará, 2004. (com a participação de Beatriz Heredia, Leandro Piquet Carneiro, Silvia Borges Correia, Myriam Mousinho F. Gomes e Ricardo Rosendo).

_____. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 mar. 2009.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. 1. ed. Brasília DF,: Banco Mundial, 2003. 100 p.

MAMCASZ, E. **Articulação soja Brasil exige responsabilidade social do produtor rural**. Brasília, DF, jan. 2006. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-01-17/articulacao-soja-brasil-exige-responsabilidade-social-do-produtor-rural>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MERLET, M. **Les appropriations de terres à grande échelle**: analyse du phénomène et propositions d'orientations. Paris: Comité Foncier et Développement, jun. 2010. 58 p..

MELLO, P.C. Moçambique oferece terra à soja brasileira. **Folha de São Paulo**, 14 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46353-mocambique-oferece-terra-a-soja-brasileira>>. Acesso em: ago. 2011.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

MIRANDA, R.S. Conflitos socioambientais e processos de territorialização no sul do Maranhão. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010,

Pernambuco. **Anais...Pernambuco**, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT7-Roberto-de-Sousa-Miranda.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.

MONTEIRO FILHO, M. **Busca por soja responsável exige fim das plantações na Amazônia**. Repórter Brasil, 2007. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2011.

MONTEIRO, Raimunda. **Dinâmicas socioambientais e tendências urbanas e rurais na Amazônia**: estudos dos municípios de Juruti, Santarém e Brasil Novo, no Pará. Relatório de Pesquisa. Santarém, 2004. Mimeografado.

_____. Associativismo e fronteira: a Amazônia como espaço de reprodução social da agricultura do Sul. In: CASTRO, E. (Org.) **Sociedade, território e conflitos**: Br 163 em questão. Belém: NAEA; UFPA, 2008.

_____. **Cargill**: audiência pública não esclarece o projeto. Santarém, 2010. Disponível em: <<http://www.jesocarneiro.com.br/artigos/cargill-audiencia-publica-nao-esclarece-o-projeto.html#.T34oKatYv64>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

MOTTA, M. **Nas fronteiras do poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro. Vico de Leitura, 1998. 252 p.

_____. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo. Alameda, 2009. 286 p.

MOVIMENTO SOUAGRO. Disponível em: <<http://www.souagro.com.br/sou-agro/movimento>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **A geopolítica da soja na Amazônia**. Belém. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2004. (Ideias e Debates n, 8).

NADER, L. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **RBCS**, ano 9, n. 26, out. 1994.

NORONHA, S.; SCHLESINGER, S. **O Brasil Está Nu! Os caminhos e descaminhos da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro. FASE, 2006.

OJIMA, A. L. R de O. Perfil da logística de transporte de soja no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n.1, jan. 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec2-0106.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2011.

OLIVEIRA, F. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: ICSA;UFPA;MPEG, 2009. p. 83-93.

OLIVEIRA, A. U. de. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra Livre** Goiânia, ano 22, n. 26, jun./jul. 2006.

_____. **Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2011. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana online*, v.4, n.1, p. 47-77, 1998.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN – FAO. **El estado mundial de la Agricultura y la alimentación.** Viale delle Terme di Caracalla. Roma, 2009.

PARÁ. Federação das Indústrias do Estado do Pará. **Revista Pará Investimentos.** Belém: FIEPA, 2012-2016.

_____. Secretaria de Agricultura do Pará. **Pará Rural:** polo agroindustrial do nordeste paraense. Belém, 1994a.

_____. _____. Pará Rural: 1º Polo Agroindustrial da soja do sudeste paraense. Belém, 1994b.

_____. _____. Polo Agroindustrial da soja do sudeste paraense. Belém, 1994c.

_____. Secretária de Estado de Meio Ambiente. **Plano anual de Outorga Florestal.** Belém, 2009. p. 24.

PARANÁ. Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP. Disponível em: <<http://www.faep.com.br/boletim/bi853/mercado/bi853.htm>>. Acesso em: set. 2011.

PEIXOTO, J. **As Teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macrosociológicas. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

PINTO, R.G. A Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o programa de estudos e negócios do sistema agroindustrial (PENSA): uma só gestão. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ABAG; PENSA 2010a. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT19-Raphaela-Giffoni-Pinto.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

_____. **O novo empresariado rural no Brasil:** uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness. (1990-2002). 2010b. 125f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campos, 1980.

PORTALFDA. Disponível em: <<http://portalfda.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 maio 2011.

PORTOSDOBASIL. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/programas-e-projetos/pac>>. Acesso em 30 jan. 2011

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PROGRAMA DE APOIO AO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS DA VÁRZEA (PRO VÁRZEA). Abril, 2000.

PUTY, C.A.C.B. Agricultura Empresarial Mecanizada. In: **Zoneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém)**: gestão territorial. Belém, EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. v. 1: diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. p. 229-252.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília, DF: MDA, 2007, p. 19-52.

REL-UITA. Disponível em:<org/companias/cargill/cargill-santarem-2.htm>. Acesso em 12 out. 2011.

REPORTER BRASIL. **O Brasil dos agrocombustíveis**: os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade: soja, mamona. São Paulo, 2008. Disponível em:<<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2011.

_____. **O Brasil dos agrocombustíveis**: os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade: soja, mamona. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2011.

_____. **Os impactos da soja na safra 2009-2010**. São Paulo, 2010. Disponível em:<<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acesso em: 26 out. 2011.

RESPONSIBLESOY <http://www.responsiblesoy.org/>; <http://portugues.tnc.org/index.htm>

REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil. In: RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília, DF: MDA, 2007, p. 226-262.

REZENDE, G. C. de. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no cerrado**: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. Rio de Janeiro, 2002. (Texto para Discussão: IPEA n. 913). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

RIOSVIVOS. Disponível em:<<http://www.riosvivos.org.br/>>. Acesso em: 26 out. 2011.

ROCHA, Gilberto de M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia brasileira. In: ARAGÓN, Luiz E.(Org.). **Populações da Pan Amazônia**. Belém: NAEA, 2005. p. 141-152.

ROCHA, R. G. O caráter dialético da modernização agrícola brasileira e suas inserções nos gerais de Balsas-MA. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 29, n.1, p. 73-86, 2009.

RODRIGUES, R. Revolução Silenciosa. Revista Panorama Rural, maio 1999. Disponível em: <<http://abag.technoplanet.com.br/site/item.asp?c=407>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

ROMÃO, L. M. S. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. **Revista NERA**, Nov./dez. 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revista.php>>. Acesso em: 3 de mar. 2011.

ROMERO, S. C. **Brasileiros impõem latifúndio à Bolívia. Brasil de Fato**. Entrevista. Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 23 set. 2011.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. **Texto para Discussão**. Campinas: IE; UNICAMP. n. 68, abr. 1999.

ROSSET, P. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA Artigo do mês: junho de 2009. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/nera/revista.php>>. Acesso em 15 fev. 2011.

SÁ, M. E. R de; COSTA, S.M.G da; TAVARES, L. P. de O. “O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos”. In: Ana Cláudia Duarte Cardoso (Org.) **O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 114-157.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados 15**, v.43, p.75-83,2001.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SAGRI. Disponível em:<<http://www.sagri.pa.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov.2011.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992 Campinas, **Anais...** Campinas: ABEP, 1992.p.119-144.

SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, J.V.T. **A reprodução subordinada do campesinato**. In:**Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1981. p. 109-117.

SATURNINO JUNIOR, M. B.; FRANCO, J. La política del acaparamiento mundial de tierras Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistência. **ICAS Working Paper**, mayo, 2010. (Series, n.1).

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília , DF : EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008.

_____. Demanda mundial por terras: “landgrabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.4, n. 1, 2010. p. 72- 88.

SAUER, S.; LEITE, S. P. **Agrarian Structure, foreign land ownership, na land value in Brazil**. Abr. 2011. Paper present at the International Conference on Global Land Grabbing. LDPI, 2011. 35 f. Disponível em; <www.future-agricultures.org>. Acesso em: 13 nov. 2011.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHLESINGER, S. **Soja e direitos humanos**. Processo de articulação e diálogo. 2008. Disponível em; <WWW.comova.org.br>. Acesso em: 30 mar. 2008.

_____. **O grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SEMA. Disponível em:<<http://www.sema.pa.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

SECEX/ALICE. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2008.

SECEX. Disponível em:<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

SHARMA, R.D. et all. Fitonematoides Associados às cultivares de soja no Estado do Acre. Brasília: EMBRAPA. **Comunicado Técnico 56**. Brasília, 2001.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, J. G. da. **Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

_____. Complexo agroindustriais e outros complexos rurais. **Reforma Agrária**. Campinas, v.2, n.3, p. 5-34, 1991.

_____. Fim do Agribusiness ou emergência da biotecnologia. **Economia e Sociedade**. Campinas, n.1, p. 163-167, ago. 1992.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP; IE, 1996.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A regulação vai ao campo. **Jornal Valor Econômico**, 2010. Disponível em: <<http://desenvolvimento-regional-sustentavel.blogspot.com/>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zeila de B. F.; TRUZZI, Oswaldo Mário S. (Org.) **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.p. 54-86.

SILVA, R. **1º Dia de campo do programa soja Livre acontece em Vilhena**. Vilhena-RO: EMBRAPA, 2012.

SIRSAN. Disponível em: <<http://sindicatoruraldesantarem.com.br/index.html>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

SOTO, W.H.G. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José Souza Martins e José Graziano da Silva.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUAGRO .<http://www.souagro.com.br/> 2011.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L.. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. M. Brasileiro é o rei da soja no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, 19 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 24 set. 2011.

TNC. Disponível em: <<http://portugues.tnc.org/tnc-no-mundo/americas/brasil/index.htm>>. Acesso em: 21 out. 2011.

VAZ FILHO, F. de A. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia.** 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

_____. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. In LUCIANO, G.J.S.; OLIVEIRA, J.C. de.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Olhares indígenas contemporâneos.** Brasília, DF: CIEP, 2010b.

VENTURIERI, A. et al. Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 8., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: INEP, 21-26 abr. 2007. p. 7003-7010.

VILADESAU, T. P. El agronegocio de la soja em Paraguay: antecedentes e impactos sociais y económicos. In: BERNADO, M. F. Org. **Campesinato e agronegocio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 17-43.

VOLGELGESANG, F. **After land reform, the market?** Agricultural development unit. United Nations Economic. Commission for Latin America and the Caribbean – ECLAC. [2010?]. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/W8101T/w8101t03.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

WORLD BANK, **Rising global interest in farmland can it yield sustainable and equitable benefits?** Sep. 7, 2010 Resumo Executivo em Espanhol. Disponível em: <<http://www-wds.worldbank.org>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova Economia das Instituições. 1995. 239 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 239 p.

WWF. Disponível em:<http://www.wwf.org.br>. Acesso em: 30 jan. 2010.

APÊNDICE

APENDICE A- ÍNDICE

A - Levantamento em Cartório – Ficha de Registro de Imóvel Rural.

B - Quadro com relação dos membros do Conselho Científico para Agricultura Sustentável – CCAS

C - Produção de soja nos municípios paraenses em toneladas por ano: 1997-2010

APÊNDICE B- LEVANTAMENTO EM CARTÓRIO

LEVANTAMENTO EM CARTÓRIO
FICHA DE REGISTRO DE IMÓVEL RURAL

LIVRO: _____ MATRÍCULA: _____ CD INCRA: _____

DATA DO PRIMEIRO REGISTRO: _____

2) DADOS DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

3) TAMANHO DO IMÓVEL

GLEBA: _____

ÁREA EM HECTARE: _____

LOTE: _____

DESCRIÇÃO: _____

4) INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA IDENTIFICADOS NO REGISTRO CARTORÁRIO

4.1) INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA NA DATA DO 1º REGISTRO NO CARTÓRIO

- () TÍTULO DEFINITIVO OURTOGADO PELO INCRA
 () TÍTULO DEFINITIVO OURTOGADO PELO INCRA COM REGISTRO DE QUITAÇÃO
 () ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA
 () ESCRITURA PÚBLICA DE PERMUTA
 () CONTRATO DE COMODATO

4.2) INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA ATUAL DO IMÓVEL

- () TÍTULO DEFINITIVO OURTOGADO PELO INCRA
 () TÍTULO DEFINITIVO OURTOGADO PELO INCRA COM REGISTRO DE QUITAÇÃO
 () ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA
 () ESCRITURA PÚBLICA DE PERMUTA
 () CONTRATO DE COMODATO

5) IMÓVEL IDENTIFICADO COM PRODUÇÃO DE GRÃOS

- () SIM () NÃO

6) OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA

6.1) IMÓVEL OBJETO DE COMPRA E VENDA

- () SIM () NÃO

6.2) VALOR DO IMÓVEL DEFINIDO PELO INCRA NO ATO DA OUTORGA

MÊS: _____ ANO: _____ VALOR ORIGINÁRIO: _____ VALOR ATUALIZADO: _____

6.3) 1ª OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA

MÊS: _____ ANO: _____ VALOR: _____

- () COMPRA REALIZADA VIA PROCURADOR () NEGOCIAÇÃO DIRETA ENTRE AS PARTES

NOME DO COMPRADOR: _____

ESTADO DE ORIGEM DO COMPRADOR

- () PA () SC () AM () PR () RO () RS () MT

DOMICILIO DO COMPRADOR NA HORA DA COMPRA:

6.4) 2ª OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA

MÊS: ANO: VALOR:

() COMPRA REALIZADA VIA PROCURADOR () NEGOCIAÇÃO DIRETA ENTRE AS PARTES

NOME DO COMPRADOR:

ESTADO DE ORIGEM DO COMPRADOR

() PA () SC () AM () PR () RO () RS () MT

DOMICILIO DO COMPRADOR NA HORA DA COMPRA:

6.5) 3ª OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA

MÊS: ANO: VALOR:

() COMPRA REALIZADA VIA PROCURADOR () NEGOCIAÇÃO DIRETA ENTRE AS PARTES

NOME DO COMPRADOR:

ESTADO DE ORIGEM DO COMPRADOR:

() PA () SC () AM () PR () RO () RS () MT

DOMICILIO DO COMPRADOR NA HORA DA COMPRA:

7) DADOS SOBRE HIPOTECA

7.1) IMÓVEL USADO COMO GARANTIA HIPOTECÁRIA

() SIM () NÃO

7.2) CREDOR HIPOTECÁRIO

1ª HIPOTECA

() BASA

() BB

() B MT

() CARGIL

2ª HIPOTECA

() BASA

() BB

() B MT

() CARGIL

3ª HIPOTECA

() BASA

() BB

() B MT

() CARGIL

7.3) AVALIAÇÃO HIPOTECÁRIA DO IMÓVEL

1ª HIPOTECA

ANO:

VALOR:

2ª HIPOTECA

ANO:

VALOR:

3ª HIPOTECA

ANO:

VALOR:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

APÊNDICE C - Membros do Conselho Científico Para Agricultura Sustentável – CCAS

Membro	Qualificações
Luiz Antonio Pinazza	Diretor da ABAG desde 2003. Engenheiro Agrônomo, formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) de Piracicaba/SP, com pós-graduação e Mestrado em agribusiness. Atua também como editor da Revista <i>Agroanalysis</i> da Faculdade Getúlio Vargas – FGV, onde é Professor no curso de MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio, em São Paulo.
Ariane Reis	Professora da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing, Coordenadora da Pós- Graduação no Núcleo de Agronegócios ESPM, Gestora de Projetos Socioambiental na ETH Bioenergia, Representante da ETH no Centro de Referência em Gestão Responsável para Sustentabilidade da FDC – Fundação Don Cabral, Membro do LEAD (<i>Leadership for Environment and Development</i>) – Fundação Rockefeller.
Adriano Pacheco	Agropecuário, Empresário no ramo de insumos para agropecuária. Engenheiro Agrônomo – UFLA – Universidade Federal de Lavras, Consultor Técnico da Organização Pan-americana de Saúde OPAS/OMS, Consultor técnico da Gerência de Avaliação de Riscos (GAVRI) da Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
José Luiz Tejon	Dirige o Núcleo de Estudos de Agronegócio da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing. Mestrado em Arte e Cultura pela Universidade Mackenzie, Doutorando em Ciências da Educação. Especialização em Agribusiness na <i>Harvard Business School</i> , e <i>Marketing na Pace University</i> – Estados Unidos. Comentarista da Rede de Radio ESTADÃO ESPN, com a coluna DESVENDANDO O AGRONEGÓCIO. Prof. de Pós Graduação da FGV – São Paulo. Membro do Conselho efetivo da ABMRA – Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio. Presidente da TCA Internacional. Foi Diretor de Marketing Corporativo da AGROCERES S/A, Executivo da JACTO S/A, fundador e ex-Presidente da ABMRA; e Diretor do Grupo ESTADO, do Jornal O Estado de S Paulo.
Décio Gazzoni	Engenheiro Agrônomo, Pesquisador da Embrapa, Membro do Painel Científico Internacional de Energia Renovável, Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento.
Dirceu Gassen	Engenheiro-agrônomo. Gestor da área técnica da Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto Ltda, desde julho 2000. Editor técnico da Revista Plantio Direto. Sócio da empresa Vértice Agrícola – agricultura de precisão. Mais de 200 publicações relacionadas à proteção de plantas, plantio direto e evolução na agricultura. Livros publicados nas áreas de pragas, controle biológico e plantio direto. Visitou e ministrou palestras sobre agricultura, plantio direto e manejo de pragas em 22 países.
Rumy Goto	Professora adjunta da UNESP/FCA, Mestre em Agronomia/Horticultura, Doutor em Agronomia/Produção Vegetal, Livre Docente em Olericultura, representante pela UNESP/FCA na Comissão de Sementes e Mudas – Olericultura, do MAPA/São Paulo e representante da FCA, junto à Câmara Setorial de Hortaliças, cebola e batata da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

APÊNDICE D-Produção de soja nos municípios paraenses em toneladas por ano: 1997-2010

MUNICÍPIOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ALENQUER	(-)	360	(-)	(-)	(-)	(-)	0	1.283	1.620	1.620	(-)	(-)	(-)	(-)
ALTAMIRA	(-)	(-)	(-)	300	300	300	300	300	400	400	400	162	675	675
BELTERRA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	450	3.780	13.500	36.450	19.200	27.000	40.500	27.405	30.780
BRAGANÇA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	54	(-)	(-)	(-)
CAPANEMA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	720	1.476	(-)	(-)	(-)	(-)
CAPITÃO POÇO	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	135	720	3.120	2.800	1.200	1.200	720	(-)
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	(-)	120	252	252	444	705	705	750	1.800	1.800	1.800	3.000	(-)	(-)
CURUÁ	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1.200	1.200	1.200	(-)	(-)	(-)	(-)	3000
DOM ELISEU	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	360	4.125	6.600	13.200	16.500	16.500	20.160	21.900	26.550
FLORESTA DO ARAGUAIA	(-)	(-)	(-)	(-)	168	(-)	2.400	2.400	4.950	5.100	5.100	5.100	4.200	1.500
MARABÁ	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	42	(-)	60	(-)	(-)	(-)	(-)
MEDICILÂNDIA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	360	(-)	(-)	(-)	(-)
MONTE ALEGRE	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	270	270	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
NOVO PROGRESSO	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	36	625	2.720	3.000	3.000	3.000	(-)
ORILÂNDIA DO NORTE	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	72	(-)	(-)	(-)
PARAGOMINAS	877	846	840	1.155	754	3.326	8.640	9.777	20.970	30.000	21.000	35.160	42.600	71.820
PAU D'ARCO	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	300	972	1.200	1.500
PLACAS	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	105	(-)	432	216	216
PORTO DE MOZ	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	25	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
REDENÇÃO	63	630	630	570	550	24	600	600	2.010	3.600	3.600	3.600	2.400	625
RONDON DO PARA	(-)	50	57	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	450	960	1.155
RUROPOLIS	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	189	189	189
STª Mª DAS BARREIRAS	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	2.550	6.300	6.300	8.700	8.700	8.400
SANTANA DO ARAGUAIA	(-)	(-)	(-)	(-)	75	(-)	1.500	18.000	29.700	39.600	26.400	15.279	18.150	18.450
SANTARÉM	107		761	135		600	12.420	29.700	66.000	58.500	36.000	46.575	48.600	46.170
TAILÂNDIA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	410
TRACUATEUA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1.554	1.080	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
TRAIRÃO	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	270	270	270	270	(-)	(-)	(-)	(-)
ULIANÓPOLIS	306	432	90	180		1.770	7.150	11.570	16.779	18.751	4.919	15.950	24.825	31.312

URUARÁ	(-)	(-)	(-)	10	(-)	(-)	26	840	588	702	370	624	716	864
TOTAL GERAL	1.353	2.438	2.630	2.602	2.291	7.535	43.251	99.437	204.302	209.864	154.015	201.053	206.456	243.616

FONTE: IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola-LSPA/1997 a 2010.

(-) Não registro no banco de dados.

ANEXOS

ANEXO A-ÍNDICE DE ANEXOS

A – Folder da planta baixa do Loteamento Planalto na BR 163.

B – Carta de Belém – Federações da Agricultura da Região Norte.

C - *Repúdio à Moratória da Soja* - FAMATO

ANEXO A – Folder Loteamento Planalto

- Um novo conceito de moradia em Santarém - PA - Projetado e executado, desde a fase inicial, por profissionais destacados nas áreas de Arquitetura e Engenharia. Atendendo aos mais altos padrões de qualidade e infraestrutura, tudo para garantir o bem estar, a segurança e a tranquilidade dos futuros moradores. O Loteamento Planalto, veio para mudar os conceitos de moradia na cidade de Santarém... não fique fora dessa... visite-nos!!!

LOTEAMENTO
PLANALTO
*Perfeito Para Você...
Perfeito Para Sua Família!*

AMPLO ESPAÇO RESERVADO PARA O LAZER
PADRÃO ELEVADO DE CONSTRUÇÕES
RUAS COM 14 A 20 METROS DE LARGURA
TERRENOS DE 720 M² (18 X 40 M)

ÁGUA E ENERGIA
RUAS LARGAS

SEGURANÇA
TERRENOS 18 X 40

ÁREA DE LAZER
CLIMA AGRADÁVEL

Mais Informações:
(93) 3589-1177 / (93) 8804-2369
Rodovia BR 163, Km 16 - Comunidade São José
Santarém - Pará

ANEXO B – CARTA DE BELÉM

Líderes da Amazônia lançam propostas contra engessamento econômico da região Reunião dos Presidentes de Federações da Agricultura da Região Norte em Belém do Pará, no período de 29 a 30.01.2006

Considerando que historicamente e mais intensamente nas últimas décadas, a Amazônia, mercê de sua grande potencialidade florestal, mineral, hídrica e econômica, vem sendo alvo da cobiça internacional e de saques sistemáticos à sua biodiversidade, especialmente por ser a maior floresta tropical do planeta.

Considerando que autoridades técnicas, científicas e políticas, além de organizações governamentais e não-governamentais, envolvidas com a questão do desenvolvimento e da preservação do meio-ambiente, têm promovido intensos debates e apresentado inúmeras propostas de utilização das riquezas existentes na Amazônia brasileira.

Considerando as crescentes pressões, principalmente dos organismos internacionais, que agora, ostensivamente se posicionam contra o Desenvolvimento Econômico da Amazônia, sob o argumento de que a região deve ter seus recursos naturais preservados, para usufruto das sociedades dos países ditos desenvolvidos, que tiveram seus recursos naturais reduzidos a um limite crítico, transferindo dessa forma, aos brasileiros que nela residem, sua quase total responsabilidade, de maneira infundada, de serem os principais causadores do efeito estufa, do rompimento da camada de ozônio e das modificações climáticas ocorridas no globo terrestre, tese esta já totalmente desmoralizada pela ciência.

Considerando que, já podemos constatar o engessamento econômico da Região, promovido por ações sistemáticas de ONG's indigenistas e ambientalistas, financiadas pelo grande capital internacional e apoiadas pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, sediado em Berna-Suíça, que tem obstruído a construção de estradas, de usinas hidrelétricas; embargado a implantação de hidrovias e diversas obras de infraestrutura física e de produção na Amazônia.

Considerando a região como fronteira agrícola em expansão, que absorveu e continua absorvendo um grande contingente populacional de outros estados da federação brasileira, na sua maioria, com baixa qualificação, descapitalizados e sem cidadania.

Considerando a passividade de grande parcela da população amazônica diante desse grave problema, os produtores rurais da Amazônia, representados por suas respectivas Federações, na 1ª REUNIÃO DAS FEDERAÇÕES DA AGRICULTURA DA REGIÃO NORTE, na cidade de Belém, Pará, no período de 29 a 30 de Janeiro de 2006, oportunidade em que foram debatidos temas de elevada significância para o convívio harmônico da economia, tecnologia e ecologia no meio rural, resolvem tornar público a sua contribuição para a solução dessas questões, em forma de propostas, aqui apresentadas, e que foram consensualmente aprovadas pelos participantes desta Reunião.

E para alertar a sociedade brasileira, os produtores rurais:

1. **Reafirmam** sua fé na Democracia, por acreditar que esse regime é o que melhor promove o desenvolvimento econômico, com maior justiça social;
2. **Repudiam** as diretrizes internacionais e nacionais, que pretendem preservar a Amazônia pela via da estagnação econômica, desconsiderando a existência de 21 milhões de brasileiros que poderão ser relegados uma vida miserável, sem esperança e sem destino;
3. **Alertam** a Nação brasileira, para as falsas teses desenvolvidas em países do primeiro mundo com relação à Amazônia, que mistificam, por conveniência de seus próprios interesses, a situação ambiental da região, recomendando boicote econômico aos nossos produtos, defendendo o subdesenvolvimento e ameaçando a soberania do Brasil;
4. **Entendem** que o desenvolvimento sustentado da região Amazônica é absolutamente necessário ao País e a sua integração à economia nacional, condição fundamental para garantir o processo de ocupação da Amazônia, de forma ordenada, socialmente justa e economicamente equilibrada.

5. **Solicitam** ao Governo que adote uma política de incentivos fiscais e creditícios voltada para projetos que internalizem na região resultados econômicos e sociais. Que seja facilitado o acesso do produtor regional a esses recursos e a tecnologia moderna e se elimine o sensível aprofundamento do perverso endocolonialismo econômico que se pratica neste País, entre as regiões em diferentes estágios de desenvolvimento;

6. **Sugerem** uma atuação mais efetiva da classe política regional, especialmente dos integrantes da Bancada Federal, quer na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, no sentido de lutar, defender e viabilizar em bloco, os pleitos de interesse da Amazônia, a exemplo do que ocorre com parlamentares de outras regiões, que praticam, com sucesso, essa estratégia de reivindicação política suprapartidária;

7. **Observam** a necessidade dos governos, em todos os níveis, apoiarem decisivamente os órgãos de pesquisas agropecuária e florestal e entidades de assistência técnica e extensão rural da Amazônia, para gerar tecnologia e dar suporte à condução de projetos para exploração econômica de produtos e dos recursos naturais da região;

8. **Manifestam** o desejo de que as entidades governamentais, compreendam a necessidade de implementar uma política fundiária para o País, que possibilite o acesso a terra e que implique em uma ocupação social e econômica, com o suporte de meios de produção, que resultem na efetiva fixação do homem no meio rural;

10. **Pleiteiam** a necessidade de uma retomada dos investimentos em infraestrutura, principalmente em estradas, energia, transporte e telecomunicações; condições estas indispensáveis ao desenvolvimento da região, para garantir aos produtores amazônidas, igualdade de condições na luta pela competitividade no mercado global.

Nesse contexto, o propósito é criar uma frente de articulação regional e nacional para lutar contra as iniciativas estrangeiras, que estão tentando impor o engessamento econômico da Amazônia e trabalhar pela construção de uma Região livre de travas econômicas, visando um desenvolvimento concreto, sem sofismas, tendo o homem amazônida, como objetivo principal, e dessa forma propiciar uma integração soberana e democrática da região com a nação e desta com o mundo. Ou seja, uma articulação de caráter regional envolvendo todos os Estados da Amazônia Legal, união esta, necessária para fortalecer a economia e afastar a ameaça de ocupação da região por instituições estrangeiras poderosas, que agem sutilmente, influenciando o Governo a adotar uma política ambiental e indigenista, que limita a liberdade econômica, socializa a propriedade e favorece seus interesses escusos.

Tendo como eixos de ação, o fortalecimento da base produtiva agropecuária, atualmente engessada por políticas públicas equivocadas e nocivas a liberdade econômica; do social, ignorado e sem propostas, como se a Amazônia fosse apenas recursos naturais; e o respeito à soberania regional e nacional e à diversidade sócio ambiental, racial, étnica e de gênero.

E para tanto esperam contar com a compreensão, o apoio e o patriotismo de todos aqueles que amam essa Região e o Brasil.

Assuero Doca Veronez

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre

Luiz Iraçu Guimarães Colares

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Amapá

Euripedes Ferreira Lins

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Amazonas

Carlos Fernandes Xavier

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará

Francisco Ferreira Cabral

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rondônia

Almir Sá

Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Roraima

Ângelo Crema Marzola Júnior

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins

FONTE: <http://www.cna.org.br/cna/publicacao/noticia.wsp?tmp.noticia=8311>

ANEXO C – CARTA DA FAMATO

REPÚDIO À MORATÓRIA DA SOJA

A diretoria da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO surpresa com a publicação na imprensa nacional de COMUNICADO conjunto da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC no último dia 24 de julho, vem a público consignar :

- Considerando a importante contribuição dada pelas associadas dessas entidades à modelagem e construção desse importante segmento do agronegócio nacional;
 - Salientando-se, que foram os investimentos com recursos públicos e privados, da imensa rede de armazenagem e de indústrias processadoras, que deram suporte ao crescimento da produção mato-grossense;
 - Destacando ainda, que os investimentos, foram realizados no bojo de políticas públicas emanadas da União ou do Estado de Mato Grosso.
1. Considera precipitado e atentatório à soberania nacional, bem como aos legítimos interesses econômicos do país e em especial do Estado de Mato Grosso e seus produtores, o COMUNICADO ABIOVE/ANEC que discrimina a produção legal de grãos em áreas desflorestadas nos próximos dois anos no que intitulou-se tratar de “bioma amazônico”;
 2. Repudia a declaração firmada, por entender que quaisquer pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, não devem jamais sucumbir às pressões orquestradas por Organizações Não Governamentais ambientalistas, mormente as mais radicais como é o caso do Greenpeace, que visam impedir o desenvolvimento socioeconômico cultural de países em desenvolvimento como o Brasil, privilegiando os países desenvolvidos que amparam sua produtividade agrícola e pecuária em subsídios econômicos e em sistemas de produção ambientalmente inadequados;
 3. Considera nefasta as consequências futuras do COMUNICADO ABIOVE/ANEC, visto que tais associações não terão condições de retroceder ao posicionamento ora adotado, expondo outras cadeias produtivas aos mesmos mecanismos de chantagem praticados pela ONG supracitada;
 4. Posicionamento irrefletido como o expresso no COMUNICADO ABIOVE/ANEC, contraria a vontade do setor produtivo de Mato Grosso em desmistificar a posição geográfica deste Estado, que apesar de inserido na Amazônia Legal, possui de Floresta Amazônica, segundo dados do IBGE, pouco mais de 10% de seu território, e diga-se, vem produzindo proteína animal e vegetal, madeira e combustíveis renováveis com respeito ao meio ambiente jamais visto em qualquer outro local do globo terrestre.

Por fim, as entidades ANEC e ABIOVE, através de seus representantes reunidos na FAMATO, em 1º de agosto deste, reconheceram a precipitação e unilateralidade na formulação daquele comunicado, alegando imposições mercadológicas para tal fato. Todavia, se mostraram interessadas no restabelecimento de conversações com a cadeia produtiva.

A FAMATO reitera seu posicionamento de sempre estar aberta ao diálogo, mas continuará atuando incondicionalmente em defesa do produtor rural, e do Estado de Mato Grosso, para que seus cidadãos possam desfrutar da dignidade que merecem ser tratados todos os seres humanos, sejam eles de Países, Estados ou Municípios desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Cuiabá – MT, 03 de agosto de 2.006.

Normando Corral, presidente em exercício da Federação de Agricultura Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO)